

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
**ANA MARIA MARQUES SANTOS**

AS CONTRADIÇÕES DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO  
COOPERATIVISMO DA RECICLAGEM:  
contribuições à práxis socioambiental crítica

RIO DE JANEIRO

2012

Ana Maria Marques Santos

AS CONTRADIÇÕES DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO  
COOPERATIVISMO DA RECICLAGEM:  
contribuições à práxis socioambiental crítica

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial necessário à obtenção do título de Doutora.

Orientador: Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Rio de Janeiro

2012

S237 Santos, Ana Maria Marques.

As contradições das relações de produção no cooperativismo da reciclagem: contribuições à práxis socioambiental crítica / Ana Maria Marques Santos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. 273f.

Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, 2012.

1. Educação ambiental. 2. Indústria de reciclagem. 3. Cooperativas. 4. Lixo – Reciclagem – Aspectos sociais. 5. Cooperativa Mista de Coleta Seletiva e Reaproveitamento (Coopcarmo) – Rio de Janeiro. I. Loureiro, Carlos Frederico Bernardo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 363.7

Ana Maria Marques Santos

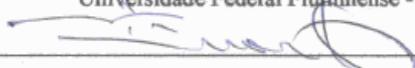
AS CONTRADIÇÕES DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO  
COOPERATIVISMO DA RECICLAGEM:  
contribuições à práxis socioambiental crítica

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial necessários à obtenção do título de Doutora.

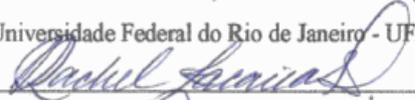
Aprovada em 10 de abril de 2010.

  
\_\_\_\_\_  
Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Doutor em Serviço Social  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

\_\_\_\_\_  
Eunice Trein, Doutora em Educação  
Universidade Federal Fluminense - UFF

  
\_\_\_\_\_  
Victor de Araújo Novick, Doutor em Sociologia  
Universidade Católica de Petrópolis - UCP

*Ruth Machado*  
\_\_\_\_\_  
Ruth Machado Barbosa, Doutora em Psicologia  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

  
\_\_\_\_\_  
Rachel Santos Zacarias, Doutora em Serviço Social  
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Às trabalhadoras e aos trabalhadores e, em especial,  
às (aos) trabalhadoras (es) catadoras (es) do  
Município de Mesquita, RJ, Brasil.

Dedicar é insuficiente. É preciso integrar,  
intensificar e universalizar a luta.

*Uma vez que o processo de trabalho é realizado via mediação da própria ação de trabalho, e que necessita de todas as condições objetivas – nelas atreladas historicamente as subjetivas –, pois, sem tais condições, o trabalho não será realizado, ou será de forma deficitária.*

**Sou muito grata,**

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e, com ela, ao Departamento de Educação e Sociedade - DES pelo apoio e pela possibilidade de realizar este estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - do EICOS/UFRRJ, em toda a sua extensão: dos professores com quem tive a oportunidade de partilhar aos servidores que apoiaram esses quatro anos de estudos.

Ao Laboratório de Investigação em Educação e Sociedade - LIEAS, na liderança do Professor Carlos Frederico B. Loureiro, pela oportunidade única de participar de um grupo de companheiros, em sua inteireza, comprometidos com a ética e com a produção de conhecimentos por justiça socioambiental. Obrigada, amigos, e, logo, a seu líder.

Ao Professor Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro – **o Fred** –, **em especial**, pela seriedade, pela generosidade e pelo comprometimento de sempre, aliados a sua competência acadêmica e militante – a práxis, forma com que compartilha o processo de orientar e de apoiar a interferência na realidade pela produção de conhecimento crítico. Como disse Marx, "Todo começo é difícil, em qualquer ciência", e, aqui, não foi diferente, porém, você começou o começo e aí foi possível avançar.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Desenvolvimento e Sustentabilidade - GEPEADS, grupo de pesquisa e trabalho, a todos, mas em especial aos professores Mauro Guimarães, Cristiane Cardoso e Ana Maria Dantas Soares. E à Carla Andreza, estudante, profissional e pesquisadora, obrigada, querida, pela precisão no abstract, diretamente dos EUA.

Aos membros da banca pelo pronto aceite e paciência, também na qualificação. Professores: Victor de Araujo Novicki, orientador forever; Eunice Trein, precisão e indicativos valiosos e necessários; Ruth Barbosa, apoio metodológico durante o curso; e Rachel Zacarias, que aceitou prontamente o convite para compor a banca final de defesa.

À família pequena que, por condição, acabou por participar de todo o processo da vida e, logo, da etapa do doutoramento: Alberto, companheiro de sempre; Ana Carolina e Marcelo, filhos amados; Fernanda, que entrou nesse rol.

A meus pais, Floripes e Aníbal (no coração), inspiradores de todas as lutas.

A meus irmãos, Ricardo e Ovídio e suas famílias, com quem compartilho a vida.

Aos amados sobrinhos e sobrinhas e a seus pequeninos, meus sobrinhos-netos, Pedro, Bernardo, Henry e Maria Eduarda.

A minha irmã e cunhada Maria José, pelo apoio incondicional de sempre, e, com ela, a Ailton, Priscilla e Aline - façam laços!

Rosa, obrigada pela vigilância no envio de energias muito positivas.

À Maria de Fátima Marcelino, mulher trabalhadora, que comigo divide os compromissos de organizar a minha casa e a minha família. Não teria dado conta sem você.

Aos amigos-irmãos, todos em especial! Seria indevido nomear, mas, justo porque amigos, compreendem as relações de proximidades em seus devidos tempos: Alice, Beto, Bela, Jeani, Orlando, Graça, Silvano, Francisca, Claudia, Obertal, Lucília, Anelise, Patrícia, Lu, Ana Paula, Jefferson, Giovana, Pérez, Lana, entre muitos outros.

Às meninas Amanda Damian e Júlia Gatto e suas famílias, que ajudaram muito dando o apoio e a atenção imprescindíveis a Ana Carolina, nesse meu tempo de estudo e ausências.

A Jorge Maurício Santa Bárbara Reis, Dra. Mariana Savedra e Mônica Campioli, pelo suporte em tempos difíceis.

À Aline, sobrinha querida, e à Francisca Rocha, amiga de todas as horas, pelo apoio de revisão técnica, e à companheira de muitas horas, Anelise Monteiro, merci pelo Resumè.

A alguns trabalhadores que precisamente me apoiaram em horas delicadas, a Jéssica Rodrigues, pelo profissionalismo e carinho empreendidos no trabalho de revisão, e a Marcelo, que, no suporte técnico da informática, me salvou de perdas irreparáveis.

À Prefeitura Municipal de Mesquita - PMM, em especial, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente -SMUAM, pela acolhida na pesquisa. À secretaria Kátia Perobeli, a Débora Gusmão e a Marcela Diniz.

E por fim, mas nunca por último, à COOPCARMO, suas mulheres e seus homens, e suas lições de vida: vocês são e sempre serão fonte de inspiração primeira. A todos, a minha reverência.

A todos, incondicionalmente, meu reconhecimento, meu respeito e meu carinho.  
Muito obrigada!

*Quem construiu Tebas, a das sete portas?  
Nos livros vem o nome dos reis,  
Mas foram os reis que transportaram as pedras?  
Babilônia, tantas vezes destruída,  
Quem outras tantas a reconstruiu?  
Em que casas Da Lima Dourada moravam seus obreiros?  
No dia em que ficou pronta a Muralha da China  
para onde Foram os seus pedreiros?  
A grande Roma está cheia de Arcos do Triunfo.  
Quem os ergueu?  
Sobre quem Triunfaram os Césares?  
A tão cantada Bizâncio só tinha palácios para os seus  
habitantes?  
Até a legendária Atlântida, na noite em que o mar a  
engoliu  
viu afogados gritar por seus escravos?  
O jovem Alexandre conquistou as Índias sozinho?  
César venceu os gauleses.  
Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?  
Quando a sua armada se afundou, Filipe de Espanha  
Chorou.  
E ninguém mais?  
Frederico II ganhou a guerra dos sete anos  
Quem mais a ganhou?  
Em cada página uma vitória. Quem cozinhava os festins?  
Em cada década um grande homem.  
Quem pagava as despesas?  
Tantas histórias  
Quantas perguntas  
(Brecht, Bertold - Perguntas de um Operário Letrado)*

*É que fica mesmo difícil de manter,  
A mente quieta,  
A espinha ereta  
E o coração tranquilo,  
(Pato Fu)*

Perante tanta injustiça socioambiental.

## RESUMO

SANTOS, Ana Maria Marques. Rio de Janeiro, 2012. **As contradições das relações de produção no cooperativismo da reciclagem:** contribuições à práxis socioambiental crítica. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Nesta tese, propôs-se apresentar as contradições presentes nos processos de relação de produção do cooperativismo de reciclagem em resíduos sólidos, realizando esse intento a partir da continuidade de um estudo de caso junto a uma Cooperativa Mista de Coleta Seletiva e Reaproveitamento - A COOPCARMO, na cidade de Mesquita, Rio de Janeiro, Brasil. A dialética marxista foi norteadora deste estudo. A partir da concepção de que as relações de produção tratam do elemento organizador de nossa sociedade e que, por isso mesmo, esta permanece imersa no campo da contradição, buscamos apreender a realidade do nosso objeto de estudo pelo princípio da totalidade concreta. Nessa direção, buscamos, inicialmente, compreender como tais relações de produção se estabelecem de forma ampliada no âmbito do Estado-Sociedade Civil-Mercado. Procuramos priorizar o protagonismo das trabalhadoras (es) e suas relações, pois esses sujeitos foram tomados como elementos centrais da sociedade civil e como instrumentos fundantes do Estado, considerando-os, a partir da origem de sua base material, como seres ontológico-sociais. Por meio do aprofundamento das discussões acerca da dialética do trabalho, de seu sentido na produção capitalista e, especificamente, no trabalho autogestionado, localizamos o cooperativismo popular ou o periférico, dentro dos processos de hegemonia e contra-hegemonia do campo da economia do trabalho no tocante ao Estado, às Classes e aos Movimentos Sociais. Ao tomar estes últimos como sociedade civil organizada e como popular/povo, e, ao realizar a crítica à economia associada como alternativa de produção, inserimos a economia da reciclagem, em sua forma de cooperativismo, em torno da problematização das contradições, dos sentidos e das concretudes, inerentes ao cooperativismo da reciclagem como economia social e de mercado. Considerou-se o leque de relações de produção depreendidas no município e, para além dele, foram consideradas as inerentes questões socioambientais presentes. Com isso, objetivou-se explicitar a base em que se encontra assentada a expropriação da mais-valia retirada da força de trabalho e do permanente projeto de manutenção desse dado modo de produzir, com a anuência do Estado. De forma articulada, esse sistema engendra as lutas e as resistências populares e da classe trabalhadora, em especial, aqui, aquelas empreendidas pelas (os) trabalhadoras (es) catadoras (as). Reconhecemos e afirmamos que, dessa forma, residem, na teoria crítica, elementos capazes de desvelar, denunciar e propor alterações às bases sociais hegemônicas vigentes, em suas condições objetivas, estruturais, conjunturais e subjetivas, dada sua compreensão e organização como luta política. A necessária e precisa articulação das lutas socioambientais às lutas que se contraponham à expropriação da força de trabalho produtora da vida, mas que tem produzido mais-valia para o capital, torna-se caminho essencial se, de fato, buscamos a justiça social e ambiental.

Palavras-chave: Relações de Produção/Cooperativismo. Reciclagem. Contradição. Capitalismo.

## ABSTRACT

SANTOS, Ana Maria Marques. Rio de Janeiro, 2012. The contradictions in the processes of relationships of production in the cooperativist recycling: contributions to critical social and environmental practice. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

The purpose of this thesis is to present the contradictions present in the processes of relationships of production in the cooperativist recycling of solid residues, based upon the continuation of a case study: the Mixed Cooperative of Selective Collection and Recycling - COOPCARMO, in the city of Mesquita, Rio de Janeiro, Brazil. The guiding principle for this study was dialectical Marxism. Based on the assumption that relationships of production are the organizing element of society, which society remains immersed in the very field of this contradiction, we have set out to understand the reality of our object of study, through the lens of the concrete whole. In this sense, we began by seeking to understand how such relationships of production are established, in the broad context of the scope of State-Civil Society-Market. We tried to prioritize the roles of workers and their relationships, for they were assumed to be the central elements of civil society and the foundation instruments of the State, considering them on the basis of their reality as material, social beings. Through in-depth discussions about the nature of the dialectics of work, about meaning in capitalist production, specifically in self-managed work, we found popular cooperativism, or peripheral cooperativism, within the hegemonic and contra-hegemonic processes in the field of work economics within the realm of State, Class, and Social Movements. Upon considering the latter as organized, popular/ “people” civil society, and as we looked critically at the economy associated with it, as a production alternative, we inserted the economy of recycling in its cooperativist form within the context of the problem of contradictions, meanings and concreteness inherent in the recycling cooperative both as social and as market economy, considering the array of production relationships springing from it within the municipality and beyond. We further considered the socio-environmental issues associated therewith as a means of articulating the basis for expropriating the greatest worth from work effort, and for permanently maintaining this project as a specific means of production, with the approval of the State. This system of expropriation in specific ways inspires conflict and popular resistance of the working class—particularly those conflicts initiated by the workers/collectors. Thus we recognize and affirm that there reside within the critical theory elements which contribute to oversight of said system, and provide for acts of denunciation and for proposals of alterations to the socio-hegemonic foundations in place, with an eye to its objective, structural, interfacial and subjective conditions—given its comprehension and organization as a political struggle. The precise and necessary articulation of socio-environmental struggle vis-à-vis struggles that counterpose the expropriation of the vital work force—but one that might produce greater worth for capitalists—becomes an essential process if, in fact, we seek social and environmental justice.

Keywords: Relationships of production/Cooperativism. Recycling. Contradiction. Capitalism.

## RÉSUMÉ

SANTOS, Ana Maria Marques. **Les contradictions dans les rapports de production coopératives de recyclage**: les cotisations sociales et environnementales à la praxis crítica. Rio de Janeiro, 2012. Tese (doctorat en psychologie sociale et de l'écologie sociale des communautés) - Institut de Psychologie, Université Fédérale de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Cette thèse avait pour objectif de présenter les contradictions présentes dans les processus de rapport de production de déchets solides coopérative de recyclage, ce qui rend cette intention de la continuité d'une étude de cas, avec une coopérative mixte de la collecte sélective et réutilisation - Le COOPCARMO, Mosquée dans la ville, Rio de Janeiro, au Brésil. En ayant comme principe directeur d'étude, la dialectique marxiste. De la conception des rapports de production face à l'élément d'organisation de notre société, et pour cette raison, il reste plongé dans le domaine des conflits, nous cherchons à saisir la réalité de notre objet d'étude, le principe de la totalité concrète. En ce sens, nous avons commencé par chercher à comprendre comment ces relations sont établies de production ampliamente au sein de la Société d'État-marché-civil. Nous cherchons à privilégier le rôle des travailleurs (s) et leurs relations, car elles ont été prises, comme des éléments centraux de la société civile, et les instruments fondateurs de l'Etat, en les considérant de la source de sa base matérielle, en tant qu'êtres sociaux des ontologies. Grâce à l'approfondissement des discussions sur la dialectique du travail, son sens dans la production capitaliste, et plus particulièrement dans l'auto-géré de travail, nous avons situé le populaire coopérative ou périphérique au sein des processus de l'hégémonie et contre-hégémonie dans le domaine de l'économie du travail en ce qui concerne l'État, les classes et les mouvements sociaux. Prenant ce dernier que la société civile et populaires / personnes, et d'effectuer cruciale pour l'économie associée, comme une production alternative, nous laissons tomber l'économie de recyclage sous forme de coopératives autour de la remise en cause de contradictions, de significations et de concret, de la inhérente Les coopératives et l'économie sociale et le recyclage du marché, compte tenu de l'éventail des relations présumées de production donnent à la ville et au-delà, il ya encore examiné les questions environnementales inhérentes cadeaux comme un moyen d'expliquer la base sur laquelle est assis l'expropriation de retrait gain en capital de la main-d'œuvre, et l'entretien continu de ce projet de manière à produire, avec le consentement de l'Etat, et d'une manière coordonnée, engendre les luttes populaires et de la résistance et la classe ouvrière, en particulier ici, ces entreprises par (la) travailleur (s)-cueilleurs (s). Nous reconnaissons et affirmons cette façon, c'est la théorie critique, éléments capables de découvrir, de signaler et proposer des changements à la base sociale existant dans hégémonique des conditions objectives, structurelles, de la situation et subjective, étant donné leur compréhension et de l'organisation comme une lutte politique. L'articulation nécessaire et précise des luttes pour les luttes sociales et environnementales qui s'opposent à l'expropriation de la population active qui produit la vie, mais qui a été la production de la plus-value pour le capital, devient le chemin critique est en fait rechercher la justice sociale et environnementale.

Mots-clés: Les rapports de production ou de coopératives. Recyclage. Contradiction. Le capitalisme.

## **LISTA DE QUADROS E TABELAS**

- Tabela 1** Preço do material reciclável
- Quadro 1** Comparativo quanto aos condicionantes do trabalho
- Quadro 2** Das relações com os entrepostos doadores
- Quadro 3** Das relações de produção com as empresas doadoras
- Quadro 4** Das relações de produção com o mercado
- Quadro 5** Das relações de produção com a municipalidade

## LISTA DE SIGLAS

ABAL	Associação Brasileira de Alumínio
ALCA	Área Livre de Comércio das Américas
ÂNIMA	Atendimento Psicoterápico e Institucional
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa
BBC	Banco Central do Brasil
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEB'S	Comunidades Eclesiais de Base
CECIP	Centro de Criação de Imagem Popular
CEMPRE	Centro Empresarial para a Reciclagem
CNC	Confederação Nacional de Comércio
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa
COEP	Rede Nacional de Mobilização Nacional
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPAMARE	Cooperativa
COOPCARMO	Cooperativa de Coleta Mista e Reaproveitáveis Ltda
DENACOOOP	Departamento Nacional de Cooperativismo
EA	Educação Ambiental
ENANPPAS	Encontro Nacional de Pesquisa em Ambiente e Sociedade
ENDIPE	Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino
EPEA	Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental
FABEL	Faculdade de Belford Roxo
FAHUPE	Faculdades de Humanidades Pedro II
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINEP	Financiadora Nacional de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEPEADS	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Desenvolvimento e Sustentabilidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDA	Instituto Nacional de Distribuidores de Aço
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

INPC	Índice Nacional de Preços
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISEP	Instituto Superior de Estudos Pedagógicos
JOC	Juventude Operária Católica
JOINPP	Jornada Internacional de Políticas Públicas
LDB	Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação
LIEAS	Laboratório de Investigação em Educação, Ambiente e Sociedade
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MST	Movimento Social dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NMS	Novos Movimentos Sociais
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OEP'S	Organizações Econômicas Populares
ONG	Organização Não Governamental
PEA	População Economicamente Ativa
PEVS	Pontos de Entrega Voluntária Solidária
PJ	Pastoral da Juventude
PMM	Prefeitura Municipal de Mesquita
PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RECICOLETA	Depósito de Recicláveis Ltda
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
RIO+20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
RPE	Revista Portuguesa de Educação
SEBRAE	Agência de Apoio ao Empreendedor em Pequeno Empresário
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEMUAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SME	Secretaria Municipal de Educação
SNVS	Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
SUASA	Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ            Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
UNESA           Universidade Estácio de Sá

## SUMÁRIO

<b>MUITO PRAZER</b>	19
<b>1 APRESENTAÇÃO, UMA INTRODUÇÃO</b>	24
1.1 INQUIETAÇÕES E (RE) COMEÇO	24
1.2 UM POUCO E UM TANTO DA PESQUISA ANTERIOR (2003-2005)	25
1.3 INTRODUÇÃO	31
1.4 PROBLEMATIZANDO O CAMPO: O CONTEXTO	37
<b>1.4.1 A Permanência no Campo de Pesquisa: a Cooperativa e seu Lugar</b>	37
1.5 OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	45
<b>1.5.1 Dos Objetivos</b>	45
<b>1.5.2 Justificativa e Relevância</b>	46
1.6 O DESENHO DA TESE	49
<b>2 DOS PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS</b>	51
2.1 DIALÉTICA MARXISTA	51
<b>2.1.1 A Realidade Concreta, a Totalidade e o Princípio da Contradição</b>	55
2.2 CAMINHOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS	59
<b>2.2.1 Então, o Desenho e o Trajeto</b>	61
<b>3 SOBRE A DIALÉTICA DO TRABALHO</b>	65
3.1 TRABALHO ONTOLÓGICO: NATUREZA E SIGNIFICADOS DO TRABALHO EM ENGELS E MARX	65
3.2 PROCESSOS DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO	70
3.3 O SENTIDO E A CONCRETUDE DO TRABALHO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA	73
<b>4 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO DAS NOVAS SOCIABILIDADES NEOLIBERAIS E DO (SOBRE) TRABALHO</b>	82
4.1 CONCEITUANDO ESTADO – SOCIEDADE CIVIL	82
<b>4.1.1 Sociedade Civil, uma questão de contextualização</b>	90
4.2 ESTADO, (CONTRA) REFORMAS E SOCIEDADE CIVIL	92
4.3 SOCIEDADE CIVIL, MOVIMENTOS SOCIAIS E “NOVOS” MOVIMENTOS SOCIAIS	102
<b>4.3.1 Papel e Lugar dos Movimentos Sociais no Atual Cenário</b>	104
<b>5 DO COOPERATIVISMO E DO MERCADO DA RECICLAGEM –</b>	106

<b>CONFLITO, RESISTÊNCIA E CONTRADIÇÃO</b>	
5.1 DE OLHO NO COOPERATIVISMO	106
<b>5.1.1 Do Cooperativismo e da Autogestão</b>	114
5.2 DA (RE) PRODUÇÃO ASSOCIADA DA RECICLAGEM, DA CONDUÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA	119
<b>6 DAS RELAÇÕES DE (RE) PRODUÇÃO NA COOPCARMO, DE CONTRADIÇÃO EM CONTRADIÇÃO... SENTIDOS E CONCRETUDES</b>	129
6.1 EM FOCO A COOPCARMO: PRÁTICAS, DOMÍNIO, CONDIÇÕES E LUTAS DO TRABALHO NAS CONTRADIÇÕES DAS RELAÇÕES DE (RE) PRODUÇÃO	130
<b>6.1.1 Sobre a Concepção das (os) Cooperadas (os): com elas (eles), a palavra-ação, a práxis</b>	134
<b>6.1.2 Sobre a Concepção e a Compreensão dos Entrepostos de Coleta</b>	143
<b>6.1.3 Sobre a Concepção do Mercado</b>	149
6.2 PARA ALÉM DA COOPCARMO - AS RELAÇÕES DE (RE) PRODUÇÃO ASSOCIADA NO MUNICÍPIO DE MESQUITA VIA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	153
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS, PROVISÓRIAS E EM TORNO DAS CONTRADIÇÕES</b>	165
<b>REFERÊNCIAS</b>	172
<b>APÊNDICES</b>	
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ABORDAGEM PARA A PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS COOPERADOS, COM AS LIDERANÇAS E COM A PRESIDENTE DA COOPERATIVA NO PERÍODO	187
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ABORDAGEM PARA A PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM AS EMPRESAS E COM OS COMPRADORES PARTICULARES	189
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ABORDAGEM PARA A PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS GESTORES MUNICIPAIS	191
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ABORDAGEM PARA A PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - ENTREPOSTOS DE COLETA, COM AS EMPRESAS (PÚBLICAS E PRIVADAS), COM OS MORADORES E COM OUTRAS MODALIDADES	193

APÊNDICE E - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA PRELIMINAR E ESPECÍFICA	199
APÊNDICE F - QUADRO DE COOPERADOS ATUAIS - ANO 2012	203
<b>ANEXOS</b>	
ANEXO A - MAPA DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, DE LOCALIZAÇÃO ECONÔMICA E RELATIVO AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	204
ANEXO B - GRÁFICOS E TABELAS SOBRE O COOPERATIVISMO NO BRASIL	206
ANEXO C - RELAÇÃO DE COOPERATIVAS VOLTADA A RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS QUE CONSTAM DO SITE DO COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM - CEMPRE	210
ANEXO D - TABELA DE RECICLÁVEIS COLETADOS E NEGOCIADOS VIA COLETA SELETIVA PMM - (2007-2011)	253
ANEXO E - HISTÓRICO COLETA SELETIVA MUNICÍPIO DE MESQUITA	255
ANEXO F – POLÍTICAS MUNICIPAIS DE APOIO E INCENTIVO À COLETA SELETIVA E ÀS COOPERATIVAS POPULARES, E A POLÍTICA E O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAIS, PMEA; PROmea	263

## MUITO PRAZER...

Esta tese se propõe a apresentar as contradições entre capital-trabalho, presentes nas relações de produção do cooperativismo da reciclagem. Peço, de antemão, desculpas e paciência aos leitores, pois ao apresentá-la e fazer seu percurso de pesquisa, esticamos um fio histórico ao passado e o acompanhamos até o momento de apresentação dessa pesquisa (abril de 2012). Assim, começamos pela apresentação da pesquisadora, através de sua trajetória pessoal e acadêmico, onde fica clara a sua implicação com o tema escolhido

Tentarei me ater à realidade concreta. Sou Ana Maria Marques Santos<sup>1</sup>, brasileira, carioca, 48 anos, trabalhadora. Terceira filha, numa família de mais dois filhos homens trabalhadores. De pais camponeses, imigrantes portugueses chegados ao Brasil na década de 50, casada, dois filhos, o mais velho, trabalhador.

Fui estudante da escola pública durante todo o ciclo do ensino fundamental (1971-1978), em Mesquita, no bairro onde ainda resido – experiência marcante e decisiva para minha vida pessoal e profissional, em um lugar de curiosidades e vivências maravilhosas. Fomos ali, eu e uma dúzia de amigos, sobreviventes, felizes e criativos, apesar de vivenciarmos os meados da ditadura dos anos 70.

A vida mudava o rumo, mesmo sem a gente perceber bem, e, para o ensino médio, não tive mais a oportunidade de continuar no ensino público. As opções possíveis eram péssimas. Por isso, consegui uma bolsa e estudei essa etapa no Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Nova Iguaçu (1979-1982).

Movimentos da vida. Os estudos foram interrompidos pela necessidade de trabalhar – morte paterna. O trabalho é para manter a vida com dignidade, mas fiquei de olho na Universidade, não a perdi de vista.

Escolhi a Psicologia, ou ela me escolheu? (FAHUPE/UFRJ 1988-1993). Eu tinha também a oportunidade de fazer Biologia, mas segui o referido caminho. A licenciatura, o bacharelado e a formação em psicóloga não eram suficientes para compreender e propor ações na educação, na qual me vi envolvida, atuando como docente e como psicóloga escolar.

Minhas experiências da juventude junto aos movimentos sociais e às comunidades de base voltadas para a formação política (Pastoral da Juventude – PJ, Fé & Política, Movimento de Oásis) não davam conta da realidade e dos desafios profissionais e humanos vividos naquele momento. Apesar das críticas e da visão que tenho hoje desses grupos de

---

<sup>1</sup> SANTOS, Ana Maria Marques – Professora Assistente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu – Departamento de Educação e Sociedade – DES. Psicóloga, Psicopedagoga, Especialista em Educação. Mestre em Educação na linha de Trabalho, Meio Ambiente e Educação - anamarques.ufrj@gmail.com.

discussão/reflexão da realidade, reconheço-os como legítimos espaços de possibilidade para abertura de uma ‘formação política’ mais crítica. Era onde meus pés podiam alcançar e aonde eu tinha ‘autorização’ para ir.

Baixada Fluminense, lugar de amigos, solidariedade, histórias e memórias, embora tido como lugar dormitório e violento, há 40 km do centro do Rio de Janeiro. É verdade que a escassez tanto de educação e de formação pública de qualidade quanto de espaços de cultura e lazer mínimos tende a reduzir as nossas possibilidades. Todavia, apesar disso, muitas experiências positivas e gratificantes foram e têm sido vivenciadas por lá há 45 anos – chegamos à região no meu primeiro ano de idade, eu e minha família, vindos da Praça da Bandeira - Rio de Janeiro.

Já no final do 8º período da graduação (1991), com a licenciatura, dei efetivamente início a minha atuação docente no Instituto de Filosofia e Teologia Paulo Sexto, junto às turmas de Filosofia e Teologia, com a disciplina de Psicologia. Paralelamente, exercia atividades no setor de seleção e distribuição de bolsas do Rhae/CNPq, na Fundação BIO-RIO, campus da UFRJ/Fundão.

Com o término da graduação, e dando continuidade a meu trabalho como docente, parti em busca de outras atividades que me levassem para mais próximo da educação.

Iniciei atividades como psicóloga escolar no Centro de Educação Moderna, escola da FABEL – Faculdade de Belford Roxo. Lá atuei do segmento da educação infantil ao ensino médio, trabalhando em equipe multidisciplinar na orientação psicopedagógica e como docente do ensino médio no curso de formação de professores.

Dei prosseguimento a meu fazer clínico e psicopedagógico com mais dois companheiros de trabalho mediante a criação da ÂNIMA – Atendimento Psicoterápico e Institucional.

Porém, decidindo avançar na compreensão mais ampliada da educação, busquei uma especialização na área de formação de professores da educação básica na UFRRJ (1998-1999), quando da LDB 9394/96.

As discussões ferviam e, juntamente a isso, eu queria compreender melhor meus alunos, seus pais e a comunidade escolar, que, naquele momento, eu orientava. Busquei outra especialização, a Psicopedagogia, na PUC do Rio de Janeiro (1999-2000), visando às relações interpessoais do processo ensino-aprendizagem.

No ano de 2000, ingressei como docente no Curso de Pedagogia na Universidade Estácio de Sá. Lá lecionei durante seis anos as disciplinas de Psicologia da Educação e pude

atuar também nas demais licenciaturas, nos campi de Santa Cruz, Campo Grande, Nova Iguaçu e Bangu.

Em Bangu, assumi a Coordenação (2001-2006) do Curso de Pedagogia, o qual tinha como eixo a formação para a docência e a prática investigativa do fazer pedagógico na busca da integralidade na formação do pedagogo. Tratava-se de uma educação “voltada para o popular”, uma vez que a maioria dos estudantes era de trabalhadoras(es) da educação que buscavam formação noturna. Viver as demandas daquele grupo, em meio ao conflito dos interesses privados da educação, foi uma experiência muito importante.

Na busca de uma atuação profissional-pessoal mais ampliada, escolhido o viés da educação, pude experimentar as práticas e os engajamentos com comunidades na Baixada Fluminense. Fui provocada a ter um olhar investigativo-indagativo, tentando compreender as dinâmicas e os possíveis processos educativos presentes nas relações e nas práticas da escola e desses muitos grupos comunitários ali existentes. A ampliação dessas relações micro e macro-comunitárias, bem como seu reconhecimento como caminho promotor de acesso ao conhecimento – mesmo que seja ele sistematizado via instituição escolar – ou ainda os outros espaços significativos desse fazer surgiam como desafios para mim.

A partir dessa necessidade, gerada dentro e fora do processo educativo formal, optei por enveredar pelo viés da não formalidade educativa, quando da realização de minha primeira pesquisa “oficial” no Mestrado em Ciências Pedagógicas, no Instituto Superior de Estudos Pedagógicos - ISEP/RJ (2001).

Uma vez que o curso não fora reconhecido, prestei concurso para o Mestrado em Educação da Universidade Estácio de Sá (2003) e, junto a uma comunidade específica – a Reciclagem Comunitária Nossa Senhora do Carmo - Projeto “Lixo é Vida”, hoje a Coopcarumo –, desenvolvi minha atividade de pesquisa. Aqui comecei uma valiosa discussão sobre o materialismo histórico-dialético e sobre as questões socioambientais.

Com o desejo de compreender o quanto aquele grupo e tantos outros na Baixada Fluminense e no Brasil afora contribuem para a constituição de uma vida agregada de mais justiça social e humanitária, na reconstrução de suas realidades, passei de colaboradora à pesquisadora. Conhecia e acompanhava aquele trabalho desde 1993.

Procurei, então, dar continuidade a esse estudo, buscando naquele momento focar mais de perto os aspectos da cultura do trabalho daquele grupo específico e de suas relações educativas e ambientais. Permaneci, portanto, na busca de um espaço que contemplasse a possibilidade da pesquisa.

A oportunidade de um concurso público para a docência em uma Universidade Federal no ano de 2006 me ajudou a consolidar essa perspectiva. Nesse instante, abriu-se a possibilidade de aliar ensino, pesquisa e extensão e, como exercício da Universidade, de dialogar e trocar com a comunidade. Essa oportunidade vem sendo instrumento de ampliação e aprofundamento acadêmico, pessoal e coletivo.

Prestei então o concurso para Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, unidade contemplada pelo Plano de Expansão do Governo para as Federais. Passei como professora assistente, pois o meu concurso foi reeditado por não receber inscrições para adjunto no primeiro edital. Assumi em agosto de 2006, com dedicação exclusiva, já no Departamento de Educação e Sociedade.

Deixei o trabalho clínico da ÂNIMA, exercido por 13 anos, e as demais atividades a ela ligadas, tendo em vista o caráter de dedicação exclusiva à Universidade.

Em 2006 mesmo fiz um primeiro ensaio na busca de continuidade dos estudos e tive a grata oportunidade de cursar, no EICOS, como ouvinte, uma disciplina voltada à Ecologia Social ministrada pela professora Tânia Maciel.

A possibilidade de acesso à educação pública retoma o início de minhas memórias concretas. Custou-me voltar para meu lugar de direito, aquele da formação fundamental (fundamental mesmo), espaço público como espaço privilegiado para a discussão, construção/desconstrução, diálogo com a técnica, com o humano, com o local – a comunidade, ensino-pesquisa-extensão acontecendo.

A questão do popular e de suas experiências de vida permanece sob meu olhar. A busca por dignidade e justiça socioambiental, em especial, no mundo do trabalho e da educação, continuam na agenda. E é desse contexto, desse lugar, que falo, que me encontro e vejo possibilidades, interlocuções: a Universidade como lócus de uma participação-intervenção sócio-política.

Somos um campus novo, ainda sem a devida estrutura. Estou no meio dele. Lá funcionam atualmente nove cursos (Pedagogia, Matemática, História, Administração, Economia, Turismo, Letras, Direito e Geografia), agora já em prédio próprio, visto que, antes (durante quase quatro anos, de 2006 a 2010), as atividades aconteceram dentro do espaço de colégios municipais, privados e outros, em Nova Iguaçu, enquanto o campus definitivo não ficava pronto.

Ensino, grupos de pesquisa. Nessa Universidade, faço parte do GEPEADS – Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade. Comissões mil, pois tudo é rápido e está em processo. Muito envolvimento em Projetos de extensão, mas o

atual e que coordeno de forma partilhada, é o da Construção da Política e do Programa de Educação Ambiental no Município de Mesquita.

O acesso à realização do doutorado nessa nova etapa de minha vida pessoal e profissional vem a constituir parte da minha trajetória de memória e história. Aqui se inserem fundamentalmente o Programa do EICOS e o Laboratório de Investigação em Educação, Ambiente e Sociedade – o LIEAS, nos quais, por meio de formação continuada e, em especial neste último, tive a oportunidade de estudos, enfrentamentos, conflitos e aprofundamentos gratos, na busca dos objetivos da pesquisa aliados às utopias pessoais e coletivas, acadêmicas e, logo, sociais.

Todos os encontros foram privilegiados para a produção do conhecimento e da vida que pretendo transformadores, socialmente justos, e que se façam históricos, emancipatórios e, por isso, críticos de mim mesma, da vida em suas contradições e de todos os seus fazeres.

Com inquietude...

*Ana Maria Marques Santos*

Mesquita, 30 de novembro de 2010\*<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Texto produzido para a qualificação do Projeto de Tese, ocorrido em 17/12/2010, e atualizado para a tese.

# 1 APRESENTAÇÃO, UMA INTRODUÇÃO

## 1.1 INQUIETAÇÕES E (RE) COMEÇO

Eu, na herança do pensamento de Marx e de Lukács, penso que o trabalho no capitalismo é alienado. O trabalho, na sociedade feudal é servil, o trabalho na sociedade greco-romana é escravocrata, mas o trabalho também é um momento fundante da atividade humana que permitiu, inclusive, que o homem se humanizasse e se diferenciasse dos animais. Nesse sentido, o trabalho pode ser criação, autonomia e ponto de partida para a emancipação, mas, para isso, é preciso destruir os pilares da sociedade do capital (ANTUNES, 2005, p. 38).

Nós também...

Nesse caminho, esta tese se compõe em um espaço de ampliação do trabalho desenvolvido no mestrado, cabendo, portanto, aqui, uma apresentação, embora breve, do que foi realizado entre os anos de 2003 e 2005: das questões primordiais, elencadas naquele momento, às considerações-conclusões provisórias. Devemos dizer, ainda, que o objetivo de aproximar a anterior às propostas de discussão desta pesquisa é torná-las distintas. Isto porque permanecemos juntos ao mesmo objeto – a Cooperativa Mista de Coleta Seletiva e Reaproveitamento de Mesquita/COOPCARMO<sup>3</sup> – e, ao mesmo tempo, ampliamos o campo de abrangência, dirigindo-nos ao aprofundamento das análises críticas do trabalho cooperado no interior da Cooperativa e de suas contradições. Quiçá, a intenção é a de elucidar outras e atuais proposições/contribuições e contradições para o campo – aqui delimitado como o da intrínseca relação do trabalho, mais especificamente, do trabalho cooperado, em sua perspectiva ontológica, com as relações socioambientais, porque aqui são concebidas como indissociáveis.

Se, naquele momento de pesquisa, foi possível garimpar as questões da Educação, do Trabalho e do Meio Ambiente em meio aos fazeres daquela Cooperativa, agora, a permanência das discussões se volta mais especificamente para as relações de produção e trabalho lá realizadas internamente. E, para além dessas relações, este debate se justifica pelo destaque atingido, naquele momento de pesquisa, pelo trabalho cooperado e por sua contínua relevância na atualidade no que tange às relações trabalho-natureza. É nesse limiar que esta tese se apresenta.

---

<sup>3</sup> COOPCARMO - Cooperativa Mista de Coleta Seletiva e Reaproveitamento de Mesquita Ltda. Tornou-se Cooperativa em 9 de junho de 2003 (porém já existia desde 1993 sob a forma de projeto comunitário denominado “Lixo é vida”). Vem se consolidando como sistema cooperativo após essa trajetória de 11 anos como Reciclagem Comunitária, como alternativa à geração de trabalho e renda daquela dada comunidade.

## 1.2 UM POUCO E UM TANTO DA PESQUISA ANTERIOR (2003-2005)

A pesquisa realizada no Mestrado em Educação do PPGE/UNESA, sob a orientação dos professores doutores Neise Deluiz e Victor de Araújo Novicki, objetivou analisar as experiências e as práticas desenvolvidas por uma Cooperativa de Reciclagem de Lixo, a COOPCARMO, situada no Município de Mesquita, Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Naquele momento, a justificativa, que balizou a necessidade e a importância do estudo, pautou-se nas possíveis contribuições advindas da articulação entre as questões de trabalho, meio ambiente e educação. Isto porque os processos e as práticas educativas também residem no mundo do trabalho e, logo, residiam no mundo daquele grupo social e nas relações que ali se estabeleciam.

Apesar de essa ter sido a questão central e, desde aquele momento, de considerar a relação homem-natureza não apenas sob o aspecto da subsistência e da sobrevivência do grupo, também empregamos esforços na direção de compreender as possíveis contribuições para os trabalhos de educação comunitária, de economia popular e de fortalecimento das redes<sup>4</sup> e das relações sociais, tanto para a educação não escolar quanto para a popular em seus possíveis diálogos por equidade e justiça social. Nesse sentido, determinados pelos objetivos já apresentados e pelos procedimentos metodológicos que ocorreram dentro dos eixos norteadores – Trabalho, Educação e Meio Ambiente –, a sistematização final da pesquisa/dissertação buscou apresentar e contextualizar a COOPCARMO.

Os cooperados, a Autre Terre<sup>5</sup> (a qual, na época, apoiava a Cooperativa) e a liderança falaram diretamente de seu lugar de experiência, o que foi registrado como saberes e aspectos da cultura – relativa ao trabalho e ao meio ambiente – realizados pela Cooperativa na época.

Foi justamente desse lugar que propusemos analisar as relações que se davam e se plasmavam no fazer daqueles trabalhadores. Nesse ínterim, destacaram-se como relevantes: o processo associativo popular de geração de trabalho e renda daquele grupo como contraponto

---

<sup>4</sup> O termo “rede”, aqui adotado, trata do sentido das relações estabelecidas entre os sujeitos, prioritariamente e primeiramente, sem virtualização, no que concerne ao contato ampliado para além grupo de cooperados.

<sup>5</sup> A Autre Terre, ONG Belga, possui referências no site <http://www.autreterre.org>, em que é possível ver seu campo de atuação a nível mundial. Seu objetivo principal é o de apoiar a geração de ações de tipo econômico, industrial ou agrícola de países na América Latina e na África, visando atingir as causas da miséria e fomentando a estruturação de grupos de trabalho que buscam alternativas ao processo de vulnerabilidade social em que se encontram. Atuou junto ao grupo desde 2003, enquanto ainda era um projeto comunitário – o projeto “Lixo é vida” - e participou da passagem do grupo da categoria Projeto para a categoria Cooperativa, efetivada em junho/2003. Após isto, ainda assessorou a Cooperativa até 2005, no apoio à organização, nos processos de legalização dos cooperados e da Cooperativa em si e na submissão de projetos junto ao poder público e a estatais, como a Petrobrás. Esse fazer foi diminuindo até o ano de 2008, quando encerrou suas atividades junto à COOPCARMO.

à crise do mundo do trabalho e à crise socioambiental; e outras formas de pensar as relações entre trabalho, natureza e educação, tais como a reconsideração do lixo como meio de vida, trabalho e subsistência, o processo de ensino-aprendizagem dentro da cooperativa e entre pares e a consciência de realizar um trabalho de natureza socioambiental.

Ao tecer as considerações finais, apresentamos os aspectos primordiais destacados nas análises no que dizia respeito aos saberes do trabalho, aos processos educativos, às práticas socioambientais e aos pontos e contrapontos tidos, naquele momento, como pertinentes ao proposto na pesquisa. Consideraram-se os objetivos e os prazos, na tentativa de obter pistas e indicativos futuros, e se analisou sempre o aspecto provisório (MINAYO, 1993) das referidas considerações e possibilidades. Já naquele momento, buscamos chamar a atenção do leitor para a condição provisória de tais considerações e para a necessidade de mantê-las permanentemente em reflexão-ação. Assumiu-se, assim, a tentativa de uma postura crítica e dialética e, para tanto, era preciso ampliar esse debate futuramente, o que não se restringe à teoria crítica.

Naquele momento, o foco permaneceu numa dada concepção e num dado contexto de Sociedade Civil; esta, tomada como popular-participativa, a exemplo do que expõe Betinho (1994): concentramo-nos “na sociedade”; numa “sociedade-ação” que prima por sua “sustentabilidade democrática”. Por isso, as análises das experiências de vida num espaço popular – a COOPCARMO – buscaram dar visibilidade ao emaranhado de contradições e possibilidades que se forjaram (e se forjam) no decorrer das práticas assumidas pelos sujeitos em diálogo com a sociedade mais ampla. Desse modo, tais práticas se tornam alternativas para a precarização da vida daqueles trabalhadores.

Parafraseando Martins (2000), aqueles a quem o corpo social tomou por insignificantes e que são tratados como insignificantes, entretanto, permanecem em “movimento” e, justamente por isso, mantêm-se, por mérito próprio, inseridos na composição do movimento social.

Assim, o estudo se referenciou ao trabalho como princípio educativo numa perspectiva de “sustentabilidade” democrática<sup>6</sup>. Com base nesses pressupostos, compreendeu-se, naquele momento, a educação popular, numa vertente da educação comunitária, como uma “educação

---

<sup>6</sup> Sustentabilidade democrática é definida como “[...] o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua produção, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais” (ACSELRAD; LEROY, 1999, p. 28-29). Segundo Loureiro (2006), na conceituação dos autores, promove-se a retirada do conceito do campo meramente hegemônico e do discurso neutro para alocá-lo precisamente no espaço das lutas sociais, locus privilegiado pela produção e reprodução de sentidos e onde a cidadania alicerça o desenvolvimento e o econômico subordina-se aos variados sujeitos sociais, numa interdependência sem sujeição e sem subordinação.

crítica”; e compreendeu-se, ainda, a economia popular e solidária como busca de alternativas aos processos “excludentes”, em especial, para aqueles que se encontram fora da formalidade educativa e laboral, tornam possível a concepção de um novo sujeito social e possibilitam, assim, um espaço de resistência e reinvenção, ampliando e redimensionando o conhecimento e seu significado pessoal e coletivo.

Na experiência vivida pelo grupo de cooperados, acabaram por surgir tanto aspectos da formalidade, exigidos pelo modo de produção capitalista no qual estamos inseridos, quanto aspectos da informalidade, vivenciada desde as relações sociais primeiras, consideradas todas as experiências advindas ou não das aprendizagens daqueles sujeitos – aquilo que lhes era significativo, que lhes calava em profundidade e que se encontrava atrelado à sua prática e sua vivência social.

Com relação aos aspectos do trabalho organizado e produzido pela Cooperativa, foi ainda possível aos cooperados, à liderança e a Autre Terre perceber, naquele momento, o sentido da construção de um novo conceito de trabalho – um trabalho ressignificado – e sua importância para o empoderamento dos sujeitos. Além disso, observou-se uma nova perspectiva da relação homem-natureza que começava a vigorar: estabelece luta contra os princípios da “exclusão” em suas mais diversas ordens, tendo em vista que a Cooperativa atuava, a princípio, quando buscou um lugar para trabalhar – na “informalidade”, nas lacunas deixadas pelo Estado e pelo mercado.

Na época, cooperados, liderança e Autre Terre, ao mesmo tempo em que buscavam primar por cooperação, solidariedade e democracia, encontravam-se pressionados pela necessidade de produtividade. A Autre Terre sinalizava também para uma ressignificação do trabalho realizado pelo grupo, porém, sempre considerava e apontava para as exigências do mercado no tocante à produção.

Cabe lembrar que os benefícios conquistados se revertiam para o próprio grupo ora como forma de subsistência digna, ora como forma de aprendizagens e “parcerias” públicas e privadas. Entretanto, benefícios maiores e mais diretos se dirigiam ao bem público – ao social e ao próprio mercado – e os serviços prestados possuíam dimensões bastante amplas. Não se tratava de apresentar escalas, mas de perceber o espaço contraditório em que os sujeitos se encontravam naquele momento, uma vez que, se, por um lado, a contribuição ao social era clara, o *feedback*, em mesma proporção, não era recíproco à Cooperativa, à vida e à realidade daqueles trabalhadores e daquelas trabalhadoras.

O processo educativo dos trabalhadores cooperados ocorria dentro do espaço da organização e da produção nos termos da Magnífica Escola, como considerou Novaes (2010)<sup>7</sup> ao realizar o levantamento e a leitura de trabalhos na área da autogestão (ao todo, 26 teses e dissertações brasileiras do período de 1999 a 2006). Dentre eles, encontra-se inserida a dissertação à que esta tese dá continuidade, cujo resumo das questões e das considerações é aqui apresentado.

Dessa forma, a luta daqueles (as) trabalhadores (as) pareceu ser travada para o reempoderamento de si e do mundo por meio do trabalho e no trabalho, buscando não dissociar mundo do trabalho e mundo dos sujeitos.

Em se tratando das ações geradas a partir da realização do trabalho da e na cooperativa, esses sujeitos se encontravam numa “rede de relações de produção” (reiteramos aqui o que assumimos como “rede” em nota anterior), pertencente à Sociedade Civil a qual será definida e tomada em seu conceito e em sua compreensão mais adiante nesta tese.

As mais diversas concepções sobre trabalho, educação e meio ambiente ancoram essa rede. Entretanto, a concepção dualista e utilitarista da relação homem-natureza, alimentada pelo interesse econômico do mercado mediante uma tendência pragmática, tal como apresentada por Layrargues e Lima (2010)<sup>8</sup>, também se utiliza funcionalmente do conservacionismo e, assim, vigora, com grande impacto sociometabólico. Segundo os autores,

[...] a vertente pragmática, que abrange sobretudo as correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável, é expressão do ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado que decorrem da hegemonia neoliberal instituída mundialmente desde a década de 80 e no contexto brasileiro desde o governo Collor de Mello nos anos 90. A vertente pragmática tem suas raízes no estilo de produção e consumo advindos do pós-guerra, **e poderia apresentar uma leitura crítica da realidade, caso aproveitasse o potencial crítico da articulação das dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas e ecológicas na reflexão sobre o padrão do lixo gerado no atual modelo desenvolvimentista.** Porém, sua trajetória apontou ideologicamente para um viés pragmático (LAYRARGUES, 2002b), simplesmente para servir como um mecanismo de compensação para corrigir a “imperfeição” do sistema produtivo

---

<sup>7</sup> A Magnífica Escola é caracterizada como o processo pelo qual a classe trabalhadora precisa enfrentar as dificuldades cotidianas do mundo do trabalho, como na desnaturalização da cisão entre dirigentes e dirigidos, entre os que concebem e os que executam o trabalho e entre o processo de lucro e o de remuneração. Além disso, a classe aprende, no decorrer do seu fazer, a se organizar em torno das reivindicações coletivas, sejam elas contra o Estado ou contra a classe patronal. Também, aprendem a pensar e a organizar novas formas de estruturação do trabalho e novas aprendizagens pela diversificação do fazer. Nesse sentido, “[...] a educação é vista como algo imanente à cooperativa popular, ao assentamento rural, às lutas pela insubordinação etc. Ou quando se recebe o apoio de alguma entidade, seja uma ONG ou uma Incubadora, a educação é vista de forma dialógica, horizontal, “não bancária”, tal como afirma Paulo Freire” (NOVAES, 2010, p. 1).

<sup>8</sup> Em recente trabalho apresentado no VI EPEA, Layrargues e Lima (2010) trouxeram importantes contribuições ao recategorizar três macrotendências que vigoram em disputa pela hegemonia do campo da Educação Ambiental brasileira: conservacionista, pragmática e crítica.

baseado no consumismo, na obsolescência planejada e nos descartáveis (LAYRARGUES; LIMA, 2010, p. 9, grifo nosso).

Considerado aqui o pragmatismo, possíveis contribuições foram destacadas, assim como ações concretas puderam ser constatadas dentro de uma perspectiva de “sustentabilidade democrática” – conceito que, na época, julgou-se como possível e que, hoje, passamos a problematizar mais profundamente dentro dos pilares do capitalismo. Foram relacionados projetos concretos que implicaram mudanças sociais, dentre os quais estão: a instituição do programa de coleta seletiva no município de Mesquita em parceria com a Petrobras; o estabelecimento de políticas públicas sobre a questão dos impactos ambientais; o projeto da COOPCARMO “Coleta Solidária”, que ocorreu como projeto piloto com 350 residências cadastradas pela prefeitura; a abertura de espaço para publicização das questões socioambientais, como é o caso das “Expos Reciclagem”, o que contou com a participação de escolas, empresários, Universidades, comunidade, ONGs e pequenos expositores; as experiências sobre reciclagem; as oficinas de reaproveitamento; o projeto de capacitação de catadores de rua, os quais foram incluídos nos programas sociais da prefeitura e tiveram sua formação iniciada pela própria COOPCARMO, buscando o resgate da “cidadania” desses sujeitos.

A análise dessas experiências e relações propiciou gratas contribuições de ordem social, econômica, educativa e ambiental. Entretanto, parecer ser no campo da economia política, o qual envolve todas as demais ordens, em que se destacam as constatações desse estudo: é uma forma de cultura cunhada inicialmente pelo fazer/pelo trabalho, um tipo de trabalho ressignificado que surge como princípio e fim educativo no cotidiano daqueles sujeitos e que, de alguma forma, amplia-se para as demais relações sociais.

Indicou-se a mais diversa e contraditória gama de contribuições, a exemplo de: por um lado, pelo montante de lixo recolhido da natureza (prestação de serviço público), pelo resgate dos sujeitos por meio da geração de renda e da recuperação da dignidade e pelas aprendizagens e formações dos cooperados e da comunidade; por outro, pela problematização das questões em torno do lixo, pelas novas oportunidades criadas, pelas relações estabelecidas com o poder público e privado e pela interação estabelecida com a escola e pela inclusão mediante apoderamento do espaço social.

Numa leitura atual das considerações realizadas na finalização da pesquisa em 2005, destacamos dois pontos: o primeiro está apoiado na compreensão de autores como Montaño e Duriguetto (2011), os quais destacam que a desregulamentação do trabalho pela ofensiva do capitalismo necessita de maior problematização no campo social pela crítica à economia

política e aqui, mais especificamente, no que tange à sociedade civil e aos movimentos sociais; e o segundo está apoiado em Loureiro (2006) no que concerne à expressão coletiva das mais diversas organizações da sociedade civil voltadas às questões socioambientais as quais, demonstrando grandes contradições, tensões e conflitos, no que se refere ao alcance de um projeto social de fato coletivo e democrático, acabam tendo dificuldades no alcance de cenários políticos cada vez mais amplos, para além de suas especificidades, e perdem, assim, força de ação coletiva e transformadora.

Desse modo, também julgamos que as contribuições trazidas no bojo da pesquisa anterior necessitavam de observação e discussão mais profundas a partir desse contexto de subsunção ao capital e de transformação social. Assim, retomamo-las da arena pública, lugar onde se estabelecem tais lutas e onde os sujeitos se encontram como sociedade civil e como movimento social popular em torno de um trabalho, o trabalho cooperado.

Na finalização daquele momento da pesquisa, conseguimos mapear os mais diversos atores sociais, representativos e significativos, contidos no espaço de relações da COOPCARMO: cooperados, ONG, população engajada e não engajada adjacente àquele trabalho, poder público local, Estado e mercado. Ademais, pontualmente, constatou-se a “roda” de intenções ali formadas, na qual a COOPCARMO era o elemento agregador. Entretanto, dadas as circunstâncias daquele momento – dentre elas o amadurecimento, a apreensão teórica, o tempo-limite e as condições concretas de pesquisa – e as opções assumidas, fechamos aquela etapa do trabalho sem considerar e problematizar mais concretamente as relações de produção daquela comunidade cooperada em meio à economia dos conflitos sociais (BERNARDO, 2009).

### 1.3 INTRODUÇÃO

A pesquisa gerada por esta tese objetivou focar a atual sociabilidade do trabalho (cooperado), via COOPCARMO, no sentido de apreendê-lo, em suas relações e contradições, como elemento fundante de novas sociabilidades entre ser humano-natureza.

Aqui, essa nova sociabilidade, assumida em seu potencial, em seus limites e desafios, é forma tanto de resistência das classes exploradas à expropriação do capital quanto da busca por desenvolver novas formas de relações produtivas consideradas no campo da contradição e dos conflitos sociais.

Para isso, procuramos adotar uma postura dialética diante da realidade concreta, por meio da opção teórico-metodológica crítica, sobretudo via materialismo histórico dialético de Marx e Engels (2004), Montaño e Duriguetto (2011) e Bernardo (2009), porque acreditamos que, nisso, há lucidez, e que essa mesma lucidez coabita o popular. O termo “popular” passa a ser adotado nesta tese dadas as considerações feitas por Engels em 1895 no texto introdutório “As lutas de classe na França de 1848 a 1850”, de Marx (2008), e dadas as características atualizadas e contextualizadas por Montaño (1993), respectivamente:

Todas as revoluções até hoje resultaram no desalojamento de uma determinada dominação de classe por outra; todavia, todas as classes que até agora dominaram eram pequenas minorias face à massa popular dominada. Uma minoria dominante era assim derrubada, uma outra minoria empunhava no seu lugar o leme do Estado e modelava as instituições estatais segundo os seus interesses. Esta última era sempre o grupo minoritário capacitado e vocacionado para a dominação pelo nível de desenvolvimento econômico, e precisamente por isso, e só por isso, acontecia que nessa transformação a maioria dominada ou participava a favor daquele ou aceitava tranquilamente a transformação (MARX, 2008, p. 4).

O popular tido como todo setor social que, em oposição à elite nacional, padece certo domínio político, econômico, cultural e ideológico, na medida que é excluído, num determinado grau, da tomada de decisões e por quanto apresenta carências e potencialidades não plenamente desenvolvidas (MONTAÑO, 1993, p. 12).

No entanto, assim como em Martins (2000), concordamos que esse popular se move, tramitando, com ou sem intencionalidades específicas, em meio às lutas hegemônicas e às contra-hegemônicas dessa dada sociedade.

A crise do mundo do trabalho, que vem afetando toda a dinâmica de reprodução e acumulação do capital nas últimas décadas, surge como consequência de, pelo menos, dois processos do capitalismo: o processo de modernização da produção e do mercado nos países centrais e o processo da configuração do Estado, com suas crises fiscais acompanhadas da

ausência de políticas públicas sociais para os países periféricos (RAZETO, 2001). Ambos são processos em afinamento.

No primeiro processo, as mudanças tecnológicas e a reestruturação dos mercados internacionais atingem, de forma especial, a América Latina. Em termos do mercado de trabalho brasileiro, buscamos nos concentrar no terceiro momento de constituição desse mercado, ou seja, concentramo-nos entre as décadas de 1980 e 1990 (SILVA; YAZBEK, 2008). Acentua-se, nesse período, o esgotamento da absorção da força de trabalho e, concomitantemente, amplia-se tanto o acesso à satisfação das necessidades quanto as aspirações de determinados segmentos da população. Há um aumento de interesse na produção de bens e serviços que atendam às necessidades e às aspirações desses setores, em especial daqueles que ainda possuem capacidade de consumir e aumentar o lucro do capital.

No segundo, há a realidade de um Estado apropriado por interesses dominantes caracterizados e geridos por frações das classes industriais, do patronato rural e do setor financeiro. E, por isso mesmo, esse Estado não assegura, de forma efetiva e permanente, recursos e serviços voltados a apoiar o interesse público. Suas políticas sociais são efetivadas, em grande medida, pelas ações do mercado, mediante privatização dos serviços e constituição de um setor público não estatal, em que atuam várias organizações, em especial, as da chamada “terceira via”.

Tais processos de configuração do capitalismo provocam um dualismo estrutural na economia e na vida cotidiana dos sujeitos. De um lado, o conjunto da economia é visto a partir da lógica do capital e de sua acumulação e o sistema de interesses na sociedade é hegemonizado pelos interesses do capitalismo internacionalizado; de outro, ele é visto a partir da lógica do trabalho e de sua reprodução ampliada, confrontando essa hegemonia e afirmando a primazia dos interesses do conjunto dos trabalhadores e de suas múltiplas identidades e agrupamentos (CORAGGIO, 2003).

Dentro desse contexto, Antunes (2011) preconiza uma nova morfologia do trabalho e de sua forma de ser, afirmando a necessidade da compreensão de uma concepção ampliada que considere a classe trabalhadora em sua totalidade e que comporte:

[...] o enorme contingente de homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos. [...] deve incorporar também a totalidade do trabalho social, do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salários; nessa totalidade deve ser incluído o enorme contingente sobranete de força de trabalho que não encontra emprego, dada a lógica destrutiva que preside a sociedade capitalista (ANTUNES, 2011, p. 49).

Obviamente, a população trabalhadora brasileira do século XXI (ALVES; ANTUNES, 2004) compõe esse cenário, marcado tanto pela fragmentação, heterogeneidade e diversificação do trabalho, quanto por sua perda significativa de direitos e sentidos – a sua precarização –, que, sob o controle capital, assume as mais variadas e intensificadas formas de exploração desse segmento.

Destacadas por Alves e Antunes (2004), essas formas de organização de trabalho explorado podem ser categorizadas por meio de alguns mecanismos, tais como: (a) a desregulamentação e a desestabilização de postos de trabalho; (b) a terceirização de serviços, a expansão e a expropriação do trabalho de mulheres, imigrantes, negros (as) e indígenas; (c) a expansão do médio trabalhador no setor de serviços; (d) o direcionamento dos jovens ao desemprego estrutural, assim como dos idosos (considerados pelo capital como não produtivos a partir dos 40 anos de idade, o que engrossa o mercado de trabalho informal, o desemprego estrutural e o “voluntariado”), e ainda das crianças, incluída aqui a modalidade de trabalho infantil; (e) o “terceiro setor” que, assumindo uma forma “alternativa” de trabalho, possui perfil comunitário, assistencial e voluntário, e o trabalho em domicílio, que reforça as forças de exploração do segmento feminino; (f) e a transnacionalização do sistema produtivo, mediante a reconfiguração tanto do espaço quanto do tempo de produção.

Dessa forma, pode-se compreender que a década de 1980 e, em destaque, a de 1990 recebem as marcas dessas mudanças substanciais do mundo do trabalho. O desemprego estrutural passa a compor a dura realidade social e, com ele, surge uma sociabilidade “alternativa”, com a proliferação de ações “cooperadas”, “empreendedoras” e “voluntárias” (ANTUNES, 2008).

Cabe aqui registrar que, em meio a esse contraditório cenário de configuração exploratória, ainda existe um significativo grupo de sujeitos sociais<sup>9</sup> que, posto à margem da margem dessas mudanças, “permanece” no reino de necessidades mais básicas, as de sobrevivência, e carece de bens e serviços essenciais. Entretanto, partindo da premissa de que esses sujeitos compõem o corpo social e estão em movimento, pois sobrevivem, eles podem

---

<sup>9</sup> Levantamento realizado por Neri (2001) pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Só no Brasil, havia cerca de 55 milhões de pessoas na linha de pobreza ou abaixo dela. Esta era definida como o grupo de sujeitos que possuía renda familiar igual ou inferior a US\$ 1,25 p/dia. Em 2011, Neri atualizou esses dados no documento “Evolução dos indicadores sociais baseados em renda – desigualdade de renda na década”, também pela FGV, em que afirma que a pobreza, no Brasil, caiu em 50,64% entre dezembro de 2002 e dezembro de 2010, na era Lula. O critério da FGV para definir pobreza é uma renda per capita abaixo de R\$ 151. Ainda, segundo o IBGE (2010), cerca de 16,2 milhões de brasileiros são extremamente pobres, o equivalente a 8,5% da população. Ainda sobre essa categoria, Rocha (2006) define como pobre o indivíduo cuja renda familiar per capita é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender a todas as necessidades básicas (alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação etc). Enquanto isso, indigentes são aqueles cuja renda familiar per capita é inferior ao valor necessário para atender tão somente às necessidades básicas de alimentação.

oferecer, sob uma outra ótica, uma proposta metodológica e teórica, uma vez que observam “[...] a sociedade a partir da margem, do mundo cinzento daqueles aos quais as contradições da vida social deram a aparência de insignificantes e que como insignificantes são tratados pela ciência. E, no entanto, se movem” (MARTINS, 2000, p.135) e insistem, ao menos pela subsistência, em não serem totalmente ignorados.

Nessa complexa conjuntura, encontram-se à economia do trabalho e o trabalho cooperado ou autogestionado<sup>10</sup> no Brasil. Segundo Icaza e Tiriba (2003), a economia do trabalho ou popular é resultado de experiências, atividades e iniciativas que, estando, a princípio, “deslocadas” dos dois sistemas formais de destinação de recursos – mercado e Estado –, precisam organizar e garantir caminhos de subsistir, garantindo a satisfação de suas necessidades econômicas. As autoras compreendem essa economia no sentido de garantia da satisfação das necessidades básicas – materiais e imateriais –, por meio da utilização da força de trabalho e dos recursos disponíveis dos setores populares em suas atividades de reprodução ampliada da vida, transcendendo a obtenção de ganhos materiais.

Para Razeto (2001), trata-se de um fenômeno generalizado encontrado em toda a América Latina, dentro do contexto das transformações sofridas mediante estruturas econômico-sociais e pauperização via mercado. Em termos de estratégias encontradas nessa realidade, destacam-se: as estratégias de sobrevivência, constituídas por atividades de emergência e transitórias para a satisfação de necessidades básicas de sobrevivência fisiológica; as estratégias de subsistência, quando há satisfação das necessidades, mas elas não são assumidas como opção permanente; e as estratégias de vida, que ocorrem com a valorização de certos espaços das atividades que realizam – a liberdade, o companheirismo, a autogestão –, buscando o crescimento dos “empreendimentos” para além da subsistência. Entretanto, recorre-se nesse campo, estratégias de apropriação do trabalho coletivo, cooperado, operadas pelo mercado e viabilizadas pelo Estado.

Aqui, dadas características podem ser encontradas nesse modo peculiar de ser da economia popular ou do trabalho: iniciativas que se desenvolvem nos setores populares; iniciativas associativas de pequenos grupos de pessoas ou familiares; experiências que dão lugar às organizações e aos empreendimentos; ações encaminhadas para enfrentar um conjunto de carências e necessidades concretas; iniciativas participativas, democráticas, autogestionárias e autônomas; iniciativas que tendem a ser integrais, articulando as dimensões econômica, social, educativa, pessoal, grupal e solidária e buscando satisfazer amplamente as

---

<sup>10</sup> Sobre a perspectiva do cooperativismo em Marx, de acordo com a qual os trabalhadores são vistos como seus “próprios capitalistas”, apresenta-se o contexto dessa discussão no Cap. V, em diálogo com Jossa (2005).

necessidades e as aspirações humanas; experiências que tendem a se coordenar com outras, com a formação de redes horizontais baseadas na troca de informações e nas ações conjuntas e na associação entre necessidades e construção social.

No contexto brasileiro, Singer (2003; 2011) conceitua esse tipo de economia como aquela que incorpora a organização de produtores, consumidores e poupadores, e que se distingue das demais por duas especificidades: (a) estimula a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão; (b) e, com ênfase nos mais desfavorecidos, pratica a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, e é a cooperativa uma das formas clássicas dessa espécie de empreendimento.

No entanto, quando os concebe, desconsideram-se o lugar e a funcionalidade que tais “empreendimentos solidários” historicamente passaram a ter, visto que se ancora direta ou indiretamente sua luta por “resistência” nas vias do trabalho ao modelo de reestruturação do capital. Em entrevista recente, Singer (2011, p.1) afirma reconhecer que o “[...] fracasso da experiência do socialismo científico proposto por Marx e Engels, é explicado por sua natureza essencialmente antidemocrática”. O autor, que, em 2012, era o secretário nacional de Economia Solidária e que assume na atualidade um posicionamento conciliatório no campo da economia política, afirma em entrevista recente que:

[...] a solução, porém, não passa pela adoção estrita do modelo capitalista de produção, mas por experiências socialistas já testadas com sucesso, como o cooperativismo. Essa é uma invenção socialista. A posse dos meios de produção é de todos, há democracia na gestão, através de assembléias, e os ganhos são distribuídos por critérios justos (SINGER, 2011, p. 2).

Em outra vertente, no que tange ao campo da autogestão, Tiriba (2001, p. 210) destaca a produção associada como lugar onde o mundo do trabalho “[...] é princípio e fim educativo, é fonte de produção de conhecimento e de novas práticas sociais, é fonte de produção de bens materiais e espirituais”. A autora lembra que não se trata da mera substituição do espaço educativo escolar, mas da necessidade de ampliação do conhecimento dos trabalhadores sobre o mundo do trabalho. Ressalta, ainda, o risco de que os objetivos que norteiam os processos educativos de formação dos trabalhadores se voltem apenas para a lógica da empregabilidade e da sobrevivência. Entretanto, Gutiérrez (2001) assinala que os interesses externos aos setores populares podem imputar a esse processo de formação uma lógica instrumental ao “[...] manter a atual estrutura produtiva, com uma roupagem modernizante, desconhecendo os objetivos e a natureza sociopolítica de todo o processo de desenvolvimento humano” (GUTIÉRREZ, 2001, p. 25).

Nasciutti (2001) corrobora Tiriba (2001) ao relatar algumas experiências com projetos de ação comunitária (oficinas, rádios comunitárias, reciclagens de lixo, oficinas profissionalizantes, creches, centros de lazer, música, artes, entre outras). Ressalta que, por mais distantes que tais experiências estejam das ações econômicas, culturais e ambientais que primem pela integralidade do ser humano em sua relação social mais global, o que se pode apreender são elementos ricos em aspectos da cidadania, do resgate de autoestima, da conscientização e da construção de sujeitos políticos a partir da superação da passividade e da ação coletiva organizada.

É fundamental elucidar que, embora a maioria desses empreendimentos tenha surgido ou ganhado impulso na conjuntura dos anos 1990, existem experiências anteriores que apontam para uma diversidade de demandas e de interesses, temporais e espaciais (GAIGER, 2004; MAPA - DENACOOOP, 2006).

Remontando aos anos 90, sobre a busca de ofensiva e “resistência”, em especial, dos movimentos populares às políticas impostas pelo grande capital e geridas por sua classe hegemônica, a burguesia brasileira acabou se sucedendo em meio às alianças políticas, antes negadas pelas bases e “[...] lideranças do chamado ‘novo sindicalismo’<sup>11</sup>, por egressos da luta armada dos anos 1960-70 e por facções progressistas da Igreja Católica” (MARIGIONE, 2004, p. 3). Tal classe, desse modo, consolidou o projeto neoliberal em favor de um novo pacto de desenvolvimento que não contempla nem intenciona uma mudança estrutural da sociedade; ao contrário, prima por sua manutenção.

Compreendemos que, aliada a essa conjuntura política e econômica, existe também uma sociabilidade que tende a superar essa “dada” realidade, composta pela ausência de equidade, de acesso aos fluxos energéticos e de uma justiça socioambiental ampliada (LOUREIRO, 2007). Nesse sentido, torna-se fundamental e necessária sua problematização, uma vez que essa sociabilidade é engendrada por diferentes e diversos conflitos e interesses a partir das mais variadas ordens e sujeitos.

Diante da multiplicidade de intenções imersas nesse campo, pensamos ser primordial “não jogar fora o bebê com a água de banho”<sup>12</sup> - as brechas da contradição capital-trabalho, capitalismo-trabalhadores, tarefa difícil, se não realizada de forma mais meticulosa dentro de

---

<sup>11</sup> O sindicalismo que ora tratava por tradição da expressão máxima de representação da classe trabalhadora, assim como os partidos, passou da categoria de um sindicalismo de classe a um sindicalismo de participação, desde que esta não fizesse questionamentos ao mercado e à legitimidade do lucro. Assim, seus traços anticapitalistas são abandonados e agora assegurar minimamente o direito ao trabalho e ao emprego é o objetivo (ANTUNES, 2011).

<sup>12</sup> Indicação de que no século passado, os bebês eram os últimos na escala de banho familiar, restando-lhes a água imprópria que deveria de fato ser desprezada.

uma perspectiva da totalidade da realidade concreta. Trata-se de um desafio teórico-metodológico, prático, intencionado na práxis, objetivo prioritário desta pesquisa.

Tais considerações estão longe de ser a trilha ideal e atrativa que percorreu o caminho desta tese. Todavia, há nelas uma intenção, em que se considera o caminho percorrido como pertencente à necessária atualização de perguntas em aberto ou que ainda se apresentam como tempo de revelação, porém uma revelação cunhada pelo fazer/pelo trabalho como criação humana.

#### 1.4 PROBLEMATIZANDO O CAMPO: O CONTEXTO

*Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado (MARX, 18 Brumário, 1852, p. 207).*

##### 1.4.1 A Permanência no Campo de Pesquisa: a Cooperativa e seu Lugar

Retornando a nossas inquietudes, àquelas dos momentos mais primordiais da pesquisa iniciada em 2003, por mais óbvias que aparentem ser: como sobrevivem os grupos sociais mais expropriados deste país? Como, sujeitos à margem da escolarização e das exigências do mundo do trabalho, em condições precárias de todas as ordens, constituem-se como pessoas? Como se organizam em torno do trabalho, constituem-no e por ele são constituídos? E acrescentamos: na COOPCARMO, como tem se dado a apropriação do trabalho e em que condições? Quem se beneficia e como se beneficia dele?

Nas condições atuais de desenvolvimento das forças produtivas, qual o lugar do trabalho associado, do cooperativismo popular, na luta de classes, na superação da desigualdade e da exclusão social, econômica e política?

A Cooperativa Mista de Coleta Seletiva e Reaproveitamento de Mesquita - COOPCARMO<sup>13</sup>, situada no Município de Mesquita, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, é uma organização autogestionada que funciona e se organiza por meio de seu grupo de trabalhadoras e trabalhadores em torno da disputa cotidiana pelo mercado de trabalho de resíduos sólidos, nome técnico empregado para o lixo considerado reaproveitável.

Atualmente, soma-se o número de 15 cooperados: 14 mulheres e 1 homem (APÊNDICE F). Em 2005, chegaram à marca de 25 cooperados, também, em sua maioria,

---

<sup>13</sup> O nome é oriundo da intrínseca relação existente entre a fundação da Cooperativa e a Comunidade Nossa Senhora do Carmo, lugar germinal do projeto.

mulheres. O quadro de baixa ou nenhuma escolarização ainda é presente, portanto, a princípio, os cooperados não têm qualificação para compor o mercado de trabalho formal. Contraditoriamente, é exatamente essa condição que os habilita como trabalhadoras (es) no campo dos resíduos sólidos, e agora, longe da “informalidade”, estão no mercado sob a forma cooperada desde 2003.

Mesmo já havendo apresentado, de modo breve, a Cooperativa, julgamos importante relatar e registrar mais densamente (GEERTZ, 1989) seu trajeto sócio-histórico<sup>14</sup>.

A Cooperativa se originou nos anos de 1992, nas paróquias e nas comunidades católicas de tradição das comunidades eclesiais de base, nos bairros de periferia de Santo Elias e Jacutinga – na época, ainda Município de Nova Iguaçu<sup>15</sup> –, ambos marcados por uma realidade social de abandono e precariedade. Foi estruturada a partir de uma experiência com a reciclagem de lixo não orgânico trazida pelo então pároco local da cidade de Santa Maria – RS.

Como a maioria das comunidades despossuídas de bens e acessos, os bairros são compostos de muitas famílias na linha de pobreza e, por vezes, abaixo dela, o que é o caso da indigência.

A maioria das famílias é gerida por mulheres, as quais, logo, assumem sua subsistência e sua manutenção. Grande parte delas, sem emprego, prestava serviços de cunho informal como diarista, cozinheira, faxineira e outros. Além do papel de provedora, essas mulheres ainda enfrentam a problemática da educação dos filhos, incluindo, nesse contexto, a ausência de creches públicas<sup>16</sup>. Em razão disso, muitas mães viviam, em especial, de doações oferecidas pela comunidade.

A proximidade dessa realidade levou o padre local a idealizar, em sua concepção, um projeto que pudesse agregar trabalho, renda e dignidade para essas famílias. Nesse contexto,

---

<sup>14</sup> Esse relato descritivo tem por base as entrevistas realizadas em 2005 e em 2011 junto aos cooperados e às pessoas que participaram inicialmente do projeto. Baseia-se ainda nas análises e nos registros documentais daqueles sujeitos como grupo (1993-2002) e, posteriormente, como Cooperativa (2003-2011); nas observações-simples e nas observações-participativas; e no vídeo produzido e dirigido por Noni Ostrower pelo CECIP/TVMaxambomba, em 2006, com o apoio da União Europeia.

<sup>15</sup> O município de Mesquita se emancipou de Nova Iguaçu em setembro de 1999. No capítulo VI, será realizado o detalhamento e a contextualização do município de Mesquita, em especial, na sua correlação com as atividades da Cooperativa.

<sup>16</sup> Na época, foi criada a Creche Comunitária Nossa Senhora da Aparecida, por iniciativa de uma das paróquias de base comunitária local, com apoio financeiro de Comunidades da Alemanha, as quais passaram a atender a demanda das famílias locais tendo em vista a ausência de políticas públicas. Decorridos quase 19 anos, dos quais há 13 anos Mesquita já era município, a cidade conta com nove creches municipais. Dentre elas, encontra-se a Creche Comunitária N. S. Aparecida (municipalizada) e mais outras três creches que tiveram a mesma origem comunitária eclesial (duas de comunidades católicas e duas de comunidades protestantes) (INEP, 2011). Mesquita possui 32 escolas municipais, incluindo um centro de referência em Educação Especial, e um número total de 15.425 matrículas nesses segmentos; possui, ainda, dez escolas estaduais (CENSO ESCOLAR, PMM, 2011).

divulgando nas missas das paróquias e nas comunidades locais, buscou apoio para dar início ao projeto que passou a se chamar “Lixo é vida”. Tal apoio viria sob alguns aspectos: (a) o convite feito às mulheres desempregadas para compor o grupo que daria início ao processo de formação para coleta, separação, organização e venda dos resíduos sólidos; (b) a mobilização da Diocese para viabilizar a disponibilização de um terreno<sup>17</sup> que comportasse a construção de um galpão para a ancoragem da coleta; (c) o envolvimento do maior número de pessoas possível, numa rede boca a boca, tanto para a separação espontânea do lixo nas casas, comércios, escolas etc, quanto em sua posterior recolha pelo grupo, o que passou a ser denominado de “entrepósito de coleta”; (d) a organização do grupo para a recolha, a qual, naquele momento, era realizada no sistema de carroças, conhecidas como “burro sem rabo”, e na mala de carros de pessoas da comunidade “colaboradoras” do projeto.

Era necessária a formação de lideranças e a busca de apoio do poder público municipal. Naquele momento, uma das mulheres assumiu a liderança do grupo. Seu relato é de que foi necessária uma mudança profunda de comportamento e de concepção de mundo e de si mesma – “precisei mudar dentro de mim” – para vencer o preconceito, em especial, aquele proveniente da própria família. Começaram também a surgir os problemas em torno da organização do trabalho: entrepostos distantes – como coletar?

A busca de apoio do poder público veio, por insistência do grupo, junto à Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu. O grupo conseguiu um caminhão com motorista para fazer a rota de coleta diária. Já em 2005, o grupo passou a contar com dois caminhões: um cedido em convênio, agora com a Prefeitura do Município de Mesquita, e outro adquirido pelo grupo em janeiro de 2005, por intermédio de apoio da ONG Belga Autre Terre.

Com um recolhimento de 25 a 28 mil toneladas/mês, os iniciais 450 entrepostos adjacentes ao bairro passaram a quase 1.450 em 2005, contando com os entrepostos de Nova Iguaçu, pois, desde 1999, já havia ocorrido a emancipação entre os municípios.

Outras “parcerias” público-privado foram sendo realizadas no decorrer dos anos, em especial na passagem de Projeto para a condição de Cooperativa. Pode ser citada, sobretudo, a ONG Belga Autre Terre e a Entretè Fraternité por intermédio do BBS – Brasil-Bélgica

---

<sup>17</sup> No terreno, existia um imóvel que havia sido doado à Mitra Diocesana em 31 de setembro de 1987. Consta na escritura que o local deveria ter fim específico para “construção de abrigo, lar, escola profissionalizante e obras sociais”, conforme Folha 1 da escritura de doação, Livro 346, Fls. 117 (Cartório do 2º ofício de Nova Iguaçu). Dessa forma, o imóvel foi cedido ao Projeto em contrato de comodato, ou seja, como empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, perfazendo-se com a tradição do objeto. Trata, portanto, de contrato benéfico, pelo qual uma pessoa entrega a outrem alguma coisa infungível, para que use graciosamente e, posteriormente, restitua-a, segundo dispõe o artigo 579, do Código Civil brasileiro.

Solidários, da Prefeitura Municipal de Mesquita, da Recicoleta (ligada a Tetra Pack), da Nova Pesquisa, do SEBRAE e da Petrobras/REDUC.

No ano de 2004, duas cooperadas, foram levadas pelo grupo da BBS à Bélgica com a finalidade de troca de experiências entre grupos cooperados de reciclagem. No ano seguinte, ocorreu o inverso: três trabalhadores (um homem e duas mulheres) belgas, que ficaram hospedados na comunidade local e foram incorporados na dinâmica diária de trabalho do grupo, vieram para estabelecer contato direto com o trabalho realizado pelas cooperadas brasileiras. Um fato significativo e oriundo dessa visita de cooperação foi o relatório enviado pela Bélgica à Cooperativa, o qual trazia para as trabalhadoras brasileiras, surpreendentemente, a visão eurocêntrica de ingerência sobre as precariedades e as dificuldades enfrentadas. De imediato, o grupo preparou, em dois dias, um relatório-resposta buscando destacar os princípios democráticos do grupo e chamando a atenção para a necessária ampliação da compreensão do contexto da América Latina e do Brasil.

Num trabalho que lembra um formigueiro ou uma colmeia organizada, o grupo promove e transporta toda a coleta para o galpão. Todos os dias se revezam a equipe externa – saída com o caminhão para a coleta nos entrepostos, em torno das 6h30min – e a equipe interna. No caminhão, a equipe externa realiza o trabalho em três etapas: o roteirista faz a checagem do roteiro da coleta nos entrepostos, conversando com os moradores ou pessoas responsáveis pela casa, pela escola, pelo comércio e pela empresa e deixando um comunicado impresso caso não haja ninguém para permitir a recolha; o volante sobe e desce do caminhão para depositar o material recolhido; e a caçambeira organiza o material no caminhão a fim de que caiba tudo que for recolhido na rota em realização.

Por vezes, dependendo do volume coletado, o caminhão retorna ao galpão da reciclagem para o primeiro despejo de materiais. Todos almoçam e retornam às atividades, já que ocorre outro retorno do caminhão no fim da tarde. Cabe lembrar que o caminhão atual, cedido pela prefeitura, cobre somente a área do município de Mesquita, enquanto o outro é utilizado para a coleta em municípios adjacentes, em especial no município de Nova Iguaçu, onde os entrepostos se constituem de fábricas, de repartições públicas e privadas (como os Correios e como as escolas públicas e privadas) e de entrepostos residenciais, no caso dos condomínios.

A equipe interna, após o despejo de materiais no galpão, inicia o processo de separação, o que foi um desafio para esse grupo no início, tendo em vista a infinidade de derivações de plásticos, papéis e outros materiais que ali se encontram. Após a minuciosa separação, os materiais precisam receber “tratamento” - beneficiamento, isto é, receber valor

agregado quando organizado e prensado devidamente (os fardos). A princípio, o galpão não possuía cobertura nem rampa para o despejo, o que dificultava e precarizava mais ainda o trabalho.

Além disso, essa equipe interna realiza todas as atividades de organização da Cooperativa as quais envolvem: documentação, contatos de venda, idas ao contador, confecção de atas, relatórios, contatos com órgãos públicos (como as escolas), prestação de contas, entre outras.

Nesse rumo, surgem outros desafios, tais como a aquisição e a manutenção de prensa, a necessária aprendizagem do manuseio e dos procedimentos de segurança do trabalho (incluem-se aqui demais equipamentos, tais como luvas, roupas e calçados apropriados), a busca de “legalização” dos procedimentos e os processos de trabalho e de seus “reconhecidos” trabalhadores.

A venda dos “produtos” foi e ainda é um grande desafio. Foi necessário aprender a negociar os materiais. No Rio de Janeiro, existe monopólio de recicladores-compradores, os quais se encontram em outros estados nacionais, tais como São Paulo e Belo Horizonte. Assim, como a Cooperativa não possui volume suficiente para lhes vender diretamente, acaba vendendo seus materiais para empresas que fazem a travessia.

A forma como o grupo apreendeu a autogestão é bastante interessante. Antes mediada pelo Padre paroquial, por assessores da comunidade e, depois, pela Autre Terre, a gestão passou com o tempo a pertencer ao próprio grupo, o que, a princípio, causou certo desconforto nas relações comunitárias entre Brasil e Bélgica. Os conselhos comunitários das comunidades locais queriam que as decisões do então Projeto passassem por aprovação paroquial prévia. Isto foi rejeitado pelo grupo, e assim também ocorreu com o “gerenciamento” vindo da Bélgica, via assessoramento no Brasil. No caso da ONG mais especificamente, existiram duas facilitadoras – uma belga e outra brasileira – que apoiaram o grupo de cooperados na fase pré-cooperativa e em sua constituição, isto é, nos primeiros passos. No sentido do tutoramento, ocorreram, então, duas grandes rupturas por opção do grupo e por ele assumidas.

Apesar da necessidade de autonomia, o grupo reconhece e destaca a importância da Autre Terre, que passou a acompanhar o então Projeto por meio do trabalho de um elemento facilitador que auxiliava o grupo a encontrar o caminho da autonomia, desde a organização dos documentos pessoais dos futuros cooperados até à documentação necessária à organização do projeto como Cooperativa. Foi um processo longo, de crescimento e nada simples. Muitas aprendizagens foram necessárias. Segundo os relatos, descobrir os caminhos

e, depois, “convencer” os sujeitos de que eles podiam trilhá-los não foi nada fácil. Desde 2007, a Autre Terre se encontra afastada dos processos cotidianos da Cooperativa.

Da mesma forma, os cooperados reconhecem o valor da idealização e da organização inicial do projeto. Sem isso, não haveria o começo e, com ele, também não haveria a possibilidade de existir e de existência de seus participantes, nos moldes e nas condições em que se encontram atualmente.

A auto-organização pode ser vista, seja em suas reuniões periódicas, nas atividades que levam até às escolas, às Universidades e à comunidade em geral, seja no contato com outros segmentos sociais, incluindo aí o poder público e o privado. Nessas ações, imersas na não formalidade educativa, encontram-se práticas cotidianas educativas – não colocadas aqui em discussão, pois não tratam da especificidade desta pesquisa, embora venham de um fazer-ação intencionado e, portanto, da práxis.

A divisão do trabalho e da renda é também significativa, até porque se baseia no exercício coletivo: trata-se da dinâmica de revezamento entre ficar na separação do lixo ou seguir com o caminhão para realizar a coleta, entre participar das reuniões, dos encontros com outros grupos cooperados de reciclagem e ambientais ou ir às escolas falar sobre a experiência do trabalho realizado. Além de a renda ser dividida sob a forma de partilha, em partes iguais, após o desconto de percentual de 20% para cumprir pagamento de despesas de funcionamento e de 15% para manutenção e seguro do caminhão, existe ainda uma espécie de cota de reserva do grupo, o que na nomenclatura do cooperativismo é denominado “sobra” (NASCIUTTI, 2001). Com o advento da legalização da Cooperativa, outros encargos e outras contribuições surgiram, mas o sistema de “sobra” permanece.

O recolhimento para a Previdência Social é realizado regularmente e, hoje, é de responsabilidade de cada cooperado em caráter obrigatório. Esses sujeitos também primaram por realizar um seguro de vida e acidente, dada a periculosidade da atividade realizada. Tal seguro recebe anualmente apoio financeiro da Bélgica e é destinado especificamente para essa finalidade e para o custeio da alimentação dos cooperados. As refeições, até este ano, eram feitas num pequeno refeitório, que funcionou muito precariamente (geladeira, fogão, mesas e cadeiras, utensílios etc.) e que, agora, encontra-se em reforma com a intenção de melhorar as condições de atendimento aos cooperados.

Ademais, atualmente, existem algumas funções específicas dentro da cooperativa, a exemplo de uma das cooperadas responsável pela cozinha e por todo o seu funcionamento, desde as compras e a higienização do local até à feitura dos alimentos, os quais são oferecidos em três momentos: o café da manhã, o almoço e o lanche da tarde. Outra especificidade é que

um dos cooperados já recebeu sua aposentadoria e, a partir deste ano, passa à categoria de ex-cooperado, embora assuma a função de vigia do galpão<sup>18</sup>.

Em dados atualizados até novembro de 2010, a atual presidente da COOPCARMO, Eliane Tibúrcio, informou que a Cooperativa recolheu, no ano de 2010, 665 toneladas de material reciclável. Eliane atribui o fato ao trabalho realizado pelo “fator nós (Cooperativa) e Entrepósitos (vocês)”.

Em 2010, o trabalho do grupo foi reconhecido como Serviço de Utilidade Pública. Com isso, a Cooperativa recebeu os Prêmios “FUNASA – Fundação Nacional de Saúde” e “CEMPRE- Compromisso Empresarial para a Reciclagem”, como a melhor cooperativa do Estado do Rio de Janeiro e da região Sudeste. Também, por duas vezes (2006 e 2010), o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE premiou a liderança das duas primeiras gestões na categoria Mulheres Empreendedoras.

Ao longo do tempo, aconteceram os convênios e as “parcerias” com várias empresas públicas e privadas. Dentre elas, destacamos a Petrobras/REDUC, que, com o Tribunal Contas do Estado, envia ao galpão, diariamente, uma caçamba de material reciclável. Em 2011, a Cooperativa recebeu também o material do Polo Industrial do Rio de Janeiro. A proximidade com o poder público local se firmou ao longo dos anos por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente – SEMUAM, que, no apoio à Cooperativa, cede um motorista (o qual faz a rota no caminhão da própria COOPCARMO) e um outro caminhão (também com motorista) para a ampliação da rota. Entretanto, segundo a atual presidente da Cooperativa, esse caminhão foi liberado pela Cooperativa para que a recolha e o destino dos materiais ficassem a cargo dos grupos de catadores iniciantes existentes no município.

A correlação entre o grupo e a SEMUAM, por intermédio da Secretaria de Educação – SME, avançou também em direção à Educação Ambiental - EA do Município. A SME, em conjunto com o Programa de EA da SEMUAM, estabeleceu que a Cooperativa seria um dos pontos de visita das escolas da rede, tanto no movimento de as turmas visitarem o espaço, quanto no movimento de o grupo de cooperadas, por representação, ir às escolas. Isto é articulado de forma que não haja prejuízo no “tempo” de trabalho da Cooperativa, mas, de

---

<sup>18</sup> Trata-se de um terreno de 6.065 m<sup>2</sup>, com 742 m<sup>2</sup> de área construída, com Escritura e Registro Geral de Imóveis e com Certidão de Zoneamento 312/SEMUAM/2004. Nele, constam: um galpão com cobertura, uma rampa para despejo/separação prévia do material, algumas bancadas móveis para separação, duas prensas, um refeitório-cozinha, alguns banheiros com vestiários feminino e masculino, um pequeno escritório e um salão onde funciona o Bazar - espaço onde o grupo, por revezamento, organiza doações de roupas, calçados, acessórios e outros objetos (é aberto à comunidade local para vendas). O valor advindo dessa atividade é revertido para a complementação da verba anual vinda da Bélgica e já descrita acima.

alguma forma, as visitas se incorporam a ele, durante a execução do trabalho. A mesma acolhida é dada às escolas estaduais e privadas, locais e adjacentes.

O mesmo movimento se dá para a participação dos cooperados em reuniões, encontros, visitas e atividades externas, assim como para o recebimento de visitantes com interesses bastante distintos.

Para 2013, a cooperativa tem planejamento de aquisição de mais um caminhão próprio, como é o atual. Além dessa cooperação PMM-COOPCARMO, a formação dos catadores em suas respectivas cooperativas<sup>19</sup>, as quais compõem o projeto de coleta seletiva do município, é realizada pela própria COOPCARMO. A partir de uma de suas lideranças, que, sistematicamente, vai aos galpões municipais falar da experiência de organização da Cooperativa e de seus cooperados, realiza-se, assim, um processo formativo entre pares, uma vez que a tentativa da SEMUAM de realizar isso via técnicos foi infrutífera.

Nesse contexto, por si só contraditório, o movimento de constituição da Cooperativa se alinha ora com os macros movimentos políticos e econômicos, ora com seu universo micro, mais regional, Baixada Fluminense, que também está mergulhado na ótica macro.

Mesquita, que hoje é cidade, mas já foi bairro do Município de Nova Iguaçu, é um dos mais novos municípios da Baixada Fluminense, como já dito. Emancipado em setembro de 1999, possui uma população de 168.403 habitantes (IBGE, 2010) e uma área de 41,60 km<sup>2</sup>, dos quais 70% são de área verde (PMM/SEMUAM/FCEPERJ- 06/2009). Detém tradição participativa, tendo em vista sua história de ligação com os movimentos sociais emancipatórios e militantes das décadas de 80, em especial com aqueles ligados às Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, no caso a Juventude Operária Católica - JOC e a Pastoral da Juventude - PJ, e com base na Teologia da Libertação, que vivia sua força, sobretudo, nos países latino-americanos.

Essa influência se acentuou com a condução da Igreja Católica de Nova Iguaçu por Dom Adriano Hipólito, Bispo de carisma progressista voltado para as causas populares e de justiça da Baixada Fluminense. Junto a esse movimento, característico da região, mixava-se a militância partidária do Partido dos Trabalhadores - PT que, em seu movimento histórico,

---

<sup>19</sup> Existem, atualmente, quatro galpões para o armazenamento da coleta seletiva da cidade, a qual vem sendo realizada tanto por caminhões da própria prefeitura (através de serviço terceirizado junto à empresa LOCANTY), como por catadores (“ex-viradores de latas”) em processo de formação e que vislumbram futura organização do trabalho em cooperativas. Sobre isso, falaremos mais especificamente no capítulo VI desta tese.

alinha-se à “busca” de justiça social. Além disso, outros movimentos de ordem cultural, social, religiosa e política se moviam no futuro município<sup>20</sup>.

As atividades realizadas na Cooperativa e suas formas de interação social se caracterizam por alguns objetivos específicos primordiais para o grupo (alguns desses objetivos já constam da descrição realizada nesta tese). Um deles é chamado de lema – “Lixo é Vida” –, porque “[...] o lixo gera trabalho, trabalho gera renda, renda devolve a dignidade e a possibilidade de prover a própria vida e a própria história” (VITÓRIA, 2003, apud SANTOS, 2003, p. 9).

## 1.5 OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

### 1.5.1 Dos Objetivos

O objetivo geral desta tese é o de compreender tanto as contradições do trabalho (cooperado), advindas da "contradição" capital-trabalho, partindo das relações de produção da Cooperativa de trabalho em resíduos sólidos – a COOPCARMO – no período 2003 a 2011, quanto de apreender como essas contradições e essas relações de produção contribuem ou não com novas sociabilidades entre ser humano-natureza. Os objetivos específicos resumem-se a: (a) aprofundar a discussão da dialética do trabalho, de seu sentido na produção capitalista e, na produção capitalista, do trabalho autogestionado, localizando o cooperativismo popular ou o periférico; (b) discutir os processos de hegemonia e contra-hegemonia no campo da economia do trabalho no tocante ao Estado, às classes e aos movimentos sociais, estes últimos tomados aqui como sociedade civil organizada e popular (categoria povo)<sup>21</sup>; (c) apresentar a crítica à economia associada, como alternativa de produção, e, com isso, delinear a economia da reciclagem: o cooperativismo brasileiro, organização econômica popular; e (d) identificar, por meio das relações de produção da COOPCARMO, sentidos e concretudes que possam apoiar a problematização da produção associada, em especial, daquelas mais diretamente voltadas ao campo das questões socioambientais.

<sup>20</sup> A participação da pesquisadora nesse contexto se deu como moradora da localidade desde o ano de 1965 e, então, partícipe desse movimento histórico da cidade.

<sup>21</sup> A categoria povo é uma expressão utilizada por Leher (2008) para distinguir a maioria da população, despossuída de condições materiais, que necessita ser considerada no campo da diferença e não apenas no da diversidade, em se tratando da categoria Sociedade Civil. Montañó (1992), no mesmo sentido, dado seu contexto, toma a categoria povo por popular.

### 1.5.2 Justificativa e Relevância

*Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária (MARX, 1985, p. 939).*

Em que uma pesquisa junto a trabalhadoras e trabalhadores cooperados em torno do lixo pode acrescentar ao campo socioambiental e ao campo da organização comunitária? É necessário tornar aparente a essência (MARX, 1985, KOSIK, 2010), dessas prováveis e possíveis contribuições.

Segundo Layrargues (2009), a intermitente relação da Educação Ambiental, como campo de ação das questões socioambientais, com reprodução social, pode guardar em si tanto a possibilidade de manutenção do quadro de degradação humana e de injustiça socioambiental, quanto a possibilidade de transformação social, sendo necessário torná-las distintas política e ideologicamente.

Nessa direção, o autor destaca que o epicentro do dilema da nossa civilização, como sociedade complexa, gira em torno da geração de riquezas e de sua distribuição: a economia ficando encarregada da primeira e a política, da segunda. Essa relação acaba por ser definida por sistemas político-ideológicos que se decidem e se redecidem dadas suas intencionalidades. Logo, longe de neutralidades, tais sistemas buscam decidir por quais vias tal distribuição deve ocorrer para o bem-estar social dessa dada coletividade. Assim,

*Se uns acreditam que as sociedades devem ser as mais igualitárias possíveis, cabendo à Política um papel preponderante sobre a Economia, permitindo a máxima distribuição das riquezas produzidas na coletividade, outros entendem que as sociedades devem ser o mais livres possível, minimizando a interferência da Política sobre a Economia, permitindo a acumulação da riqueza gerada entre aqueles que tomaram a iniciativa de produzir riquezas. Observa-se nessa correlação de forças não apenas a clivagem esquerda versus direita, mas o conflito entre os valores cooperativos e solidários, daqueles que desejam sociedades majoritariamente igualitárias e os valores competitivos e individualistas daqueles que desejam sociedades majoritariamente livres, que se manifestam cotidianamente na disputa do poder pela prevalência da Política sobre a Economia e vice-versa (LAYRARGUES, 2009, p. 22).*

Sabe-se qual desses sistemas vigora e se afirma hegemonicamente em nossa sociedade, assim como se sabe por quais formas ele atualizou e reatualizou tal hegemonia ao longo dos séculos. Tal sistema cumpriu tais metas por intermédio da afirmativa de suas próprias contradições e da relação capital-trabalho, com submissão às necessidades de mercado geradas para muito além do necessário à sobrevivência, o que afetou (e afeta)

metabolicamente a sociedade de forma ampla e “[...] em todas as dimensões da vida humana” (LAYRARGUES, 2009, p. 23).

Nesse contexto, a precarização da vida humana se amplia largamente “[...] para além do consumo e renda, incluindo fatores relacionados à saúde, educação, saneamento, habitação, segurança, entre outros” (LOUREIRO; BARBOSA; ZBOROWSKI, 2009, p. 84). Origina, assim, uma desigualdade social multifacetada, de difícil compreensão, e, na medida em que não é contextualizada dentro de um plano estrutural das relações de domínio da produção e distribuição, perde sua potencialidade coletiva de transformação social.

É nesse sentido que compreendemos que este trabalho encontra ponto de inserção tanto no campo da economia popular comunitária, como no campo socioambiental, uma vez que tais áreas são tomadas como indissociáveis e de mútua implicação para o avanço nos debates por uma sociedade socialmente e ambientalmente justa.

Retomando ainda as contribuições da pesquisa realizada pela autora, foram realizadas algumas publicações e que colaboraram para a compreensão e a escolha do caminho trilhado neste momento. Na revista “Trabalho, Educação e Saúde”, da Fiocruz, o editorial (PEREIRA, ET AL. 2009). faz as seguintes ponderações sobre o teor do artigo publicado em 2009 por Santos e Deluiz:

O contexto no qual se ampliam as experiências que podem ser **categorizadas como de economia popular**, suas singularidades em termos de **produzir formas de organizar o trabalho e as relações de trabalho**, e ainda, suas inflexões sobre o processo de educação popular constituem os eixos de discussão encontrados no referido artigo (PEREIRA et al, 2009, p. 208, grifo nosso).

A Revista Portuguesa de Educação - RPE também analisa, por meio de seu editorial (DIONÍSIO, 2009), o contexto do artigo publicado, destacando que o texto apresenta:

[...] na perspectiva de uma “educação popular crítica”, um projecto de economia popular. Do estudo ressaltam as **contribuições no âmbito social, económico, educativo e ambiental do movimento social investigado**, com destaque, entre outros aspectos, para a interação “estabelecida entre a escola e pela inclusão através do **reapoderamento do espaço social**” (DIONÍSIO, 2009, p. 6, grifo nosso).

Foi possível ainda, no decorrer do doutorado e, especificamente, no processo de pesquisa, produzir alguns artigos que problematizaram temáticas e categorias – tais como Estado, Sociedade Civil, Participação e Participação Popular, Economia Popular, Políticas Públicas em EA – que apoiassem o estudo de campo e a compreensão teórica e metodológica desta tese. Desse fazer, resultou a participação em importantes espaços de discussão e

produção nas áreas ambiental e educacional, tais como na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED (SANTOS, 2009; SANTOS, 2010b), no Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino - ENDIPE (SANTOS; LOUREIRO, 2009a), no Encontro Nacional da Associação de Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ENANPPAS (SANTOS; LOUREIRO, 2010), na Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP (SANTOS, 2011) e no Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental - EPEA (SANTOS; LOUREIRO, 2009b; SANTOS; LOUREIRO, 2011).

Tais contribuições trazidas ao debate, mesmo que modestas, pretendem apoiar o campo de disputas da arena social e apontam para a importância dos processos associativos populares e sua necessária problematização. Em especial, enfatizam-se os processos que tratam de geração de trabalho e renda de comunidades expropriadas, como possibilidade de contraponto, em sua contradição, à crise estrutural do mundo do trabalho e à socioambiental, provocando novas formas de pensar as relações entre trabalho, natureza e educação (SANTOS, 2009).

Também em Novaes (2009), encontramos valiosa revisão bibliográfica das teses de doutorado e das dissertações apresentadas nos programas de pós-graduação nas áreas de Educação, Serviço Social e Ciências Sociais, de universidades brasileiras, públicas e privadas, entre 1999 e 2006. Procuramos, então, agrupar a essa revisão a atualização que realizamos a fim de cobrir também o período de 2007 a 2011. Buscamos as pesquisas (Apêndice E), que tratavam das temáticas da autogestão, do cooperativismo, da economia do trabalho e solidária, da educação popular e do trabalho associado, em especial, as voltadas às cooperativas de reciclagem, e guardamos aspectos a serem explorados, tais como os propostos por esta tese.

Se nossa opção era a de permanecer no mesmo campo de pesquisa, agora tendo como recorte específico as relações de produção da cooperativa, isto foi consolidado pelas pistas que surgiram das leituras e da revisão bibliográfica realizada, com especial atenção às realizadas por Novaes (2007; 2009; 2010).

O referido autor observou que, nas produções em torno da economia do trabalho ou da economia popular, as discussões estavam muito especificamente localizadas nos processos educativos do trabalho como magnífica escola. Tais processos dispensavam as contribuições advindas das revoluções do século XX para a melhor compreensão do mundo do trabalho, de sua sociabilidade e da sociabilidade de seus trabalhadores. Logo, no trabalho cooperado, no cerne do neoliberalismo, e como já dito, entre essas questões lançadas ao levantamento de área, encontrava-se nossa dissertação.

Dessa forma, no que tange ao aprofundamento teórico-crítico sobre o papel da produção associada em nosso país, sobre sua intrínseca relação com a Sociedade Civil (como povo e popular - trabalhadores) e sobre a existência dessa sociedade (como “resistência” e contradição à forma hegemônica de produção), as lacunas existentes contribuíram como amálgama suficiente para a realização desta tese.

Por fim, mas não menos importante, oportuniza-se a visibilidade do trabalho, assumido pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores da COOPCARMO como arena de luta e fonte de resistência, e busca-se trazer esses sujeitos para o protagonismo dessas discussões. Afinal, no que se refere à práxis, eles já se encontram no plano concreto da importância social que ocupam, mesmo que, em dada conjuntura, este seja ainda funcional ao mercado e ao desemprego estrutural.

## 1.6 O DESENHO DA TESE

Este estudo, além das considerações finais, foi estruturado em seis etapas. Inicialmente, há uma apresentação pessoal-profissional-acadêmica, em que buscamos partilhar um pouco de nossa trajetória-memória. Em seguida, o *Capítulo I – Apresentação e Introdução* é composto: pelas inquietudes e pelo resgate da pesquisa realizada no mestrado, a qual terá continuidade nesta tese; pela introdução, que buscou orientar e problematizar o campo da pesquisa; pela contextualização do campo; pelos objetivos, justificativa e relevância; e, por fim, pelo desenho de apresentação da pesquisa.

A seguir, no *Capítulo II – Dos Pressupostos Metodológicos*, buscamos apresentar as construções teórico-metodológicas adotadas, sob o aporte do materialismo histórico-dialético (referências ao longo do corpo e ao final dessa tese), em Marx e apoiada também em Kosik, em especial no que concerne aos conceitos de realidade concreta, totalidade e contradição. Apresentamos ainda os caminhos e os procedimentos metodológicos adotados: estratégias, instrumentos e recursos, além do estudo de caso no contexto da totalidade.

No *Capítulo III – Sobre a dialética do Trabalho*, o referencial teórico buscou dar suporte à pesquisa, sob a perspectiva de três eixos: a) Trabalho ontológico: natureza e significados do trabalho em Engels e Marx, b) Processos de trabalho e valorização em Marx, e c) O sentido da concretude do trabalho na produção capitalista, os dois últimos, em Marx.

No *Capítulo IV – Estado e Sociedade Civil no contexto das novas sociabilidades neoliberais e do (sobre) trabalho*, apresentam-se três focos: a) Conceituando Estado-Sociedade Civil, e esta como Sociedade Civil contextualizada; b) Estado, (contra) reforma e

Sociedade Civil; e c) Sociedade Civil, Movimento Sociais e os “Novos” Movimentos Sociais, considerando o papel e o lugar dos Movimentos Sociais no atual cenário social.

No *Capítulo V – Do cooperativismo e do mercado da reciclagem - conflito, resistência e contradição*, delineiam-se: a) De olho no Cooperativismo e na autogestão, b) Da (re) produção associada da reciclagem, da condução social, econômica e política, e c) Do Popular e do Conflito Socioambiental, entre a Reorganização das Relações de Produção.

No *Capítulo VI – Das relações de (re) produção na COOPCARMO, de contradição em contradição... Sentidos e concretudes*, discutem-se: a) A COOPCARMO, práticas, domínio, condições e lutas do trabalho nas contradições das relações de (re) produção, e b) Para além da COOPCARMO - as relações de (re) produção associada no município de Mesquita, via coleta seletiva. Nesse momento do texto, pretende-se garantir e ampliar as discussões provenientes do trabalho de levantamento documental prévio e do campo. Em especial, foca-se o Cooperativismo, numa leitura marxista, sob o princípio da contradição capital-trabalho, e os sentidos do Cooperativismo da reciclagem como economia social e como funcional ao mercado, na sociabilidade do mundo do trabalho como práxis socioambiental sob o olhar dos Cooperados, dos Entrepósitos, da Gestão Pública e do mercado.

Por fim, produzimos um fechamento provisório da pesquisa: as considerações finais, provisórias e em torno das muitas contradições oriundas da contradição capital-trabalho, foco desta pesquisa, a qual, ao problematizar as situações vivenciadas no trabalho cooperado da reciclagem, pode apoiar a condução de transformações nas relações de produção, em busca da superação de tal contradição.

## 2 DOS PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

*Eu chego normalmente às seis horas da manhã, eu sou a primeira a chegar. Faço o café, dou o café ao pessoal, e depois do café eu já começo a movimentar o almoço, meio-dia a gente dá o almoço, depois eu arrumo a cozinha, eu faço o café da tarde, eu já deixo o café pronto, porque como cozinheira eu não posso estar lá na área do lixo, não é? Então o meu trabalho é esse, faço o café, o almoço, arrumar e organizar a cozinha (Giovana).*

A forma de disposição da vida é mesmo um desafio. Precisa-se de, pelo menos, uma atitude de escolha para realizá-la, ainda que por uma tendência ou por um estilo determinado. No entanto, acabamos por carecer de um artifício como garantia dessa organização, carecemos de um método. Dependendo da escolha realizada, maneiras diferenciadas de condução dessa organização e de sua compreensão passarão a ser constituídas tanto de modo pessoal quanto coletivo, uma vez que se trata de esferas interferentes.

Neto (2011) destaca a centralidade da questão do método como um dos elementos mais polêmicos da teoria social e de natureza filosófica. Lembra, ainda, que, por dentro dessas polêmicas, não se encontram apenas considerações em torno do método e de sua natureza propriamente ditos. Encontram-se também indicativos político-ideológicos, como os que concernem a Marx em sua teoria social, uma vez que esta contém em si a própria práxis, o que, historicamente, parece ameaçar as “democracias” sociais.

Justamente, porque práxis – e, a nosso ver, práxis de elucidação das formas de organizações sociais –, por ela optamos, organizando as delimitações metodológicas que conduziram a tese, dividindo então este capítulo em duas seções: a primeira que buscou apresentar o método dialético e, com ele, as concepções de realidade concreta, princípio da totalidade e da contradição; e a segunda que apresenta o trajeto percorrido na condução, na organização e na sistematização da pesquisa realizada para esta tese.

### 2.1 DIALÉTICA MARXISTA

O concreto é concreto, diz Marx, porque é a síntese de diversas determinações, portanto, unidade do múltiplo (MARX, 1996, p. 23)

A condução teórico-metodológica assumida tem como diretriz a teoria crítica a partir da dialética marxista. Esta, fruto de profunda e longa reflexão de Marx, como nos lembra Neto (2011), teve por base as consideráveis forças do pensamento moderno, a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês, e se propôs a trabalhar criticamente sobre os conhecimentos já produzidos. Tal análise crítica intencionou não a mera negação da

produção científica já existente, mas analisá-la em seus fundamentos, suas condições e seus limites dentro dos processos históricos a que pertencia.

Cabe então elucidar a intenção de Marx em relação à crítica, que, por vezes, interpretada de forma reducionista, perde seu sentido e intento. Tomamos aqui, na condução desta tese, como nossas as palavras de Marx, quando da Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel: “[...] a crítica arrancou as flores imaginárias que enfeitavam as cadeias, não para que o homem use as cadeias sem qualquer fantasia ou consolação, mas para que se liberte das cadeias e apanhe a flor viva” (MARX, 1843, p.1).

O foco de Marx, também nosso, é descobrir, por meio da análise da sociedade, a sua estrutura e a sua dinâmica (NETO, 2011). Em outras palavras, pelo materialismo histórico-dialético, enfocam-se as condições que determinam o início do movimento dos sujeitos e o modo como estes se constituem e se encaminham a partir dessas mesmas condições primeiras. Para Marx (1986), o tensionamento desse encaminhamento é permanente. É necessário contextualizá-lo, consistindo aí a própria dialética. Trata-se de conhecer o objeto em sua composição e a atividade em seu lócus, como se apresenta concretamente (NETO, 2011), a despeito do que se deseje ou do que se espere dele. Afirma Marx (1982, p. 16, grifos do autor):

Meu método dialético, por fundamento, difere do método hegeliano sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real, é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, **o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado.**

O componente dialético afirma que a realidade concreta não é uma substância estática numa unidade indiferenciada. É uma unidade diferenciada e especificamente contraditória: o conflito dos contrários faz avançar a realidade num processo histórico de transformação progressiva e constante, tanto evolucionária, como revolucionária, e, em suas transformações revolucionárias ou descontínuas, dá origem à novidade qualitativa autêntica.

Reconhecemos a importância da centralidade da práxis, proposta por Marx, na vida humana, em suas relações de (re) produção no convívio social e na ênfase da significação do trabalho na transformação da natureza e no papel de mediador das relações sociais – ditas aqui, socioambientais, as quais, em si, guardam a limitação histórica, já que: “[...] não existem princípios eternos, nem verdades absolutas, todas as teorias, doutrinas e interpretações da realidade [...], sendo esse o coração do método dialético, o primeiro elemento do método e da análise dialética” (LÖWY, 2003, p. 16).

É fundamental recuperar em Marx o trabalho como um tipo de práxis que funda o ser social. Para tanto, recorreremos a Neto (2011). A economia política apresenta o trabalho como criador de valor; todavia, para muito além disso, reconhece-o como uma categoria primordial para a compreensão das atividades econômicas humanas: “[...] uma categoria central para a compreensão do próprio fenômeno humano-social” (NETO, 2011, p. 29).

Nesse sentido, o trabalho necessita de instrumentos de mediação, de habilidades e de conhecimento, pois há de se aprender o trabalho. Também não trata apenas de ser realizado para atender necessidades fixas. Ele atende uma infinidade delas, as quais possuem ainda dinamicidade e, portanto, apresentam-se, sempre, como necessidades originais advindas desse movimento. Dessa forma, o ser humano se distancia da natureza, das determinações meramente genéticas (NETO, 2011).

A relação concepção-execução de tarefas, a divisão trabalho intelectual-manual (MARX, 1985), destaca que todo e qualquer estado de divisão do trabalho, determina as relações das pessoas, no que tange a referência material, suas condições objetivas de existência, mas também às subjetivas, num movimento permanente. Para Marx (1985), o

o entendimento correto da divisão do trabalho na manufatura é essencial atentar para os seguintes pontos: antes de mais nada, a análise do processo de produção em suas fases particulares coincide inteiramente com a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais. Composta ou simples, a execução continua artesanal e portanto dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento. O ofício permanece a base. Essa estreita base técnica exclui uma análise verdadeiramente científica do processo de produção, pois cada processo parcial percorrido pelo produto tem que poder ser realizado como trabalho parcial artesanal. Precisamente por continuar sendo a habilidade manual a base do processo de produção é que cada trabalhador é apropriado exclusivamente para uma função parcial e sua força de trabalho é transformada por toda vida em órgão dessa função parcial. Finalmente, essa divisão do trabalho é uma espécie particular da cooperação e algumas de suas vantagens decorrem da natureza geral e não dessa forma particular da cooperação (MARX, 1985, p. 455)

Seguindo, Marx (1985), destaca que, a fragmentação do trabalho, trata da trabalhador mutilação do trabalhador, transformando-o em trabalhador parcial:

[...] as potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado porque desaparecem por muitos lados. O que os trabalhadores parciais perdem, concentra-se no capital com que se confrontam. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a

ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital (MARX, 1985, p. 475).

O trabalho também trata de ser atividade coletiva. Não por ser gregário-natural, como nos lembra Neto (2011), mas por vincular indivíduos que operam com objetivos específicos. Dada essa coletividade, o trabalho se torna social. Ao alterarem-se materialmente, sujeito, coletivo e natureza adquirem origem prática, deixam de operar apenas metabolicamente e se assumem como seres sociais. Portanto, a humanidade se constitui no e pelo trabalho, num processo histórico de práxis social.

Dessa forma, o lugar desta pesquisa trata da "contradição" capital-trabalho, e da luta de 'contrários' - luta de classes, capitalismo-trabalhador, uma vez que relacionada aos interesses de cada um desses 'contrários' em desenvolver a sociedade em um determinado sentido. Tal luta é motor histórico-social parcial, movimento que pode levar a negociação na conquista de direitos e ou ser total, na reversão do modo de produção capitalista - revolução social, em busca de um outro tipo de desenvolvimento social, que guarde categorias equânimes de justiça socioambiental.

A especificidade da pesquisa, guarda então a "contradição" entre trabalho e capitalismo problematizados, assim como as diversas e complexas contradições daí provenientes, por intermédio do cooperativismo como autogestão e, ainda, mais especificamente, por meio do trabalho de uma experiência cooperada. Esse estudo de caso traz intrinsecamente as questões socioambientais ligadas a tal contradição/contradições e a seu necessário tensionamento, incluindo o sentido a que se refere Loureiro (2006, p.43) no que toca o lugar da produção da pesquisa:

É necessário fazer crítica à própria educação em seus espaços institucionalizados. Educadores e pesquisadores, ao olharem para a educação ambiental como algo homogêneo, sem tensionamentos e disputas internas, e como se esta tivesse uma inerente compreensão instrumental e comportamentalista do processo educativo, reduzida às relações ecológicas, ignoram sua dinâmica e relevante contribuição para o repensar das questões sociais contemporâneas, da vida e da existência na natureza.

Justo por isso, o objetivo do pesquisador, e aqui, desta pesquisadora, necessita transcender a aparência dos objetos como fenômenos, já que se trata de um dos níveis da realidade que não a comportam em totalidade. Torna-se imperativo chegar à estrutura e à dinâmica do objeto, isto é, à sua essência, a qual, sintetizada pelo pesquisador, passa a ser reproduzida via seu pensamento (NETO, 2011). Entretanto, desse modo, guardam-se a profundidade e a densidade que, empreendidas na análise daquele dado objeto ou daquela

dada realidade, configuram-se dentro de um plano ampliado de compreensão (não meramente de interpretação).

Feitas essas considerações, cabe ainda sinalizar, para a responsabilidade desta pesquisadora sobre os encaminhamentos desta tese, sem neutralidade, que eu (como pesquisadora) e os sujeitos envolvidos na pesquisa estamos ligados à (re) produção ampliada de suas vidas e de seus relacionamentos como natureza e com a natureza. Nesse sentido, a atividade do sujeito pesquisador é de fundamental importância para Marx (1982, p. 16), pois esse sujeito “[...] tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas”, o que nada tem a ver com rigidez, mecanização e passividade do pesquisador. Ainda nessa direção, Neto (2011) afirma que os instrumentos e as técnicas de pesquisa, desenvolvidos ao longo do último século, devem ser reconhecidos como elementos (e não método). Trata-se de instrumentos e técnicas que podem apoiar o pesquisador na apreensão do objeto de pesquisa. Alega Marx (1982, p.16) que “[...] só depois de concluído este trabalho [de investigação] é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada”.

Nesse caminho, três categorias básicas de construção teórico-metodológica da dialética marxista apoiaram a pesquisa e a construção desta tese como um todo. Os conceitos de realidade concreta e de totalidade e o princípio da "contradição" <sup>22</sup>, basilares tanto para a composição da discussão sobre os conceitos e os fundamentos teóricos, aos quais recorreremos e nos amparamos como suporte técnico-teórico da tese, quanto à leitura e à releitura da realidade delimitada e das informações e observações advindas do campo, em seus pontos e contrapontos.

### **2.1.1 A Realidade Concreta, a Totalidade e o Princípio da "Contradição"**

Segundo Marx e Engels (1992), o ponto primordial para o entendimento da realidade como parcial e limitada advém da divisão social do trabalho. Nesta, a separação entre trabalho manual e intelectual ganha corpo ao se consolidar ideologicamente a produção de ideias e de uma consciência como plenamente autônomas e independentes. Este é o cerne histórico e

---

<sup>22</sup> Sendo a **contradição** uma categoria oriunda da luta entre capital e trabalho, e de considerarmos nesse sentido, ser ela a origem de todas as demais **contradições**, provenientes dos mais variados interesses sociais antagônicos, passamos a adotar daqui em diante a categoria "contradição" assim destacada, para nos referirmos a sua gênese e diferenciá-la do termo **contradições**, que busca expressar e apontar os conflitos sociais dessa gênese provenientes.

ideológico da segregação da visão da totalidade concreta, de nossa forma de pensar e conceber o mundo. Para os referidos autores, a sociedade não trata de coisas acabadas, mas de relações em processo e, nesse sentido, é inegável que tais relações se organizam em torno da forma de produzir e gerir a existência. E acrescenta Marx (2009, p. 245): “[...] o que é a sociedade qualquer que seja a sua forma? O produto da ação recíproca dos homens”. Dessa forma, para Marx e Engels:

[...] o ser social - e a sociabilidade resulta elementarmente do trabalho, que constituirá o modelo da *práxis* - é um processo, movimento que se dinamiza em contradições, cuja superação o conduza a patamares de crescente complexidade, nos quais novas contradições impulsionam a outras superações (NETO, 2011, p. 31).

O concreto em Marx (1983) ou a totalidade concreta (KOSIK, 2010) afirmam a necessária compreensão de que a realidade, vista como fixa, inerte e inalterável, é diametralmente oposta à noção de uma dialética da totalidade como dinâmica e historicamente constituída.

Assim compreendida, a questão da totalidade articula a realidade social com o conjunto, com o todo orgânico e estrutural no qual se está inserido naquele momento e em que não existem ideologias e utopias puras, pois estas advêm de sujeitos, de histórias, de políticas, de economias, de culturas. Afirma Marx (2009) que o concreto surge no pensamento humano como resultante da decorrência das sínteses realizadas acerca da realidade. O concreto não possui ali terminalidade; ao contrário, passa justamente a ser ponto inédito de retorno à realidade para confirmá-la, reavaliá-la, contestá-la, buscar novas sínteses, num movimento permanente de construção de conhecimento da realidade.

Neto (2011) lembra que Marx destaca a questão da determinação como um elemento essencial e que integra o objeto. Justifica o motivo de concebê-lo como caminho para o conhecimento do objeto propriamente, pois:

[...] tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz sua riqueza (concreção) real. As "determinações as mais simples" estão postas no nível da universalidade; na imediatez do real, elas mostram-se como singularidades - mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade (NETO, 2011, p.45).

Do mesmo modo, apresentam-se as categorias que compõem a organização social:

[...] tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias: as categorias próprias da sociedade burguesa só têm validade plena no seu macro (um exemplo: trabalho assalariado). E, uma vez que, como vimos, para Marx a sociedade

burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção, - vale dizer: a mais complexa de todas as organizações da produção até hoje conhecida -, é nela que existe realmente o maior desenvolvimento e a maior diferenciação categorial. Logo, a sua reprodução ideal (a sua teoria) implica a apreensão intelectual dessa riqueza categorial (o que significa dizer que a teoria da sociedade burguesa deve ser também rica em categorias<sup>23</sup>) (NETO, 2011, p. 46-47).

Kosik (2010, p. 13) retoma o aspecto da dialética, destacando que ela “[...] trata da ‘coisa em si’, mas que a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem”, necessitando que se realize uma distinção entre representação e conceito da coisa e afirmando que não se trata de empreender graus diferenciados de conhecimento, mas sim de empreender duas qualidades da práxis humana: a) a capacidade de ação objetiva e prática como sujeito histórico ao exercer suas atividades práticas e de interesses; b) a capacidade de realizar isto dentro de um dado conjunto de relações sociais.

Nesse sentido, a compreensão das totalidades da realidade passa por concebê-las como a realidade de um todo estruturado, dialético, em movimento histórico, que pode sim ser apreendido racionalmente. Entretanto, não se trata de acumular fatos ou de somar partes, para o alcance da compreensão da totalidade. Nas palavras de Kosik (2010, p. 44):

[...] todos os fatos, (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético - isto é, se não átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída - se são entendidos como partes estruturais do todo. O concreto, a totalidade, não são, por conseguinte, todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações, visto que tal agrupamento falta ainda o essencial: a totalidade e a concreticidade. Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta - que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos - o conhecimento da realidade concreta, não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si.

Lukács (1989, p. 12) também aponta:

A concepção dialético materialista da totalidade significa, primeiro, a unidade concreta de contradições que interagem [...]; segundo, a relatividade sistemática de toda a totalidade tanto no sentido ascendente quanto descendente (o que significa que a totalidade é feita de totalidades e a elas subordinadas, e também que a totalidade em questão e, ao mesmo tempo, sobredetermina da por totalidades de complexidade superior [...] e, terceiro, a relatividade histórica de toda a totalidade, ou seja, que o caráter de totalidade de toda a totalidade é mutável, desintegrável e limitado a um período histórico concreto e determinável.

---

<sup>23</sup> Mantivemos a nota feita pelo autor: “É precisamente esta riqueza categorial que não aparece nas exposições que geralmente pretendem divulgar ‘o método de Marx’ - seu conhecimento exige a leitura da obra do próprio Marx, em especial O Capital”.

A análise, nessa perspectiva, viabiliza a compreensão da mobilidade social em seu conjunto, a partir da realidade concreta em que este se insere e se apresenta. Não há desvinculação entre experiência e conceitos de fatos.

É então pela possibilidade de compreender um todo estruturado, constituído de concretudes e não de abstrações, que se torna possível apreender sua totalidade por meio de seus determinantes e de suas estruturações categoriais. Isto não significa o esgotamento de todos os aspectos que compõem a totalidade, mas significa, ao considerar seu desenvolvimento dinâmico e de mutabilidade, a apreensão de componentes de contradições e de mediações inerentes a todo e a qualquer processo de (re) produção social pela realidade concreta que compõe essa totalidade.

Contrariamente, corre-se o risco de permanência no campo das abstrações:

[...] se não se demonstra que é o homem, como sujeito histórico real, que no processo social de produção e reprodução cria a base e a superestrutura, forma a realidade social como totalidade de relações sociais, instituições e ideias; e nesta criação da realidade social objetiva cria ao mesmo tempo a si próprio, como ser histórico e social, dotado de sentidos e potencialidades humanas, e realiza o infinito processo da “humanização do homem” (KOSIK, 2010, p. 61).

Dados esses elementos, compreender a contradição como categoria é outro elemento que nos ajudou a fazer o percurso da tese. Ela é primordial para a compreensão dessa dada e constituída realidade. A ilusão do consenso, inclusive em torno do projeto de uma única ideologia – a dominante –, vem ajudando a perpetuar e a disseminar o quadro de uma visão hegemônica de mundo absolutizada e com historicidade pré-determinada.

Acertada a dinamicidade da totalidade concreta e abordada a totalidade da realidade social, trata-se de compreender a sociedade em que vivemos como uma totalidade em contradição. Nesse sentido, o princípio da "contradição" é essencial para a confrontação, e não para a legitimação do consenso social demarcado pela hegemonia das classes superiores sobre as subalternas – marca histórica de determinações de injustiça de todas as ordens, aqui, em especial, compreendida como injustiça socioambiental. Embora esse princípio possa ser apropriado como simples metáfora para a compreensão de quaisquer tensionamentos, a tradição marxista o considera, a partir do mundo material, como dialético, em permanente movimento. Considera ainda que, historicamente, as mudanças sociais ocorrem em função das contradições surgidas a partir dos antagonismos das classes no processo da produção social - "contradições" (NETO, 2011).

A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade - e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa, descobri-las. [...] a questão crucial reside em descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa. Tais relações nunca são diretas; elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade (NETO, 2011, p. 57).

Pelos princípios da totalidade da "contradição" e da mediação, Marx apoia, com base sólida, a teoria social necessária e precisa à compreensão da estrutura social e ao desvelamento de suas articulações por meio de suas reais concretudes sobre a (re) produção da vida em que residem as contradições dialéticas – brechas capazes de apontar caminhos de novas leituras em torno do todo social.

Afirmamos que a prática social que parte do oposto, da "contradição", de onde a vida falta em suas condições mínimas, não comporta meramente o mundo ideológico, pois ela não está isenta e alheia a ele. Essa prática comporta sim a possibilidade de ser apreendida em seu movimento real e permanente, amparada no caráter da "contradição" e da totalidade em movimento, os quais perfazem a vida social e a produção de conhecimento.

## 2.2 CAMINHOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

*O mundo real, oculto pela pseudoconcreticidade, apesar de nela se manifestar, não é o mundo das condições reais em oposição às condições irrealis, tampouco o mundo da transcendência em oposição à ilusão subjetiva; é o mundo da práxis humana (KOSIK, 2010, p. 23).*

Nossa atenção permaneceu sobre o popular e, ainda, numa forma de proposta metodológica indicada por Martins (2000, p. 135), a de “[...] observar a sociedade a partir da margem”. Entretanto, trata-se de uma “margem” ampliada em sua concepção, pelo princípio da realidade concreta e por sua convergência como todo social, em movimento permanente e contraditório.

A partir dos princípios teórico-metodológicos da teoria crítica apresentados, demos continuidade ao trabalho de campo<sup>24</sup>, retomado no decorrer do ano de 2010, ao conceitual-teórico e à revisão bibliográfica da área pesquisada, tendo como diretrizes o objetivo prioritário traçado e aqui memorado: apreender as possíveis "contradições" das relações de produção do cooperativo da reciclagem por meio de um estudo de caso – A COOPCARMO –

<sup>24</sup> Já existia um vínculo estabelecido desde 2005, quando da pesquisa anterior. Também já foi explicitado no primeiro capítulo desta tese que, durante os estudos realizados no doutorado, tive a oportunidade de tornar pública parte das discussões, quando da submissão e da apresentação de alguns trabalhos ligados ao tema.

e, a partir dele, realizar a leitura da totalidade na qual está inserido. A pesquisa se caracterizou como de cunho qualitativo e de proposição emancipatória, sem que se pudesse dispensar o volume significativo de informações quantitativas que surgiu em seu decurso. Assim, o estudo de caso foi tratado e conduzido, mesmo com o envolvimento um tanto que “participativo”, na medida do possível, dos sujeitos envolvidos: pesquisadora-cooperados<sup>25</sup>.

Ao tomar o paradigma da teoria crítica, passamos a considerar a relação daqueles sujeitos, seu tempo e suas trajetórias históricas, buscando estabelecer uma postura reflexiva com relação à própria pesquisadora e aos intentos que se buscaram analisar, tendo em vista que a atualidade e a validade da teoria crítica se dão tanto política quanto metodologicamente (LOUREIRO, 2007) e que, portanto, nos inseriu na realidade vivida por aquele grupo em suas relações ampliadas de (re) produção de vida.

Também, Boron (2006, p. 178-180) corrobora, nesse sentido, aludindo que um dos traços fundamentais do materialismo histórico é que nele consiste “um *corpus* teórico [...] que unifique diversas perspectivas de análise sobre a sociedade contemporânea, nenhuma das quais pode, por si só, iluminar satisfatoriamente um aspecto isolado da realidade”, e que o que o distingue e afirma, sob as “correntes teóricas nas ciências sociais [...] não é a primazia dos fatores econômicos, nem os políticos, e sim o ponto de vista da totalidade”, como já destacado por Neto (2011) anteriormente.

Para Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2000), os objetos estão em movimento e são mudados para, no limite, deixarem de ser objetos, abolindo, com isso, a separação sujeito-objeto, tema clássico da ciência tradicional. “Neste sentido, o papel do teórico e da teoria, pode ser, e é crucial para a mudança social, pois é ele quem desvendará o fetiche que encobre as relações sociais possibilitando a emancipação” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNADJER, 2000, p. 139). Isto é que esses autores denominaram de tentativa de “[...] compreender como as redes de poder são produzidas, mediadas e transformadas”.

Nesse viés, a opção pelo referencial teórico-metodológico histórico-dialético foi indispensável, pois, como apontam Trein (2007) e Loureiro (2007), e com os quais concordamos, a contribuição do pensamento marxista se faz mister para uma leitura crítica e emancipatória do mundo, permanecendo plenamente atual e válida diante das contradições apresentadas pela mundialização do capital, o qual, embora modificado – a Fênix –, mantém-se fundamentado “[...] na exclusão, na exploração da classe trabalhadora, na alienação, na

---

<sup>25</sup> Fazemos essa referência, pois a construção e os indicativos para os roteiros de entrevistas partiram de importantes conversas de colaboração/elaboração junto não a todo o grupo, mas com boa parte dele, e que no decorrer do tempo de vínculo de pesquisa, não poderá haver negação de processos de interferência na realidade cooperados-pesquisadora.

reificação das relações sociais, na mercantilização de todas as esferas da vida” (TREIN, 2007, p. 123).

Essa abordagem, em especial, busca os sujeitos-ambientes como fonte direta de dados. Nesse sentido, os sujeitos – elementos participantes do estudo – interagem e são sujeitos da práxis.

### **2.2.1 Então, o Desenho e o Trajeto**

Depois de realizar alguns contatos prévios com o grupo de cooperadas (os) no decorrer de 2010, realizamos, no segundo semestre, três visitas iniciais à Cooperativa, com o intuito tanto de esclarecer o processo de pesquisa que pretendia realizar e em que ele se diferenciava daquele realizado entre 2003-2005, quanto de buscar a aprovação do grupo para tanto. O intuito também foi o de realização dos esclarecimentos em torno das realizações das entrevistas, internas (com as (os) cooperadas (os)) e externas (com os entrepostos, os compradores e a gestão pública local), a serem realizadas, e em torno dos períodos em que poderíamos permanecer no galpão, a fim de realizar a pesquisa documental e de observação. Estivemos presentes durante a realização da festa de final de ano, que é aberta às famílias e à comunidade, nos anos de 2010 e 2011, espaço e tempo riquíssimo de observação e participação. Na festa de 2011, pudemos realizar inclusive uma das entrevistas com um dos entrepostos residenciais, agendada para aquele momento.

Esclarecidos os acordos e as observações iniciais, realizamos, no decorrer de 2011, a catalogação documental-legal da Cooperativa, descrição feita no capítulo 6, assim como realizamos a catalogação de prospectos, reportagens, artigos e demais materiais que a ela se referissem ou se referissem ao trabalho de coleta realizado no município<sup>26</sup>. Levantamos, com a Presidência da Cooperativa, os contatos de compradores e entrepostos de coleta a fim de estabelecer contato para a realização de entrevistas semiestruturadas, cujos roteiros se encontram apensados ao final da tese. Foi realizada, então, entrevista com as lideranças (Presidentes no período 2003-2012), seguida do contato com os compradores, com os entrepostos e com os demais cooperados, além de agendamentos, *feedback* dos contatos e contatos para entrevistas com a gestão pública.

---

<sup>26</sup>. Nesse sentido, temos de trabalhos monográficos, reportagens nacionais e internacionais, prospectos e cartilhas de empresas “parceiras”, informativos da recicleta e publicações de ONGs, e as próprias publicações desta pesquisadora, solo ou em conjunto, já elencados no capítulo I. Todos podem ser encontrados nas referências: Charlier (2006), Franco (2005), Mota (2005), Reis et al (2008), Recicleta (2004), Baixada Verde (2006), Cartilha da Reciclagem (2008), Santander.com, espaços e práticas (2009).

As entrevistas com as cooperadas, incluindo as lideranças, ocorreram todas no local, na sala da administração ou mesmo dentro do galpão, no decorrer do expediente, e, normalmente, no período da tarde – tempo em que praticamente todo o grupo está de volta ao galpão pós-coleta aproveitando o pequeno intervalo para o café, ou, no seu final, o que foi gentilíssimo da parte do grupo, pois cedia tempo de descanso dentro e fora do expediente.

Há a característica de manter o ritmo de trabalho por parte do grupo, uma vez que este recebe constantes “visitas” no galpão. Ele se organiza para que não haja processos recorrentes de interrupção. Normalmente, recebe grupos, escolas e demais visitantes, com o trabalho em curso, salvo algo em torno da formação ou que exija, por exemplo, uma reunião extraordinária, mas isso, geralmente, encontra-se mais ou menos previsto no processo de organização. Trata-se de uma decisão do grupo, tendo em vista que trabalha por conta e risco de sua produtividade.

Buscando realizar a apreensão entre o macro e micro universo da Cooperativa, seguimos a seguinte organização quanto às entrevistas<sup>27</sup>, as quais visaram apreender os processos de produção da Cooperativa de trabalho – COOPCARMO –, no período 2003-2010, partindo da contradição trabalho-ontológico/trabalho-capital e de suas implicações para a práxis socioambiental.

Com a COOPCARMO, buscamos, nas entrevistas realizadas em 2005, os aspectos que concerniam à realização e à significação do trabalho. Delas, optamos por quatro, pois correspondiam a cooperadas<sup>28</sup> que permaneceram durante o período delimitado para o estudo: 2003-2011 (isto é justificado como a opção pelo tempo de cooperativismo legalizado).

Realizamos novas entrevistas com as quatro cooperadas selecionadas de 2005. Entre elas, entrevistamos a presidente da Cooperativa das duas primeiras gestões. Realizamos, ainda, mais três entrevistas com cooperadas que já tinham um tempo mais estável de Cooperativa, nos últimos anos; entre elas, está a atual presidente. Totalizaram-se onze entrevistas com cooperadas, consideradas no estudo.

---

<sup>27</sup> Os roteiros semiestruturados constam dos Apêndices de A, B, C e D. As entrevistas com todo o universo envolvido foram realizadas no período de setembro a dezembro de 2011, período intensificado no trabalho de campo. Necessitamos, ainda, realizar alguns retornos ao campo em janeiro de 2012, tanto no tocante à checagem de informações na Cooperativa, quanto junto ao setor público municipal.

<sup>28</sup> Esclarecemos que, em 2005, houve a declaração das identidades das cooperadas na versão pública da dissertação, e por elas autorizada. Entretanto, por opção metodológica, uma vez que se inserem demais atores externos e de outras formas categóricas, preferimos adotar pseudônimos para as cooperadas (elegendo, em homenagem a elas, a introdução de nomes de mulheres consideradas revolucionárias). No quadro de cooperados, que consta do Apêndice F, encontra-se a lista dos pseudônimos. Para os demais entrevistados, optamos por apresentá-los pelas iniciais de suas categorias, numerando-os em seguida, com exceção das entrevistas com a gestão pública, referenciadas pela ocupação de cargos.

Com os entrepostos de Coleta<sup>29</sup> – os doadores de material –, tomados e subdivididos em categorias, realizamos um total de cinco entrevistas, a saber: a) categoria entrepostos de residências - população de forma mais geral: foram realizadas três entrevistas; b) categoria entrepostos empresa pública e empresa privada (aqui consideradas como pertencentes ao mercado): foram realizadas duas entrevistas, uma com cada categoria.

Com o mercado – os compradores do material –, foram previstas inicialmente três entrevistas. Entretanto, apenas duas foram realizadas, tendo em vista a resistência estabelecida por parte da empresa de maior porte e poder de compra e reciclagem. Uma entrevista foi realizada com um comprador estabelecido no Rio de Janeiro, embora se refira a uma empresa paulistana, e a outra com um comprador independente.

Foram realizadas quatro entrevistas com a gestão municipal, computando o Prefeito da cidade, a Secretária de Meio Ambiente e dois técnicos assessores da Secretaria de Meio Ambiente Municipal.

Portanto, realizamos, assim, dezoito entrevistas novas nesta etapa da pesquisa (2011), todas gravadas, transcritas e registradas para análise, com a autorização de seus participantes. Foram acrescidas a esse cômputo quatro entrevistas realizadas com cooperadas no ano de 2005, o que fez, então, um total de vinte e duas entrevistas.

Juntamente a esses procedimentos, realizamos a análise documental da Cooperativa (Estatuto e Regimento Interno, atas, Licenças, Folder e registros do período 2003-2010) e das empresas compradoras (Panfletos, Jornais, sites e folders, e-mails), além da Legislação sobre Coleta Seletiva, em especial a Municipal e a Nacional. Também, como categoria documento, foi considerada toda a forma de registro formal e informal, oriunda das observações e dos registros, inclusive dos registros audiovisuais<sup>30</sup>. Materiais das empresas entrevistadas e de governo local também foram considerados. Mantivemos também um diário de campo.

A partir do material coletado, iniciamos a análise das relações de produção daquele grupo, mais especificamente retomando suas autoconcepções como trabalhadores cooperados e como estas surgiam nas falas quanto ao estabelecimento dessas relações com o poder público, com a comunidade e com o mercado em suas contradições.

---

<sup>29</sup> Todos os entrepostos, em suas categorias, foram escolhidos a partir de listagem de contatos fornecida pela Cooperativa. Pós-contato, atenderam à solicitação da entrevista, sendo este o critério para a afirmação dos então entrepostos, em suas categorias, a serem entrevistados. Foram contatados inicialmente por e-mail e/ou telefone e, depois, foi realizada a entrevista presencialmente, com exceção do entreposto público, que realizou o retorno via e-mail e depois de receber autorização da assessoria de imprensa da empresa.

<sup>30</sup> A Cooperativa possui um acervo de imagens bastante considerável (também realizamos alguns registros fotográficos), além de um vídeo produzido pelo CECIP/TV Maxambomba com o apoio da Comunidade Europeia, intitulado “Precariedades” (2006). Esse acervo compôs também as análises e os registros realizados.

Fizemos o mesmo movimento, agora em mão inversa, em relação às demais categorias entrevistadas, entrepostos, mercado e poder público para com os cooperados. Por meio da leitura das falas dos entrevistados, e sob a perspectiva da tradição crítica do materialismo dialético, foi possível considerar tanto a experiência individual e coletiva daquelas (es) trabalhadoras (es) da Cooperativa, quanto sua inter-relação ampliada com a realidade concreta do mundo do trabalho, da produção da vida, no qual se inserem, pelos princípios da totalidade, da realidade concreta e das contradições. Gostaríamos de registrar que havia a intenção de ouvir também as (os) trabalhadoras (es) catadoras (es) que acabaram por emergir como elementos fundamentais na pesquisa, mas, infelizmente, dada a necessidade de objetividade e tempo, não pudemos realizar as entrevistas.

Dessa forma, como opção metodológica de idas e vindas pertinentes a uma concepção dialética, buscamos olhar a organização daquela dada “desordem” em que se ancorava, para somente depois “organizá-la” em temas e subtemas de análise - o concreto pensado. A partir deles, procuramos extrair as contradições que se apresentavam como práxis social, o que norteou as questões suscitadas inicialmente na pesquisa.

Trabalhamos sob a perspectiva da elucidação de falas, de posicionamentos e de concepções, como forma de apresentar a realidade concreta e contraditória daquele fazer cooperado e o universo com que se relaciona. Essa realidade, já sabemos, se dá numa arena de lutas e disputas; entretanto, é fundamental que estas possam estar claramente elucidadas a fim de que o jogo de forças seja menos desigual e a fim de que se possa garantir àquele e a todo e qualquer outro grupo de trabalhadoras (es) a possibilidade de empreender seus processos de luta no trabalho e pelo trabalho.

Sabemos das exigências de tempo e dedicação para o aprofundamento, o amadurecimento, a ruminância e a elaboração do conhecimento social, em especial, de um conhecimento que prime pela emancipação humana. Isto nem sempre é compatível com os prazos e com o *time* da agenda social atual cujo tempo é o tempo do capital. Porém, é preciso continuar, mesmo em pequeninos passos.

### 3 SOBRE A DIALÉTICA DO TRABALHO

*O lixo aqui na Cooperativa ele é encarado como lixo quando ele está parado. Quando o grupo todo sai e vai embora, eu fico olhando ali para ele, parado – ali ele é lixo. Mas quando de manhã, o grupo chega com aquela alegria, aquela vontade de trabalhar, e que as mulheres principalmente, quando elas começam a colocar a mão no lixo, aí sim, ali ele se transforma em trabalho, dignidade e pão de cada dia (Vitória).*

A intenção que delimita este capítulo é a de compreender teoricamente o trabalho numa perspectiva histórico-dialética no tocante às relações trabalho-homem-natureza. Buscando alcançar esse objetivo, o capítulo foi dividido em três seções. A primeira buscou tratar da natureza e dos significados do trabalho de acordo com Engels<sup>31</sup> (2004) e Marx (2004a) numa perspectiva ontológica. Seguindo esse curso, a segunda e a terceira seções passaram para a apreensão do processo de trabalho, de sua valorização, de seu sentido e sua concretude na forma de produção capitalista. Considera-se, aqui, o âmbito da centralidade do trabalho na sociedade humana, como necessidade de reprodução social em primeira instância e, depois, sua objetivação na valorização e na acumulação do capital, a que Marx denomina de dupla dimensão do trabalho: a ontológica e a histórica. Ambas as seções são apresentadas a partir da “Crítica à economia política” de Marx<sup>32</sup> (2004a) e dos “Manuscritos econômico-filosóficos”, também de Marx (1982), para tratar do processo de produção do capital.

#### 3.1 TRABALHO ONTOLÓGICO: NATUREZA E SIGNIFICADOS DO TRABALHO EM ENGELS E MARX

*O trabalho é a fonte de toda a riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (ENGELS, 2004, p.11)*

<sup>31</sup> O texto de Engels, com origem de 1876, vem aqui da edição soviética de 1952, de acordo com o manuscrito alemão, traduzido do espanhol. Foi editado pelo site [www.insrolux.org/textos/](http://www.insrolux.org/textos/) e publicado em Antunes (2004), fonte utilizada nesta tese.

<sup>32</sup> Na terceira seção, especificamente, o roteiro de capítulos (VI a XIV) é adotado no que se refere a salário, preço e lucro. Trata-se do informe pronunciado por Marx nos dias 20 a 27 de junho de 1865, nas sessões do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Tal informe consta do prefácio do Volume I, Livro Primeiro, de “O Capital” - “O processo de produção do Capital” (MARX, 2004a). Esse material é utilizado nesta tese a fim de tratar das questões do trabalho e de seu processo de valorização, tal como Antunes (2004) o fez ao organizar “Dialética do trabalho - escritos de Marx e Engels”. A compilação desse autor nos auxiliou no caminho percorrido nas leituras dos textos e na escolha do foco dentro deles.

Segundo Engels (2004), o fato de os primatas, devido a seu gênero de vida, usarem distintamente pés e mãos (embora as mãos sejam mais utilizadas para que subam e se locomovam em árvores) fez com que eles passassem paulatinamente a dispensar o uso das mãos nos deslocamentos de chão e, com o tempo, adotassem posturas mais eretas. Para o autor, este foi o marco da passagem de macaco para homem.

Entretanto, por mais similar que sejam as possibilidades de realização entre as mãos de macacos e de homens, afirma Engels (2004, p. 13) que “[...] nenhuma mão simiesca jamais construiu um machado de pedra, por mais tosco que fosse”. Assim, a mão, já que é o fruto do trabalho, não é apenas o órgão que executa. Seu refinamento, ao longo dos milhares de anos, possibilitou e possibilita expressar variadas expressões humanas.

Por um lado, os animais utilizam e alteram a natureza tendo em vista sua presença nela. Por outro, o homem, como ser social, altera-a, tendo-a sob o domínio de seu conhecimento, trabalhando-a. Tal domínio não implica tomar algo exterior para si – como algo que não lhe pertence – entretanto, contrariamente, implica integrar-se como pertencente à natureza, num ato de autoconhecimento.

Esse diferencial se dá como resultado e fruto do trabalho humano (ENGELS, 2004). Na passagem a seguir, o mesmo autor consegue sintetizar potencialmente, a nosso ver, a origem e o papel do trabalho na vida e na civilização humana:

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a se propor e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura e, mais tarde, a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios, apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política e, com eles, o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. Frente a todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quanto numa fase muito recuada do desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela. O rápido progresso da civilização foi atribuído exclusivamente à cabeça, ao desenvolvimento e à atividade do cérebro. Os homens acostumaram-se a explicar seus atos pelos seus pensamentos, em lugar de procurar essa explicação em suas necessidades (refletidas, naturalmente, na cabeça do homem, que assim adquire consciência delas). Foi assim que no transcurso do tempo, surgiu essa concepção idealista do mundo que dominou o cérebro dos homens, sobretudo a partir do desaparecimento do mundo antigo, e continua ainda a dominá-lo, a tal ponto que mesmo os naturalistas da escola darwiniana mais chegados ao materialismo são ainda incapazes de formar uma ideia clara acerca da origem do homem, pois essa mesma influência idealista lhes impede de ver o papel desempenhado aqui pelo trabalho (ENGELS, 2004, p. 21).

Sobre a natureza por meio do trabalho e decorrente dela, as subsequentes vitórias e conquistas dos homens trouxeram-lhes simultaneamente o encantamento e o desprezo pelas correlações que surgiram de tal ação. Nesse sentido, ainda nos escritos de Engels (2004), encontram-se indicativos de codependência nas relações estabelecidas entre homem-natureza, os quais, posteriormente, viriam a ser resgatados como fundamentais para as correlações de forças sociais.

Aqui vai se delinear o permanente desafio do progresso científico e de sua conjugação com o social: aprender a conhecer e a dominar as consequências primeiras e últimas dos atos da produção humana tendo em vista as consequências por ela provocadas.

Para Engels (2004, p. 26), considerado o contexto de sua época, a fim de “[...] levar a termo esse controle é necessário algo mais do que simples conhecimento. É necessária uma revolução que transforme por completo o modo de produção existente até hoje e, com ele, a ordem social vigente”. Tal pensamento é considerado, nesta tese, como bastante atual.

Desde o modo de produção comunal, por intermédio da “primitiva propriedade comunal” (ENGELS, 2004, p. 26), o homem procura viver a experiência do trabalho, visando a suas necessidades mais imediatas, numa economia “primitiva”. Entretanto, a passagem dessa economia “primitiva” não se transpõe naturalmente do comunal ao feudal e, assim, sucessivamente, como se fosse um resultado forçoso da natureza dos homens ou da antiga tendência social de trocas e comércios. Ao contrário, a nova economia – o modo de produção capitalista – vai advir de condições históricas determinadas e contraditórias (WOOD, 2001).

Em “A origem do capitalismo”, Wood (2001, p. 125) trata dessa forma de produção como intensa força de "contradição" e destaca que não se trata de uma consequência natural e inevitável da natureza. O capitalismo é um produto tardio e localizado de condições históricas muito específicas, e:

[...] nasceu bem no cerne da vida humana, na interação com a natureza da qual depende a própria vida, e a transformação dessa interação pelo capitalismo agrário revelou os impulsos intrinsecamente destrutivos de um sistema em que os próprios fundamentos elementares da vida ficam sujeitos aos requisitos do lucro. [...] Uma vez estabelecido o capitalismo num dado país, a partir do momento em que ele começou a impor seus imperativos [quais sejam: desapropriação, extinção dos direitos consuetudinários, imposição dos imperativos do mercado (como os de competir e acumular) e destruição ambiental] ao resto da Europa e, por fim, ao mundo inteiro, seu desenvolvimento em outros lugares nunca pôde seguir o mesmo curso que ele tivera em seu lugar de origem. A partir de então, a existência de uma sociedade capitalista transformou todas as demais, e a expansão posterior dos imperativos capitalistas alterou constantemente as condições do desenvolvimento econômico. Portanto, à medida que o capitalismo se espraiava por regiões mais vastas e penetra mais fundo em todos os aspectos da vida social e do meio ambiente natural, suas contradições vão escapando mais e mais a nossos esforços de controlá-

las. A esperança de atingir um capitalismo humano, verdadeiramente democrático e ecologicamente sustentável vai-se tornando transparentemente irrealista. Mas, conquanto essa alternativa não esteja disponível, resta ainda a alternativa verdadeira do socialismo (WOOD, 2001, p. 13-14).

As formas de produzir<sup>33</sup> trouxeram como exigência a diferenciação da sociedade, agora organizada por níveis diferentes de organização e trabalho, ou seja, nomeadamente, classes que dominavam e classes dominadas.

A posse da terra-natureza passa a demarcar não só espaços físicos, patrimoniais ou de posse, mas a demarcar as “novas formas” de trabalho e as relações marcadas por ele e pela produção. Tais relações vêm definidas pela apropriação dos meios de produção – especificamente pela apropriação privada da terra –, que são o bem maior de riqueza e produção, além de propiciarem uma nova forma de relação homem-natureza, marcando, também, o início da divisão do trabalho social.

Tal divisão é uma construção social, porém se apresenta como fato proveniente da nova configuração social, em que os sujeitos passam a se dividir em classes: aqueles que possuem a terra – natureza que gesta a produção –, e aqueles que trabalham nela, provendo a si próprios e aos proprietários.

Assim se iniciou o estabelecimento da diferenciação nas finalidades do trabalho. De um lado, a classe de proprietários e, de outro, a classe que viveria, daquele momento em diante, do trabalho de outros. À classe proprietária-dominante se reservou uma educação escolarizada que passou a ocupar o espaço deixado pelo ócio gerado pelo não trabalho. A referida classe foi denominada de ociosa, pois passou a viver do trabalho alheio e a frequentar a escola (do grego: lugar do ócio). À classe de não proprietários, destinava-se uma educação por intermédio do próprio trabalho, pois se aprendia fazendo.

As consequências dessa “nova” forma de impactar a natureza a partir do modelo de organização do trabalho passa a ser a mola mestra dos processos de produção, desconsiderando, quase totalmente, as necessidades básicas das classes dominadas. Para Engels (2004), essa forma de impacto ambiental encontra condições e se torna plenamente refinada no modo de produção capitalista da Europa Ocidental do século XIX:

Os capitalistas individuais, que dominam a produção e a troca, só podem se ocupar da utilidade mais imediata de seus atos. Mais ainda: mesmo essa utilidade – porquanto se trata da utilidade da mercadoria produzida ou trocada – passa

---

<sup>33</sup>Marx (2004a) vai utilizar o termo “acumulação primitiva” para determinar o processo sócio-histórico de expropriação e espoliação ocorrido na Europa Ocidental por volta do século XVI em diante. Com isso, o autor dá origem à ideia de força de trabalho como mercadoria e descreve a questão do cercamento de terras.

inteiramente ao segundo plano, aparecendo como um único incentivo o lucro obtido na venda (ENGELS, 2004, p. 27).

Dessa forma, o que importa são os resultados primeiros, os mais palpáveis, tanto no que concerne à natureza, quanto no que concerne ao social. A economia política clássica, de base burguesa, de modo óbvio, passou a se ocupar quase que majoritariamente das consequências sociais advindas das ações primeiras e de seus consequentes impactos e resultados, desprezando as demais consequências subsequentes (ENGELS, 2004).

É Marx (2004a) que, por meio da crítica à economia política, retoma essa questão. Primeiramente, considera que “[...] a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho” e, ainda, que seu processo inicial deve ser considerado, a despeito da forma social pela qual está determinado, pois se trata de um processo em que o homem “[...] media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2004a, p. 29-30).

Assim, homem-natureza, ao atuar sobre e na natureza externa, modifica-a e modifica-se e, num movimento simultâneo, ambos – agora homem e natureza – se transformam (MARX, 2004a). Essa forma de trabalho pertence e é exclusiva dos seres humanos.

Em “Crítica à economia política”, na passagem em que Marx (2004a) compara o trabalho de uma abelha com o de um arquiteto, não é em si o fato de o ser humano planejar antecipadamente o resultado de seu trabalho que o coloca nesse plano de diferenciação; mas se trata da capacidade de realizá-lo por meio de um conjunto de ações (que variam de acordo com o conteúdo, o tipo-espécie e o modo como se realiza o trabalho), as quais virão alcançar a produção dos meios – no caso, a produção (necessária a esse homem) do trabalho objetivado e da vida.

Ao final do trabalho realizado e em seu resultado, o homem pode observar tanto a transformação da matéria em sua forma, quanto a realização do objetivo nela concretizado. Assim, ele sabe, então, que é o autor, que é ele que:

[...] determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 2004a, p. 30).

Aqui Marx (2004a) introduz a natureza da compreensão do processo por meio do qual o trabalho humano se realiza. Nesse processo, consta a atividade orientada a um determinado fim ou a própria realização do trabalho, seu objeto e seus meios, mesmo que o objeto geral

seja aquilo que é encontrado na natureza e que pré-exista sem a interferência da mão humana. Entretanto, aquilo que necessariamente precisa receber trabalho humano, isto é, receber mediação, para só então servir de objeto, é a matéria-prima.

### 3.2 PROCESSOS DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO

*Apenas o tempo de trabalho socialmente necessário conta como formador de valor (MARX, 2004a, p. 45).*

Segundo Marx (2004a), à medida que o processo de trabalho estiver, de certa maneira, desenvolvido, aumenta-se a necessidade de incorporar-lhe meios de trabalho já trabalhados – matérias-primas. E esta capacidade é essencialmente humana. Vale lembrar, ainda, que o reconhecimento das formações socioeconômicas pode ocorrer, não pelo que faz determinada sociedade, mas por como e com que meios de trabalho ela faz: “[...] os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 2004a, p. 33).

Reconhece-se, dessa forma, que o processo de trabalho, realizado via mediação da própria ação de trabalho, necessita de todas as condições objetivas possíveis para acontecer, pois, sem elas, ele não será realizado totalmente ou, então, será realizado de forma deficitária.

A extinção de tal processo se dá quando da realização do produto: “[...] seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com o seu objetivo” (MARX, 2004a, p.34). Eis então o processo inteiro: quem fiou o fio que eu fiei? E o fio que fiei será fio onde? Aqui, meio e objeto de trabalho são meios de produção, e o trabalho mesmo, como afirma Marx (2004a), é trabalho produtivo. Entretanto, o trabalho produtivo, como resultado do processo simples de trabalho, não atende às necessidades do processo de produção capitalista, o que será discutido mais adiante como a mais-valia. Porém, cabe ainda ressaltar que,

[...] o fato de um valor de uso aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto, depende totalmente de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, e com a mudança dessa posição variam essas determinações. Ao entrar em novos processos de trabalho como meios de produção, os produtos perdem, por isso, o caráter de produto. Eles só funcionam agora como fatores objetivos do trabalho vivo. [...] **O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos.** Lambidas pelo fogo do trabalho, apropriadas por ele como seus corpos, animadas a exercer as funções de sua concepção e vocação, é na verdade que serão também consumidas, porém de um modo orientado a um fim, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a incorporar-se ao consumo individual como meios de

subsistência ou a um novo processo de trabalho como meios de produção (MARX, 2004a, p. 36-37, grifo nosso).

Portanto, a existência do produto (não apenas como resultado, mas também como aquele que sustenta o processo de trabalho) se dá em contato com o trabalho vivo. Isto é o modo de manter a vitalidade dos produtos como valor de uso advindo de trabalho anterior. Trata-se de uma cadeia viva e dinâmica, em que:

[...] o trabalho consome produtos para criar produtos ou gastar produtos como meio de produção de produtos. [...] é a apropriação do natural para satisfazer necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza. [...] independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2004a, p. 37-38).

Até aqui, Marx (2004; 2004b; 2004c) demarca que a força inicial de trabalho ainda não pode ser tomada como subordinada ao capital, isso só viria a ocorrer mais tarde<sup>34</sup>, entretanto, sinaliza dois fenômenos decorrentes do processo de consumo de força de trabalho<sup>35</sup>. No primeiro, o “capitalista” vigia para que o processo de produção atinja suas finalidades, sem o desperdício dos meios de produção e da matéria-prima e com o mínimo desgaste dos instrumentos. No segundo, o produto realizado pelo trabalhador é do “capitalista” e não do trabalhador que o fez, pelo fato de que aquele pagou pela força de trabalho deste. Além de ter agora o produto como seu, o “capitalista” tem a utilização da mercadoria “força de trabalho do trabalhador”, empregada como qualquer outra mercadoria comprada para ser utilizada durante aquele dia de produção, ou, como diz Marx (2004a), como fermento vivo que se juntará a outros elementos inanimados que constituem o produto: “[...] um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega” (MARX, 2004a, p. 40).

Nesse sentido, em nota de “O Capital”, Marx (2004b, p. 70-71) recorre a James Mill (1821) para considerar a inclusão no conceito de capital “[...] do que se paga como salário, é absurdo falar do trabalho separadamente do capital. A palavra capital, nesse sentido, compreende ambos, capital e trabalho”.

<sup>34</sup> Destacamos, em nota, que Marx considera, nesse momento, que o capitalista ainda o é em estágio de pretensão, e por isso utilizaremos o destaque – “capitalista”, até que passemos a considerar de fato a transformação do modo de produção, em sua subsunção ao capital – modo de produção capitalista.

<sup>35</sup> Por força de trabalho ou capacidade de trabalho, entendemos o conjunto das faculdades físicas espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie (MARX, 1996, p. 272).

Tal processo de produção e de sua resolução em produto, agora apropriado pelo “capitalista”, intenciona que esse produto possua um determinado valor de uso social e de troca. Trata-se de uma mercadoria que seja vendável e cujo preço contemple todos os custos que foram necessários à sua produção. O valor deve contemplar, em si, um pouco mais que o valor empregado durante todo o processo. Marx (2004a) considera aqui a intrínseca relação trabalho-processo formador de valor, portanto, considera a formação de uma unidade.

Ao realizar o processo de valorização de uma mercadoria, o autor chama a atenção para a necessária consideração de sua determinação: a quantidade de materialização de trabalho para a consolidação da produção. Vale lembrar que o trabalho estava considerado em seu processo de atividade orientada a um fim. Agora, dirige-se à formação de valor. Segundo Marx (2004a, p. 44), fonte de valor não “[...] trata da qualidade, da natureza e do conteúdo do trabalho, mas apenas da sua quantidade. É fácil calculá-la”.

Retomada a relação qualidade-quantidade de uso de força de trabalho empreendida, o autor destaca que o valor da força de trabalho e a sua valorização são, na verdade, duas medidas distintas. O resultante do emprego dessa força gera mercadoria – que é fonte de valor e que pode ser apresentada com valor superior àquele que de fato possui.

Ao alienar seu valor de uso por meio da troca feita por pagamento da força de trabalho (que também é mercadoria), o pagador passa a ter direito de utilizá-la no decorrer de um determinado tempo (dia ou jornada). Propicia-se, assim, pela desvalorização, a possibilidade de ampliar o uso da força de trabalho: o “capitalista” pode exigir que a força de trabalho seja utilizada para produzir em dobro naquele determinado espaço de tempo e, para isso, oferece as condições, disponibilizando ao trabalhador o dobro dos meios de produção. Dessa forma,

Todas as condições do problema foram resolvidas e, de modo algum, as leis do intercâmbio de mercadorias foram violadas. Trocou-se equivalente por equivalente. O capitalista pagou como comprador, toda a mercadoria por seu valor, algodão, massa de fusos, força de trabalho. Depois, fez o que faz qualquer outro comprador de mercadorias, Consumiu seu valor de uso. Do processo de consumo da força de trabalho, ao mesmo tempo processo de produção da mercadoria, resultou num produto de vinte libras de fio com um valor de trinta xelins. O capitalista volta agora ao mercado e vende mercadorias, depois de ter comprado mercadorias. Vende a libra de fio por um xelin e seis *pence*, nenhum centavo acima ou abaixo do seu valor. E, não obstante, tira da circulação três xelins mais do que lançou. Todo esse segmento a transformação do seu dinheiro em capital, se opera na esfera da circulação e não se opera nela. Por intermédio da circulação, por ser condicionado pela compra da força de trabalho no mercado. Fora da circulação, pois ela apenas introduz o processo de valorização, que ocorre no processo de produção. E assim é tout pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles [tudo pelo melhor no melhor dos mundos possíveis] (MARX, 2004a, p. 51-52).

### 3.3 O SENTIDO E A CONCRETUDE DO TRABALHO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA

*Qual é a substância social comum a todas as mercadorias? É o trabalho (MARX, 2004b, p. 90).*

Numa compreensão da concretização do consumo do trabalho vivo, da força de trabalho como mercadoria que agrega valor às demais mercadorias e da sua circulação que visa à transformação em capital, permanecem as contribuições de Marx acerca do salário, do preço e do lucro, da mais-valia, da produtividade e da improdutividade do trabalho, da necessária superação do trabalho alienado/trabalho estranhado e da propriedade privada.

Marx (2004b) afirma que os valores de troca são expressos pela função social das próprias mercadorias, uma vez que elas guardam em si muito mais do que suas propriedades naturais. Guardam sim a incorporação de quantidades de trabalho social.

Nesse sentido, a mercadoria, como um artigo, necessita trazer em si, a satisfação a necessidades sociais, assim como “[...] o trabalho nele incorporado deverá representar uma parte integrante da soma global de trabalho invertido pela sociedade. Tem que estar subordinado à divisão de trabalho dentro da sociedade. Não é nada sem os demais setores do trabalho e, por sua vez, é chamado a integrá-los” (MARX, 2004b, p. 90).

Em destaque, tendo em vista o trabalho social empregado nesse fazer, a quantidade de tempo de trabalho social necessário e destinado para tanto passa a ser a medida de distinção entre os valores das mercadorias. Supostamente, poderia o tempo também compor a base dos salários, dado seu necessário emprego para a produção. Entretanto, Marx (2004b) alerta para a distinção existente entre retribuição por trabalho realizado e a quantidade de trabalho empregado para essa realização:

Naturalmente, os seus salários não podem exceder os valores das mercadorias por eles produzidas, não podem ser maiores que estas, mas podem, sim, ser inferiores em todos os graus imagináveis. Seus salários achar-se-ão limitados pelos valores dos produtos, mas os valores de seus produtos não se acharão limitados pelos salários. E sobretudo aqueles valores, os valores relativos do trigo e do ouro, por exemplo, se terão fixado sem atentar em nada no valor do trabalho invertido neles, isto é, sem atender em nada aos salários. A determinação dos valores das mercadorias pelas quantidades relativas de trabalho nelas plasmado difere, como se vê, radicalmente, do método tautológico da determinação dos valores das mercadorias pelo valor do trabalho, ou seja, pelos salários (MARX, 1996, p. 91).

E ainda, no sentido de valorização salário-mercadoria, Marx (2004b) relembra que o valor de uma mercadoria está intrinsecamente ligado à quantidade de trabalho necessário para tal produção. A produção, no caso, contém determinantes do estado social e determinantes das

condições sociais médias de produção (que comportam uma dada intensidade social) e, ainda, contam com a agilidade média no trabalho que nela se emprega.

Isto significa que o aprimoramento social dos processos de trabalho (o que vai implicar diretamente as condições médias de produção), acarretará, também, a alteração do ritmo e do tempo de trabalho empregado pelo trabalhador. Este, dessa forma, terá que ampliar o emprego de trabalho social para o alcance de tais metas.

Se, então, a quantidade de trabalho socialmente necessário, materializado nas mercadorias, é o que determina o valor de troca destas, ao crescer a quantidade de trabalho exigível para produzir uma mercadoria aumenta necessariamente o seu valor e vice-versa, diminuindo aquela, baixa este. Se as respectivas quantidades de trabalho necessário para produzir as respectivas mercadorias permanecessem constantes, seriam também constantes seus valores relativos. Porém, assim não sucede. A quantidade de trabalho necessário para produzir uma mercadoria varia constantemente, ao variarem as forças produtivas do trabalho aplicado. Quanto maiores são as forças produtivas do trabalho, mais produtos se elaboram num tempo de trabalho dado; e quanto menores são, menos se produzem na mesma unidade de tempo (MARX, 2004b, p. 95).

Marx (2004b), considerado seu tempo, destaca ainda que as diferentes forças naturais e a capacidade para a realização do trabalho humano se encontram dependentes de dois aspectos fundamentais:

- 1 - Das condições naturais do trabalho: fertilidade do solo, riqueza das jazidas minerais, etc.
- 2 - Do aperfeiçoamento progressivo das forças sociais do trabalho por efeito da produção em grande escala, da concentração do capital, da combinação do trabalho, da divisão do trabalho, maquinaria, melhoria dos métodos, aplicação dos meios químicos e de outras forças naturais, redução do tempo e do espaço graças aos meios de comunicação e de transporte, e todos os demais inventos pelos quais mais a ciência obriga as forças naturais a servir ao trabalho, e pelos quais desenvolve o caráter social ou cooperativo do trabalho. Quanto maior é a força produtiva do trabalho, menos trabalho se inverte numa dada quantidade de produtos e, portanto, menor é o valor desses produtos. Quanto menores são as forças produtivas do trabalho, mais trabalho se emprega na mesma quantidade de produtos e, por consequência, maior é o seu valor. Podemos, então, estabelecer como lei geral o seguinte: Os valores das mercadorias estão na razão direta do tempo de trabalho invertido em sua produção e na razão inversa das forças produtivas do trabalho empregado (MARX, 1996, p. 95-96).

Quanto à questão do preço, Marx (2004b) estabelece algumas considerações acerca dessa expressão, utilizando-se de seu valor em dinheiro. Ao reportar-se a Adam Smith e à fisiocracia francesa, denominou o preço em dinheiro, assim, de preço natural, uma vez que é uma representação, uma expressão de valores já determinados, como visto anteriormente. Entretanto, faz ainda uma consideração acerca das expressões preço natural e preço de mercado, informando que o último expressa a quantidade social média de trabalho a qual, em

condições medianas de mercado, é suficiente para manter o abastecimento de determinado artigo no mercado e acaba por coincidir com o preço-valor. No entanto, poderá haver baixa de valor, dependendo do movimento oferta-procura.

Por sua vez, analisados o campo do valor e a flutuação dos preços (natural e de mercado), Marx recorre a Tooke<sup>36</sup> para expressar que as flutuações dos preços de mercado, no decorrer do espaço-tempo, tenderão a compensar umas às outras e a ser vendidas em média por “[...] seus respectivos valores ou preços naturais” (MARX, 2004b, p. 95).

Exatamente nessa incongruência, a origem do lucro precisa ser compreendida: as mercadorias são vendidas por seus valores e os lucros advêm da quantidade de trabalho nelas empenhado e não da majoração dos preços, o que Marx (2004b) vai sustentar com a teoria da mais-valia.

O autor, retomando a questão sobre a força de trabalho, afirma que, para sua venda, há de existir uma dada denominação, da mesma maneira que o preço é expresso por um dado valor lançado às mercadorias. Assim, remonta à tese de que o verdadeiro sentido do valor do trabalho se encontra no fato de que o operário, ao vendê-lo, não está vendendo propriamente o trabalho, mas sim a sua força de trabalho. Isto pode parecer redundante, mas não o é, pois aquele que paga por essa força pensa que passa a dispô-la para si (MARX, 2004b). Vale lembrar também que há um dado limite temporal para essa venda e, sob a pena de determinada concessão, o trabalho se torna de cunho escravo. Nesse ponto, enquanto a força de trabalho paga ao trabalhador é de uso e domínio do patrão, e isso ocorre sem interrupção, o patrão passa a ser dono por direito daquele período de vida do trabalhador (de suas horas).

Marx (2004b, p. 97) dá como consumada – dentro desse modo de produção vigente e que se reproduz – a decomposição sócio-histórica, pois está feita a “[...] unidade original existente entre o homem trabalhador e seus instrumentos de trabalho”. Para esse trabalhador, tal decomposição resultou na “expropriação original”<sup>37</sup>. Quanto ao valor da força de trabalho<sup>38</sup>:

Que é, pois, o valor da força de trabalho? Como o de toda outra mercadoria, esse valor se determina pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada

<sup>36</sup> O trabalho de Thomas Tooke, “The History of Prices and the State of the Circulation”, foi publicado tanto numa primeira edição, de 2 volumes, em 1838, cobrindo o período 1793-1837, quanto numa versão definitiva, de 6 volumes, referente ao período 1793-1856, no ano anterior ao da sua morte (COSTA, 2009).

<sup>37</sup> Segundo Marx (2004b, p. 97), a “acumulação primitiva”, expressa por ele em “O Capital”, os economistas denominaram de “acumulação prévia ou originária”.

<sup>38</sup> Junto a essa concepção, encontra-se o motivo pelo qual iniciamos esta tese: a pesquisadora se apresenta como trabalhadora, proveniente de uma família de trabalhadores.

quantidade de meios de subsistência; o homem, como a máquina, se gasta e tem que ser substituído por outro homem. Além da soma de artigos de primeira necessidade exigidos para o seu próprio sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que hão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a descendência dos trabalhadores (MARX, 2004b, p. 98).

Assim, o valor da força de trabalho vai ser estabelecido como uma mercadoria, e como tal, que possui valores diferenciados, também a força de trabalho o terá. Quantidades de trabalho diferentes receberão valores/preços diferentes.

O autor alerta aqui sobre a inadequação da ideia de retribuição igual ou justa. Afirma que essa possibilidade não se sustenta dentro do sistema de salários, o qual advém de um determinado sistema de produção. Marx (2004b, p. 98) sugere que “[...] o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho”.

Entretanto, como já visto, caso haja majoração da força de trabalho para além das necessidades básicas exigidas para sua manutenção, ocorrerá o que Marx (2004b) denominou de sobretrabalho, o qual será expresso por uma mais-valia e por um sobreproduto. Como a expressão já diz, sobretrabalho é algo que está no processo de produção além do necessário. Ao trabalhador, lhe será devolvido por meio do seu salário o que lhe é de base; ao capitalista, caberá a nova compra de matéria-prima e de outros meios de produção, a fim de que uma nova produção ocorra. Já a mais-valia não o onera em nada, pois passa a compor a intermediação contínua entre capital e trabalho e a sustentar a base da produção capitalista ou do sistema salariado (como denominado pelo autor), perpetuando-se nessa dinâmica, por meio do sobretempo ou do sobretrabalho<sup>39</sup>.

Ainda sobre o valor do trabalho, destacam-se duas questões de extrema relevância quanto ao trabalho assalariado em distinção às suas demais formas históricas:

Primeiro: O valor ou preço da força de trabalho toma a aparência do preço ou valor do próprio trabalho, ainda que a rigor as expressões de valor e preço do trabalho careçam de sentido. Segundo: Ainda que só se pague uma parte do trabalho diário do operário, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que esse trabalho não remunerado ou sobretrabalho seja precisamente o fundo de que se forma a mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo o trabalho é trabalho pago (MARX, 1996, p. 100).

---

<sup>39</sup> Sobre a questão tempo hegemônico, vale ler Leher (2005), que argumenta sobre as abordagens reducionistas e simplificadoras de Tempo e Sociedade, indicando a necessidade de examiná-las mais de perto. Lembra que, especificamente, ao se pensar a sociedade brasileira, é necessário observar que coexistem tempos diferentes, porém, hegemônicos pelo modo de produção capitalista.

A exemplo do trabalho escravo e do trabalho assalariado, Marx (1996) frisa que, no primeiro, não há nenhum trato de negociação entre senhor e escravo (a não ser o de manutenção mínima de sobrevivência do escravo para o devido fornecimento de força de trabalho) e, desse modo, como o trabalho não aparece como não remunerado, lhe é tirado à força. A relação é explícita, ainda que injusta. Todavia, no segundo, essa relação se apresenta de forma ofuscada pelo contrato realizado entre trabalhador e capitalista: o trabalhador é contratado pelo valor de 50% de sua força de trabalho para dada realização, mas a tal força é utilizada legalmente pelo capitalista e, de forma ampliada, é usada em 100% durante a jornada de trabalho<sup>40</sup>. Portanto, trabalho pago e trabalho não pago aparecem como indissociáveis e diferentes do ocorrido com o trabalho escravo, já que aparenta consentimento. Nesse contexto, Marx (2004c, p. 101) determina que a expressão “valor do trabalho” será por ele empregada como sinônimo de “valor de força de trabalho”<sup>41</sup>.

Marx (1982) inicia a primeira parte dos “Manuscritos econômico-filosóficos”, de 1844, utilizando a economia política da época e sua estruturação para a constatação de que o trabalhador se encontra reduzido à mercadoria, e a mais miserável delas. Afirma que, em relação diametralmente inversa, encontra-se a elevada capacidade produtiva do trabalhador, o qual, gerando lucro acumulado (capital), promove essa acumulação e essa concentração a um número restrito de sujeitos, novamente inverso, embora agora ao número de trabalhadores,

[...] e assim uma restauração do monopólio da forma mais terrível; e, por fim, que a distinção entre capitalista e proprietário de terras, e entre trabalhador agrícola e operário, tem de desaparecer, dividindo-se o conjunto da sociedade em duas classes de possuidores de propriedades e trabalhadores sem propriedades (MARX, 2004c, p. 142).

---

<sup>40</sup> Marx (2004b) parte da suposição da limitação temporal que determina a jornada de trabalho, mas lembra que o capital tende a fazer sua dilatação máxima, visando ao lucro dela derivado e advindo do aumento de sobretrabalho. Exemplifica: “Durante o século XVII, e até mesmo durante os primeiros dois terços do século XVIII, a jornada normal de trabalho, em toda a Inglaterra, era de 10 horas. Durante a guerra contra os jacobitas, que foi, na realidade, uma guerra dos barões ingleses contra as massas trabalhadoras inglesas, o capital viveu dias de orgia e prolongou a jornada de 10 para 12, 14 e 18 horas. Malthus, que não pode precisamente infundir suspeitas de terno sentimentalismo, declarou num folheto, publicado por volta de 1815, que a vida da nação estava ameaçada em suas raízes, caso as coisas continuassem assim. Alguns anos antes da generalização dos novos inventos mecânicos, cerca de 1765, veio à luz na Inglaterra um folheto intitulado *An Essay on Trade* (Um Ensaio Sobre o Comércio). O anônimo autor desse folheto, inimigo jurado da classe operária, clama pela necessidade de estender os limites da jornada de trabalho. Entre outras coisas, propõe criar, com esse objetivo, casas de trabalho para pobres, que, diz ele, deveriam ser “casas de terror”. E qual é a duração da jornada de trabalho proposta para estas “casas de terror”? Doze horas, quer dizer, precisamente a jornada que, em 1832, os capitalistas, os economistas e os ministros declaravam não só vigente de fato, mas também o tempo de trabalho necessário para as crianças menores de 12 anos” (MARX, 2004, p.109).

<sup>41</sup> Para a questão da produtividade/improdutividade do trabalho, remete-se a Marx (2004e), ao Capítulo VI - Inédito de “O Capital”, p. 108-120, que, por opção metodológica, não será abordado aqui.

Em sua análise, o autor destaca a necessária e urgente capacidade de se conceber e identificar todo o sistema de alienação em sua relação intrínseca à propriedade privada. Ressalta “[...] ganância, separação entre trabalho, capital e terra, troca e competição, valor e desvalorização do homem, monopólio e competição - e o sistema do dinheiro” (MARX, 2004c, p.143) para que haja a compreensão e a superação desse modelo. Nesse sentido, é necessário partir da concretude dos fatos, como já anteriormente afirmado:

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e, de veras, na mesma proporção em que produz bens (MARX, 2004c, p. 143-144).

A análise desse fato remete a que o produto do trabalho e o próprio trabalho se objetificou a tal ponto que neles não há mais possibilidade para o reconhecimento do trabalhador como produtor de si mesmo, nem reconhecimento do produto por ele gerado. A apropriação de si e de sua produção surge como algo estranho, alheio a si e em si. Quanto maior for a sua deterioração pelo processo de trabalho, mais se fortalece a objetivação de tudo a sua volta, apresentando-se como a tamanha grandeza que não mais lhe pertence e que, portanto, parece-lhe estranha, como se o objeto fosse capaz de existir independente da sua ação de força de trabalho e de seu trabalho (MARX, 2004c).

Pela precarização da sua força de trabalho – ou de seus meios de vida –, o trabalhador vai se distanciando em pelo menos dois aspectos:

[...] primeiro, o mundo exterior sensorial se torna cada vez menos um objeto pertencente ao trabalho dele ou um meio de existência de seu trabalho; segundo, ele se torna cada vez menos um meio de existência na acepção direta, um meio para a subsistência física do trabalhador. Sob os dois aspectos, portanto, o trabalhador se converte em escravo do objeto: primeiro, por receber um objeto de trabalho, isto é, receber trabalho, e em segundo lugar por receber meios de subsistência. Assim, o objeto o habilita a existir, primeiro como trabalhador e depois como sujeito físico. O apogeu dessa escravização é ele só poder se manter como sujeito físico na medida em que é um trabalhador, e de ele só como sujeito físico poder ser um trabalhador. (MARX, 2004c, p. 145-146)

Essa alienação ou esse estranhamento por parte do trabalhador é obviamente funcional ao sistema de produção tal como está, e a economia política exime-se de estabelecer e examinar a relação trabalhador-trabalho-produção.

Entretanto, o processo de alienação não consta somente nos resultados do trabalho – no caso, em seus produtos – como alienação do objeto. Para Marx (2004c), isso apenas resume a alienação que decorre da atividade do trabalho, correlacionando-a, nesse sentido,

com as seguintes questões: primeiro, com a ideia de o trabalho estar tomado como externo à natureza do trabalhador; segundo, com o fato de o trabalhador negar a si mesmo na realização do trabalho – trata-se da ausência de bem-estar; terceiro, com a ideia de que o trabalhador não possui autonomia física e mental para realizar sua produção; e quarto, conseqüentemente, com o fato de o trabalhador permanecer exaurido física e mentalmente. Ele vive forçosamente seu trabalho, pois este deixou de ser a satisfação e a realização de uma dada necessidade para se tornar meio de realização de satisfações a ele alheias, estranhadas, desnecessárias, como um trabalho para os outros ou como autoalienação (MARX, 2004c).

Sendo assim, quem são “esses outros”? A quem pertence o trabalho e o produto que o trabalhador estranha?

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, mas o enfrenta como uma força estranha, isso só pode acontecer porque pertence a um outro homem que não o trabalhador. Se sua atividade é para ele um tormento, ela deve ser uma fonte de satisfação e prazer para outro. Não os deuses nem a natureza, mas só o próprio homem pode ser essa força estranha acima dos homens. Considere-se a afirmação anterior segundo a qual a relação do homem consigo mesmo se concretiza e objetiva primariamente através de sua relação com outros homens. Se, portanto, ele está relacionado com o produto de seu trabalho, seu trabalho objetificado, como com um objeto estranho, hostil, poderoso e independente, ele está relacionado de tal maneira que um outro homem, estranho, hostil, poderoso e independente, é o dono de seu objeto. Se ele está relacionado com sua atividade como com uma atividade não-livre, então está relacionado com ela como uma atividade a serviço e sob jugo, coerção e domínio de outro homem (MARX, 2004c, p. 153-154).

Para o autor, a propriedade privada é resultante do trabalho exteriorizado através da vida do homem estranhado, de sua produção estranhada. Trata-se de uma consequência necessária para absorver esse estranhamento exteriorizado do trabalhador-natureza e do trabalhador como homem. Decai aqui a tese de que a propriedade privada seria o fundamento do trabalho exteriorizado. Lembrando o que Marx (2004c) afirma, essa relação se daria em ação recíproca e, no auge do desenvolvimento da propriedade privada, essa questão retornaria: a propriedade privada seria ao mesmo tempo fruto do trabalho exteriorizado e meio pelo qual ele se propaga e realiza a exteriorização. Daqui decorrente, o autor destaca alguns conflitos:

(1) A Economia Política inicia tomando o trabalho como a verdadeira alma da produção e, a seguir, nada lhe atribui, concedendo tudo à propriedade privada. Proudhon, defrontando-se com essa contradição, decidiu em favor do trabalho contra a propriedade privada. Percebemos, contudo, que essa aparente contradição é a contradição do trabalho alienado consigo mesmo e que a Economia Política meramente formulou as leis do trabalho alienado. (MARX, 2004c, p. 155-156)

Marx (2004c, p. 156) exemplifica que “[...] sistema de salários, o trabalho aparece não como um fim por si mas como o servo dos salários” e que “[...] um aumento de salários nada seria além de um melhor assalariamento do escravo e não teria conquistado nem ao trabalhador nem ao trabalho a sua dignidade e determinação humana”. E prossegue apontando que, com a igualdade de salários, Proudhon<sup>42</sup> defendeu que se transformaria somente a relação do trabalhador atual em seu trabalho, como uma relação pertencente a todos os homens com o trabalho, igualitariamente. Assim, não existiriam capitalistas entre os homens, pois estes se encontrariam abstraídos dessa relação. Resta considerar que:

(2) Da relação do trabalho alienado com a propriedade privada também decorre que a emancipação da sociedade da propriedade privada, da servidão, assume a forma política de emancipação dos trabalhadores; não no sentido de só estar em jogo a emancipação destes, mas por essa emancipação abranger a de toda a humanidade. Pois toda servidão humana está enredada na relação do trabalhador com a produção, e todos os tipos de servidão são somente modificações ou corolários desta relação (MARX, 2004c, p. 156-157).

O autor, assim, determina os conceitos de propriedade privada, por meio do conceito de trabalho alienado, apontando, no que considera fundamental para a compreensão dessa estrutura socioeconômica, duas tarefas primordiais:

(1) Determinar a natureza geral da propriedade privada tal qual como se constituiu enquanto resultado do trabalho estranhado, em sua relação com a propriedade verdadeiramente humana e social.

(2) Tomamos como fato e analisamos a alienação do trabalho. Como sucede, podemos indagar, que o homem aliene seu trabalho? Como essa alienação se alicerça na natureza da evolução humana? Já fizemos muito para resolver o problema, visto termos transformado a questão referente à origem da propriedade privada em uma questão acerca da relação entre trabalho alienado e o processo de evolução da humanidade. Pois, ao falar de propriedade privada, acredita-se estar lidando com algo extrínseco à espécie humana. Mas, ao falar de trabalho, lida-se

---

<sup>42</sup> Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) foi um filósofo político e econômico francês. Foi membro do Parlamento Francês. É considerado um dos mais influentes teóricos e escritores do anarquismo e também é o primeiro a se autoproclamar anarquista, até então um termo considerado pejorativo entre os revolucionários. Foi ainda em vida chamado de socialista utópico por Marx e seus seguidores, rótulo sobre o qual jamais se reconheceu. Após a revolução de 1848, passou a se denominar federalista. Seu primeiro e maior trabalho, “O que é a Propriedade? Pesquisa sobre o Princípio do Direito e do Governo” (Qu'est-ce que la propriété? Recherche sur le principe du droit et du gouvernement), foi publicado em 1840. A publicação do livro atraiu a atenção das autoridades francesas, atraindo também o interesse de Karl Marx, que começou a se corresponder com o autor. Os dois influenciaram-se mutuamente: encontraram-se em Paris por ocasião do exílio de Marx. A amizade de ambos finalmente chegou ao fim quando Marx respondeu a seu texto “Sistema das Contradições Econômicas” ou “A Filosofia da Miséria” com outro provocadoramente intitulado “A Miséria da Filosofia”. A disputa se tornou uma das origens da divisão entre as alas marxista e anarquista nos encontros da Associação Internacional dos Trabalhadores. Proudhon favoreceu as associações dos trabalhadores ou cooperativas, bem como a propriedade coletiva dos trabalhadores da cidade e do campo em relação aos meios de produção, em contraposição à nacionalização da terra e dos espaços de trabalho. Ele considerava que a revolução social poderia ser alcançada mediante formas pacíficas. Proudhon também tentaria criar um banco operário, semelhante, em alguns aspectos, às atuais cooperativas de crédito e que beneficiaria os trabalhadores com empréstimos sem juros. Mal-lograda a tentativa, a ideia seria apropriada por capitalistas e acionistas que incorporariam imposição de juros em seus empréstimos (BOTTOMORE, 2001).

diretamente com a própria espécie humana. Esta nova formulação do problema já encerra sua solução. (MARX, 2004c, p. 157)

Ainda três considerações-sínteses, feitas pelo autor, devem ser aqui observadas:

[...] tudo que aparece ao trabalhador como uma atividade de alienação, aparece ao não-trabalhador como uma condição de alienação; que atitude prática real do trabalhador na produção e face ao produto (como estado de espírito) afigura-se ao não-trabalhador, que com ele se defronta, como uma atitude teórica; e que o não-trabalhador faz contra o trabalhador tudo que este faz contra si mesmo, mas não faz contra si próprio o que faz contra o trabalhador (MARX, 2004c, p. 158-159).

## 4 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO DAS NOVAS SOCIABILIDADES NEOLIBERAIS E DO (SOBRE)TRABALHO

*A maior contradição que eu consigo ver nisso é essa questão, sempre tem alguém melhorando mais de situação do que o catador, de que o cooperado (Vitória).*

Neste capítulo, buscamos contextualizar, partindo de Marx e Engels e, posteriormente, de Gramsci, as categorias Estado e Sociedade Civil tomando-as como eixos de compreensão das (contra)reformas do Estado realizadas a partir da década de 1990 e, com isso, das novas exigências imputadas à classe trabalhadora.

Buscamos organizar este capítulo em três seções. Na primeira, definimos Estado e Sociedade Civil em Marx e Engels e, depois, assumimos tais concepções em Gramsci. Na segunda, procuramos contextualizar as (contra)reformas do Estado e o papel da Sociedade Civil. Na terceira, o foco é a crítica aos (Novos) Movimentos Sociais no que se refere ao avanço neoliberal (sobre)trabalho.

O objetivo até aqui foi o de caminhar pelo contexto sócio-histórico da organização social, buscando reconhecê-la como uma organização fundada e fundante no e pelo trabalho. Nesse sentido, agregamos este capítulo ao capítulo anterior em busca da aproximação com o contexto mais focal, em que reside o estudo de caso – a COOPCARMO –, que é o proposto nos dois capítulos subsequentes.

### 4.1 CONCEITUANDO ESTADO-SOCIEDADE CIVIL

*Modificam-se as formas de organização técnica e social da produção de mercadorias, sejam materiais ou culturais, prosaicas ou virtuais. Podem organizar-se em termos de fordismo, toyotismo e outras modalidades. Porém, está sempre na base do capitalismo a exploração da força de trabalho (IANNI, 2011, p. 15).*

Montaño e Duriguetto (2011), inicialmente, auxiliaram, nesta tese, na contextualização e na concepção de Estado em Marx e Engels. Nesse sentido, a tradição marxista, como teoria social, é “rica e heterogênea” (NETO, 1990, p. 8-9) e, apesar de ser tomada por diversos autores, vertentes, objetos e contextos, possui em acordo com a obra de Marx e de Engels, um fio condutor de unidade: “[...] a oposição ao capitalismo e a perspectiva de revolução, isto é, trata-se de uma teoria social diversa, rica, heterogênea, que visa ao conhecimento crítico da estrutura e dinâmica capitalista para sua superação” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 33).

Cabe também lembrar que a produção teórica de Marx é exatamente rigorosa em seus princípios quanto a seu método de investigação sobre a realidade concreta – realidade que é dinâmica e composta de múltiplas determinações (LUKÁCS, 1989; MONTAÑO; DURIGUETO, 2011), o que, para Montañó e Duriguetto (2011, p. 34), ocorre por duas razões:

Primeiramente, que Marx não trabalhava com "definições" (a-históricas, imutáveis, aplicáveis a um fenômeno em qualquer época), mas com determinações; ou seja, estudava seu objeto pelas particularidades e aspectos que o conformam. Em segundo lugar, que a realidade muda, evolui, e para conhecê-la será preciso sempre retornar a ela, percebendo as novas determinações que assumem. Com isso temos que cada pesquisador dessa tradição, fiel ao método de Marx, na medida em que trate de objetos diversos, ou em diferentes contextos históricos, necessariamente produzirá, sobre realidades diferentes, conhecimentos distintos.

O que Montañó e Duriguetto (2011) retomam acaba por apoiar, neste trabalho, a compreensão da teoria sobre o Estado, uma vez que, sob a tradição marxista, não existe propriamente uma teoria concluída, mas há diversas determinações que variam em seus contextos e que são de fundamental importância para a compreensão de sua constituição ao longo da história.

Em Marx e Engels, essa concepção decorre do momento histórico em que se encontram suas formulações, em que os processos autoritários e de baixa complexidade das organizações da Sociedade Civil levam à leitura de alguns trechos e de algumas passagens de sua obra dentro de uma perspectiva de Estado unitário–monolítico. No entanto, sua produção pode ser mais bem apreendida dentro da dialética da obra como um todo, lócus em que se manifestam mais fortemente as formulações e as concepções de Estado. Nesse sentido, as formulações de Marx e Engels sobre Estado e Sociedade Civil se tornam fundamentais para os avanços feitos por Gramsci posteriormente.

A princípio, retomaremos a compreensão de (não) Estado e Sociedade Civil em Marx e Engels, para, posteriormente, buscar tais concepções em Gramsci (1981; 2000), as quais orientarão esta tese.

Marx juntamente com Engels consideraram o Estado a partir e dentro de uma perspectiva histórica (MARX, 2005; FREDERICO, 2009; FONTES, 2006; SILVA, 2012)<sup>43</sup>. Nessa direção, a conquista do poder pelo povo não constituía o objetivo prioritário, mas sim a busca e a tomada de direitos da classe trabalhadora como momento em direção à revolução e

---

<sup>43</sup> Francisco Silva (2012) apresenta, em seu texto “Marx e Engels”, aspectos da vida e da obra dos fundadores do marxismo e indicativos de boas publicações no Brasil que ajudam a retratar a vida e a obra revolucionária de Marx e Engels como busca da compreensão de seus contextos.

para além da universalidade proposta pela burguesia, num projeto societário de humanidade emancipada e com a preconização do fim do Estado.

A classe trabalhadora, por meio das lutas e da perspectiva histórica do proletariado como práxis, se constituiria primeiramente como classe em si e para si<sup>44</sup>, para somente depois se universalizar para além de si mesma na luta política de superação do capitalismo e das relações de expropriação e dominação.

Longe da efetiva universalidade proposta pela burguesia – cujos interesses são apresentados como de todos, e não para todos, conforme expresso por Marx e Engels no manifesto comunista: “[...] o executivo do Estado Moderno nada mais é do que um comitê para a administração dos assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 1998, p. 7) –, a classe trabalhadora buscaria engendrar a anatomia da sociedade, via economia política, em busca de uma sociedade civil determinante, que incorpore as frações de trabalhadores, e em busca também de um Estado determinado.

Assim, essa base ética e histórica se daria pela materialidade do mundo da produção da vida coletiva – o mundo do trabalho, em que a plena consciência e a associação dos trabalhadores seriam a condição para superar a divisão social em classes e para declinar ao modelo de Estado, superando-o. Aqui, a Sociedade Civil está no campo dos interesses de classes, para além das questões individualizadas.

Entretanto, para Marx, a dicotomia entre Estado e Sociedade Civil, tendo em vista o aparato liberal, reverte-se em encontro: os interesses econômicos da Sociedade Civil burguesa passam a ser vinculados ao Estado pelo assegurar das relações sociais de produção, apresentando-se como “bem comum” e como “políticas para todos” (FONTES, 2006). Essa articulação extremamente azeitada entre Sociedade Civil e Estado seria, para Marx, o grande obstáculo para a superação das formas de produção inadequadas a uma sociedade mais equânime. De forma mais geral, permanece então o conceito de Sociedade Civil como aquela que “[...] designava, sobretudo, o âmbito dos interesses, do mercado, da concorrência” (FONTES, 2006, p. 210).

---

<sup>44</sup> Marx, a partir de Hegel, difere duas dimensões da constituição de classe: “[...] a ‘classe em si’ remete à mera existência de uma classe [...] conforma uma classe para si, aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 97). Entretanto, não se trata de uma passagem definitiva para a consciência e a organização, mas sim de uma constituição de tais dimensões em desenvolvimento, numa relação dialética. Montaño e Duriguetto (2011, p.98) afirmam assim que “[...] esta dupla dimensão da classe, ‘em si’ e ‘para si’, que em condições históricas determinadas pode coexistir num mesmo momento, em outras caracteriza uma passagem, levando-nos às seguintes determinações de classe: a ‘consciência’ e as ‘lutas’ de classe”.

Marx, tendo a influência do pensamento de Feuerbach<sup>45</sup> e indo em direção à contestação do idealismo da Filosofia Hegeliana, busca confrontar a Filosofia do Direito de Hegel, porém reconhecendo-a “[...] como a mais refinada expressão teórica sobre o Estado moderno” (FREDERICO, 2009, p. 48). A contradição é a marca desse desafio de Marx a qual precisa se confrontar com aquilo que é, no momento, sua própria referência – realidade e teoria. A centralidade da crítica de Marx à Filosofia do Direito de Hegel está no fato de que Sociedade Civil e Estado são apresentados de maneiras distintas, entretanto, interligados por meio de argumento lógico entre ideia e Estado, o que Marx determinou como pertencente ao campo da mistificação:

Hegel descreve a separação entre os interesses particulares radicados na sociedade civil e os fins universais pretensamente representados pelo Estado, mas, utilizando-se do artifício automediador da lógica, força uma integração entre as duas esferas", e continua [...] somente o monismo da lógica dialética permitiu fabricar essa visão harmoniosa que unifica e concilia os interesses da sociedade civil com o Estado político. [...] A integração pretendida por Hegel só pode nascer como resultado de um pensamento alienado que inverte as relações reais ao transformar o ser (a família e a sociedade civil) em predicado (a ideia de Estado) e o predicado em ser, em sujeito de todo o processo (FREDERICO, 2009, p. 57-58).

O fato de o Estado moderno em Hegel ser concebido como fruto da sociedade particular confere ao Estado a capacidade de promotor da universalização dessas particularidades. Para Marx, o Estado em Hegel é o cerne alienado da sociedade civil (FREDERICO, 2009), ou ainda “O ponto-de-vista do antigo materialismo é a sociedade ‘civil’; o do novo materialismo, a sociedade humana ou a humanidade socializada” (MARX, 2012, p. 1).

A primeira forma da propriedade é, tanto no mundo antigo como na idade média, a propriedade tribal, principalmente condicionada entre os Romanos pela guerra, e entre os Germanos, pela criação de gado. Para os povos antigos (não esqueçamos que numa mesma cidade co-habitavam diversas tribos), a propriedade tribal aparece como propriedade do Estado e o direito do indivíduo a desfrutá-la como uma simples possessão, a qual, no entanto, à semelhança da propriedade tribal, se limita à propriedade da terra. A propriedade privada propriamente dita começa, tanto para os antigos como para os povos modernos, com a propriedade mobiliária, - (Escravidão e comunidade) (dominium ex jure quiritum) Para os povos que saem da Idade Média, a propriedade tribal evolui passando por diferentes estádios - propriedade

---

<sup>45</sup> Ludwig Andreas Feuerbach, filósofo (Alemanha, 1804-1872), seguindo a teologia humanista, na qual a situação material em que o homem vive é que o cria, exerce influência sobre o pensamento de Marx. Entretanto, dado o materialismo contemplativo que acompanha a obra de Feuerbach por influência do idealismo proposto por Hegel, Marx passa a desenvolver sua crítica às definições de Feuerbach sobre a sociedade e a natureza, pois desconhece nelas a ausência da política, que, para Marx, é o que poderia materializar a filosofia (FREDERICO, 2009). Sobre Feuerbach, Marx escreve XI teses em 1845, as quais somente foram publicadas postumamente por Engels, em 1888, de acordo com os manuscritos de Marx ([www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm](http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm)).

fundiária feudal, propriedade mobiliária corporativa, capital de manufatura - até ao capital moderno, condicionado pela grande indústria e a concorrência universal, que representa a propriedade privada no estado puro, despojada de qualquer aparência de comunidade e tendo excluído toda a ação do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade. É a esta propriedade privada moderna que corresponde o Estado moderno, adquirido pouco a pouco pelos proprietários privados através dos impostos, inteiramente caídos nas suas mãos pelo sistema da dívida pública e cuja existência depende exclusivamente, pelo jogo da alta e da baixa dos valores do Estado na Bolsa, do crédito comercial que lhe concedem os proprietários privados, os burgueses. A burguesia, por ser já uma classe e não uma simples ordem, é constringida a organizar-se à escala nacional e já não exclusivamente num plano local, e a dar uma forma universal aos seus interesses comuns. Dado que a propriedade privada se emancipou da comunidade, **o Estado adquiriu uma existência particular junto da sociedade civil e fora dela; mas esse Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e os seus interesses, tanto no exterior como no interior.** A independência do Estado só existe hoje nos países menos desenvolvidos onde as ordens ainda não se desenvolveram ao ponto de constituírem classes e onde ainda desempenham um certo papel; países esses em que existe uma situação híbrida e onde, conseqüentemente, nenhuma parte da população pode dominar as outras. É muito particularmente o caso da Alemanha, ao passo que o exemplo mais acabado de Estado moderno é a América do Norte. Os escritores franceses, ingleses e americanos modernos afirmam todos, sem exceção, que o Estado só existe devido à propriedade privada, ideia essa que acabou por ser aceite pela consciência comum. Sendo portanto o Estado a forma através da qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições públicas têm o Estado como mediador e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa sobre a vontade e, melhor ainda, sobre uma vontade livre, desligada da sua base concreta. O mesmo acontece com o direito que é por sua vez reduzido à lei (MARX; ENGELS, 2012, p. 58-60, grifo nosso).

Marx considera, assim, o Estado como instrumento de dominação de determinada classe (a dominante), em busca da garantia de seus bens e “direitos”. Nesse sentido, o Estado cumpre perfeitamente uma dada universalidade, necessitando, portanto, de ser compreendido em confluência com as bases concretas da sociedade civil, como descrito por Montaño e Duriguetto (2011, p. 37):

A centralidade da sociedade civil como instrumento fundante do Estado implica, para Marx, a investigação dos processos históricos da gênese da sua base material. É a partir dessa crítica que Marx supera as categorias especulativas hegelianas e as resgata numa teoria que apreende a ontologia do ser social.

Marx e Engels (1998), afirmam assim, a importância das lutas de classe como motor da história, conforme expressam no Manifesto Comunista, de forma que:

[...] as determinações da divisão da sociedade civil em classes sociais e da representação dos interesses de uma classe particular pelo Estado são articuladas organicamente com uma concepção da revolução; que correspondia a uma concepção de lutas de classe entre a burguesia e proletariado, que assumiria a forma de uma guerra civil. A transição ao comunismo implicaria uma ruptura súbita e

violenta com a ordem burguesa pela constituição do poder proletário (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 39-40)

O poder de que fala Montaño e Duriguetto (2011), já apresentado aqui, funciona como poder primeiro de ordem política, em que o proletariado se configura como classe em si e para si, em busca da conquista da democracia, e em que o Estado se desfaz, à medida que as contradições de classe também se desfazem.

No caso de Antonio Gramsci, a elaboração teórica sobre Estado e Sociedade Civil, assim como toda sua obra<sup>46</sup>, constitui-se dentro do contexto político-econômico italiano, marcado pelo poder ditatorial do fascismo. Sobre esse contexto, Gramsci se constitui como intelectual militante e aprofunda a estreita ligação entre intelectuais, política e classe social – sociedade civil-sociedade política. A partir das obras de Marx, Engels e Lênin<sup>47</sup>, no que tange à fidelidade ao método, Gramsci busca compreender a realidade e suas determinações, procurando captar as complexas dinâmicas de expansão da “sociedade civil” de seu tempo, as quais vinham ganhando amplitude de forma inédita nas expressões intelectuais na “superestrutura”:

[...] em contraposição às teorias que na sua época defendiam a elitização dos intelectuais que se assustavam com o avanço das massas, que desprezavam a democracia popular ou separavam a política da ciência. Defende a socialização do conhecimento e recria a função dos intelectuais conectando-os com as lutas políticas dos “subalternos”. Essa visão totalmente inovadora e revolucionária rompe com a concepção do intelectual “superior” e separado, com o filósofo “detentor da verdade” e guia da *polis* que se formou a partir da tradição platônica do “filósofo-rei”. As ideias de Gramsci passam a fundamentar a formação de novos intelectuais envolvidos com as lutas dos subalternos (SEMERARO, 2000, p. 4).

As novas determinações da realidade que se apresentavam no século XX com o capitalismo monopolista (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011) levaram Gramsci a problematizar a Sociedade Civil a partir de três focos: como se organiza e se exerce a dominação de classes; sob que condições os setores subalternos empreendem suas lutas na busca de superação das vertentes capitalistas; e como a organização social e a plena realização dos indivíduos (a sua participação na vida social) se dão na relação com o Estado. Tais

<sup>46</sup> Antonio Gramsci (Itália, 1891-1937) defendeu a aliança entre classe operária e campesinato, tendo em vista uma revolução socialista na Itália como perspectiva popular-nacional. Defendeu ainda que a classe operária necessitava ir além de seus interesses corporativos e discutiu o papel político da cultura e da ideologia. Sua obra fundamental foi registrada durante sua prisão (1926-1934) em 34 cadernos, escritos sob forma de notas teóricas e intitulados Cadernos do Cárcere (*Quaderni del Carcere*) (BOTTOMORE, 2001).

<sup>47</sup> Lênin (1961), em sua obra “O Estado e a Revolução”, aponta para a necessidade de destruição do Estado como aparelho de poder coercitivo institucionalizado (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

determinações recolocam na agenda de Gramsci, de forma inovada, os apontamentos de Engels e Marx, restabelecendo a possibilidade da problematização das questões em torno da tríade Sociedade Civil-Estado-Mercado.

A compreensão da Sociedade Civil, em Gramsci e em seu contexto, está diretamente ligada à de Estado Ampliado. Para Gramsci, não há oposição entre Sociedade Civil e Estado, porque, se assim o fosse, prevaleceria, nessa configuração, a questão ético-política, foco da contra-hegemonia “regulada” (sociedade política), e, através dela, haveria uma sociedade igualitária cuja função é o consenso (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Aqui, Sociedade Civil é sinônimo de lutas intra e entre classes: “[...] é uma das esferas sociais em que as classes organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, na qual as classes e suas frações lutam para conservar ou conquistar hegemonia” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 43).

Nesse contexto, é necessário garantir a permanência e a adesão da subalternidade – sufrágio universal (LOSURDO, 1996), e isto se estabelece mediante:

[...] aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias do Estado e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelos fracos de classes dominantes por meio da **sociedade civil**, fortalecendo a partir do Estado, seus aparelhos privados de hegemonia (FONTES, 2006, p. 212, grifo nosso).

Gramsci define hegemonia como o exercício de dominação de um povo sobre os demais, não importando se ela é realizada pela introdução de sua cultura ou por meios militares (no caso da coerção). A hegemonia dominante consegue, com eficiência, a apropriação dos conhecimentos de forma a “destrinchar” a Sociedade Civil, desvelando suas contradições a partir da relação assimétrica estabelecida entre as forças produtivas e a reprodução, na busca de garantir uma “hegemonia universal liberal” em detrimento do universalismo (LOSURDO, 1996). Na subalternidade, ocorre o fortalecimento dos “consentimentos” de legitimação. Desse modo, Gramsci chama a atenção para como o educar para o consenso dos valores hegemônicos pode garantir tal condição (FONTES, 2006).

O Estado Ampliado não é unicamente instrumento de coerção da classe dominante, mas é, exatamente, força revestida de consenso e coerção acompanhada de hegemonia. Nele, coexistem a sociedade política e a Sociedade Civil, e, com isso, as classes subalternas não podem ignorar tal movimento hegemônico, sob pena de não oportunizarem sua mudança de condição e não construírem uma outra hegemonia – um outro “bloco histórico” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Dessa forma, esse mesmo lugar social – o Estado Ampliado como sociedade política e civil – é também lugar de possibilidade de contra-hegemonia, uma vez que se elucidam os modos vários dessa construção social de vontades forjadas: dos consensos aos conflitos – processo de luta social. Assim:

[...] o que determina a especificidade e a novidade do conceito de sociedade civil em Gramsci é a sua contribuição para o enriquecimento teórico-analítico do modo como a esfera econômica determina a produção e a reprodução da superestrutura no contexto histórico em que se operou uma maior complexificação do Estado (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 44).

Nesse sentido, para Gramsci, a Sociedade Civil é:

[...] o local da formulação e da reflexão, da consolidação dos processos sociais e das vontades coletivas. Por meio de sua imbricação no Estado, assegura que a função estatal de Educação – o ‘Estado Educador’ – atue na mesma direção dos interesses dirigentes e dominantes, através da mediação dos partidos políticos, tanto os oficiais como os que extraoficialmente, difundem e consolidam as visões de mundo, a imprensa (ou a mídia), escolas e igrejas (FONTES, 2006, p. 213).

Gramsci propõe, então, em relação a um Estado ético e de cultura, o que afirma ser o mais sensato e concreto nesse sentido:

Todo Estado es ético en cuanto que una de sus funciones más importantes es la de elevar a la gran masa de población a un determinado nivel cultural y moral, nivel (o tipo) que corresponde a las necesidades de desarrollo de las fuerzas productivas y por lo tanto a los intereses de las clases dominantes. La escuela como función educativa positiva y los tribunales como función educativa represiva y negativa son actividades estatales más importantes en tal sentido: pero en realidad, a ese fin tienden una multiplicidad de otras iniciativas y actividades supuestamente privadas que forman el aparato de la hegemonía política y cultural de las clases dominantes. La concepción de Hegel es propia de un período en el que el desarrollo de la burguesía en expansión podía aparecer ilimitado, por consiguiente la eticidad o universalidad de aquélla podía ser afirmada: todo el género humano será burgués. Pero en realidad sólo el grupo social que postula el fin del Estado y de sí mismo como fin a alcanzar, puede crear un Estado ético, tendiente a poner fin a las divisiones internas de los dominados etcétera, y a crear un organismo social unitario técnico-moral (GRAMSCI, [21-], p. 307-308).

Dadas as relações de força social e as contingências em que Gramsci postula tais considerações, o organismo social, unitário e técnico-moral por ele preconizado trata da busca da construção de uma dada consciência (“consenso” proletário) junto às classes subalternas em sua diversidade e demandas. Tal organismo é objetivado em um programa e uma direção política que prima pelo universal no sentido da construção de uma outra hegemonia no viés gramsciano, prevalecendo a condição e o conceito de homem em detrimento do individualismo liberal (LOSURDO, 1996).

Essa construção prima pelo envolvimento ativo (participativo) e pela construção de nova concepção de mundo e de nova forma de pensar – formação de consciência crítica, como maneira de manter ou construir nova hegemonia, o que Gramsci chama de reforma intelectual e moral. Ele destaca, nesse intuito, o papel ideológico fundamental que possuem os intelectuais orgânicos<sup>48</sup> (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Nesse sentido, Gramsci recupera a base real da sociedade – as forças de produção e as relações sociais de produção, ou seja, a infraestrutura –, em busca de ocupar também a superestrutura, com um novo conceito de estrutura social, formando um novo bloco hegemônico ou um novo “bloco histórico”.

#### 4.1.1 Sociedade Civil, uma Questão de Contextualização

Em se tratando do contexto latino-americano, difundido sob a égide da ditadura militar, em especial no Brasil, o conceito de Sociedade Civil ganha caráter de não militar, o que lhe dá a característica de homogeneidade e de facilidade de controle. Buscaram-se a liberdade e a justiça individual e vinculou-se essa busca à esfera política desligando-a da esfera econômica equânime e da liberdade coletiva (MESCHKAT, 1999). Na Sociedade Civil, estão contidos todos os atores, como se entre eles não houvesse diferenças de classes, econômicas, de culturas e de saberes; eles são, assim, apresentados como se fizessem parte dos mesmos direitos e das mesmas oportunidades do jogo político – nesse sentido, todos são “Sociedade Civil”.

Entretanto, uma parte dessa “sociedade” – o mercado –, por intermédio do empresariado e das elites burguesas, continuou a participar das políticas econômicas do governo, sem receber dele qualquer repressão, ao contrário da “outra parte” da Sociedade Civil – os sindicatos, os movimentos sociais etc – que foi perseguida e destruída pelo controle militar. A derrota militar e o fracasso da resistência armada acabaram por levar os vencidos a buscar outros caminhos de ocupação e recuperação de algum espaço deixado pelo Estado. E, assim, o final dos anos de 1980 se caracterizou por um processo lento de recuperação da organização desse espaço, com o surgimento de outro tipo de grupos e organizações.

<sup>48</sup> A definição de “intelectual orgânico” concerne, respectivamente: adj (*lat intellectuale*) Pertencente ou relativo à inteligência. *s m+f* **1** Pessoa dada ao estudo. **2** Pessoa de grande cultura literária; e *adj (gr organikós)* **1 Biol** Inerente ao organismo, à constituição íntima e fundamental. **2 Biol** Relativo aos órgãos, à organização ou aos seres organizados, arraigado profundamente (<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/>). Gramsci vai considerar a necessidade de os intelectuais estarem organicamente ligados à política e à classe social em vista da práxis: “[...] deixando de considerá-los de maneira abstrata, avulsa, como casta separada dos outros, Gramsci apresenta os intelectuais intimamente entrelaçados nas relações sociais, pertencentes a uma classe, a um grupo social vinculado a um determinado modo de produção” (SEMERARO, 2000, p. 4).

Esta é uma peculiaridade da concepção de Sociedade Civil na América Latina: uma Sociedade Civil reconstituída em espaços não muito politizados, que visa à superação da fragmentação social a que fora submetida pelo militarismo e que teve necessariamente de se recompor ao lado das classes dominantes que haviam sido preservadas durante o processo militar. Casos mais específicos, como o Chile, fizeram a ampliação da participação da Sociedade Civil, mas sem ruptura com os militares. Manteve-se o monopólio das políticas tradicionais – autonomia restrita e elitista. Em outras palavras, ficaram as mesmas influências, porém, sob configurações diferenciadas.

Abandonada a conotação inicial, há uma identificação da Sociedade Civil com os movimentos populares. Ela ganha tom mais geral e inocente e fica mais suscetível ao controle pela homogeneização. Nesse momento, as transformações sociais na América Latina estão sob o controle de uma política econômica neoliberal, cuja mudança crucial se dá pela expansão do trabalho precarizado: trata-se de um novo tipo de empresariado – autônomo e do Estado e que antes esteve articulado com a tecnocracia e com o militarismo. Nesse contexto, estende-se o grande capital – no caso, os grupos econômicos – e, com ele, a burguesia e sua sede pelo lucro em importantes setores sociais: “[...] el mercado, la competencia, la especulación, el individualismo posesivo, fueron legitimados ante toda la sociedad” (DÍAZ, 1995 apud MESCHKAT, 1999, p. 41-42).

O objetivo principal dessa nova forma de organização é o de debilitar o que foi substrato da Sociedade Civil (o trabalho) e, ao mesmo tempo, fortalecer o que Díaz (1995 apud MESCHKAT, 1999, p. 43) chamou de “Sociedade Civil Burguesa”. Logo, já se pode considerar que há a separação da Sociedade Civil em seus aspectos políticos e de produção e distribuição – o fosso social. Nesse sentido, as lutas sociais foram concebidas fragmentadamente.

Esse cenário está imerso e subsumido às leis de mercado mundial, o que por si só já é um fator bastante limitante da ação dos atores políticos. Acanda (2006), ao compreender e se referir à Sociedade Civil coabitada ao interior do social – havendo uma intrínseca interação orgânica entre o sistêmico e o antissistêmico –, lembra que o caráter dialético da concepção de Gramsci sobre os processos que ocorrem na sociedade faz a herança desse autor ser mal interpretada: “[...] Gramsci não concebia os fenômenos sociais como coisas, e sim como sistemas de relações” (ACANDA, 2006, p. 11-12).

Diante de tais considerações, elegemos como fundamental o fato de não se empregar qualquer conceito de Sociedade Civil que não declare seu lugar. Além disso, é igualmente fundamental que tal lugar esteja devidamente contextualizado em suas origens e ao longo de

seu processo histórico como campo das diferenças, divergências e possibilidades das lutas políticas contra a hegemonia neoliberal, adotados os mesmos procedimentos para com as situações com as quais venha a estabelecer relação. Assim, cremos que se pode amenizar o “valor analítico” e poderoso do emprego intencionado de tais termos, colocando-os no campo dos conflitos sociais e em detrimento dos movimentos de consenso.

Cabe, nesse sentido, recuperar a Sociedade Civil dentro do protagonismo do debate ideológico e econômico em Gramsci como forma ampliada de ocupar os espaços antes exclusivos tanto do Estado-coerção, quanto dos governos, compreendidos, em sua atualidade, como maiores aliados do capital privado. Tal perspectiva possibilita que a “Sociedade Civil”, assim compreendida, possa “[...] desempenhar um papel ao mesmo tempo crítico e afirmativo no que diz respeito à sociedade política” (ACANDA, 2006, p. 236).

#### 4.2 ESTADO, (CONTRA) REFORMAS E SOCIEDADE CIVIL

Os pequeno-burgueses viram-se mal recompensados depois das jornadas de junho de 1848, viram em perigo os seus interesses materiais e postas em causa pela contrarrevolução as garantias democráticas que deveriam assegurar-lhes a possibilidade de fazer valer esses interesses. Aproximaram-se, portanto, dos operários [...]. Às reivindicações sociais do proletariado limou-se-lhes a ponta revolucionária e deu-se-lhes um volta democrática; às exigências democráticas da pequena burguesia retirou-se a sua forma meramente política e afiou-se a sua ponta socialista. Assim, nasceu a “socialdemocracia” (MARX, 1984, p. 2).

A crise capitalista ocorrida após o ano de 1973 incorpora, como “nova estratégia” hegemônica do projeto neoliberal, a reestruturação geral do capital, tanto a partir da ofensiva ao trabalho por meio da reestruturação produtiva – regime de acumulação flexível (HARVEY, 2005) –, quanto pela reforma do Estado (FONTES, 1996).

Nessa direção, o Estado liberal cria condições para a flexibilização de capital entre setores, regiões e países com a retirada de impedimentos a tais movimentos (tarifas, legislação de controle etc). É, portanto, adotado pelo Estado neoliberal o sistema de desregulação e privatização como práticas comuns. O que Harvey (2005) destaca é a flexibilidade do receituário neoliberal como poder de plasticidade e poder ideológico e, nesse sentido, tal modelo vem, ao longo dos anos, adaptando suas medidas econômicas a uma dada e suposta “preocupação” social.

Os acordos gerados nos países centrais para atuar dentro de um plano macroeconômico mundial, entre todas as agências econômicas, giram em torno de uma política fiscal para os países periféricos a qual necessita se submeter a uma política monetária

aliada a uma política austera de cortes de salários, demissões, cortes das contribuições e reforma da previdência. A flexibilização dos mercados de trabalho, a diminuição dos salários e a diminuição da carga social com trabalhadores propiciam tanto o desmonte do modelo anterior do Estado de Bem Estar Social quanto a desregulação dos mercados de trabalho e financeiro, as privatizações e a abertura comercial. Assim, garantem o direito de propriedade (serviços, propriedade intelectual) e completam o quadro de medidas do ajuste econômico imposto aos países periféricos.

Estas foram as condições para que toda a América Latina lançasse mão das políticas de renegociação da dívida e para que adquirisse condições para conseguir empréstimo internacional. Tratou-se de um condicionamento explícito, em que se desenhou um programa de políticas e reformas em consonância com os países centrais. Desde o final dos anos 70, as propostas neoliberais foram impostas aos países da América Latina, os quais precisavam continuar a crescer.

Os efeitos das políticas neoliberais na América Latina ocorreram com o rompimento das pretensões desenvolvimentistas e do socialismo democrático. Em 1973, Chile e Argentina aderiram ao programa neoliberal. Na tentativa da trajetória desenvolvimentista, Brasil e México foram impactados entre 1979 e 1982 pelos quatro choques da economia mundial: preço do petróleo, juros norte-americanos, queda dos preços de *commodities* e afastamento do sistema financeiro internacional. Este último tópico adormeceu o Brasil na “década perdida”. De 1982 a 1992, sofreu-se uma década de bloqueio econômico internacional e, paralelamente, viveu-se um período de discussão e organização nas bases sociais (FIORI, 1996).

O processo de redemocratização esconde o retorno do financiamento internacional (no caso, do BIRD, que trabalha sobre as condicionalidades nos anos de 1985 a 1989). O denominado Consenso de Washington<sup>49</sup>, fruto das discussões sobre as políticas necessárias aos países em desenvolvimento, mas em especial, à América Latina, passa a imputar, como exigência de apoio internacional, reformas políticas institucionais realizadas em duas etapas: a

---

<sup>49</sup> Williamson J., economista inglês, registra as recomendações provenientes do encontro realizado no *Institute for International Economics*, em Washington D. C. (Distrito de Columbia) – entidade de caráter privado, como o Consenso de Washington. O evento contou com: diversos economistas latino-americanos de perfil liberal (inclusive brasileiros, como já descrito acima) e funcionários do Fundo Monetário Internacional - FMI, do Banco Mundial, e do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e do governo norte-americano. O tema do encontro, *Latin American Adjustment: How Much has Happened?*, objetivava avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina. A expressão cunhada como consenso buscava expressar originalmente o que a América Latina deveria fazer para aplicar à sua economia na época (1989), seguindo as recomendações do Consenso, via instituições financeiras internacionais (NEGRÃO, 1998). Quase no mesmo período, em 1991, é lançado por Yoshihiro Francis Fukuyama, o livro “O fim da história e o último homem”, cuja essência trata do consenso ideológico sobre a hegemonia da legitimidade e da viabilidade da democracia liberal ocidental: nada mais há a construir, apenas a consolidação dos preceitos liberais que governam assim a humanidade.

primeira em 1989 e a segunda entre 1996 e 1998 por meio do social-liberalismo<sup>50</sup>, em que a restauração do mercado é o modelo eficaz da restauração dos salários (HAYEK, 1981). A respeito das políticas da primeira etapa (1989), vale citar:

1. Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público;
2. Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura;
3. Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos;
4. Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor;
5. Taxa de câmbio competitiva;
6. Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia;
7. Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro;
8. Privatização, com a venda de empresas estatais;
9. Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas;
10. Propriedade intelectual. (NEGRÃO, 1998, p. 42-42)

O resultado foi, então, a desregulamentação da economia, a privatização, a abertura comercial e o desmonte do Estado desenvolvimentista. E o resultado das políticas da segunda etapa (entre 1996 e 1998), a qual incorporou a primeira etapa, foi um movimento de transição “humanizada”, em que os trabalhadores excedentes – pobres e pauperizados -, não podiam mais ser absorvidos pelo mercado de trabalho formal, mas por políticas compensatórias que mantinham a essência do neoliberalismo e incorporavam ações de governança: uma nova regulamentação para as reformas do Estado (FONTES, 2006; NEVES, 2010; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011; WOOD, 2005) e da Política Econômica (NETTO; BRAZ, 2007).

As privatizações e a desregulamentação do trabalho por meio dos ajustes fiscais trazem um cenário devastador de crises no mundo do trabalho. Nesse contexto, os trabalhadores são acusados de não se ajustarem ao mercado. Nesse momento, o Brasil havia entrado na “era” Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), denominada por Lesbaupin (1999) de “O desmonte da nação”. Posteriormente, o país entra nas “eras” presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-2012), com fortes marcas da governabilidade e com noção de direito social voltado ao alívio social da pobreza no intuito de classificar, identificar e reconhecer os níveis de pobreza, embora ainda dentro do ideário

---

<sup>50</sup> É no social-liberalismo, no Consenso de Washington II ou ainda na Governança democrática que o neoliberalismo assume um “rosto humano”, passando a incorporar uma dimensão social que não abandona o marco neoliberal.

do sistema político e econômico neoliberal (NEVES, 2010)<sup>51</sup>. Esse contexto traz à tona a questão da governabilidade, pois é necessário criar condições mínimas para garantir a segurança social.

Especificamente no Brasil, o Consenso de Washington contou com a participação direta de intelectuais brasileiros em sua formulação, como detalhado por Lamosa (2010, p. 30-31), ao discutir as propostas inseridas desde 1990:

[...] no governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), encontrando conjuntura favorável somente a partir da segunda metade da década de 1990. A aplicação das orientações do Consenso não foi resultado da imposição dos organismos internacionais como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional. O Brasil foi representado por ao menos quatro importantes sujeitos da história recente do país: Bresser Pereira, ministro do governo dos presidentes José Sarney (1985-1990) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e Marcílio Marques Moreira, ex-embaixador em Washington e ministro do governo Collor. Além destes dois economistas professores do departamento de pós-graduação em economia da PUC-RJ estiveram presentes na reunião em Washington: Pedro Malan, funcionário do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ministro do governo Cardoso, e Elena Landau. A participação destes sujeitos no “Consenso” evidencia duas questões: os governos pós-Sarney foram de continuidade e que intelectuais brasileiros estiveram no centro das formulações das propostas neoliberais.

Cabe ainda lembrar que a ideologia neoliberal possui forte êxito em seu caráter subjetivo – papel ideológico hegemônico –, pois adentra as vias sociais, incluindo aí os sindicatos, e se torna hegemônica, ao incluir e incorporar os pontos de vista dos subalternos. Nesse sentido, ao realizar estudo relevante sobre o papel da linguagem e sua apropriação para suporte e desenvolvimento do projeto político neoliberal, Kaplan (2010, p. 65) afirma que:

[...] na atual configuração do capitalismo, a linguagem tem cumprido um importante papel nas mudanças sócio-econômicas contemporâneas, mais até do que em outros momentos históricos (FAIRCLOUGH, 2003, p. 2). Nesse sentido, Bourdieu e Wacquant (2004, p. 24), identificaram uma “novolíngua”, cujo vocabulário contém termos como “globalização”, “flexibilidade”, “governabilidade”, “empregabilidade”, “exclusão”, “nova economia”, “comunitarismo”, “multiculturalismo”, além de noções pós-modernas como “identidade” e “fragmentação”. Estão ausentes dessa “nova vulgata planetária”, as noções de “capitalismo”, “classe”, “exploração”, “dominação”, “desigualdade”, sob o argumento de serem obsoletos ou impertinentes. Isto aponta como a dimensão simbólica e cultural está em voga no imperialismo (“imperialismo cultural” ou “simbólico”). Outro autor de destaque afirma haver uma “linguagem do império”, a qual desistoriciza, ressignifica e/ou recontextualiza categorias como “terrorismo” e “fundamentalismo”, tornando mais vagas as acusações e, portanto, mais fácil que suas validades se imponham de modo unilateral e inapelável pelo mais forte (LOSURDO, 2010, p. 15). Esta “nova vulgata planetária” (FAIRCLOUGH,

---

<sup>51</sup> Essa discussão é aprofundada em uma publicação organizada por Lúcia Maria Wanderley Neves: “Direita para o social, esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia do Brasil” (2010). O grupo de trabalho que constitui o livro aponta para a falsa oposição entre a Terceira Via e o Imperialismo no Brasil, viabilizada por meio da disseminação de um novo senso comum a partir da formação de intelectuais para a manutenção dos “consensos” da hegemonia neoliberal.

2003, p. 2) é caracterizada por um vocabulário provido do poder performativo de trazer para o ser muitas realidades que afirma descrever. Assim, o projeto político neoliberal de remover obstáculos para a nova ordem econômica é dirigido também discursivamente.

O plano macroeconômico se utilizou do mesmo discurso que faziam os liberais em relação ao Estado de Bem Estar Social, não obstante, nesse momento, o fizessem em relação às atividades econômicas produtivas e em países sem investimentos sociais. Nos anos 90, iniciou-se o processo de renegociação das dívidas da Argentina e do Chile, e o Brasil foi reintegrado, mas quem negociava era o sistema financeiro internacional.

Nesse período, ocorreu uma movimentação interna nos países latino-americanos visando à necessidade de mudança: a saída do desenvolvimentismo e um entusiasmo com o crescimento que os financiamentos propunham. Porém, não houve crescimento na estabilização. Também houve a desaceleração da indústria, o que gerou desemprego. O modelo neoliberal promoveu a concentração de renda e o aumento do desemprego (FIORI, 1996).

Dois focos são prioritários nessa manutenção: o equilíbrio fiscal, que fadará os Estados brasileiros à falência, e a cultura de uma lógica autoritária. A ausência de democracia é marca do projeto neoliberal e a crítica aos cortes, visando ao equilíbrio fiscal, está na ordem de que tanto se corta que nada restará, em especial no tocante às políticas públicas. O sucateamento ou a destruição do trabalho parecem ser a arma estratégica para a manutenção do tal equilíbrio fiscal, que vem, cada vez mais, desequilibrando e aprisionando o país.

Para Fiori (1996), a missão neoliberal está concentrada em manter o trabalho na condição de mercadoria, regido e marcado pelo mercado, resultando e objetivando a contenção da inflação, o crescimento econômico medíocre, a redução de gastos sociais e públicos, a perda de poder dos organismos sindicais, a redução salarial, o aumento dos lucros e a diminuição dos direitos trabalhistas com a diminuição da carga fiscal do capital.

Com a produtividade estagnada, salários e riqueza nacional permaneceram completamente incongruentes. O que se teve foi uma última década do século XX de concentração de riquezas e de aumento da exclusão social, além de empregos flexíveis e informalizados e desemprego em altos índices, para acentuar o histórico fosso social. No Brasil dos anos 90, é possível verificar os desdobramentos das medidas do mercado capital, indissociavelmente nas áreas do trabalho, da educação e do meio ambiente.

Fiori (1996) retoma a análise da dupla dominação do capital sobre o trabalho ao se referir à centralidade da tese liberal implantada desde Smith até a contemporaneidade. Tal

tese trata da despolitização total dos mercados e da absoluta liberdade dos indivíduos e do capital privado. Essa centralidade maior do liberalismo clássico do século XVIII é mantida para o liberalismo neoclássico, delineado a partir do século XIX.

A defesa do individualismo-liberdade, apoiado num discurso de igualdade social apenas nas condições de partida para as atividades sociais, se acirra com o avançar do capitalismo. O que é defendido permanentemente pela ideologia liberal é que, uma vez dada a partida em “condições de igualdade”, o que restaria seriam as diferenças e as competências dos sujeitos, os quais, a partir daí, seriam os únicos responsáveis pela dinâmica de sucesso ou fracasso próprio e da sociedade democrática capitalista.

Entretanto, a dinâmica liberal nunca pretendeu aprofundar a questão de “[...] como responder ao problema concreto de que nas sociedades reais, no ponto zero de suas reflexões, já existiam imensas diferenças e desigualdades que nunca foram ou serão corrigidas de forma a igualar as condições de partida para todos [...]” (FIORI, 1996, p. 203). Nesse sentido, Fiori (1996) aponta que as formas de intervenção pública têm mantido a prática de políticas compensatórias para as ações voltadas às necessidades coletivas as quais não envolvam interesse do capital ou as quais sejam de extrema carência social, o que é mantido até hoje<sup>52</sup>.

Fiori (1996) ainda propõe que se destaquem algumas diferenças fundamentais e singulares ao liberalismo do século XX, marcas das relações sociais a partir dos anos 1970: a influência da teoria econômica neoclássica, exercida de forma imperial sobre as demais ciências sociais, teóricas ou aplicadas, a que o autor chama de pseudocientificidade dada às recomendações de corte neoliberal; a combinação dessas ideias de forma azeitada junto às

---

<sup>52</sup>Segundo Neri (2010), em pesquisa publicada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas - FGV, a pobreza no Brasil caiu 50,64% entre dezembro de 2002 e dezembro de 2010, período do governo Lula (Luiz Inácio Lula da Silva). Em entrevista à BBC (2011) com correspondente no Brasil, o economista afirma que o critério da FGV para definir pobreza é a renda per capita familiar abaixo de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais): “É como se os pobres estivessem num país que cresce como a China, enquanto os mais ricos estão em um país relativamente estagnado”, comparação feita pelo pesquisador. Tal atualização, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, foi divulgada neste mês de fevereiro: os indicadores para o Rio de Janeiro e para o Brasil, sobre renda, pobreza e extrema pobreza. O Brasil, que apresentava a renda domiciliar *per capita* de R\$ 511,5 em 2001, subiu para R\$ 631,7, em 2009, perfazendo um aumento real de 23,5% no período. O indicador do Sudeste passou de R\$ 647,5 para R\$ 759,5 (aumento real de 17,3%). No caso do Rio de Janeiro, o indicador era de R\$ 698,4, em 2001, elevando-se para R\$ 835,16 em 2009. Com esse aumento de 19,6% no período, o Estado apresentou crescimento além da média nacional e também da região. Sob o ponto de vista da pobreza extrema – ou seja, daqueles que auferem renda *per capita* inferior a R\$ 67,07 por mês, em setembro de 2009 e para os anos anteriores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC –, o Estado do Rio de Janeiro apresenta tendência de queda. Em 2001, 4% da população vivia em pobreza extrema, não obstante essa proporção tenha diminuído para 2,2% em 2009. Comparativamente ao ocorrido na região Sudeste, essa trajetória foi menos intensa. No mesmo período, a pobreza extrema na região passou de 5,6% para 2,3%. Os índices nacionais são de 10,5% e 5,2% para 2001 e 2009, respectivamente. Tendo em vista o contexto rural, os indicadores de pobreza extrema apresentados no Rio de Janeiro (8,8% em 2001 e 2,9% em 2009) podem ser considerados satisfatórios, já que a população rural é colocada em condições de igualdade com a urbana, apesar do crescimento observado nos últimos anos (IPEA, 2012).

transformações econômicas e políticas do capitalismo desde sua crise em 1973 e repercutidas nos anos 1970, 1980 e 1990; a hegemonia liberal de forma quase universal; e o insurgir do liberalismo contra o Welfare State socialdemocrata.

Tais singularidades se instituíram no desmonte da organização social global e se transformaram em modelo de desenvolvimento por intermédio do estandarte de reformas necessárias à sua implementação, em especial nos países periféricos.

A reforma do Estado é ponto central das políticas desses anos. Barreto (1999) assinala a crise do Estado e a globalização como as causas da reforma. Nesse sentido, a competitividade/supremacia econômica dos países se acirra e, com ela, intensifica-se a necessidade de proteção aos que dela estão expropriados e que, logo, não participam do bolo de concentração de renda (trata-se das chamadas políticas compensatórias).

Barreto (1999) e Neves (2000) alertam que a centralidade das reformas se torna muito urgente e, por isso, são iniciadas as propostas de reforma do Aparelho Estatal e as proposições de políticas públicas, sobretudo para os eixos trabalho-educação-meio ambiente.

O esgotamento do modelo de Estado, nos planos jurídico-institucional, econômico, social e político, consolidou o Estado como obsoleto, em especial no tocante à produção de resultados. Dessa forma, segundo Barreto (1999), passou-se a ver: na esfera econômica, a saída do Estado burocrático para o Estado coordenador de estratégias de desenvolvimento, da integração regional e da inserção internacional; no campo social, a redução/desaparecimento dos programas estatais de caráter social; e, no campo político, a incapacidade de promoção de cidadania via democracia.

O debate acerca dessa situação se alterna entre a importância do papel do Estado e a do papel do mercado. Nisto está a proposta neoliberal de redução da atuação do Estado e de fortalecimento do mercado e, nesse caminho, todas as intenções de políticas sociais têm sido profundamente afetadas.

Por um lado, a mudança é de ordem estrutural, pois se alterou dessa forma o compromisso do Estado e a natureza de suas relações com os aspectos sociais e ambientais. Por outro lado, concede-se autonomia e mais responsabilidade aos setores governamentais não estatais e às chamadas organizações sociais. Barreto (1999) aponta que se trata da complexidade do processo de reforma, pois tanto pode trazer contribuições, como também profundas dificuldades e entraves ao necessário desenvolvimento social. Tal complexidade necessita de encaminhamentos que busquem uma sustentabilidade promotora da justiça social e um espaço que possa assegurar, via políticas públicas e sociedade organizada, uma vida mais adequada para todos.

Entretanto, as relações políticas e sociais guardam as marcas do colonialismo europeu por meio das práticas escravagistas, do monopólio internacional e, logo depois, do monopólio americano, seguido das políticas neoliberais nas vias da globalização internacional (FIORI, 1996). O Brasil e a América Latina são, assim como os demais países periféricos, os focos mais afetados por essa nova-velha forma de organização econômica. Diante do avanço neoliberal, as próprias políticas públicas nacionais, articuladas às políticas internacionais, aceleram e agravam o fosso social. E dele consta o desmonte do trabalho, das escolas e das universidades públicas e o aumento da distância entre a educação formal, na escola regular, e as demandas sociais dos grupos imersos na informalidade tanto educativa, quanto dos espaços formais de trabalho.

Nesse processo e nesse contexto de ofensiva ao trabalho, objetiva-se, de forma prioritária, reduzir e extinguir qualquer resistência ao processo de (contra) reformas neoliberais. Em relação às medidas tomadas pelo capital para coibir tal resistência, encontra-se a quebra com o “pacto Keynesiano” ou “populista”, no caso do Brasil (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011), como apresenta Bresser-Pereira (1985, p. 2) no “Jornal da Tarde”, caderno de programas e leituras:

O pacto populista e o modelo de substituição de importações eram intrinsecamente temporários. Dependiam (1) da transferência de renda dos setores primário-exportadores, que era, por natureza, limitada; (2) da integração latino-americana, que afinal revelou-se inviável ou fracassada; (3) da aliança entre a burguesia industrial, a tecnoburocracia e os trabalhadores, que só podia subsistir enquanto aquela transferência interna de renda pudesse ser realizada. O colapso do populismo, que já está em marcha nos anos 50, em função de fatos históricos novos que inviabilizam o populismo nacional-burguês – a consolidação da indústria, a crise da agricultura exportadora, a entrada em massa de empresas multinacionais no setor industrial, a revolução de Cuba em 1959 – ocorre no início dos anos 60. O golpe militar brasileiro de 1964 transforma-se depois em paradigma para outros países da América Latina, particularmente para o Peru, a Argentina, o Chile e o Uruguai.

E continua,

No início dos anos oitenta, quando a crise financeira, provocada pelo endividamento externo, e a crise política, provocada pela concentração de renda e pela recessão, levaram o pacto autoritário ao colapso, assistimos à redemocratização desses países, exceto o trágico caso do Chile, onde a burguesia ainda teme a subversão comunista. Burguesia, classes médias tecnoburocráticas e trabalhadores, cansados do autoritarismo, se unem em um pacto democrático. Pergunta-se, agora, qual a natureza desse pacto. E qual, portanto, será o novo papel do Estado Regulador, seja no processo de acumulação, seja no de distribuição da renda. Na medida em que a redemocratização foi uma vitória dos trabalhadores e das esquerdas, poder-se-ia imaginar que o pacto democrático nesses países seria eminentemente popular. Afinal, foram os trabalhadores e as esquerdas os grandes excluídos do pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático. Ocorre, entretanto, que apenas os setores mais reacionários da burguesia, além da cúpula militar e civil da tecnoburocracia,

foram derrotados com o processo de redemocratização. O grosso da burguesia mudou de lado em tempo. Sentindo o capitalismo consolidado, abandonou seus compromissos com o autoritarismo e participou do processo de redemocratização. Na medida em que a burguesia é a classe dominante seria, na verdade, difícil senão impossível que a redemocratização ocorresse sem sua participação. **A burguesia é uma classe politicamente flexível, que apela para o autoritarismo quando se sente ameaçada ou quando necessita realizar a acumulação primitiva, mas não hesita em cooptar os movimentos democráticos da sociedade com os quais possui muitos pontos de identidade.** A partir do momento que a acumulação primitiva se completa e que é possível realizar a extração do excedente através dos mecanismos de mercado, a burguesia, que é uma classe muito numerosa, tende a conviver melhor com a democracia, apesar de seus riscos, do que com a ditadura. Ora, porque a burguesia é a classe dominante e porque teve um papel importante na redemocratização, o caráter popular do novo pacto democrático na Argentina, no Brasil e no Uruguai deverá ser combinado com um forte componente liberal (BRESSER-PEREIRA, 1985, p. 5, grifo nosso).

Dessa forma, um “novo” pacto é introduzido, negando agora o posicionamento da classe trabalhadora pelo enfraquecimento de suas organizações sindicais e trabalhistas. Montaño e Duriguetto (2011) lembram que, no Governo Thatcher, a redução das atividades grevistas era considerável. No atual momento, esse rompimento e a nova constituição de medidas dentro dos ditames neoliberais no Brasil também podem ser observados.

Nessa ruptura, o enfraquecimento das organizações sindicais e trabalhistas brasileiras assumiu, por meio do sindicalismo, uma posição defensiva, em que:

[...] cada vez mais atada à imediatidade, à contingência, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam, visando a preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados e, quanto mais "a revolução técnica" do capital avançava, lutavam para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência está ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego (ANTUNES, 2011, p. 167).

Antunes (2011) destaca que o culto à negociação, além de ocorrer dentro do programa econômico capital-crise, incorpora-se a uma dimensão oxigenada pelo ideário neoliberal e pela prática socialdemocrática<sup>53</sup>. A reboque disso vêm o desmonte e a desqualificação das demandas dessa dimensão diante da opinião pública, responsabilizando-as e aos trabalhadores. Nesse sentido, lembram Montaño e Duriguetto (2011) que o aparelho ideológico estatal, regido pelo Estado Neoliberal, conta com os meios de comunicação de massa, cujo discurso hegemônico é um dos seus principais aliados (FAIRCLOUGH, 2008; KAPLAN, 2011).

---

<sup>53</sup> Essas questões podem ser aprofundadas com a leitura do capítulo “Mundo do Trabalho e Sindicatos na Era da Reestruturação Produtiva: impasses e desafios do novo sindicalismo brasileiro”, de Antunes (2011).

Ademais, a perda de poder político dos trabalhadores e a sua expropriação (MARX, 2005) permanecem como resultado do individualismo e de buscas defensivas no mercado de trabalho. Isto reforça mais ainda a responsabilização do trabalhador sobre a força dos processos de automação e as crises sobrepostas ao capitalismo<sup>54</sup>.

Como resultado dessa investida sobre o trabalho e o trabalhador, a precarização pela via das terceirizações e a perda de direitos trabalhistas conformam esse conjunto de medidas neoliberais, cujo “[...] combate ao trabalho é pressuposto para operar os demais ‘ajustes’ com a menor resistência daqueles que poderiam enfrentar tal processo: os trabalhadores” (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011, p. 197).

É fundamental destacar que a incursão da precarização ao trabalho e ao trabalhador extrapola o campo dos impactos objetivos, pois os impacta também dentro do plano ideológico (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011). Os movimentos urbanos de trabalhadores organizados em busca de mudanças estruturais vão cedendo lugar aos de cunho cultural e aos de classes fragmentadas. Acabam por se descolar da dimensão político-econômica; assim, passa a não existir representatividade dos interesses do proletariado e, por meio de sua pulverização, a dessindicalização e a precarização são inevitáveis.

Montaño e Durigetto (2011) elencam cinco pontos para a queda do poder político dos trabalhadores via sindicatos: a redução do espaço fabril/redução da sindicalização; a subcontratação e a informalidade; a substituição das lutas de classes e a exploração, por intermédio da racionalidade neoliberal, por ação e exclusão sociais; a ramificação e a setorização das lutas com os sindicatos das indústrias em detrimento dos sindicatos nacionais, culminando em lutas por ramos e por categorias – sem impactos sociais.

Na barreira erguida pelo capital, dada a sua composição por fatores estruturantes de ordem concreta e subjetiva e como dique para a contenção das lutas por mudança estrutural, o trabalhador é levado a crer na impossibilidade de superação da hegemonia neoliberal;

---

<sup>54</sup> Entretanto, em termos de criação e ampliação de postos de “trabalho” e emprego, no Brasil, não pode haver generalização. No período 2003-2012 – “Lula-Dilma”, apresenta-se mudança de cenário. As estatísticas relativas ao caso brasileiro necessitam ser consideradas e aprofundadas, o que não é o objetivo específico aqui. Estudos da Fundação Getúlio Vargas - FGV (NERI, 2010; IPEA, 2012a; 2012b) destacam o crescimento nessa área. Em dados atualizados até 2011, o IPEA lançou o relatório “Situação Social nos Estados” e o “Comunicado 135: Considerações sobre o Pleno Emprego no Brasil”, ambos no mês de fevereiro de 2012. Em dezembro de 2011, já havia lançado a publicação “Mercado de trabalho conjuntura e análise”, o que se pode considerar como investimento ao destaque que se deseja empreender na temática. A taxa de desemprego no Rio de Janeiro é maior do que na região Sudeste e no Brasil. Em 2001, ela era de 11,9%, tendo caído para 9,1% em 2009. No Sudeste, essas taxas foram de 10,5% em 2001 e 8,6 em 2009; para o Brasil, apresentaram-se os valores de 9,2% e 8,2%, respectivamente. Entre 2008 e 2009, ano da crise internacional, o Rio de Janeiro conseguiu manter a trajetória de queda, enquanto o Sudeste e o Brasil como um todo evidenciaram aumento de desemprego. (IPEA, 2012b). Essa questão pode ser visualizada nos gráficos sobre taxa de emprego (IPEA, 2012b).

entretanto, mesmo diante de tamanhas adversidades, diversidades, diferenças e do desafio imenso que se apresenta, ele se “move”.

### 4.3 SOCIEDADE CIVIL, MOVIMENTOS SOCIAIS E “NOVOS” MOVIMENTOS SOCIAIS

*O proletariado e a riqueza são opostos. Como tal constituem uma totalidade. Ambos são produtos do mundo da propriedade privada. A questão é saber qual o lugar específico que cada um dos dois ocupa nessa contradição [...] (MARX, 1987, p. 37).*

Segundo Meschkat (1999), atualmente, o uso da categoria Sociedade Civil tende a fortalecer a ideologia dominante em pelo menos três sentidos distintos: 1) Não depender do Estado significa emancipação e desenvolvimento social, a exemplo das privatizações “para aceleração do crescimento”; 2) Todos os atores sociais são iguais – “Sociedade Civil de Direito”, encobrindo as diferenças reais entre eles, a exemplo da tendência a não se considerarem as diferenças entre classes; 3) As ONGs são representantes de grupos de grandes interesses organizados e não como Sociedade Civil personificada. Vale lembrar, nesse item, as Fundações (e seus impactos sobre a Educação Superior) e a Assistência Social, antes de responsabilidades do Estado<sup>55</sup>.

Há, então, a Sociedade Civil dividida entre o “conceito vago” imerso na diversidade e na diferença – que comporta a economia de mercado– e a possibilidade de ser o resgate da emancipação das classes populares, já que nelas estão os trabalhadores. Nesse contexto, a expressão povo e popular<sup>56</sup> se torna mais clara em seu objetivo, é mais integradora, pois trata do “[...] conjunto de oprimidos e explorados de uma sociedade” (MESCHKAT, 1999, p. 40), o que permite denunciar as contradições da sociedade atual, em especial, da brasileira – as diferenças de classes, o fosso social e as suas mazelas, destacado desse conjunto, que tratam-se de trabalhadoras e trabalhadores.

---

<sup>55</sup> Mesmo não sendo o foco deste estudo, cabe lembrar que no âmbito da sociedade civil, encontra-se também, e como denominação desta, o chamado terceiro setor, ou 'terceira via', através das desestatizações e do 'lavar de mãos' do Estado da ação social, assumidas por setor público não estatal (chamado terceiro setor) nomeadamente publicização do Estado, o que em nossa concepção também compõe o campo de reforço a ideologia dominante. A exemplo, a Economia Solidária entre pequenos grupos (MONTAÑO, 2010,2011), representam ao nosso ver funcionalidade ao capital sob diferentes aspectos, sendo esta terceira via, explicitamente implementada e organizada via Estado, e a alternativa de realizar tal economia, imputada ao popular, ao trabalhador como infraestrutura, pelo aparato neoliberal através da precarização do trabalho e da vida.

<sup>56</sup> Retoma-se Leher (2005; 2008) e Montañó (1992) sobre os conceitos de povo e popular referenciados no capítulo primeiro.

Cabe aqui localizar os movimentos sociais na sociedade contemporânea quanto às determinações em que se desenvolvem, quanto a seu trâmite no espaço das lutas sociais e quanto à busca por emancipação. Isso é feito junto a Montaño e Duriguetto (2011, p. 225), os quais apresentam tais movimentos em dois eixos centrais: “[...] os movimentos da classe trabalhadora (ou sindical) e de libertação nacional<sup>57</sup>, [...] e os chamados ‘novos movimentos sociais’ (NMS)”.

A fim de chegar à questão de sua constituição pela mobilização e pela participação popular, os “novos movimentos sociais”, ora tidos como complementares aos movimentos clássicos, ora como alternativos, estão, nesse momento, sob o foco de análise deste estudo.

O contexto histórico de seu surgimento estaria ligado “[...] à desestalinização reivindicada pelo campo socialista; a dominação dos movimentos da classe trabalhadora ocidental por organizações ideológicas ligadas à socialdemocracia e à eclosão dos movimentos de Maio de 1968<sup>58</sup>”, provocando mudanças e abrindo “[...] uma nova fase no interior do movimento revolucionário e nos debates da esquerda” (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011, p. 263).

Na América Latina e no Brasil, incorporam-se a heterogeneidade de culturas, as formas de reprodução social e a participação do proletariado e das demais classes subalternas, sob o processo de transformação da economia e de posição periférica<sup>59</sup>. Aqui, são considerados: os movimentos clandestinos, de resistência e de redemocratização no Brasil; os movimentos e as demandas por bens de consumo coletivo, o MST e as lutas pela Reforma Agrária; os movimentos étnicos e raciais; os movimentos sociais feministas, estudantil e por liberdade de orientação sexual; e a retomada do imperialismo norte-americano, por meio da “democracia” representativa, do receituário neoliberal e da criação da Área de Livre

---

<sup>57</sup> Essa discussão pode ser aprofundada com a leitura de Montaño e Duriguetto (2011) e Antunes (2011).

<sup>58</sup> O Maio Francês de 1968 rapidamente adquire significado e proporções revolucionárias, mas é desencorajado pelo Partido Comunista Francês, de orientação Stalinista, e, finalmente, é suprimido pelo governo, que acusa os Comunistas de tramarem contra a República.

<sup>59</sup> Dois destaques são dados por Bihr (1998 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011) quanto aos NMS: primeiro, suas lutas se situam geralmente fora das questões do trabalho-produção, com estranhamento em relação às orientações político-ideológicas, porque estas se situam no âmbito das relações salariais e de classe; e, segundo, por se apresentarem como antiestadismo e partidos políticos. Decorrentes disso, há elementos positivos nos NMS, quando colocam em pauta questões como as de gênero, raça, etnia, religião, sexualidade, ecologia; e como as de reprodução social e de bens de consumo coletivo (saúde, educação, transporte, moradia) trazendo para a agenda a totalidade da existência humana. Tais elementos se tornaram limitados, uma vez que não foram considerados por dentro das relações capitalistas e pelo particularismo de seus pleitos; no caso, eles foram limitados de sua ação ampliada política, econômica e social em busca das condições sociais de existência. Bihr (1998 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011) ainda destaca que a ausência da interlocução entre o movimento operário socialdemocrata e os NMS causou, simultaneamente, sua inviabilização como modo de vida ampliada, num debater-se em ser funcional aos projetos neoliberais.

Comércio das Américas - ALCA, e, ainda, por meio da repressão de protestos e resistências<sup>60</sup> realizados pelos Movimentos Sociais com aumento da presença militar norte-americana (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011).

Segundo os autores,

[...] o que essas diversas formas de resistências e de lutas sociais revelam é que o extenso período de governos neoliberais e dos níveis crescentes de exploração criaram as condições objetivas para a mobilização política dos movimentos sociais que estão desafiando abertamente os regimes neoliberais e seus patrocinadores imperialistas. É nesse contexto que também se efetiva a ascensão de Governos "democrático-populares" em alguns países da América Latina, como o de Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, que vem colocando resistências governamentais à expansão neoliberal na América Latina<sup>61</sup>. (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011, p. 295).

#### 4.3.1 Papel e Lugar dos Movimentos Sociais no Atual Cenário

Buscar recuperar a Sociedade Civil, nessa direção, dentro do protagonismo do debate ideológico e político-econômico é fundamental. Como forma ampliada de ocupar os espaços antes exclusivos do Estado, essa busca possibilita que se possa “[...] desempenhar um papel ao mesmo tempo crítico e afirmativo no que diz respeito à sociedade política” (ACANDA, 2006, p. 236).

Na busca do Estado Brasileiro como garantia do público, o debate teórico da autonomia, da democracia e da Sociedade Civil, desde os anos 80 (FONTES, 2006), limita-se à esfera política, restrita e sem articulação econômica – base material da sociedade. Mantendo o foco do objeto desta pesquisa e incluindo nela a questão socioambiental, busca-se fazer agenda dentro desse contexto – espaço para o amadurecimento e a politização –, porém tal agenda fica enfraquecida, sem alcance do debate econômico que, fechado, acaba por gerar o encolhimento social.

No início dos anos 90, o diagnóstico do Governo aponta que os problemas da educação, entre eles o da qualificação profissional, giram em torno da gestão. Cabe então “qualificar” a intervenção junto ao Estado: a perspectiva participativa é agora a garantia de inserção e de profissionalização das militâncias; e o terceiro setor passa a ser privilegiado nesse novo projeto de “democratização” da sociedade, cujas demandas são constituídas sob o foco do gerenciamento e do financiamento de programas, na forma de prestação de serviços

<sup>60</sup> Sobre movimentos de resistência ao Neoliberalismo, vale ler Montañó e Durigetto (2011), Boron, Amadeo e González (2006) e Boron (2006).

<sup>61</sup> A respeito da resistência de Cuba, os autores remetem a Maringoni (2004, p. 191).

(entre os prestadores estão as ONGs, as empresas/responsabilidade social, as Instituições civis, os Municípios, os Estados e as universidades).

As feições do que é público e universal ficam diluídas na lógica estatal de direitos privados, mediante as parcerias público-privado. O Estado está em profunda mudança, redefinido e reorganizado, dentro dessa lógica, com o reordenamento competitivo de serviços. Como então equacionar as políticas públicas, em especial, as que se apresentam compensatórias e, por vezes, como “únicas” alternativas aos despossuídos?

A defesa de que a Sociedade Civil é o locus da realização da democracia – em que a plenitude da liberdade e a satisfação das pessoas acontecem – vem sendo cada vez mais encaminhada para uma concepção individualista e privada das relações. Tal concepção não se configura de forma isolada, mas vai de encontro a uma outra, que é concernente à sua existência – o Estado compreendido como burocrático e autoritário.

Tais contradições são armas de sedução e “sedação”, em especial para a cooptação dos setores populares para um posicionamento contra os próprios direitos (FONTES, 2006). A prevalência de um *ethos* privado no âmbito da sociedade é um cenário áspero e desagradável, uma vez que a relativização do público e o empreendedorismo alargam o processo de comodificação no Brasil e, com ele, acentua-se a desigualdade social.

Recuperar o sentido do público e universal (LOSURDO, 2004) é fundamental, o que precisa ocorrer juntamente com uma epistemologia crítica no plano teórico. Isso não significa restringir esse colóquio ao acadêmico, mas é necessário dialogar com e incluir as práticas e as lutas sociais. Em suma, o pensamento crítico não pode ou não deve ser decalque ou cópia que desconsidere a realidade sociocultural de sua gente.

## 5 DO COOPERATIVISMO E DO MERCADO DA RECICLAGEM - CONFLITO, RESISTÊNCIA E "CONTRADIÇÃO"

*[...] então você muda, você passa de empregado a patrão e aquelas preocupações que você tinha só de empregado você passa a ter de empregado e de patrão, né? Hoje essa é a minha preocupação, então o trabalho para mim é diferente, hoje eu trabalho numa coisa que eu ajudei a construir e eu acredito nesse trabalho (Vitória).*

Buscamos organizar este capítulo em torno do trabalho cooperado em suas relações de "contradição" com o campo econômico-político e ideológico do modo de produção capitalista. O capítulo foi dividido em duas seções. Na primeira, procuramos caracterizar e conceituar a economia do trabalho cooperado, o cooperativismo e as questões que envolvem aspectos da gestão e da autogestão, em especial no que diz respeito ao contexto brasileiro. Na segunda, visamos a uma crítica à “indústria” do cooperativismo de resíduos sólidos e à sua compreensão a partir da participação popular e da vertente socioambiental. Nosso objetivo foi o de alcançar o contexto tanto das relações sócio-político-econômicas do cooperativismo do trabalho quanto o contexto das relações deste com o voltado ao ramo da reciclagem.

### 5.1 DE OLHO NO COOPERATIVISMO

*O trabalho só é a fonte da riqueza e da cultura se realizar-se na sociedade e por ela (MARX, 2004c, p. 103).*

Assumimos de acordo com Marx (2008) e em Montaño (2002) que, como elementos para uma transformação social revolucionária – tomada como aquela capaz de alterar as bases sociais de dominação –, são necessárias tanto condições objetivas, a que tais autores denominam de estruturais, conjunturais e de lutas sociais, quanto condições subjetivas, de organização e de luta política, pois:

Resulta tão equivocado pensar que apenas as contradições imanentes à dinâmica do capital e suas crises irão derivar, como que naturalmente, no desmoronamento do sistema capitalista, como é errado pensar que só a intencionalidade de indivíduos e grupos subalternizados transformará a sociedade. [...] a estrutura e dinâmica sistêmica, hegemônica pelo grande capital (sujeito também presente na sociedade civil), armar-se-á de mecanismos (muitas vezes extraeconômicos, extraleais) de defesa, de sistemas homeostáticos; ignora habermasianamente que a classe hegemônica também está em luta, para manipular (inclusive o mundo da vida), refuncionalizar ou impedir os processos de transformação (MONTAÑO, 2002, p. 20).

Dado tal cenário contraditório e complexo, e nele, não só o lugar de busca pela sobrevivência, mas também o de resistência designado às massas trabalhadoras, passamos a problematizar e a delimitar o campo da economia do trabalho, e nela, o do trabalho cooperado.

Compreender esses campos por dentro dessa conjuntura, por sua observação e por seu movimento em torno das relações de produção e trabalho, é tarefa prioritária na busca da resistência emancipatória por parte do trabalhador: seja pela consideração da resistência como espaço de luta e de enfrentamento de afirmação política; seja pelo coabitar da resistência com outros sujeitos em disputa, com intenções e forças diferenciadas; seja esses dois movimentos em simultaneidade.

Como então conceber a economia do trabalho cooperado sob essa dada e contraditória concretude?

Pensamos que se encontram justamente aí localizados o desafio e a relevância para possíveis contribuições: a apreensão do trabalho cooperado em suas contradições e possibilidades emancipatórias dentro da perspectiva socioambiental crítica, uma vez que esse trabalho tão somente se realiza nas bases das relações das forças produtivas e em suas disputas.

Segundo Jossa (2005), a questão do cooperativismo não recebeu a atenção devida por parte dos marxistas desde a comuna de Paris, apesar de Marx ter demonstrado diversas vezes suas expectativas de que o cooperativismo poderia superar o modelo de empresas capitalistas. Lênin (1980, p. 11) assim também se referia a tal posicionamento:

[...] esta circunstância é subestimada por muitos dos nossos funcionários ocupados no trabalho prático. Entre nós olha-se a cooperação com desprezo, não se compreende a importância excepcional que esta cooperação tem, em primeiro lugar no aspecto de princípio (a propriedade dos meios de produção nas mãos do Estado), em segundo lugar no aspecto da passagem para uma nova ordem pelo caminho mais simples, fácil e acessível para o camponês. E nisto reside, uma vez mais, o principal. Uma coisa é fantasiar sobre toda a espécie de associações operárias para a construção do socialismo e outra é aprender na prática a construir esse socialismo, de tal modo que cada pequeno camponês possa participar nessa construção. Já alcançávamos agora esse degrau. E é indubitável que, tendo-o alcançado, o aproveitamos muitíssimo pouco.

Para Jossa (2005), a pouca atenção destinada à discussão do movimento cooperativo se deve, em parte, à forma como historicamente as cooperativas-empresas vieram reforçando o sistema de produção capitalista, em que os trabalhadores são “os seus próprios capitalistas” (MARX, 1894, p. 571).

Existe uma tendência socialista, de inspiração marxista, que defende as organizações auto-geridas: “[...] é possível argumentar que um eficiente sistema de cooperativas de produtores, é uma ordem socialista, e que pode substituir o capitalismo, em plena harmonia com o pensamento marxista” (JOSSA, 2005, p. 2). Isso refutaria o fato de que Marx era contra o mercado e contra a forma de produção cooperada, mesmo para um período de transição do capitalismo para o socialismo. O outro argumento para o negligenciamento dos marxistas em relação ao sistema de cooperativas estaria ligado ao fato de estas poderem se remontar, em parte, para o aparecimento tardio de uma teoria econômica de cooperativas de produtores.

Para Marx (1871), em um sistema de cooperativas de produtores, os trabalhadores se tornam “donos de si próprios” e os donos do capital não possuem poder de decisão sobre a atividade de produção – tese confirmada em outras passagens de “O Capital”. No caso, um sistema baseado em cooperativas seria um novo modo de produção superior ao capitalismo, já que composto de instituições realmente democráticas (JOSSA, 2005). Isto seria o que Marx (1871, p. 334) denominou de “expropriação dos expropriadores”.

De acordo com Jossa (2005, p. 3):

Para entender por que Marx enfatizou a necessidade de abolir o trabalho assalariado, mesmo em um sistema de produção puramente mercantil na natureza, nós temos que ter em mente que uma das vantagens principais das cooperativas de produtores (a partir da perspectiva de um crítico do capitalismo) é realizar a democracia econômica como um componente essencial da política democrática. Como é sabido, Marx, os marxistas e, em geral, os críticos da sociedade existente pensam na democracia política como meramente formal, pois o poder continua firmemente nas mãos dos capitalistas, ou, em outras palavras, o capital ainda é o poder econômico segurando tudo em seu domínio.

Assim,

A produção capitalista traz em si mesma a experiência acerca do trabalho de supervisão facilmente avaliado, e completamente independente da propriedade do capital. Tornam-se, portanto, desnecessárias para este trabalho de supervisão a ser realizado pelo capitalista. A necessidade do condutor musical de modo algum, é ser o proprietário dos instrumentos de sua orquestra, nem fazem parte da sua função como um condutor que deve ter qualquer parte em pagar os "salários" dos outros músicos. Fábricas cooperativas fornecem a prova de que o capitalista tornou-se tão inútil como um funcionário da produção, como ele próprio, de seu ponto de vista superior, encontra-se o grande senhorio. (MARX, 1894, p. 511).

Ser politicamente organizada e concebida como sistema social; gozar de privilégios de natureza material; ser fomentada pelo Estado para a reapropriação social dos meios de

produção, a exemplo das taxas bancárias favoráveis em detrimento das grandes indústrias; e promover de fato a inclusão das grandes massas populares no sistema cooperativo, o que, no contexto do pós-guerra, representava o resgate do campesinato e de sua real necessidade de acesso ao letramento nas vias da cultura, questão fundamental para o 'sucesso' das ações cooperativas; tudo isto compõe os pressupostos sobre cooperação destacados por Lênin (1980) no pós-guerra da União Soviética. Com isso, desde tal período, já se propunha dar a necessária atenção ao movimento cooperativista.

Lênin (1980) reafirma certa preocupação nesse sentido devido ao dado grau de ufanização que o movimento cooperativista vinha ganhando no período de desenvolvimento da Nova Política Econômica Russa (NEP) - O próprio Lênin (1980, p. 467-468) descreve tal fato em seu texto:

Nem todo mundo entende que agora, desde a época da Revolução de Outubro e para além da NEP (pelo contrário, neste contexto, devemos dizer, por causa da NEP), o nosso movimento cooperativo ganhou um grande significado. Há muita fantasia nos sonhos dos novos cooperadores. Muitas vezes eles são absurdamente fantásticos. Mas por que eles são fantásticos? Porque as pessoas não entendem o fundamental, o (*rock-bottom*), o significado da luta de classe política para trabalhar na derrubada da dominação dos exploradores. Temos derrubado a regra dos exploradores, e muito do que foi fantástico, até mesmo romântico, até banal nos sonhos dos velhos cooperadores agora está se tornando realidade nua e crua. De fato, desde que o poder político está nas mãos da classe trabalhadora, uma vez que este poder político detém todos os meios de produção, a única tarefa, na verdade, o que nos resta é organizar a população em sociedades cooperativas.

O destaque dado aqui é o fato de recorrermos a Lênin para tratar de localizar o cooperativismo no que tange ao enquadramento ufanista-romântico. O momento histórico e seu dado contexto<sup>62</sup>, em que é proposto o cooperativismo a que Lênin se refere, é, de fato, composto por dentro do sistema socialista, uma vez dada a propriedade social dos meios de produção, derrotada a burguesia, vitorioso o proletariado e passado o sistema de cooperadores a ser o próprio sistema do socialismo (LÊNIN, 1980).

Lênin (1980), ao tratar da importância desse sistema, afirma que importa:

[...] agora é aprender a combinar o revolucionário, a ampla gama de ação, o entusiasmo revolucionário que temos apresentado, e exibido em abundância, e

---

<sup>62</sup> Lênin reafirmou que a mudança estrutural da sociedade russa não poderia ocorrer sem o estabelecimento de uma luta de classes para o poder político e para o Estado e que duas fundamentais tarefas precisavam ocorrer para isso: a reorganização das máquinas de Estado, que se encontravam totalmente inúteis, e a realização de um trabalho educativo () entre os camponeses, com a finalidade de organizá-los em sociedades cooperativas, o que, de acordo com Lênin, significava que os camponeses já estariam de fato incluídos no socialismo, entretanto havia a necessidade de um padrão de cultura à grande massa camponesa e, para tanto, havia também a exigência de uma revolução cultural (LÊNIN, 1961).

coroado de pleno êxito, para aprender a combinar isso com (estou quase inclinado a dizer) a capacidade de ser um profissional capaz e eficiente, que é o bastante para ser um bom colaborador, pela habilidade para ser um comerciante, que quero dizer a capacidade de ser um comerciante culto (LÊNIN, 1980, p. 671).

Dessa forma, as práticas cooperativas desprovidas de "carne e sangue", isto é, aquelas sem a devida materialidade de seu chão e de seu contexto, que reverterem a lógica injusta da produção pela apropriação indevida da força de trabalho e que se apresentam dentro de campos político-ideológicos e teóricos imbuídos de variedade de aspectos e roupagens, constituem-se como manutenção estrutural da sociedade atual e dela se nutrem.

Como exemplo de anti-ilustração transformadora, evidenciamos alguns pressupostos de autores, como é o caso de Gadotti (2001). Para ele, o trabalho cooperado popular – nas vias de uma economia popular – é “[...] uma opção, um modo de vida – que nada mais é do que um modo de produção, o que implica um projeto de sociedade pautado em 'novos' valores”<sup>63</sup> (GADOTTI, 2001, p. 13). Segundo o autor, a afirmativa dessa concepção parece suficiente para realizar a negação da organicidade da economia popular ao atual sistema de produção e reprodução capitalista. Ele a trata como um conceito e a concebe como uma "empresarialidade" distinta do capitalismo.

Nesse sentido, Gadotti (2001) não problematiza as relações de produção. Ao contrário, ele as abstrai como elementos e valores que circulam fora do balizamento dos critérios de rentabilidade e de lucro do sistema capitalista e da própria economia que defende. Dessa forma, o autor busca justificar que uma economia que considera a 'força da sociedade civil' como redentora em sua pluralidade e diversidade não precisa se opor à ordem econômica global, pois tal economia estaria estabelecida dentro de uma nova ordem e, assim, poderia seguir, como caminho alternativo, na busca do bem estar de todos, sem oposições ou confrontos.

Seguem em perspectiva semelhante as compreensões teórico-conceituais que possuí, como forma de alternativa social contemporânea, o alinhamento a uma ordem eclética, como a defendida por Singer (1998). O autor, ainda que considere o fazer cooperativo como economia não capitalista por dentro da lógica do próprio capital, o faz de forma indiferenciada - inclusive desconsiderando o debate empreendido acerca do cooperativismo em Marx e

---

<sup>63</sup> Para Gadotti (1992; 2001), os “novos” valores são elementos constitutivos das organizações econômicas populares e, logo, constituem o trabalho cooperado. No caso, a comunicação, a cooperação, o comunitário e a contestação do consumismo, por exemplo, geram valores solidários, como a participação, a auto-gestão, a autonomia e as iniciativas de caráter integral, como a vida coletiva, cultural e educativa. O autor afirma que a constituição de tais elementos é definida por um vocabulário com certos valores afirmando-se como categorias à medida que aparecem com frequência afirmativa.

Lênin já apresentado. Singer (2000) afirma que os princípios socialistas são exatamente os mesmos em uma economia alternativa ao capitalismo e não identifica neles divergências e interesses distintos.

A exemplo de Lênin e a despeito de Singer, um cooperativismo que guarde significado e conteúdo socialista precisa se encontrar longe de matizes do idealismo e do romantismo (MENEZES, 2007), elementos que, recorrentemente, podem ser encontrados nos escritos de Singer (1998; 2000; 2003). O autor justifica a especificidade da solidariedade para com as demais populações trabalhadoras e via autogestão como elemento salvífico e tangencial, como se isto fosse capaz de gerar outra economia, independente da economia vigente, feito que, por si mesmo, é considerado, por Singer, como constituinte de uma sociedade socialista.

Parafraseando Lênin (1980), dentro das óticas apresentadas, trata-se de considerar como sonho ingênuo a capacidade de transformação das bases sociais, uma vez que se dirige e se restringe meramente ao campo ideológico e ao do desejo, sem que se trabalhe efetivamente para isso. Essa efetividade diz respeito à alteração da realidade em busca de uma outra hegemonia (GRAMSCI, 2000).

A qualquer sociedade e, aqui, à população organizada em sociedades cooperativas, não parece uma tarefa simples transformar opositores de interesses de classe em colaboradores de interesses de classe e fazê-lo, ainda, plenamente em paz a despeito do conflito. Nas palavras de Menezes (2007, p. 156):

[...] a prática cooperativista concebida e descrita por Lênin não se fundamenta em valores abstratos; não tem se contido em dimensões micro; local; familiar; a cooperativa não é uma unidade de produção familiar. Ela é uma possibilidade de produção e troca na economia socialista, a cooperativa não é uma organização que possa naturalmente ser constituída em função das necessidades mais elementares de seus associados [...] autonomia e informalidade não se sustentam nas palavras de Lênin (1979, p. 659): “[...] sem uma base material [...] sem certas garantias, [...] contra as más colheitas, contra a fome, etc”.

Também Marx (2004d), em sua crítica ao Programa de Gotha, destaca que, no tocante à importância da eliminação do trabalho assalariado, o trabalho regulado pela comunidade trabalhadora, para a objetivação de seu intento, necessitava sair do plano ideológico proposto pela socialdemocracia alemã em seu plano teórico e político.

Como repartir equitativamente os produtos do trabalho sem que os instrumentos de trabalho sejam “transformados em patrimônio comum”? (MARX, 2004d, p. 105). Como tal distribuição pode ocorrer em 'comum' a toda a sociedade dentro de uma lógica de organização em que os que não trabalham estariam fora da proposta do 'para todos'? - questão do

universalismo já abordada em Losurdo (1996). Experiências prévias<sup>64</sup> e alguns tipos de cultura se encontram atrelados às respostas organizadas e solidárias dos sujeitos sociais e suas necessidades, a exemplo das lideranças que aí se constituem, mas que em sua maioria apresentam o embasamento adquirido de experiências militantes anteriores e de ordens diversas.

Surgem de ambientes mais “conscientes” e participativos, que tiveram ou têm alguma vinculação com a cultura católica ou com ideologias progressistas (em paróquias e comunidades, em sindicatos, partidos e organizações populares, em experiências prévias de desenvolvimento da comunidade e promoção popular, etc.). (RAZETO, 2001, p. 39).

No Brasil, a economia do trabalho cooperado, em especial a de cunho solidário, alinha-se ao movimento social e às narrativas “anticapitalistas” (BARBOSA, 2007) e, simultaneamente, indica estratégias de desenvolvimento autônomo para o país e aumento de renda e acesso a bens públicos e à cultura do “autoemprego”. Tudo isto está em consenso com a reestruturação produtiva e com a desregulação no campo da proteção social<sup>65</sup>, como o destaque dado por Barbosa (2007) ao seguinte trecho do Programa de Governo da Coligação Lula Presidente:

A globalização não pode ser entendida como um milagroso atalho para o desenvolvimento. Os exemplos de políticas bem-sucedidas foram marcados pela combinação de práticas internacionais com inovações nacionais. Nosso governo pretende construir estratégias próprias de crescimento do país, articulando investidores, trabalhadores e instituições nacionais com esse objetivo. [...] Ao contrário do que foi feito, nosso governo buscará mobilizar a sociedade em favor do crescimento, aproveitando toda a capacidade técnica, empreendedora e criadora do povo. É uma tarefa difícil, mas se a sociedade for ouvida e os consensos facilitados, o país poderá viver um novo ciclo virtuoso de crescimento, que milhões de brasileiros marginalizados socialmente serão trazidos para o mercado de trabalho e terão acesso ao consumo de bens de primeira necessidade. Desenvolver a economia solidária, combatendo a fome e a indigência, promover pequenos negócios e as **cooperativas**, apoiar as micro e pequenas empresas, juntamente com as iniciativas para aumentar a competitividade internacional, são caminhos viáveis para que o Brasil possa dar um salto de qualidade (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002 apud BARBOSA, 2007, p. 198-199, grifo nosso).

<sup>64</sup> A exemplo da tradição das origens do trabalho cooperado ou associados, os fatores orgulho, tradição e autoconfiança são oriundos da comunidade *Owenista* - com base no campo do socialismo utópico, da militância *cartista* - base de luta dos operários por inclusão política, dos movimentos religiosos e sindicais. Para Menezes (2008), o fator militância política, religiosa, sindical, ambiental, torna-se preponderante para a coesão e durabilidade dos empreendimentos dessa ordem.

<sup>65</sup> Vale recorrer a Barbosa (2007), que discorre sobre o Ministério do Trabalho e Emprego e a Senaes - Secretaria Nacional de Economia Solidária (criada em 2006) e a regulação social do cooperativismo em detrimento da cidadania regulada pelo trabalho na forma de emprego. Mais especificamente, o autor aponta as proposições para a Economia Solidária na estruturação da Senaes.

Não se trata aqui de apresentar a história do cooperativismo desde os pioneiros de *Rochdale*<sup>66</sup>; entretanto, é oportuno delimitar sua trajetória política, destacando alguns aspectos nas bases de seu surgimento e de seu deslocamento sócio-histórico no Brasil e, mais precisamente, evidenciando o ocorrido na realidade brasileira entre 2003-2011, período também equivalente à observação e à pesquisa deste estudo de caso - a COOPCARMO - como cooperativismo instituinte e instituído.

Esse período, para o cooperativismo, tratou de oportunizar as iniciativas já existentes cujo foco foi o dinamismo econômico e a eficiência produtiva: “[...] agenciar grupos e mobilizar recursos locais, tendo como referência a eficiente associação cooperativa e mercado na experiência internacional, juntamente com a capilaridade das iniciativas cooperativistas para as microregiões” (BARBOSA, 2007, p. 199). O investimento, nesse sentido, ocorre em diversos ramos do cooperativismo:

[...] mas notadamente nas cooperativas de crédito, visando alargar o microcrédito e dinamizar o consumo e o investimento produtivo; em cooperativas habitacionais, para ampliar os programas de habitação popular, em cooperativas de produção como as constituídas a partir de empresas falidas<sup>67</sup>, as cooperativas populares e de assentamentos rurais; em cooperativas de trabalho, visando dar estatuto social, regulando o crescimento desse segmento no processo de terceirização (BARBOSA, 2007, p. 199).

Ou ainda, como afirmado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes:

As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho. O aumento da informalidade e a precarização das relações formais de trabalho afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego em massa. De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, consequência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda. Na Economia Solidária encontramos milhares de trabalhadores e trabalhadoras organizados de forma coletiva gerindo seu próprio trabalho e lutando pela sua emancipação. São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, entre outras. Esta nova realidade do mundo do trabalho contribui, de forma significativa, para o surgimento de novos atores sociais e para construção de novos espaços institucionais. Embora a economia solidária tenha começado a se constituir de forma mais representativa na década de 80, com o surgimento de várias cooperativas, empresas de autogestão e outros empreendimentos congêneres, o espaço de

---

<sup>66</sup> Sobre Sociedade dos Pioneiros Equitativos de *Rochdale* (Inglaterra) que, em 1844, criou e estabeleceu as diretrizes fundamentais para o funcionamento das cooperativas modernas, a leitura de França et al (2008) é fundamental.

<sup>67</sup> Sobre 'fábricas recuperadas', ver Novaes (2007) e Tiriba (2001).

discussão e articulação nacional começou a ser formado durante as atividades da economia solidária no I Fórum Social Mundial. (SENAES - HISTÓRICO, 2012).

A nova sociabilidade do trabalho cooperado se destaca, nesse momento, como movimento contraditório, a partir da "contradição" capital-trabalho, uma vez que, ao ser colocada como 'alternativa' de estratégia de governo<sup>68</sup>, sob a justificativa da perda de postos de trabalho e de emprego, confronta os números que apontam o crescimento e a abertura de postos de trabalho e emprego nos últimos anos. Está, portanto e ocasionalmente, incorporada, de forma orgânica, ao governo e às políticas de Estado, como referencial alternativo à geração de trabalho e renda.

### 5.1.1 Do Cooperativismo e da Autogestão

Desde o contexto de sua experiência histórica na Inglaterra e nos demais países europeus, os princípios<sup>69</sup> e os valores do cooperativismo vêm sofrendo intencionais lapidações por parte do capitalismo dada sua reestruturação produtiva. Segundo França et al (2008), a América Latina<sup>70</sup>, comparada à tradição europeia, diferencia-se por oscilar entre o controle social por depressão econômica e os interesses políticos particularistas, aplacadores das adversas condições sociais.

Essa condição, gestada sob a crise estrutural produtiva e distributiva, dá abertura a outras formas de organização, entre elas, à nova sociabilidade voltada ao coletivo e ao solidário. Tais características são também aplicáveis ao Brasil, tendo como ressalva o originário cooperativismo agrícola dos anos de 1950, de características empresariais, que delineou, com participação ativa, a reestruturação produtiva do setor (MENEZES, 2007).

No Brasil, o cooperativismo, incluído na legislação pela primeira vez no século XIX, na Constituição Federal de 1891, garantia aos trabalhadores o direito de se associarem em

---

<sup>68</sup> Sobre o trabalho associado e sobre a agenda pública como pauta de debate, a leitura de Barbosa (2007, p. 254-287) indica alguns caminhos.

<sup>69</sup> A Sociedade dos Pioneiros de *Rochdale*, anteriormente citada, destacou a importância da experiência militante para a apreensão dos eventos de transformação social (contra ou a favor dos trabalhadores), utilizando-se disso em sentido novo e emancipatório. Aliada a tais condições, estabeleceu sete princípios norteadores do fazer cooperativado: promoção da educação para os associados; pagamento limitado de juros sobre o capital investido; neutralidade política e religiosa; princípio da 'porta aberta'; venda exclusiva à vista; distribuição dos excedentes ou sobras em proporção às transações realizadas pelos membros; e controle democrático (FRANÇA et. al, 2008). A atualização dessas condições foi realizada no decorrer de seu histórico. Registramos a de 1955, da Aliança Cooperativista Internacional (ACI), com as seguintes condições: adesão livre e voluntária; controle democrático pelos sócios; participação econômica dos sócios; educação, treinamento e informação; cooperação entre cooperativas; e preocupação com a comunidade (BENINCÁ, 2006).

<sup>70</sup> Ricas e profícuas discussões e considerações sobre a resistência do povo latino-americano acerca de práticas renovadas anti-imperialistas e neoliberais em torno do trabalho e da formação de cultura (LEHER, 2005) podem ser encontradas em autores como Quijano (2005) e Ceceña (2005).

cooperativas e em sindicatos. Em 1964, ganha-se a primeira política nacional de cooperativismo, acompanhada da intervenção estatal no setor. Essa medida foi incluída no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504), que concedia ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (na época INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), as funções de normatizar, registrar e fiscalizar o funcionamento das cooperativas e das associações rurais. Em 1967, cria-se, pelo Decreto-lei nº 60.957, o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), ligado ao INCRA e esvaziado pela ditadura militar (MAPA; DENACOOOP, 2006).

Não coincidentemente, todo o foco e todo o investimento no cooperativismo se voltam para os setores agrário e pecuário. O documento que mapeia a Evolução do Cooperativismo no Brasil (DENACOOOP, 2006) e que lhe dá as diretrizes nacionais foi gestado e é gerenciado pelo Ministério de Agricultura, Agropecuária e Abastecimento, com os objetivos definidos em sua missão:

Num mundo cada vez mais preocupado com a redução das desigualdades, o cooperativismo é o caminho ideal para a construção de uma sociedade mais justa, solidária, democrática e feliz. Por isso, não canso de repetir que **o sistema cooperativo é a ponte entre o mercado e o bem-estar coletivo**. Instrumento formidável para o **desenvolvimento harmonioso** das nações, ele pode contribuir decisivamente para que o Brasil consiga se transformar num País com maior **geração de emprego** e melhor distribuição de renda (RODRIGUES, 2006, p. 5, grifo nosso).

O projeto é bastante explícito: “[...] há mais de três séculos, a doutrina cooperativista tem contribuído para construir empresas eficientes e competitivas, espalhando uma onda de solidariedade e de cooperação que envolve hoje 800 milhões de filiados” (RODRIGUES, 2006, p. 5).

Remontando ao século XX, com origem no Ministério da Agricultura, é criada a Confederação Sindical Cooperativista Brasileira (CSCB), em 1921, com a permanência do fomento do Estado e com o objetivo de “[...] uma transformação social e econômica progressiva, realizada por meios institucionais pacíficos - sindicatos e cooperativas -, seria a saída” (GOMES, 2005, p. 132 apud FRANÇA et al, 2008). Para o autor, a CSCB estaria na fundação do 'trabalhismo' e do cooperativismo-sindical sob a tutela do Estado brasileiro.

Esse quadro permanece acentuado no contexto do Estado Militar de cunho industrial-moderno e coabita com o potencial organizativo dos movimentos reformistas populares na busca política de agregar pequenos e médios produtores, apoiados por setores católicos, pela Frente Agrária Gaúcha e por partidos políticos. Tais movimentos seriam realizados por meio

de um trabalho político de base, comunicacional-educativo, que ocorria no campo e nas periferias urbanas (MENEZES, 2007).

Também segundo França et al (2008), é nesse contexto que, em dezembro de 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), por decisão estatal e devidamente registrada, apenas no ano posterior, como Sociedade Civil e sem fins lucrativos. A OCB foi firmada nos princípios de 'neutralidade' política e religiosa e se tornou, formalmente, a única representante e defensora dos interesses do cooperativismo nacional, conferindo-lhe ares de mera institucionalização do cooperativismo e de sua organização - um cooperativismo instrumental.

A relação Estado-OCB culmina na Lei nº 5.764/71, que regrou a instituição de cooperativas. Caracterizou-se pela restrição da autonomia dos trabalhadores associados e serviu de tutela tanto para o processo de construção e funcionamento de cooperativas, quanto para o processo de fiscalização pelo poder do Estado - cooperativismo pragmático.

Mesmo com a possibilidade de a autogestão do cooperativismo vir com a promulgação da Constituição Nacional de 1988, que prevê a proibição da interferência do Estado (o qual passa de fiscalizador para apoiador), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que já era o interlocutor entre o governo federal e o setor cooperativista, altera suas atribuições. Em 1990, foi criado um departamento de cooperativismo (pela Lei nº 8.025) e extinto o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC). O órgão, hoje Departamento de Cooperativismo e Associativismo (DENACOOOP), ligado à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, já nascia com as atribuições de 'fomentar' e de apoiar o setor (DENACOOOP, 2006).

Atualmente, os 'números' sobre o cooperativismo brasileiro – destacado o setor agrário e pecuário –, disponibilizados pela Organização de Cooperativas Brasileiras - OCB (2012) (ANEXO B), confirmam essa tendência na atualidade. Da mesma forma, o registro dos 'saldos' da gestão cooperativa nacional também reafirma:

O resultado decorre da profissionalização na gestão das cooperativas e ainda a recuperação do crescimento no período pós-crise. Em 2010, o setor superou historicamente em 10% o valor exportado em 2008, de US\$ 4.011 bilhões. “Mesmo com a paridade cambial desfavorável às exportações e favorável às importações, a balança comercial do setor alcançou um superávit de US\$ 4.14 bilhões”, informou o presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas. No mesmo período, as importações do segmento registraram queda de 12,96% no comparativo a 2009, com um total de US\$ 273 milhões. As quantidades exportadas também apresentaram uma recuperação significativa de 11,08%, acompanhando o desempenho da economia brasileira. No total, foram comercializadas cerca de 7,9 milhões de toneladas. Já em 2009, foram 7 milhões. Nas vendas do cooperativismo ao exterior, 99% dos produtos são oriundos do agronegócio. “Esse crescimento pode ser justificado pelo

aumento na venda de açúcares e a aquisição de novos produtos por países com os quais o setor já possuía relações comerciais, como os Emirados Árabes Unidos, Nigéria e Arábia Saudita”, comenta Freitas. O setor sucroalcooleiro, que corresponde aos açúcares e ao álcool etílico, apresentou maior participação nas vendas diretas do setor cooperativista, representando 39,3% das exportações, US\$ 1.7 bilhão e 3,9 milhões de toneladas. O álcool respondeu por US\$ 285 milhões e os açúcares, US\$ 1.45 bilhão. Destaca-se o aumento das exportações de açúcares de cana, beterraba e sacarose, que passaram de 47,7% em 2009 para 51,3%. Na sequência, aparecem o complexo soja (grão, óleo e farelo), com 25,6%, US\$ 1.12 bilhão e 2,8 milhões de toneladas; e as carnes, com 16,9%, US\$ 747.2 milhões e 360 mil toneladas. Café, cereais, algodão, frutas, produtos hortícolas e leite e laticínios participaram com 9,2%, 2,2%, 1,7%, 0,9%, 0,8% e 07%, respectivamente (OCB, 2012).

O surgimento e o desenvolvimento do cooperativismo brasileiro, longe de ser uma prática espontaneísta, já que economia popular (GADOTTI, 2001), possuem concretude e historicidade. Segundo o autor, nosso cooperativismo deve ser compreendido por dentro do contexto das transformações de vida, trabalho e natureza.

As experiências desenvolvidas no sul do país no decorrer do século XIX, mais localizadamente no estado do Paraná e expandidas por todo o Sul, sofreram ampliação inicial nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Atualmente, encontram-se alargadas muito além do sudeste, a exemplo do Estado da Bahia. Além disso, possuem forte influência do pensamento social católico presente no paternalismo do Estado industrial brasileiro (FRANÇA et al, 2008).

A Lei nº 5.764/71 ainda vigora e vem se mostrando inadequada aos objetivos de cooperativismo popular - e sim, adequada ao mercado, dado que não considera as demandas e as realidades populares e se encontra dentro das normas e dos padrões de reprodução e acumulação do capitalismo (FRANÇA et al, 2008).

Também, no ano de 1998, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP integra o Sistema Cooperativista Nacional. Esse órgão foi criado pela Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, e suas reedições foram regulamentadas pelo Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999.

Junto a outro sistema, o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE integra a prática 'legítima' do cooperativismo, pois é capaz de influir economicamente como gerador de renda a uma dada população “[...] em geral pouco ou nada qualificada, que, de outra maneira, não teria como se inserir ou reinserir no mercado de trabalho, em contração estrutural [...] um cooperativismo que confunde opiniões e reforça o sistema instituído” (FRANÇA et al, 2008, p. 59).

O foco metodológico consiste em reunir grupos de sujeitos precarizados e sem trabalho, sem uma proposta político-pedagógica-econômica que de fato se apresente como explicitadora das lutas dos trabalhadores, agregando-os segundo afinidades dos grupos ou “interesses” do contratante da OCB/SESCOOP. França et al (2008) ainda se refere a uma outra concepção – o novo cooperativismo – advinda do movimento<sup>71</sup> “Ação pela Cidadania contra a Fome e a Miséria”, concebido pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

A OCB apresenta a classificação do cooperativismo por ramo no país: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, transporte, turismo e lazer, e trabalho. Este último ramo, foco de nossa apreensão, congrega cooperativas que se dedicam à organização e à administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para a prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos (OCB, 2012).

As cooperativas de trabalho são constituídas por pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional, as quais possuam a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho de forma autônoma. Este é um segmento extremamente abrangente, pois os integrantes de qualquer profissão podem se organizar em cooperativas de trabalho. Aqui, especificamente, trata-se da categoria catadores.

Nasciutti (2001) também destaca vários aspectos do cooperativismo vistos aqui, tais como a eficiência, as vantagens/desvantagens, a dependência em relação ao Estado e a competitividade econômica. Esses pontos passam a ser foco de interesse da economia e da administração, a fim de se saber sobre a eficiência das relações homem-trabalho-tecnologias. Porém, a autora ressalta que poucos têm sido os estudos que destacam a possibilidade da ressignificação do lugar social dos sujeitos, e aqui acrescentamos lugar político, por meio do trabalho cooperativado e do sentido objetivo e subjetivo do trabalho. O trabalho precisa ser norteador das relações sociais para além do modelo capitalista de mercado.

---

<sup>71</sup> Por meio da criação do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), com apoio da Financiadora Nacional de Estudos e Projetos - FINEP e da Fundação Banco do Brasil, a COPPE/UFRJ buscou desenvolver projeto com proposta de combater a fome com a geração de renda de forma coletiva, a partir da incubação de cooperativas iniciantes que, gestadas inicialmente nas incubadoras, transformar-se-iam potencialmente em autogestionárias. Pode-se ver aqui a exemplificação de assessoramentos a empreendimentos populares com ênfases diferenciadas: o primeiro com a manifestação de novas práticas sócio-culturais que visem superar a produção e a reprodução capitalista e, assim, o foco passa a não ser tão somente econômico, mas os 'incubados' passam a ser agentes de transformação social; o segundo com o foco no sucesso do empreendimento, no econômico de forma autogestionária e sustentável, gera trabalho, renda e inclusão social; e o terceiro, que trabalha com o fortalecimento do cooperativismo e de outras OEPs, não considera a prática autogestionária. Tantas ramificações colaboram para a não distinção dos caminhos tomados pelo cooperativismo e de seus propósitos (FRANÇA et al, 2008).

Marcado pela mecanização de seus atos, pela desapropriação do produto de seu trabalho, este homem é sujeitoado e não sujeito. O cooperativismo propõe uma mentalidade diferente. Na doutrina cooperativista não se fala em lucro, mas em sobras. O objetivo é promover o bem estar dos cooperados, que unem suas forças para alcançar um objetivo comum que sozinhos não conseguiram. Defendendo iniciativas de grupos que não sobreviveriam no mercado altamente competitivo em que vivemos se tentassem se organizar nos moldes capitalistas, as cooperativas podem proporcionar oportunidades de transformação social, indo de encontro a (sic) uma sociedade mais justa e igualitária (NASCIUTTI, 2001, p. 30).

Entretanto, apesar dos inúmeros benefícios sociais, a autora aponta várias contradições nos aspectos práticos. Atualmente, os mais comuns têm sido as formas cooperativadas como: maquiagem de exploração do trabalho e do trabalhador, oportunismos pessoais, conflitos de papéis no seio das cooperativas e cristalizações em modelos patriarcais.

Tratando então da importância das cooperativas populares e de sua significativa representação na realidade brasileira, Nasciutti (2001) destaca algumas características desses espaços: primeiro, a importância que as cooperativas têm assumido no atual contexto socioeconômico e político do país, o que se reflete em seu expressivo aumento numérico; e, segundo, o afinamento entre os objetivos principais do cooperativismo e sua doutrina fundadora. Isso ocorre por dois motivos: porque as contradições e os conflitos entre a aplicação da doutrina cooperativista e a atual tendência de incorporação das cooperativas ao modelo da globalização econômica repercutem de maneira incisiva em sua dinâmica funcional e se estendem a seus integrantes num nível pessoal; e também porque é nas cooperativas que poderemos apreender, com mais evidência, os aspectos psicossociais ligados a seus objetivos facilitadores do exercício da cidadania e do empoderamento dos atores sociais.

Da primeira característica apresentada por Nasciutti (2001), o expressivo papel que o cooperativismo vem assumindo no contexto socioeconômico-político do país, destacamos aquelas que vêm trabalhando em torno dos resíduos sólidos.

## 5.2 DA (RE) PRODUÇÃO ASSOCIADA DA RECICLAGEM, DA CONDUÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA

*A análise da crise ambiental contemporânea deve partir das próprias contradições no interior da sociedade humana, contradições que não são biológicas, mas sociais, que não se baseiam na evolução genética, mas na história econômica, que não têm raízes nas contradições ecológicas em geral, mas naquelas que se estabelecem entre classes e setores sociais em particular (FOLADORI, 2001, p. 45).*

Entre os mais variados negócios 'sustentáveis' se encontra o mercado da reciclagem<sup>72</sup> e, nele, estão milhares de trabalhadores que descobrem no 'lixo' social<sup>73</sup> seu sustento e, quiçá, sua sobrevivência, tendo em vista sua precariedade social. Entretanto, essa massa trabalhadora não está sozinha nessa empreitada. Ela é posta juntamente à força do aparato mercadológico de expropriação do trabalho, movimentando esse nicho de mercado por meio da crescente participação dos catadores e das catadoras que passam a compor o circuito político-econômico-ideológico (LAYRARGUES, 2002) da reciclagem em nosso país.

Segundo Mota (2005, p. 6), trata-se de “[...] uma atividade econômica que integra outros aspectos importantes como a geração de renda, a proteção aos recursos naturais, a educação ambiental, a inclusão social e a prestação de serviços públicos”. Para a autora:

[...] somando-se aos serviços governamentais já existentes, estima-se que catadores e catadoras desviam para o circuito da reciclagem cerca de 20% dos resíduos sólidos urbanos, segundo pesquisa realizada pelo Unicef em 2000. Isso significa que, graças à participação de tais profissionais, a cada dia mais materiais recicláveis estão sendo selecionados, com um destino ambientalmente correto, economicamente viável e socialmente justo. Para realizar a coleta de recicláveis, catadores e catadoras têm atuado ao longo destes 50 anos em diversas frentes de trabalho. Algumas dessas pessoas atuam em lixões e aterros sanitários; outras atuam em centros urbanos, ruas, empresas, comércios, escolas, igrejas etc. Algumas trabalham sozinhas, por conta própria, sem nenhum tipo de apoio ou parceria; outras trabalham organizadas em grupos (associações, cooperativas, grupos comunitários etc) (MOTA, 2005, p. 5).

Contudo, admite a autora que parte da produção de pesquisa da área (LAYRARGUES, 2002; CONCEIÇÃO, 2003; FREITAS; DEUS; TAVARES, 2005) vem contestando a tese de que o processo de reciclagem traz a redução dos danos ambientais, a redução da extração e do uso da matéria-prima virgem pela indústria e a redução do uso energético, revelando que o beneficiamento se encontra mesmo no patamar da manutenção do lucro e da garantia da

<sup>72</sup> A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 considera, em seu Capítulo II, artigo 3º, as seguintes definições:

XIV - **reciclagem**: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, **com vistas à transformação em insumos ou novos produtos**, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XVI - **resíduos sólidos**: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semi-sólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou **exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível**.

<sup>73</sup> Assumimos aqui como lixo social todo o aparato sobranete, os excessos e aquilo que tem seu fim social determinado e seu prazo de validade e seus valores provenientes de uma forma específica de produzir e de (re)produzir a vida - a forma do sistema capitalista. Compõem essa 'massa' sobranete, infelizmente, tanto materiais, quanto pessoas. Fazemos essa descrição para diferenciá-la do aparato de interesses técnico-econômicos que se formou em tornou dos chamados "resíduos sólidos", pois a questão do/sobre o lixo e da/sobre a reciclagem é muito mais ampla e complexa do que meramente apresentá-la como uma solução de ordem técnica.

permanência do consumo. Essas pesquisas não renegam a reciclagem como relevante atividade econômica no século XXI, mas colocam em pauta sua relação com a totalidade social assentada sobre a expropriação do trabalho pelo capital e, logo, também questiona sua relação com o trabalhador-catador, elemento primordial desse contexto. Nesse sentido,

[...] a indústria da reciclagem segue crescendo e com espaço para crescer ainda mais, pois opera com capacidade ociosa no Brasil. E, certamente, o incentivo maior para que o empresariado do setor se sinta estimulado a seguir ou ampliar seus negócios não diz respeito unicamente aos ganhos ambientais, mas também – e principalmente – aos ganhos econômicos. Para além dos benefícios econômicos, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos podem gerar impacto na imagem das empresas que trabalham com esses materiais. Se, na década passada, poucos consumidores e consumidoras se sentiam atraídos por produtos reciclados, hoje o mercado para os reciclados cresce a olhos vistos. Várias marcas e empresas que tinham receio em ver seus produtos atrelados ao conceito de reciclagem hoje investem pesado na propaganda dessas qualidades, ressaltando seu “compromisso ambiental” e com o “desenvolvimento autossustentável”. Uma ampla gama de empresas beneficia-se com a reciclagem, não apenas por meio da economia que a utilização de resíduos sólidos como matérias-primas pode proporcionar, mas também investindo pesado na propaganda e na imagem de uma empresa “ecorresponsável” (MOTA, 2005, p. 4-5).

Layrargues (2002) também, ao considerar a relevância da questão do lixo urbano e a atualidade de sua gravidade ambiental – seja por meio de soluções tecnológicas/tecnocratas, seja por meio de políticas e programas oficiais de Educação Ambiental propostos nessa mesma direção, a exemplo do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos e sua política dos 3R's<sup>74</sup> –, destaca como fundamental a problematização dos aspectos ideológicos da reciclagem no atual contexto de mercado<sup>75</sup>.

Nosso objetivo não é aqui o de discutir consumo, muito menos consumo 'sustentável', entretanto Buarque (2001, p. 207) nos lembra de que os consumidores produzem o excesso de lixo, e a concentração de renda produz um excesso de pobreza: “[...] as sociedades pobres não têm tanto lixo; as justas não têm tantos pobres”.

<sup>74</sup> Layrargues (2002) faz referência à disseminação do Programa de "Reduzir", "Reutilizar" e "Reciclar" do discurso ecológico oficial. Acrescemos a ele a atualização realizada pelo Compromisso Empresarial para Reciclagem, CEMPRE (2012), que, amplamente, passa a incorporar: o Respeitar - você mesmo, o seu trabalho, as pessoas e o meio ambiente; o Reparar - Quebrou? Conserte; o Responsabilizar-se - Por você, pelos impactos bons e ruins de seus atos; e o Repassar - as informações que você tiver e que ajudam na prática do consumo consciente, *retuite*, reenvie e-mails. Estes seriam os indicadores para o alcance de uma 'sociedade sustentável', passando assim de 3 R's para vigorar como os 8 Rs.

<sup>75</sup> Vale, para aprofundamento, ler “O Cinismo da Reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental” (LAYRARGUES, 2002), que discute a questão direcionada à 'indústria' da reciclagem das latinhas de alumínio (material fino, como dizem os catadores).. Entretanto, numa atualização do texto, se, em 2002, o percentual de reciclagem de latas de alumínio se encontrava no índice de 73%, já computando um recorde mundial; em 2010, esse índice bateu os 97,6%, mantendo o *ranking* mundial, segundo a última estatística divulgada tanto pela Associação Brasileira de Alumínio - ABAL, quanto pelo IBGE.

Nesse sentido, nosso foco se encaminhou na perspectiva crítica do trabalho em torno do lixo social, tanto na perspectiva de sua subsunção à (re)produção capital, quanto no campo das resistências por parte dos trabalhadores que nesse lixo atuam. Dentre esses sujeitos, estão trecheiros, catadores do lixão, catadores individuais e catadores organizados ou em organização. Estes últimos se subdividem em Grupos em Organização, Redes de Cooperativas Autogestionadas e Catadores Organizados Autogestionários. Estes últimos são o lócus de nosso interesse e:

[...] funcionam como cooperativas de fato onde decisões são tomadas de modo democrático, as vendas e os resultados são de domínio de todos graças a transparência das informações que muitas vezes são afixadas na parede - o valor da venda, dos descontos, as atas das reuniões e etc. Não há uma liderança única da qual dependam todas as decisões e todos os associados representam o empreendimento como dono (CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, 2012).

E podem ser detectados em várias experiências, Brasil afora:

Há vários anos, catadores e catadoras em diferentes cidades do Brasil estão se organizando, pela criação de cooperativas, associações e grupos comunitários. A Coopamare (em São Paulo/SP), a Asmare (em Belo Horizonte/MG) e a **COOPCARMO (em Mesquita/RJ)** são exemplos de organizações com mais de uma década de existência (MOTA, 2005, p. 7, grifo nosso).

Em relação à cadeia produtiva, as cooperativas de reciclagem, segundo a classificação do CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem<sup>76</sup> (2012), estariam na fase dois do primeiro nível da cadeia de produção de recicláveis. Na base do primeiro nível da cadeia, encontrariam-se os catadores autônomos e, num segundo momento desse nível, estariam as cooperativas organizadas e os centros de triagem; no nível dois, os pequenos e médios sucateiros; no nível três, os grandes sucateiros; e, no ápice – nível quatro, figurariam os recicladores.

Nesse sentido, uma cooperativa de reciclagem é produtora de material de valor agregado, portanto, trata-se de uma “mercadoria”. Dessa forma, a problemática e a

---

<sup>76</sup> O Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) denomina-se como uma associação, sem fins lucrativos, dedicada à promoção da reciclagem dentro do conceito de gerenciamento integrado do lixo. Desde sua fundação em 1992, tem sua manutenção realizada por um aparato de empresas privadas de diversos setores, dentre elas estão a Vale, a Gerdau, a Ambev, a P&G, a Unilever e o Grupo Pão de Açúcar. Segundo sua missão, a associação visa conscientizar a sociedade sobre a importância da redução, da reutilização e da reciclagem de lixo por meio de publicações, pesquisas técnicas, seminários e bancos de dados. Os “[...] programas de conscientização são dirigidos **principalmente para formadores de opinião, tais como prefeitos, diretores de empresas, acadêmicos e organizações não governamentais (ONG's)**” (COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM, 2012, grifo nosso).

valorização do lixo não são de interesse apenas dos 'desqualificados' para o mundo do trabalho, mas de toda uma rede social, o que torna a questão complexa e paradoxal.

Destacadamente, as políticas sobre resíduos sólidos e coleta seletiva, por exemplo, referem-se ao entrelaçamento Estado-Mercado. No entanto, essa questão, já apresentada e discutida nesta tese, aqui se localiza, em específico, no campo da institucionalização da reciclagem, envolvendo o sistema de governos e a sociedade civil, múltipla em seus interesses e necessidades, sob a batuta do mercado limpo, ecológico e politicamente correto.

A recente Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010<sup>77</sup>) respalda, em seus princípios, no art. 6º, o foco destinado à questão dos resíduos sólidos incorporada à política econômica. Destacam-se os itens:

**II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;**

**IV - o desenvolvimento sustentável;**

**V - a ecoeficiência**, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

**VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;**

**VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;**

**VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;**

**X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;**

**XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.** (BRASIL, 2010, grifo nosso).

Seguindo nessa mesma direção, quando da aprovação de seus objetivos, no art. 7º, há aspectos que anunciam o reforço à atual mercantilização do processo da reciclagem no país.

**I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;**

**II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos**, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

**III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;**

**IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;**

**V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;**

**VI - incentivo à indústria da reciclagem**, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

**VII - gestão integrada de resíduos sólidos;**

**VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;**

<sup>77</sup> A referida lei, além de instituir a 'nova' Política de Resíduos Sólidos, alterou a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispunha sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dava outras providências.

- IX - **capacitação técnica continuada** na área de resíduos sólidos;  
 X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, **com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;**  
 XI - **prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:**  
 a) **produtos reciclados e recicláveis;**  
 b) **bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;**  
 XII - **integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;**  
 XIV - **incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;**  
 XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável. (BRASIL, 2010, grifo nosso).

É nesse contexto, dos rumos de um 'consumo sustentável' promovido, implementado, e referendado legalmente pelo Estado, que sujeitos organizados ou não, em luta pela própria subsistência, preocupados ou não como as questões ambientais, buscam superar as barreiras sociais trazidas pelo atual padrão insustentável de vida. Loureiro (2004) afirma que o movimento ambientalista, apesar de lutar na busca de superação do atual e injusto projeto social, o faz a partir de concepções que se afinam e desafinam, pois é “[...] composto por atores sociais individuais e coletivos que se identificam pelo modo como compreendem e atuam na “questão ambiental”, na construção de novos padrões na relação sociedade-natureza” (LOUREIRO, 2004, p. 64).

Em se tratando da realidade brasileira, dos trabalhadores-catadores, alguns dados e informações são fundamentais para a compreensão da atual conjuntura em que se encontram imersos.

As políticas públicas voltadas a essa categoria de trabalho<sup>78</sup> focam o "amparo" e a "tutela simbólica", originários das políticas geradas para o sistema cooperativista nacional já apresentado anteriormente. Entretanto, a luta em busca da emancipação vem sendo empreendida por alguns movimentos organizados na esfera estadual e centrados na esfera

---

<sup>78</sup> Segundo o Código Brasileiro de Ocupação, os (as) catadores (as) ocupam o código 5192 - 05/**Catador** de material reciclável, criado pela Portaria 397, de 9 de outubro de 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego, documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Há ainda o Código internacional CIUO 88:9161 - Recolectores de basura. Além disso, por Catador de material reciclável, se compreende: Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa). (MNCR, 2012)

nacional no Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR<sup>79</sup>, constituído em 1999:

O MNCR vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis pelo Brasil afora. Buscamos a valorização de nossa categoria de catador que é um trabalhador e tem sua importância. Nosso objetivo é garantir o protagonismo popular de nossa classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social. Temos por princípio garantir a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários em nosso nome. Acreditamos na prática da ação direta popular, que é a participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve sua vida, algo que rompe com a indiferença do povo e abre caminho para a transformação da sociedade (MNCR, 2012).

Como se vê, o MNCR oscila entre o apoio emancipatório e a composição com as políticas de mercado: “[...] são atores históricos da gestão dos resíduos nas cidades e da cadeia produtiva da reciclagem e merecem políticas públicas que fortaleçam seu perfil empreendedor e ecológico” (CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS, 2012).

Segundo Mota (2005), no Rio de Janeiro, a organização de catadores e catadoras se deu por intermédio da constituição de uma Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis - Ricamare, contando, segundo a autora, com a participação de aproximadamente 25 cooperativas e associações de diferentes municípios do Estado do Rio de Janeiro, a saber:

São Gonçalo, Petrópolis, Duque de Caxias, **Mesquita**, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, São João de Meriti, entre outros. É um espaço da sociedade civil, independente, no qual se luta pela defesa de interesses comuns dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis. A rede nasceu do processo de mobilização dessas pessoas para o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília, no ano de 2001 (MOTA, 2005, p. 7, grifo nosso).

A considerável contribuição de trabalhadores-catadores à indústria da reciclagem nacional (LAYRARGUES, 2002; MOTA, 2005) precisa ser efetivamente incorporada ao discurso oficial, como anúncio, denúncia e desvelamento das contradições que envolvem esse

---

<sup>79</sup> O MNCR conta com representantes em quase todos os estados brasileiros. Também considera que o número de pessoas que trabalha atualmente em lixões e no processo de catação é maior do que o apurado pelo Programa Nacional de Saneamento Básico- PNSB, em 2000, via IBGE (neste caso, seriam 800 mil catadores e catadoras) e com divulgação pelo CEMPRE - Compromisso Empresarial para a Reciclagem. O MNCR faz a crítica ao mapeamento nacional: “Imaginar que apenas os programas oficiais e governamentais são responsáveis por todo o material que alimenta a indústria da reciclagem no Brasil seria um grande equívoco. Então, de onde vêm esses materiais? Quem são os trabalhadores e as trabalhadoras responsáveis de fato pela coleta, seleção, beneficiamento e comercialização dos recicláveis no Brasil? Há pelo menos 50 anos, catadores e catadoras de materiais recicláveis vêm desenvolvendo, de modo informal, sistemas de coleta seletiva que atendem a pequenas comunidades, bairros ou cidades inteiras” (MNCR, 2012). No mesmo sentido, o Fórum Nacional do Lixo e Cidadania, realizado por organizações não governamentais, instituições religiosas, órgãos governamentais e instituições de ensino e pesquisa que atuam nas áreas relacionadas à gestão dos resíduos sólidos, discorda dos dados mapeados.

campo, e, para além dele, em busca de efetivação das políticas e da distribuição de recursos que contemplem tais trabalhadores.

Entretanto, somos sabedores de que, na realidade desses milhares de trabalhadores (as), diversificados ainda por seus estados peculiares de precariedades, os 'processos de inclusão' vigoram no campo ideológico e discursivo entre Estado-Mercado.

No tocante à coleta seletiva, no Brasil ainda é pequena e está longe de atingir níveis satisfatórios de recuperação de materiais recicláveis, por isso muito ainda tem que ser feito pelos governos, que podem utilizar estes programas como forma de inclusão social e geração de emprego e renda para a sua população. Mas a tarefa de melhorar não cabe só ao governo, a sociedade civil também tem que dar sua contribuição através da colaboração com os programas existentes e da cobrança pela instituição de novas iniciativas. E por fim empresas sócio e ambientalmente responsáveis devem buscar formas de colaborar e incentivar a reciclagem de seus produtos após consumidos. Quando temos estes três vetores alinhados, pode-se ter certeza que bons resultados surgirão. Aliás, já vem surgindo, mas é preciso que isto ocorra com mais frequência e que tais iniciativas cresçam e prosperem numa velocidade maior. E é para isso que a Tetra Pak continuará com este trabalho de incentivo à coleta seletiva no Brasil (MERENDINO, 2012, p. 10).

Legalmente, o alinhamento dos três vetores mencionados pode ser claramente identificado no art. 57, da Lei nº 11.445, sobre as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico:

No art. 57 dispensa de licitação para contratação de associações ou cooperativas de catadores para o serviço de coleta seletiva. A Política Nacional de Saneamento lei nº 11.445 de 2007 permite a contratação direta por parte das Prefeituras Municipais de Cooperativas de Catadores para realizar serviços de Coleta Seletiva. A Política Nacional de Saneamento altera a Lei nº 8.666, de 1993, de licitações e contratos da Administração Pública, dispensando a licitação art. 24. É dispensável a licitação: XXVII - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

Embora longa, a citação literal abaixo, vinda da Presidência do CEMPRE, nos apoia na consolidação da tese de que há interesse econômico sobre os interesses desses trabalhadores (as):

O Brasil mais uma vez conquistou o título de Campeão Mundial de reciclagem de latas de alumínio. Cerca de 97% das latas foram recicladas. Mais uma vez, o grande responsável por esse feito foram os chamados “catadores”, que compõem esse grande modelo informal da reciclagem no Brasil. O grande desafio que temos é transformar esse modelo informal em formal, garantindo a base da chamada economia verde: redução da pobreza, sustentabilidade ambiental e crescimento econômico. O primeiro passo foi dado no ano passado, quando o Congresso

Nacional aprovou a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Agora, a próxima etapa será a aprovação dos chamados acordos setoriais, que terão o desafio de estabelecer os sistemas de logística reversa de diversos produtos definidos na referida Política. Dos cinco acordos setoriais que estão em discussão, o mais complexo é o das embalagens, que envolve o compromisso da destinação adequada de todas as embalagens de alimentos, bebidas, cosméticos, material de limpeza e higiene, dentre outros produtos. Nesse sentido, o Compromisso Empresarial para a Reciclagem – CEMPRE tomou a liderança e apresentou uma proposta de acordo setorial, no qual o objeto do acordo será a fração seca do lixo urbano e cujo fluxo de logística reversa das diversas embalagens será feito através da coleta seletiva urbana. Para a implementação do acordo setorial das embalagens, o setor empresarial constituiu a Coalizão Empresarial da Cadeia de Valor das Embalagens Pós-Consumo, que contempla de forma inédita 16 grandes associações nacionais, representando os produtores, usuários e comerciantes de embalagens. A meta proposta pela Coalizão é apoiar a implantação da coleta seletiva urbana no País, que hoje encontra-se implantada em menos de 10% dos municípios do Brasil, e aumentar em 70% a reciclagem da fração seca nos próximos 25 anos. Trata-se de um grande desafio, visto que demandará a formalização de todas as cooperativas de catadores, o fim dos lixões e o aperfeiçoamento da estrutura de catadores hoje existente. Além disso, será necessário triplicar o número de cooperativas, para a incorporação dos catadores hoje trabalhando nos lixões, e aumentar significativamente os chamados pontos de entrega voluntária – PEVs. Até o final do ano, será lançado o edital de convocação do acordo setorial de embalagens, que definirá os parâmetros da discussão do acordo e as metas a serem alcançadas. Enquanto a discussão do acordo setorial, propriamente dita, ocorrerá no primeiro semestre de 2012. Assim, se tudo correr bem e tivermos um acordo, teremos dado mais um passo em prol da consolidação do modelo de cooperativas de reciclagem. O Brasil, então, terá, durante a discussão da Rio+20, promovido a maior discussão mundial sobre modelos de economia verde e terá dado um exemplo de como, a partir de seus problemas sociais e de resíduos sólidos, transformar vidas, incrementar a economia e promover a proteção ambiental (NETO, 2012).

Em Marx está explicitada a intensa e incursiva contradição que engendra a nossa realidade cotidiana na expropriação da força de trabalho. Corroborando com o trajeto dessa constatação, exemplificamos com a tabela abaixo, em que constam os valores atualizados pagos aos trabalhadores por estados, via cooperativas ou não, pela venda de recicláveis no Brasil.

Tabela 1 - Preço do material reciclável\*

	Papelão	Papel branco	Latas aço	Latas Alumínio	Vidros	Plástico rígido	PET	Plástico filme	Longa vida	Óleo Vegetal
<b>Rio Grande do Sul</b>										
Porto Alegre	280	550	160	2.500	45L	300	1.100	400	100	
Canoas	230P	400P	120P	2200	70	300	1360PL	700P	120P	R\$ 0,25 litro
<b>São Paulo</b>										
Guarulhos	230L	510L	350	3000PL	120	1050L	1500PL	1700L	250PL	R\$ 0,70 litro
Guarujá	180PL	200L	200L	2400L	35	550L	1450PL	550PL	210PL	R\$ 0,90 litro
São José dos Campos	200PL	200PL	-	2600PL	150PL	1490PL	1650PL	450PL	200PL	
São Paulo	270PL	530PL	320L	3100PL	120	1000L	1500PL	800L	250P	
<b>Minas Gerais</b>										
Lavras	250PL	330P	240	2400P	170	1000P	170P	950P	100P	R\$ 0,40 litro
Itabira	300PL	784PL	370PL	3100PL	250PL	1138PL	1750PL	1200PL	409,10PL	R\$ 0,30 litro
<b>Espirito Santo</b>										
Guarapari	270PL	170L	140L	2800L	-	500PL	800PL	500PL	100P	
<b>Sergipe</b>										
Aracaju	200PL	500PL	300L	2600	30L	800L	350L	600PL	100PL	-
<b>Rio de Janeiro</b>										
Rio de Janeiro	250PL	580L	170L	2300L	150L	500PL	1400PL	600PL	210PL	R\$ 0,90 litro
Mesquita	200L	450L	300L	2800PL	220	800P	1400P	750PL	220P	
<b>Pernambuco</b>										
Recife	320	280	300	2.000	180	1.200	1.650	1.000	320	
Jaboatão dos Guararapes	370PL	280PL	320	2300L	180	1200PL	1550P	1000	350	
<b>Amazonas</b>										
Manaus	240PL	500L	130L	2200L	100	300L	900L	300L	-	-
<b>Paraná</b>										
Nova Esperança	270PL	300PL	250PL	2700PL	100PL	1000PL	1250PL	800PL	180PL	-

**P = prensado L = limpo I = inteiro Un = unidade** \*Preço da tonelada em real

Esses preços de venda dos recicláveis são praticados por programas de coleta seletiva. A informação é, portanto, de sua inteira responsabilidade.<sup>80</sup>

Fonte: Cempre Informa Nr. 120 (nov./dez. 2011).

<sup>80</sup> Como comparação à tabela disponibilizada pelo CEMPRE, embora registrada como não sendo de sua responsabilidade, a Recicleta/RJ informou, em entrevista concedida a esta pesquisadora em novembro de 2011, que a Embalagem Longa Vida pós-consumo possui os seguintes valores/tonelada, nos estados considerados como principais na 'produção' seletiva do papelão: SP – R\$ 280,00 a 330,00, RJ – R\$ 240,00, Paraná – R\$ 300,00 e Santa Catarina – R\$ 280,00 a R\$ 330,00 (este último dado sequer foi computado na tabela).

## 6 DAS RELAÇÕES DE (RE) PRODUÇÃO NA COOPCARMO, DE "CONTRADIÇÃO" EM CONTRADIÇÕES... SENTIDOS E CONCRETUDES

*A práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade). A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade (KOSIK, 2010, p. 222).*

Gramsci buscou compreender a organização social de seu tempo a partir da não oposição entre a Sociedade Civil e o Estado – Estado Ampliado –, mas, compreendeu-a como arena de lutas de classe e dentre classes, que se organizam, defendem seus interesses e se defrontam com projetos societários, na busca da conservação-manutenção ou da conquista de hegemonia em que nos inspiramos e que buscamos sistematizar neste capítulo final.

Três condições destacadas por Gramsci são aqui apropriadas para o contexto das relações de (re) produção – eixo tomado de Bernardo (2009) e de Marx (2004a; 2004b; 2004c; 2004d) – da COOPCARMO. Para isso, torna-se necessário considerá-las: como se organiza e se pratica o domínio sobre o trabalho ali realizado; sob quais condições esse grupo vem empreendendo suas lutas, como organização social e orgânica; como vem se dando sua realização diante do Estado no decorrer de seus quase 10 anos como Cooperativa.

Dessa forma, a concepção e a luta pelo trabalho na Cooperativa e, além disso, pelo trabalho dos demais catadores do município – os quais emergem também como protagonistas no contexto pesquisado –, ocorrem sob anuência do Estado e do governo local, via políticas públicas e via "contradição" trabalho/mercado.

As 'parcerias' estabelecidas nesse contexto e, de forma 'obrigatória', com o mercado, cujo uso e cuja manutenção da força de trabalho ocorrem por meio da cadeia da reciclagem, traçam um eixo norteador para este capítulo. Assim, uma vez que a classificação/categorização se faz aqui obrigatória, dividimo-lo da seguinte forma: na primeira seção, foca-se a COOPCARMO, seu trabalho e suas relações de (re) produção, sob a perspectiva de seus Cooperados, dos entrepostos e do mercado; na segunda, focalizam-se as relações expandidas, estabelecidas com a municipalidade, via coleta seletiva, considerando as concepções dos gestores públicos acerca da Cooperativa, aliadas às visões dos entrepostos e do mercado. Vale enfatizar que se considera, em ambas as seções, o movimento contínuo e dialético e, por isso, contraditório do tema e de seu contexto, o que nos propusemos a elucidar: discutir a "contradição" capital-trabalho, e o lugar do trabalho cooperado em busca de sua superação, tendo como lócus dessa especificidade a COOPCARMO.

## 6.1 EM FOCO A COOPCARMO: PRÁTICAS, DOMÍNIOS, CONDIÇÕES E LUTAS DO TRABALHO NAS CONTRADIÇÕES DAS RELAÇÕES DE (RE)PRODUÇÃO

*Você manda seu material para cá e em compensação olha o que a gente te devolve, uma qualidade de vida melhor, é uma troca (VITÓRIA, 2011).*

Retornamos às problematizações iniciais traçadas nesta tese. Como sobrevivem os grupos sociais mais expropriados deste país? Como, sujeitos à margem da escolarização e das 'exigências' do mundo do trabalho, em condições expropriadas de todas as ordens, constituem-se como pessoas? Como se organizam em torno do trabalho, constituem-no e por ele são constituídos? E acrescentamos: na COOPCARMO, como tem se dado a apropriação do trabalho e em que condições? Quem se beneficia e como se beneficia dele?

Nas condições atuais de desenvolvimento das forças produtivas, qual o lugar do trabalho associado, do cooperativismo popular, na luta de classes, na superação da desigualdade e da exclusão social, econômica e política?

Primamos por assumir a posição do trabalho em sua dupla dimensão – ontológica e histórica (ENGELS, 2004; MARX, 2004a) – imersa na "contradição" do capital-trabalho, e suas derivadas contradições. Não que a tivéssemos negado na pesquisa anterior. O que ocorre é que agora buscamos lhe dar amplitude e ênfase. Nesse turno, a COOPCARMO permaneceu e se disponibilizou a apoiar a continuidade das discussões por intermédio desta tese.

O avanço que preconizamos se dirige à ampliação do que, na pesquisa anterior, se conceituou com o sentido da compreensão e da constituição de um novo conceito de trabalho. Naquele momento, o trabalho foi concebido como ressignificado, como um caminho possível de autonomia daquelas (es) trabalhadoras (es) e como algo intrínseco a isto, ou seja, na Cooperativa, já existia um trabalho diferenciado da forma de trabalho alienado. Tratava-se de uma outra perspectiva da relação homem-natureza. Entretanto, mesmo 'ressignificado', o trabalho é atravessado pelas contradições e pelas exigências do modo de produzir.

Dado esse aspecto, consideramos que, naquele contexto, a ação de trabalho da Cooperativa, mesmo travando algumas lutas contra a expropriação em suas mais diversas ordens, encontrou algumas lacunas abertas e outras que ainda se abriam pelo Estado como as reafirmadas pelos princípios da atual PNRS, os quais preconizam que,

VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania; [...] (BRASIL, 2010)

Ou ainda, em tais lacunas, apontava-se a perspectiva de que,

[...] este grupo passou a chamar a atenção de apoiadores onde receberam investimentos em capacitação pessoal, investimentos financeiros e técnicos que trabalharam no sentido de profissionalizar as qualidades naturais desse coletivo, e de onde formaram uma cooperativa cuja atuação ultrapassou os limites do município (Técnica, SEMUAM)

E/ou, ainda, pelo mercado, essas empresas afirmam que:

[...] para esta o trabalho realizado pela COOPCARMO representa uma oportunidade de atender a legislação ambiental, de exercer o seu papel de responsabilidade social e um incentivo para força de trabalho atuar na segregação dos resíduos recicláveis gerados. A COOPCARMO ocupa um papel importante para o exercício da responsabilidade social e ambiental, auxiliando na destinação adequada de resíduos recicláveis e no cumprimento do seu papel social (Entrepósito de Empresa Pública).

[...] destaco a importância do papel das cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos nessa rota, em especial a Coopcarmo, que a nosso ver, possui potencial de coleta de volume significativo de materiais, em especial, as embalagens (Comprador 1).

Trata-se de caminhos 'conciliatórios' para as inúmeras demandas advindas de suas (seus) trabalhadoras (es)<sup>81</sup>, como é o caso, dentre tantos outros, da ausência de qualificação, de trabalho, de organização, de estrutura interna e externa, de conhecimento de negociação e de mercado, de auto-estima e, enfim, de compreensão de que papel e de qual lugar ocupavam ou ocupariam ao estabelecer seu trabalho a partir de uma cooperativa que lida com o lixo. Seguem alguns exemplos desses apontamentos:

Eu vim parar aqui porque eu estava em uma situação difícil, meu companheiro estava trabalhando sozinho, ele tem filho, mas meus filhos não são dele, agora só o novato de 7 anos que é dele, e é justo eu sustentar meus filhos sozinho. Aí eu comecei a procurar emprego e não achava em lugar nenhum. Aí eu fui até o Pe. Ele falou: - Vai procurar a Vitória que tem serviço lá. E toda vez que eu vinha aqui não conseguia vaga. Aí ele falou: - Vai cedo que amanhã eu estou lá. Ele nunca estava aqui, até que um dia eu consegui um emprego aqui, aí vim trabalhar... (Anne, 2005).

---

<sup>81</sup> Para me referir às (aos) Cooperadas (os), optei em fazê-lo considerando ambos os gêneros, uma vez que se trata de uma maioria de mulheres. São quatorze mulheres e apenas um homem, mais o vigia. Aproveito para esclarecer que, em outras épocas, o número de homens foi maior (era um máximo de quatro homens). Também esclareço que a rotatividade é maior entre os homens, o que não foi nosso objeto de investigação, mas vale apontar que isso talvez ocorra porque eles possuem, ainda, maior inserção em outras formas de trabalho, incluindo as formais. Isto esclarecido, justifico que não temos falas do único cooperado homem, pois ele é recém-chegado e nosso intento tratou do processo cooperativo de 2003-2011.

Tive medo de não conseguir separar o lixo. (Hilda, 2005).

Naquela época era muito pouquinho, tinha que ter que esperar quatro meses para receber trinta reais. É uma questão de sobrevivência. Mas a gente no princípio já trabalhou por bem pouco. Não tinha comprador certo para nada. Não sabíamos nem para quem vender. A prefeitura emprestava o caminhão para a gente colocar o jornal. Amarrava eles todinho. A gente vendia esse jornal para o pessoal para enrolar as compras. Hoje em dia tem saquinho mas naquela época não. O dia que eles não queriam comprar, a gente ficava sem vender nada. A gente atravessava a rua de movimento, colocava tudo no caminhão e voltava para trás. Não tínhamos comprador. (Cora, 2005).

Tivemos que aprender a nos comunicar muito para poder achar os compradores certos. Hoje em dia a gente tem os compradores. Hoje em dia para cada mercadoria a gente tem o comprador certo. Um para o plástico, outro para o jornal. A gente nem separava direito. O pet a gente botava junto com o plástico e achava que iríamos vender. E não vendia. Na nossa cabeça poderíamos vender tudo junto. Hoje em dia se a gente botar tudo junto a gente está errado. Porque cada material é um. Esse é um, aquele lá já é outro. Eu acho que melhorou muito, aprendemos muitas coisas novas. Coisa que a gente não sabia, nem sonhava em saber. Hoje em dia a gente já sabe. (Cora, 2005).

Esse trabalho, acho que representa alguma coisa pra todo mundo aqui. Mas falta mais união, nem todo o grupo é unido (Tereza, 2005).

Se a gente se unir mais, a gente derruba todas as dificuldades. Temos que saber lidar com as pessoas, ir a uma reunião, falar, conhecer mais. Tem muita gente entrando aqui nesse momento e a gente pode ampliar esse trabalho. Tem muita gente sem trabalho. Eu tenho fé em Deus que esse grupo pode crescer. Isso é a consciência que eu adquiri aqui. Eu estudei até a quarta série, e tendo filho tudo se torna mais difícil (Joana, 2005).

É porque tem muita gente que tem a cabeça muito dura (referindo-se a potenciais entrepostos). Que preferem jogar o material fora. Porque nunca entraram aqui, nem viram o que pode o lixo gerar. Nunca viu a gente selecionando o lixo. Eles acham que a gente vai arrumar dinheiro para ficar bebendo. Eles preferem não juntar, preferem jogar fora. Eu acho que as pessoas não deveriam ser assim, porque de repente elas estão num ótimo serviço e de repente elas não estão mais. Eu acho que todo mundo pensa que é o pior serviço, acham que aqui a gente pode pegar uma doença, mas se você não enfrentar as coisas como é que vocês podem falar? (Joana, 2005).

Você veja, porque geralmente as cooperativas só têm o nome de cooperativa e pronto, mas e a forma de trabalhar?... Aqui a gente tenta fazer diferente. Dá um trabalho maior (Vitória, 2005).

Eu acho que, do jeito que nós estamos indo, depende muito da gente né? Porque se a gente tiver força, tiver vontade, quem sabe seremos de repente até uma empresa? Porque se nós não tivermos união entre nós, não vamos chegar a lugar nenhum. Tem umas pessoas que a gente pode contar, agora tem outras, que não entendem. Que não entenderam a proposta do trabalho. Ainda não entenderam que não vai ter ninguém fazendo por eles. (Mercedes, 2005).

Precisamos de mais condições de trabalho, o galpão para proteger do sol, da chuva, aí se trabalharia mais. (Tereza, 2005).

Assim planejado, o que buscamos foi ampliar as compreensões que já advinham do fazer daquelas (es) trabalhadoras (es), como visto em algumas falas acima, do ano de 2005, e que, ao longo desse tempo, mantiveram-se ou transformaram-se, ora internamente, pelos aspectos do cooperativismo legalizado (2003-2012) praticado de forma mais consolidada, ora pela mudança nas formas de se relacionar com o mercado e com o poder público, ora por esses dois aspectos entre si e para com o grupo.

Nos últimos dez anos, são poucas as cooperativas de trabalho com reciclagem que se consolidaram como trabalho cooperado de fato<sup>82</sup> ou que, resistindo às variadas expropriações, ainda guardam aspectos que as remetem a um cooperativismo de base. Nesse cooperativismo, consolida-se a democracia interna, a transparência e o ato de cooperar, buscando fortalecer a força de trabalho como potência a favor dos próprios cooperados.

Nesse sentido, como expõe Mota (2005), “Jacutinga (dado como referência o bairro<sup>83</sup> onde se situa a COOPCARMO) escolheu o cooperativismo e, por isso, talvez, esses princípios estejam mais presentes e sejam mais praticados nesse grupo”. No entanto, isto não a isenta ou a protege da incursão do capital e de a ele também ser funcional. Reside aí o princípio da "contradição", inerente ao processo capitalista, porque, embora o grupo dele se nutra, o capital pode vir a ser um instrumento capaz de apoiar a compreensão sobre as mais variadas formas de expropriação da força de trabalho e da natureza (MARX, 2004a; 2004b; 2004c, BERNARDO, 2009), já que, para isso, não há ausência de sua inventividade na busca de mais-valia.

---

<sup>82</sup> A exceção fica por conta das cooperativas financiadas por/advindas do empresariado patrocinador, externas ou não à comunidade. Também fica a cargo daquelas que se imbuem do cooperativismo apenas de direito. Há também a exceção daqueles que vivem na 'informalidade' e sequer são visibilizados – são sucateiros, catadores de ruas e lixões, pequenos ferros-velhos que atuam na clandestinidade. No Rio de Janeiro, atualmente, encontram-se cadastradas 29 cooperativas de reciclagem. Em 2008, eram 19. A expansão da reciclagem como 'negócio' é nítida, assim como também são nítidas a dilatação de seu tempo de força de trabalho (MARX, 2004a) e a geração de mais-valia não destinada às (aos) trabalhadoras (es), pois estas e estes é que colocam suas mãos na catação. Como exemplo dessa expansão no Rio de Janeiro, a Cooperativa Vale da Safira – nome bastante sugestivo por sinal – possui, seis sub-cooperativas: suas extensões estão entre as zonas oeste, norte e sul da cidade. Essa cooperativa, é uma das 29 cadastradas no Rio de Janeiro. Uma breve visualização do 'ranking' nacional de cooperativas cadastradas, pode ser encontrada no ANEXO III. Nele, destaca-se, primeiramente, o Rio de Janeiro, seguido da relação dos demais estados. Justifico aqui a opção em anexar esse lançamento nacional na íntegra como forma de registro histórico, uma vez que foi obtido via eletrônica, no site do CEMPRE, correndo o risco de supressão.

<sup>83</sup> O processo histórico de ocupação daquelas terras pelos índios Jacutingas data de 500 anos. Num processo de participação com outras nações indígenas – Confederação dos Tamoios contra a violência da colonização –, esses índios sofreram processo de escravidão, de mortes e de dizimação. Hoje, resta-lhes, como rememoração, o bairro de Jacutinga, o único na Baixada Fluminense que preserva a memória de luta daquela população, luta que pode também ser significada pela luta dos trabalhadores que ali produzem a sua vida.

### 6.1.1 Sob a Concepção das (os) Cooperadas (os): com elas (eles), a palavra-ação, a práxis

Não há dúvida de que, decorridos quase dez anos de cooperativismo legalizado e vinte anos de existência como proposta de trabalho, a COOPCARMO se apresenta como arquétipo na luta pela reapropriação do direito ao trabalho ontológico e histórico como constituinte e instituinte da humanidade. A Cooperativa vem realizando esse intento marcada pelas mais variadas e mais intensas formas de adversidades, todavia o faz sob um profundo processo de aprendizagem delimitado pelo princípio da práxis, a qual, formada simultaneamente por uma prática material e social, encontra-se para além dos processos mentais de produção e de ação (BERNARDO, 2009): "Começamos esse trabalho como um movimento social, e eu acho que a gente deve dar sempre continuidade nessa linha do social" (Vitória, 2011).

Denominada em regra estatutária, regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e pela legislação complementar, a COOPCARMO, hoje, atende a todos os requisitos solicitados para seu pleno funcionamento<sup>84</sup>. A Cooperativa tem, como afirmativa principal, a Lei nº 8.949/94, que define a inexistência de vínculo empregatício entre cooperados e tomadores de serviços. A condição para ser um cooperado, o que significa assumir as propostas definidas pelo grupo até aquele dado momento, é possuir documentação em dia: Registro Geral de Identidade, Cadastro de Pessoa Física - CPF e título eleitoral. Além disso, não deve haver nenhum outro tipo de restrição para o acolhimento no trabalho: ‘não sabe-se ensina’, ‘não conhece-aprende’, ‘tem dúvida-pergunta’, ‘não concorda-propõe’.

O princípio da autogestão predomina nos princípios e ações da força de trabalho dos cooperados, em especial, ao buscam a indivisibilidade entre trabalho intelectual e manual.

E aqui, no dia-a-dia, na prática aqui no galpão, a pessoa vem, começa e vai aprendendo, sempre tem alguém do grupo para estar ensinando, para estar capacitando. (Vitória, 2005).

No grupo, tudo a gente discute e chega a um acordo, mas aí, quando a gente conversa com ele (a liderança externa da época), ele não entende, fica sempre contra

<sup>84</sup> A documentação foi sendo organizada desde a instituição da Cooperativa, a começar pelos catadores, pois muitos não possuíam nenhuma documentação. Possuir documentação é cumprimento das exigências legais: Estatuto – registro jucerja 07/04/2008, composto de xiii capítulos Regimento Interno registrado no 10º ofício de títulos e documentos de NI – nr. 35198 de 30/10/2008; CNPJ desde 03/11/2005; inscrição estadual – 77688480; certidão de zoneamento 312/semuam/2004; Alvará de localização com início das atividades em 20/02/2004; inscrição municipal 17604-0 com emissão em 14/01/2011; registro e autorização do corpo de bombeiros 0353/0; licença de operação municipal – lo-semuam nr. 000003 de 10/02/2010 válida até 2014; licença de operação estadual – lo-nr. fe006950; Licença Feema nr. un 006137/31.22.50, agora INEA; atas regulares (mensais) de assembleia ordinária e, quando necessário, extraordinárias, dados aqui como os seguintes exemplos de pautas: destinação do rateio das sobras apuradas ou rateio das perdas, eleição dos componentes do órgão de administração e do conselho fiscal, reforma estatutária (possui uma após fundação). Fonte: Registros documentais da Cooperativa, pesquisa *in loco*.

a nossa palavra, até chegar uma conclusão assim, nunca vai chegar a nada. Vamos ter que ter uma mudança nisso para a gente poder caminhar. (Hilda, 2005)

Os processos de decisão, o estatuto, a organização ele sofreu alteração do projeto inicial, e tudo isso foi construído junto com o grupo. Sempre que a gente faz reforma de estatuto, o grupo participa, também do regimento interno o grupo participou, nós temos as nossas assembleias gerais, ordinária, o grupo participa, entendeu? As metas alcançadas, bater metas de fim de ano, tudo tem a participação do grupo, mesmo que o grupo só participe ali na hora, e sabe como é, mas o grupo tem que estar informado de tudo. O grupo é bom, e eles precisam também encontrar a caminhada deles. (Vitória, 2011).

O trabalho significa... é aquilo que eu falei antes, é produtivo, eu aprendi muita coisa aqui, eu fiquei sabendo a separação, nessa separação eu acabei conhecendo os materiais, eu não sei falar igual a Vitória fala, que ela já tem experiência. (Mercedes, 2005).

Tem sido um desafio e dificuldade, porque não é simples, o grupo é muito trabalhador, para sair do caminhão, para separar material, sabe? Nisso não há dúvidas, agora essa parte mais administrativa, essa coisa assim, é um pouco difícil. (Vitória, 2011).

Diferindo do assalariamento, e apesar da propriedade dos meios de produção dos trabalhadores ser parcial, conseguem imprimir movimento de distanciamento do trabalho alienado.

Tivemos muitas mudanças nessa questão da organização interna, porque hoje tem uma diretoria, tem o conselho fiscal. E por mais que você queira, sabe como é que é, a dificuldade que se tem para que todos cooperados participem, é difícil você trazer mais pessoas para o grupo. E mesmo do próprio grupo é difícil, porque é mais fácil chegar aqui, trabalhar e ir embora para casa, e fazer a sua função, a sua parte e ir embora. Falta a alguns aquela responsabilidade, entendeu? É uma coisa que tem que ser muito trabalhada. Outro dia, eu conversando com uma professora, e ela falou comigo assim, 'Deus me livre de cooperativa', e eu fiquei boba, como uma professora, aquela pessoa que tem um conhecimento falar isso para mim, porque ninguém quer ter responsabilidade não, é muito difícil. (Vitória, 2011)

Uma coisa assim que marca o nosso trabalho aqui é a nossa organização, é o nosso profissionalismo, olha, é difícil você ver um grupo de catador que tenha organização que tem a COOPCARMO. Aqui é referência para o Estado do Rio de Janeiro, não tem, assim, ambiente igual ao nosso aqui, não tem. Isso marca a nossa diferença. (Vitória, 2011).

Como já discutimos a partir de Marx (2004a), a justa medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana não se dá somente pela avaliação dos meios que possui para isso, mas também pelos indicadores vindos das reais e concretas condições sociais nas quais esse trabalho se efetiva.

Dentro dessa intencionalidade, elencamos alguns indicativos considerados a partir de alguns condicionantes inerentes ao trabalho em seu sentido alienado, em seu sentido

cooperado e também na COOPCARMO, e em suas contradições. Daí em diante, apresentaremos diversos pontos da contraditória realidade concreta daquelas (es) trabalhadoras (es) em suas relações de (re)produção da vida.

Quadro 1 - Comparativo quanto aos condicionantes do trabalho

<b>CONDICIONANTES</b>	<b>TRABALHO ALIENADO</b>	<b>TRABALHO COOPERADO</b>	<b>NA COOPCARMO</b>
<b>Propriedade dos meios de produção</b>	Do capitalista, incluindo a força de trabalho, bem maior da produção.	Por princípio, dos trabalhadores.	Parcialmente dos trabalhadores
<b>Autogestão concepção/execução de tarefas</b>	Por precarização da sua força de trabalho, ou de seus meios de vida, o trabalhador vai se distanciando em pelo menos dois aspectos: o mundo que era exterior sensorial se torna cada vez menos um meio de existência de seu trabalho; e se torna cada vez menos um meio de existência, para se tornar subsistência física do trabalhador.	Gestão Democrática pelos Sócios. Adesão livre e voluntária. Autonomia e independência.	Gestão democrática aberta. Responsabilidade compartilhada. Dificuldades na universalidade de liderança e auto-gestão. Responsabilidade e compromisso com o trabalho e com o grupo. Carga horária média de oito a dez horas diárias.
<b>Competição/Solidariedade Interna e Externa</b>	Competição e individualismo prevalecem como meios de desagregação das relações de produção.	Cooperação interna entre membros e entre cooperativas. Preocupação com a comunidade.	Solidariedade e colaboração - internas e externas.
<b>Remuneração Como fica a mais-valia?</b>	Assalariamento precarizado pela expropriação de mais valia.	Pertence parcialmente aos trabalhadores, mas, subsumido à expropriação de mais-valia quando da negociação com o mercado e também "no empréstimo" de sua força de trabalho aos processos de coleta.	Equânime, mas pela produtividade, ainda não há universalismo. Sistema de 'sobras' encaminhadas pela discussão em assembleia.
<b>Visão de conjunto cadeia produtiva</b>	Fragmentada. Há formação para a especialização.	Educação, treinamento e informação.	Parcial, formação pelo trabalho, ausência de escolarização.

Merecem aqui alguns destaques. No que tange a inclusão da COOPCARMO e suas (seus) trabalhadoras (es), há um tendência ao tangenciamento do trabalho alienado-

assalariado. Este busca 'incluir' o trabalhador via assalariamento. Nesse sentido, o trabalho associado na COOPCARMO, aponta para um minimizar dos impactos sociais e ambientais, numa inclusão que se diferencia do modo de produção capitalista.

Grande parte das cooperadas já trabalhou ou em sistema de trabalho assalariado, ou em sistema de trabalho informal,

Sempre trabalhei de carteira assinada. Meu primeiro serviço de carteira assinada foi em um mercado lá em Mangueira, depois na fábrica de cerâmica - essas fábricas que cortam cerâmicas, eu era empacotadora. Depois trabalhei lá na Barra, em casa de família, durante 11 anos. (Mercedes, 2005).

Um trabalho formal tem a diferença, são os direitos, uma carteira assinada, o INSS, e essas coisas (Mercedes, 2005).

É, eu queria um serviço melhor, mas não aparece, aqui é muito bom também, mas cansativo, e eu também estou com a minha pressão ruim, tem vezes que minha cabeça dói e a nuca, aí eu vou para o hospital e tenho que ficar de repouso até a pressão baixar (Anne, 2011).

Naquilo que tange a extração de mais, na cooperativa de reciclagem, existe uma subsunção formal do trabalho ao capital, que difere do trabalho assalariado - subsunção real ao capital. No campo pesquisado, a COOPCARMO, o capital não dá ritmo direto ao trabalho realizado, o que lhes possibilita circular com características que lhe imprimem diferenciações do modo de produzir. Criam-se margens para as características do trabalho cooperado. Por outro lado, o capital não remunera a possível extensão da jornada de trabalho, aquele fazer que fora incorporado a mão de obra daquelas trabalhadoras (es), extraindo-lhes, mesmo no tangenciamento, a mais valia absoluta e o assumir dos ônus do empreendedorismo.

O que eu vejo não é lixo, é uma riqueza. No início não dei nem seis meses para ficar aqui. Eu sempre ficava trocando de emprego. Aqui não tem pessoa que controla, não tem patrão. Acaba todo mundo sendo responsável, e a responsabilidade é muita (Tereza, 2005).

O fator distância, espaço-tempo do grande centro do Rio de Janeiro, acentuado pela precariedade de transporte público, reafirma a 'escolha' das cooperadas por aquele dado trabalho. E isto se alia a outras justificativas, como o acolhimento da carga horária, que é variável, entre oito e dez horas, mas, além de pesada, é relevante em relação a outras experiências vivenciadas mais desgastantes, em vários sentidos. Além disso, é possível conciliar esse trabalho com outras atividades, como as de responsabilidade familiar. O trabalho 'autônomo', passa a ser acolhido e valorizado como uma alternativa viável às dificuldades e questões cotidianas na vida daquele grupo de trabalho.

Para mim é bom trabalhar aqui, porque, olha só, eu já trabalhei muitos anos lá embaixo, sabe? Em Botafogo, na Barra, pegava trem, então eu prefiro ficar aqui, porque é perto de casa, eu não preciso madrugar, não preciso ficar longe da filha. Esse negócio de pegar ônibus, trem. Enquanto eu viver, eu fico muito bem aqui (Mercedes, 2011).

Para mim, é importante este trabalho, ainda mais eu, que tenho filho, sou separada. Batalhei tanto para conseguir esse serviço. Os meus filhos, graças a Deus, nenhum tem vergonha. Quando vou buscar na escola, eles dizem “oi, mãe”, porque criança tem vergonha, pelo contrário, os meus filhos não têm vergonha do serviço que faço aqui, e melhorou muito lá em casa, eu fiz obra com o dinheiro daqui, uma coisa que eu não estava conseguindo fazer (Olga, 2011).

As características das atividades – o lidar com o lixo (apesar de “limpo”) aliado ao 'sobe e desce' do caminhão, a questão do peso dos materiais, a exposição ao sol e o manuseio de equipamentos, como a prensa – revelam a preocupação do grupo com a saúde, com a seguridade e com o bem-estar<sup>85</sup>. Aqui, destaca-se a importância de ter o recolhimento ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, de adquirir moradia e bens necessários à manutenção de uma qualidade de vida melhor, e de possuir seguro de vida, pago por meio da verba arrecadada do Bazar de reutilizáveis, o qual funciona dentro da Cooperativa e é aberto ao público da comunidade em geral uma vez por semana.

Ah, o INSS, é muito importante, eu tive filho, duas pessoas também, nós ficamos quatro meses em casa cuidando do filho, e recebendo nosso salário, uma coisa que aqui não tinha, o máximo era dois meses que a cooperativa dava, pagava a pessoa para ficar em casa, hoje não, hoje é quatro meses. Também tem o seguro de vida (Olga, 2011).

Cada um paga o seu INSS todo o mês, antigamente, era quem ficava com a administração que pagava, mas agora, cada cooperado tem que ter a sua responsabilidade, aí quando é o dia da partilha, a gente pega o carnê e paga o nosso INSS (Olga, 2011).

Olha, eu acho bom, trouxe muita coisa de mudança para a minha vida. Quando posso ter as coisas, assim com o meu dinheiro. Comprei geladeira, usada, mas comprei, botijão de gás. Além disso, as pessoas daqui de dentro são legais, eles tratam a gente bem (Hilda, 2005).

Se hoje eu estou na minha casa, agradeço a esse serviço. É um trabalho em que ganho respeito e união (Tereza, 2011).

A partir da minha realização aqui no trabalho alcancei muita coisa. Eu não tinha cartão de crédito, agora eu tenho, a minha casa não era completamente feita, só estava no tijolo, não era embolsada, não tinha piso, agora depois que eu entrei para cooperativa, agora a minha casa já é embolsada, já tem piso, tudo isso eu conquistei aqui na COOPCARMO. Fruto do meu trabalho (Marilza, 2011).

Fizemos um seguro de vida e contra acidentes que é pago com o dinheiro arrecadado pelo bazar de materiais reutilizáveis, aberto à comunidade uma vez na semana. É

---

<sup>85</sup> O grupo faz uso de equipamentos de segurança individuais - EPIs e cada um possui seguro.

claro que alguém veio aqui oferecer e vender, mas como achamos importante, fizemos. Se alguma coisa mais séria acontece, temos pelo menos um seguro. Deus me livre, mas como aconteceu com a nossa colega Maria, se a gente não tivesse seguro, como é que ia ser? Com o falecimento dela, no parto, entramos com o seguro, a família não tinha dinheiro. Ainda fizemos o enterro do neném junto também, foi um desespero tendo seguro de vida, imagine se a gente não tivesse (Olga, 2011).

Os processos de gestão e de remuneração são praticados buscando observar os princípios que regem a proposta *in loco* do cooperativismo de base, com algumas dificuldades.

A partilha é realizada pelas vendas (produtividade), aí tira-se os 20% para as despesas, os 15% da manutenção do caminhão, aí o que sobra, é dos cooperados. Se a pessoa não tiver falta, se todos não tiverem falta, vamos receber igual, se for setecentos para todo mundo, vai ser setecentos para todo o mundo, aí aquele que faltou já não recebe setecentos, recebe seiscentos e poucos pela falta. A falta é determinada pela necessidade do cooperado, perde-se dia ou hora. Tudo isso foi o grupo que decidiu fazer assim, para amenizar as faltas, às vezes faltavam quatro de uma vez no dia, quem ficava era muito sacrificado, aí nós se reunimos, aí fizemos isso, diminuiu a falta (Olga, 2011).

As transformações do local e das condições de trabalho, segundo o olhar dos 'investidores', 'incentivadores' e 'formadores', já tratam das condições necessárias para o agregar valor ao 'produto' final do trabalho da cooperativa. Em menor instância, a Cooperativa é mais autônoma, embora seja uma prática com vários outros empreendimentos cooperativos, como já vimos anteriormente, e que são permanentes, já que as necessidades também o são, como visto nas falas tanto de 2005, quanto de 2011:

Pra melhorar? Eu achava que primeiro tinha que fazer esse galpão, para que a gente pudesse separar o material. Se perde muito material, tem muito material perdido, garrafa, papel, porque apodrecem com a chuva, com o sol (Hilda, 2005).

Bom, o problema todo é vazar caminhão, é muito esforço. E também, por exemplo, onde fica caçamba, que é aberto. Então eu penso assim, o material que fica no tempo, molha. Se criasse a ampliação do galpão para a caçamba ficar protegida, ou tampada para não molhar. Certos materiais que molham, não pode molhar (Tereza, 2011).

A saída de uma condição de mulheres “pobres coitadas” – “Chamavam isso aqui de ‘comunidade dos últimos’” (Vitória, 2011) – para a condição de mulheres de baixa renda é uma afirmação verdadeira, mas, agora, trata-se de "mulheres empreendedoras de baixa renda", que se tornaram capazes de cuidar do próprio negócio. Superação sim; expropriação, também?

Ah, para mim, foi o maior desempenho esse trabalho aqui na cooperativa, me fiz mais mulher depois que eu entrei aqui, dei mais valor ao trabalho de uma mulher, porque hoje ser uma mulher catadora é ser muito discriminada, não é? Ainda mais que nós somos pobres, tem esse negócio de cor, e também trabalhar no lixo, mas para mim foi e é o melhor privilégio estar trabalhando na Cooperativa, que eu estou tendo um desempenho bem melhor, e muitas coisas que eu estou conseguindo depois que eu entrei na Cooperativa (Francisca, 2011).

O destaque dado à prática social do trabalho, e deste com o meio ambiente e com a valorização humana, acabou rendendo ao grupo vários prêmios<sup>86</sup>, os quais são, de fato, mérito pleno do trabalho e da luta do grupo. No entanto, por vezes, esse mérito é apropriado dentro de contextos e de concepções completamente distintos dos praticados pela Cooperativa, chegando às vezes à funcionalidade.

Concepções no sentido de apoio e fomento acabam sendo confundidas com patrocínios tutorados, e não sendo reconhecidas como aquisição de mais meios de produção a serem cuidados e incorporados como das (os) trabalhadoras (es).

Bom, digamos assim, por exemplo, uma coisa que patrocine, eu acho que no caso seria isso. Alguém que ajudasse a melhorar mais o local de trabalho, fazer como se a gente se sentisse bem, máquinas para ajudar na mão-de-obra. É, pra gente sair desse sol, dessa chuva (Mercedes, 2005).

Nós temos perspectivas de fazer um projeto, como fizemos o projeto da Petrobras, e foi aprovado, para o ano se Deus quiser. Temos um novo caminhão, novas bancadas, novas prensas, parcerias novas, a Petrobras, prefeitura, tudo depois dessa caminhada, que é assim, é um túnel, mas dentro do túnel tem uma luz, e a gente foi até essa luz, e a gente ainda continua nessa caminha, viu? A gente não desistiu não. Isso é muito importante para a gente, então vale a pena? Valeu, todo esforço, toda a luta, todos os problemas, e ainda vamos caminhar muito mais, de Deus quiser. A gente nunca deve parar de sonhar, viu? Tem que continuar sempre sonhando, e o meu sonho hoje em dia é abrir esse galpão, e eu acho que a gente vai conseguir, de Deus quiser (Vitória, 2011).

É sempre um desafio tanto a busca permanente pela superação da informalidade, em todas as instâncias, quanto a busca pela formação das (os) cooperadas (os) e pela compreensão de seu papel dentro da proposta da Cooperativa: "somos em maioria, donas de casa" (Giovana, 2012). Elas (eles) possuem consciência de seu papel e de sua função social no sentido do reconhecimento pelos pares, familiares e comunidade, mas também sabem da ausência da valorização pelo trabalho e pelos serviços realizados ao coletivo. Pelo esforço empreendido, o retorno é muito baixo. Por mais que se produza, a média nacional é de um salário mínimo, o que não difere muito da COOPCARMO. Esta é a questão:

---

<sup>86</sup> A Cooperativa já ganhou vários prêmios, dentre eles, duas vezes ganhou o de Mulheres Empreendedoras do SEBRAE, além dos prêmios Emprego Sempre e do Compromisso Empresarial Para Reciclagem. Ficou ainda em primeiro lugar na região sudeste como melhor trabalho de gestão de resíduos sólidos.

Tem sempre alguém melhorando mais a situação do que o catador, que o cooperado, ou associado, não sei, entendeu, essa é a maior contradição, porque tem gente ficando milionário, e por enquanto ainda tem uns que ainda estão lutando, como nós (Vitória, 2011).

A remuneração hoje é toda de acordo com o preço do material, está na faixa de um salário mínimo. Atualmente a jornada de trabalho é a seguinte: o horário é quinze para as sete da manhã, tem hora para você chegar, agora para sair... Às vezes preciso falar para o grupo, - o dono é o primeiro a chegar, e o último a sair, não é? Porque o grupo tem que encarar assim, ele é o dono da empresa, enquanto tiver trabalho para o dono, não é assim, vê se o japonês abandona a lanchonete dele (Vitória, 2011).

A reversibilidade dessa lógica se encontra na redução de expropriação da força de trabalho, na geração de mais-valia. A venda direta a indústrias recicladoras é uma realidade distante. A questão do preço pago pelo material – "o trabalho não depende só da gente" – depende de outros, depende do mercado.

O preço é uma das grandes dificuldades, como já falei, no mês que cai o preço, nós temos que juntar bastante materiais, mas bastante mesmo, que é para poder vir, assim, um preço mais elevado, certo? (Mercedes, 2011).

Muitas pessoas vêm aqui e falam 'ah, por que vocês assim não juntam o material?' Mas, como é que a gente pode juntar? Se a gente juntar o material não recebemos no final do mês, e a gente precisa todo mês ganhar, então se você for juntar, tem que ser por dois, três meses, aí você não vende para o atravessador, você já vende para empresa grande, que vai dar dinheiro (Marilza, 2011).

Muitos cooperados daqui pagam aluguel, têm filho pequeno, a gente não pode. Como é que vamos pagar aluguel, comprar as coisas para as crianças, porque o material da gente está vendendo, não podemos esperar fazer o volume que eles pedem, aí quando chega perto de fechar a folha, aí para (Francisca, 2011).

Os compradores poderiam aumentar mais um pouquinho o preço, valorizar mais. Na negociação do material, ele teria o preço mais alto, e nosso ganho aumentar cada vez mais, não é pouco, mas graças a Deus dá para a gente sobreviver bastante (Marilza, 2011).

Ah, eu acho que o interesse é dos compradores, não é? Eles chegarem e conversarem, para dar mais valor para o nosso trabalho, e os materiais também (Francisca, 2011).

A coisa que mais sai daqui é o plástico e o papelão e o pet, que dá mais dinheiro para a gente, que ajuda melhor. São mais valorizados no mercado (Olga, 2011).

Como anteriormente visto no quadro 1, e na sua sequencia, a extração de mais valia absoluta - trabalho não remunerado, se dá tanto de forma real, como formal, nas relações de produção: trabalho necessário, trabalho excedente.

A relação do aumento do material e o aumento de tempo de trabalho do grupo, a gente procura ter sempre no dia uma meta para bater, porque é bem melhor de se trabalhar. Por exemplo, hoje, a meta era terminar, tirar do chão todo o material que chegou da REDUC. Enquanto não se termina, não se vai embora, então o grupo que quer ficar brincando, brinca, quer ficar batendo papo, que fique batendo papo [...]. Ele sabe que tem que cumprir essa meta, que tem ele próprio de administrar o seu trabalho (Vitória, 2011).

Quando chega, assim, um aumento muito grande, eles têm que chamar alguém, tem que colocar mais alguém no grupo para pode ajudar, mas enquanto o grupo está dando o recado, e às vezes também... o grupo tem um pouco dessa compreensão, de que às vezes tem que trabalhar no sábado (Olga, 2011).

O pior momento que a gente viveu em relação a essa crise na Europa, foi em 2009, quando começou a crise financeira nos Estados Unidos, em que o papelão chegava dois centavos o quilo. Olha, eu vou dizer para você, em 2009, eu pensei que a gente tinha que desistir, eu falei, a gente vai ter que deixar a Cooperativa, porque eu vi assim muitos ferro-velhos fechando, muito grupo de catador acabando, muitas cooperativas indo à falência, não só aqui no Rio, os outros estados também. Eu falei, agora eu acho que chegou a hora da COOPCARMO fechar as portas, mas assim, o mais interessante era que, muitos entrepostos ligaram aqui para a Cooperativa, para dar força, apoio, sabe? Não! Vocês não vão falir, não vão fechar as portas, contem sempre com o nosso apoio. Essa crise também foi assim, renovava a gente, dava um ânimo, foi assim o momento crucial, para ver realmente o que a gente queria da nossa vida, do nosso trabalho (Vitória, 2011).

Eu não sei por que essa baixa de preço no início do ano, não sei se é a quantidade, ou se é o tipo do material, eu não sei explicar isso direito, o que mais aparece nesse período são garrafas, papelões, plásticos, que é o que mais dá vendas, mas é mais assim nessa época, agora quando vai chegando o mês de março, aí melhora (Mercedes, 2011).

O nosso maior comprador é uma grande empresa no Rio de Janeiro, é aquele que ainda paga um precinho bem melhor do que ferro velho. Eles aumentam dois centavos aqui, dois centavos ali, e a gente vai ganhando um pouquinho aqui e ali; tem material que ele fala: - Esse material aqui não dá para aumentar mais nada, mas aumenta em outro e assim vai (Vitória, 2011).

Uma vez nós vendemos para um outro comprador, no começo estava muito bom, aí pagando bem, direitinho, depois já começou a demorar, aí começamos a ficar desesperadas, dinheiro muito na mão dos outros, aí a gente teve que voltar para o antigo mesmo, que ali é confiável, que o dinheiro vai cair na nossa conta, é certo. A gente teve que voltar, é um preço baixo, mas é uma coisa certa (Olga, 2011).

A formação política de lideranças, tanto dentro da Cooperativa, quanto junto dos demais catadores do município, vem sendo uma das grandes dificuldades. Avançar na aquisição de melhores condições de trabalho, na ampliação do galpão, no refeitório adequado ou na compra de um novo caminhão passa a ser a tentativa de unir a técnica com o saber popular.

Na COOPCARMO, não chegou a existir resistência ao apoio técnico para a formação<sup>87</sup>. Cooperados afirmam a importância desse suporte para o seu estabelecimento como Cooperativa. O grupo reconhece o apoio recebido do SEBRAE, da NOVA PESQUISA, da RECIPOLETA, da PETROBRAS, da PMM, como fundamentais para "dar conta do recado, conseguimos avançar em várias áreas, e tudo isso por quê? Porque teve técnico para vir aqui, para ensinar, para ter essa paciência". (Olga, 2011).

Vitória, uma das cooperadas, avalia que a 'consciência ambiental' do município deve avançar muito nos próximos cinco anos, provocando melhorias consideráveis para a cidade. A concepção e a luta pelo trabalho na Cooperativa vão indo para além dela mesma. Atualmente, há um movimento que vem se consolidando em torno da formação de catadores do município e que visa à organização dos quatro novos galpões que agregam catadores em torno do programa de coleta seletiva. O desafio é: fazer os catadores em formação compreenderem tanto que os meios de trabalho fomentados pela prefeitura pertencem a eles e por eles precisam ser administrados, quanto que precisam receber o apoio técnico externo para auxiliar na organização inicial, que sabemos ser tutorial e com direcionamento pré-determinado.

A COOPCARMO já ultrapassou há muito os limites do município. Hoje ela é referência no Rio de Janeiro, você tem vários grupos aqui no Rio de Janeiro, que quando quer formar uma cooperativa vêm aqui, várias empresas quando querem organizar e doar material, que entra no site do INEA, só dá COOPCARMO, eles querem conhecer COOPCARMO, entendeu? E nós nos tornamos uma referência, isso é muito importante, saber que você é referência de um trabalho com lixo, me dá um orgulho muito grande saber disso. Como a gente começou e hoje, a COOPCARMO ser referência, poxa vida! (Vitória, 2011).

### **6.1.2 Sob a Concepção e a Compreensão dos Entrepostos de Coleta**

Das relações com os entrepostos de coleta, as incongruências são eloquentes e diversas quando se trata da concepção e da compreensão do trabalho realizado pela COOPCARMO e para além dele, uma vez que, na atualidade, existe o processo de implantação de coleta seletiva municipal que passa a se mesclar com o próprio fazer da Cooperativa. Os atuais entrepostos<sup>88</sup>, sejam eles residenciais, comerciais, de empresas públicas e privadas, de órgãos públicos e de

---

<sup>87</sup> O apoio técnico se deu, inicialmente, por meio da ONG Belga Autre Terre e da Entretè Fraternité, por intermédio do BBS – Brasil-Bélgica Solidários. Depois, o grupo passou a procurar instituições brasileiras que apoiassem a organização da Cooperativa em busca de 'autonomia'.

<sup>88</sup> No ano de 2005, os entrepostos eram em torno de 1450. Hoje, diminuíram em uma dada modalidade - a inicial, aquela por separação solidária, mas aumentaram pelas parcerias realizadas, em sua maioria por obrigatoriedade legal das empresas públicas e privadas, que chegam agora a levar seus materiais até a Cooperativa. Atualmente, o número de entrepostos voltou em quantitativo ao da estaca inicial do projeto, aproximadamente, 330 ao todo.

outras modalidades, apresentam divergências e aproximações sobre o significado do trabalho realizado pela Cooperativa e sobre sua importância na participação social e ambiental.

Também há a manifestação dos cooperados quanto à concepção sobre o 'trabalho' dos entrepostos ao promoverem a separação seletiva.

Na categoria entrepostos residenciais, comércios e escolas<sup>89</sup>, classificados como pequeno porte e que marcam a origem ainda do projeto cooperativo, são unânimes as considerações sobre o trabalho cooperativo da reciclagem como algo solidário, de relacionamento cidadão, de cooperação humana em prol do meio ambiente e do resgate de dignidade das mulheres e de alguns homens, de jacutingas. Assim como também se mesclam concepções sobre a questão socioambiental, na ordem das três macro-tendências em disputa por hegemonia do campo da Educação Ambiental brasileira: conservacionista, pragmática e crítica (LAYRARGUES; LIMA, 2010).

A coisa de ser entreposto começou com a minha filha, que ela trabalha em uma empresa de construção civil, ela é engenheira, e ela já fazia a coleta de lixo para a Cooperativa, e eu acabei me engajando nisso, e a minha produção é pequena, a minha e a dela que ela leva para minha casa e mais a da minha vizinha que mora do lado, e eles têm um prazo, eles vão lá e recolhem, uma vez por mês, ou às vezes de dois em dois meses, porque a produção é muito pouca, o bom disso, a consciência que você tem, reciclar o lixo que não vai para os rios, e para os lagos, nem para rua e nem para os mananciais, e é uma coisa boa, porque eu acho que é o único que existe na Baixada, eu não sei se tem outro (Residência A).

No início era mais a questão da solidariedade. Dar dignidade a pessoas que nada tinham. Pouco eu pensava no planeta e “reciclagem” propriamente dita, mas pensava. E com o tempo e toda dificuldade da formação da COOPCARMO e na luta e força dessas mulheres e alguns homens, mas com mulheres na liderança, o significado de solidariedade foi mudando e passou a ser de admiração, por tanta força que só de Deus podia vir. E esse significado de admiração de um trabalho que vinha do lixo, de um lugar que ninguém tem conhecimento do que é preservar e esse grupo nunca desistir e continuar, e acreditar e persistir, e se entregar e gerar vida própria, e continuar a fazer apesar de tantas dificuldades, obstáculos e não, a importância dessa Cooperativa é de gerar vida e exemplo para todos (Residência B).

Pensando no mundo de hoje, que se fala em reciclar. Claro ainda acho que se fala pouquíssimo ou nem se fala. A importância desse grupo assume um papel de contribuição da preservação da “vida”. Vida, planeta, existência, gerações futuras (Residência B).

A nossa relação com a COOPCARMO vem desde a sua fundação; vimos que não se tratava apenas de recolher nossos resíduos e sim de uma proposta de melhoria de vida para nós e para a comunidade do seu entorno, pois as famílias que trabalham diretamente na reciclagem também são beneficiadas com uma renda para sua subsistência. Um lema usado por esta cooperativa nos trouxe uma mudança de mentalidade “Lixo é Vida”. Participar desse projeto trouxe para nós e nossa

---

<sup>89</sup> A COOPCARMO realizou coleta nas escolas municipais, estaduais e privadas, somente até o ano de 2010, quando a coleta passou a ser assumida pela Cooperativa Esperanças, uma das Cooperativas que começavam a se formar no município, pela agregação dos catadores em galpões comunitários (SEMUAM, 2012).

vizinhança uma mudança de mentalidade em relação aos resíduos, deixou de ser lixo e passou a significar vida. Como já disse, o grupo fez um ótimo trabalho com material ilustrativo que nos ajudou a compreender a essência do trabalho de separar resíduos, armazená-los até que fossem recolhidos, de forma que hoje, esse procedimento, é natural e já faz parte nossa vida. Ajudou-nos também a trazer para casa os resíduos produzidos, por nós, nas ruas e até mesmo recolher os produzidos por outras pessoas. Em nossa casa os resíduos são separados em sacos fornecidos pela Cooperativa (Residência C).

É possível perceber a dimensão da educação ambiental tocante aos entrepostos,

Penso que a Cooperativa acaba nos ensinando a cuidar melhor do planeta, ou seja, faz um trabalho de educação ambiental. O governo local ainda precisa se comprometer mais com o trabalho da coleta seletiva, divulgando-a melhor e realizando a mesma de modo sistemático em todo o município. Penso que se houvesse possibilidade de ampliar a equipe da COOPCARMO seria melhor, pois o recolhimento poderia ser semanal nos entrepostos em que não ocorre com frequência, e um maior apoio do governo nas suas necessidades materiais (Residência C).

Existe a coleta de lixo para fazer a reciclagem, gera emprego, que isso é uma coisa legal, para uma comunidade que é carente, dá uma consciência, uma visão diferente para comunidade, que se pode fazer alguma coisa, ou seja, até do lixo se tirar a renda familiar, porque coisas que eles ganham de brinquedos para crianças é uma coisa legal, mas importante é que gera renda para eles. Se gera renda, gera uma consciência, gera uma visão melhor do mundo que não é esse mundo que a gente está vendo hoje (Residência B).

É mister que o reconhecimento sobre o trabalho realizado pela Cooperativa é tanto compreendido no plano humano, pessoal e solidário de resgate de sujeitos no e pelo trabalho com o lixo, quanto no que toca às contribuições ao meio ambiente. Entretanto, uma série de considerações pode ser daí apreendida. Aqui a colocaremos em quadro ilustrativo de contraposição da realidade concreta, dada por uma opção metodológica.

Quadro 2 - Das relações com os entrepostos de coleta

Reciclar é ter consciência. Contribuir para melhorar o meio ambiente.	Que tipo de consciência ideológica, de mundo, que se quer? O que significa melhorar o meio ambiente? Melhorar para quem?
Solidariedade, reconhecimento e admiração pelo trabalho realizado de sol a sol.	Ser solidário aqui se restringe a "ajudar" sujeitos precarizados? Quais os motivos que os fizeram "optar" pelo lixo e nele se manter? A preservação não seria a da vida em primeira instância e a garantia justa de sua existência?
Preocupação com a preservação da vida e com as gerações futuras.	De que vidas e de que gerações está se falando? A geração que vive do lixo estaria aqui contemplada, ou a ela cabe nessa parte, apenas viver do nosso lixo?
A separação e a coleta como algo que mudou comportamentos.	A naturalização, assim cristalizada, seria a permanência e a manutenção da cadeia

	mercadológica da reciclagem como ela está posta hoje?
O cuidado com o planeta como um trabalho de educação ambiental.	A sinalização de solicitação de políticas públicas em coleta seletiva, o fomento e o apoio às cooperativas encontram-se em que ordem?
A coleta como geração de emprego e de renda - "legal para uma comunidade carente".	Não retrata a ideologia hegemônica de "para quem é basta", omitindo de fato quem é o verdadeiro beneficiário do árduo trabalho realizado por essas trabalhadoras (es)?

E o que pensam os cooperados sobre os entrepostos? No tocante às residências, que remontam a aspectos mais iniciais do trabalho, é interessante perceber tanto a permanência de acolhimento quanto o reconhecimento das dificuldades de atingir a todos os entrepostos com um processo educativo mínimo em EA, como com a separação seletiva, e de manter a regularidade da coleta, dadas as condições dos meios de produção que possuem e dado um padrão mínimo de seguridade da força de trabalho do grupo. Marx (2004a) adverte sobre o esgotamento dessa força de trabalho dentro das relações de produção e de como ela precisa ser preservada para que mais ainda possa ser expropriada e transformada em mais-valia.

Bem, a gente chega nas casas, nos locais para recolher, - bom dia!, boa tarde!. Eles tratam a gente bem. Entendem nosso trabalho e tem muitos que perguntam como se junta o material, aí a gente explica (Hilda, 2005).

Quando eu chego assim na casa (no entreposto), e vejo tudo ensacadinho, a gente pega e coloca no caminhão. Existe muita gente que quer ajudar, tem até prazer em ajudar, umas que têm aquele cesto de lixo, as pessoas da casa, levam lá pra gente, ajudam muito, tem aquele prazer, a gente sente aquele prazer que as pessoas têm em participar (Mercedes, 2005).

O chato é que também tem gente que coloca as coisas que não têm nada a ver, por exemplo, isopor, madeira, não têm nada a ver. Tem gente que acha que a gente só trabalha com garrafa, o saco vem só garrafas. A gente dá o folheto, explica, indicando todos os tipos de materiais, mas aí eu não sei por que que continua assim (Mercedes, 2011).

Ah, porque por causa de o caminhão estar quebrado, muita gente não quer saber de lidar com isso, ligam e falam para a gente se virar e ir lá buscar (esvaziar o entreposto): ah! eu não vou mais juntar mais não. Aí a gente vai perdendo, não é? É como agora no natal, nós também já começamos a perder entreposto, porque a gente não foi (referindo-se ao único recesso do ano), aí quando voltou o caminhão quebrou de novo. Muitos pararam aí, diminuí os nossos entrepostos por causa disso, por causa do caminhão, por causa da chuva. Dia de chuva também é outro problema, a gente não pode ir, o caminhão é aberto, molha o material, e molha a gente também, na recolha, porque se a gente ficar doente a gente se perde, são os próprios cooperados que vão perder (Olga, 2011).

As idas às rotas de entrepostos são marcadas por uma rotina de chegada, de sobe e desce do caminhão, de acesso ao local, de contato com o morador ou com a pessoa

responsável, de uma conversa que necessita ser breve, uma vez que há uma rota a ser cumprida. A necessidade da recolha é tão importante para os cooperados, quantos para os doadores<sup>90</sup>, e, mais à frente na cadeia produtiva, muito mais valiosa para o mercado.

Os princípios, socioambientais, norteadores da reciclagem na Cooperativa podem ser vistos em contraponto ao discurso de solidariedade, de consciência, da mudança de comportamento, da naturalização de práticas seletivas, como é o caso das promessas de preservação da vida ao ato de reciclar e do reconhecimento dos despossuídos como sujeitos capazes de tocar um projeto dessa natureza, e que se apresentam em um processo de oscilação entre o social e o ambiental. Essas abordagens podem ser constatadas na fala de uma cooperada:

Mudou um pouco também a característica dos entrepostos, foram tantas coisas acontecendo aqui na Cooperativa que uma coisa que eu observei é que, enquanto aquele companheiro estava aí, que foi o fundador, eles (referindo-se aos entrepostos) colaboravam, ele saiu muita gente saiu junto com ele. Gente que era super fiel. E aqui não estou me referindo a questões pessoais, mas sim sobre a questão ambiental, de estar protegendo o meio ambiente, ajudando um grupo de mulheres a caminhar, entendeu? E então por que parou-se de separar o seletivo? Eu acho que faltou essa consciência, só por que a antiga liderança não está mais aqui à frente do trabalho, interrompeu-se a consciência, não vai mais haver separação e doação de materiais? (Vitória, 2011).

Se os entrepostos de perfil mais ligado ao comunitário deixaram de doar seus materiais – com a ampliação da autonomia do projeto, a ruptura com a Igreja foi inevitável<sup>91</sup> –, ficaram aqueles que compreendem a importância da separação do lixo em casa e que também consideram o projeto. Estes sabem da importância que isto tem - cuidar de seu lixo - e reconhecem que, se existe coleta seletiva no município atualmente, esse passo foi dado pela COOPCARMO.

Entretanto, os entrepostos permaneceram, e a cada dia surge um novo entreposto, pessoas que ficam sabendo do trabalho, e querem doar seu material. Eu acho que atualmente essa questão ambiental está mais falada do que naquela época, então hoje em dia a maioria das pessoas está com uma certa consciência em relação a isso. Então sabem da importância de você cuidar do seu lixo, o benefício que traz para a saúde, para o meio ambiente, então mudou um pouco a mentalidade das pessoas em relação a isso (Francisca, 2011).

---

<sup>90</sup> A rotina de passagem em entrepostos comuns é quinzenal, exceto para lugares que produzem grande volume. Há outros que possuem lugar para o armazenamento, entretanto, para alguns, uma falha na coleta quinzenal ocasiona sérios problemas de armazenagem.

<sup>91</sup> Cabe aqui lembrar que no histórico de constituição da COOPCARMO, residia a sua ligação com as comunidades de base da Igreja Católica local, dentro de uma filosofia que guardava a cultura da teologia da libertação na América Latina, o que apresentado inicialmente nesta tese.

A percepção dos cooperados sobre a sua fonte de geração de trabalho e renda - os entrepostos - é de gratidão, benevolência e sentimento de acolhimento. O ato de eles repartirem o seu lixo possui significado a partir de uma concretude de ação.

Entretanto, a mudança de perfil, apesar de resguardadas as residências e outras modalidades semelhantes, foi necessária, segundo os cooperados. Tal mudança se deu pelo redirecionamento do foco, agora na direção das empresas e dos setores públicos que enviam o material, além do seletivo coletado do próprio município.

Hoje também a gente possui outra característica de doador que são as empresas. São as grandes empresas que trazem material aqui e isso também é muito legal; é a nossa realidade hoje. Reduc, Condor, Tribunal de Contas, a Polícia Federal aqui de Nova Iguaçu, entendeu? Trazem o material aqui para a gente, então mudou totalmente o perfil, mas também ainda conservamos muitos daquela época, tem muitas pessoas que ainda continuam o processo de separação seletiva (Vitória, 2011).

E o que pensam os entrepostos-empresas “doadores” de materiais? O foco se mantém na questão da responsabilidade social, e a Cooperativa, ao ser “beneficiada”, torna-se orgânica a essa responsabilidade.

Para a empresa o trabalho realizado pela COOPCARMO representa uma oportunidade de atender à legislação ambiental, de exercer o seu papel de responsabilidade social e um incentivo para força de trabalho atuar na segregação dos resíduos recicláveis gerados (Entreposto, empresa pública, 2011).

A COOPCARMO ocupa um papel importante para o exercício da responsabilidade social e ambiental, auxiliando na destinação adequada de resíduos recicláveis e no cumprimento do seu papel social. A relação estabelecida entre esta empresa e a COOPCARMO assegura que a destinação dos resíduos recicláveis gere benefícios ambientais, sociais e econômicos. Essa relação foi iniciada em 7 de julho de 2008 por meio da assinatura de um convênio e só foi possível devido ao fato da cooperativa possuir a sua operação licenciada ambientalmente (Entreposto, empresa pública, 2011).

Os avanços dessa parceria são uma comunicação eficiente entre as partes e o aperfeiçoamento da coleta seletiva para melhor atendimento das necessidades da Cooperativa. Os limites e desafios atuais dessa parceria são as determinações contidas nas condicionantes do licenciamento ambiental da refinaria. É uma política da empresa a segregação de resíduos na origem, existindo em todas as áreas coletores seguindo o padrão previsto no CONAMA 275 (Entreposto, empresa pública, 2011).

A principal mudança que houve na empresa foi a substituição dos tipos de copos plásticos utilizados no interior da refinaria para favorecer a reciclagem dos mesmos. Todos os resíduos coletados nos coletores de resíduos recicláveis da refinaria são destinados para a Cooperativa. Papel, Papelão não Contaminado (reciclável), e Plástico e materiais plásticos não contaminados (exceto bombonas), são os resíduos que são enviados. O envio médio mensal são de 25,00 – 30,00 t de material reciclável (Entreposto, empresa pública, 2011).

Somos uma empresa comprometida com a responsabilidade socioambiental. Acreditamos que a ética, a responsabilidade social, o respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos são a garantia da nossa credibilidade. Por isso, adota como política permanente a responsabilidade socioambiental, destinando 40% da sua área total para a preservação da floresta nativa, dos mananciais hídricos, da flora e da fauna, tornando o ambiente da fábrica uma ilha ecológica, e promove, em perfeita sintonia com o conceito de respeito à vida e à cidadania (Entrepasto, empresa privada, 2011).

Nessa direção, os resíduos, resquícios da produção, precisam de destino, um escape, e, nesse sentido, e cumprindo a legislação (PNRS, 2011), aliam-se às necessidades de acesso à matéria-prima imprescindível ao processo de 'produção' da Cooperativa e de sua subsistência. Contraditoriamente, abdicam de sua força de trabalho nesse processo de permuta para minimizar os impactos ambientais dos resíduos pelas empresas. A Cooperativa se torna uma oportunidade favorável, conforme podemos observar na problematização feita no quadro 3, abaixo.

Quadro 3 - Das relações de produção com as empresas doadoras (entrepasto diferenciado)

Dos benefícios ambientais	Aqui estão incluídos também os cooperados e suas famílias? A sociedade de forma mais ampla?
Dos benefícios sociais	Inclusão relativa a quê? Em que nível? Ganhos importantes, fundamentais, voltados à mínima garantia de sobrevivência da força de trabalho? Precariedade?
Dos benefícios econômicos	De quem e em que nível e escala? Empreendem força de trabalho, participam da mais-valia gerada? Minimização de custos da empresa? Redução de impostos?

Nesse sentido, tanto os benefícios ambientais, quanto os sociais e os econômicos, agregam tanto ou mais beneficiamento ao mercado. Tal papel, compatibilizado em empresa-cooperativa, acaba por garantir o exercício da responsabilidade social para a manutenção da produção, 'assegurando' que a destinação de resíduos gere, ao mesmo tempo e lugar, benefícios ambientais, sociais e econômicos. Estas são as condições e as regras político-econômicas que regem o modo de produzir capitalista e sua atual concretude. Negá-las ou minimizá-las tratará apenas da promoção da manutenção estrutural existente.

### 6.1.3 Sob a Concepção do Mercado

As empresas que adquirem material na Cooperativa restringem-se, atualmente, a três compradores mais específicos e que se encontram localizados na cidade do Rio de Janeiro. O

primeiro deles é um posto de captação intermediária para uma empresa localizada em São Paulo e sua função, como posto, é a de agregar potenciais recicladores<sup>92</sup> em todo o Estado do Rio de Janeiro. Na mesma modalidade, existem também onze, em outros estados do país, cujo foco é a reciclagem de embalagens.

Um segundo comprador negocia somente materiais plásticos, em todas as suas derivações, com destaque para o PET -Poli Tereftalato de Etileno<sup>93</sup>. E o terceiro<sup>94</sup> é um comprador de grande porte, que mantém a liderança do mercado no Estado e que adquire todos os demais materiais, para além dos acima descritos, incluindo o alumínio e o papelão - materiais *top* do mercado. Todo material adquirido destina-se à reintegração industrial, pós-processamento.

Podemos constatar alguns aspectos e categorias destacadas pelo mercado, e que compõe o acordo de interesses nesse campo de trabalho específico, começando pela 'valorização' destinada a esse grupo de trabalhadores e fatia de mercado, primando pela lógica de metas, capacidade de gerar valor agregado, destacando a organização e 'responsabilidade' do grupo para com o seu sucesso ou não no mercado.

O destaque da importância do papel das cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos, em especial, da COOPCARMO é notório. O apoio que damos, com equipamentos, *Bag's* para a recolha, divulgação da coleta seletiva para que as cooperativas ou organização de catadores atinjam melhor a sua meta, trata de dar base para as cooperativas e sucateiros agregarem valor ao material (limpeza e prensagem), e só então, este é comprado por este posto de captação. Aquelas cooperativas que por não conseguirem agregar valor ao produto, acabam por receber baixo valor na hora da venda (C.1).

Veja como é fácil participar da Coleta Seletiva [...] com essa atitude economizamos muitos recursos, aumentamos a vida útil dos aterros sanitários e geramos emprego (não trabalho), destaque nosso e grifos nossos) e renda para os participantes das Cooperativas e das indústrias recicladoras. Conheça o processo de reciclar a embalagem e como a sua participação é muito importante (C.1).

Destaca a COOPCARMO como uma das cooperativas que possui maior condições de trabalho, dado o seu tipo de organização (praticam o cooperativismo in loco. Além disso, possuem característica de bom humor, alto astral, alegria. Devido ao processo de organização de todo o processo desde a coleta nos entrepostos, e durante

<sup>92</sup> Outras potencialidades podem estar acopladas, como as escolas, as comunidades e as atuais parcerias, via governos municipais, por meio da coleta seletiva, via catadores, e nos órgãos públicos, via política nacional, estadual, municipal, com apoio do INEA.

<sup>93</sup> Trata-se de um poliéster, polímero termoplástico. PET in natura. É o melhor e mais resistente plástico para fabricação de garrafas, frascos e embalagens para refrigerantes, águas, sucos, óleos comestíveis, medicamentos, cosméticos, produtos de higiene e limpeza, destilados, isotônicos, cervejas, entre vários outros. Segundo a Associação Brasileira da Indústria do PET, sua transformação e seu reaproveitamento atende a inúmeros, desde a reaplicação em vestuários, em acessórios plásticos, em edredons e travesseiros, em indústrias de comunicação, em material esportivo, entre muitos outros. E, na modalidade embalagens, pode ser destinado tanto a materiais de limpeza, quanto a alimentos (para nosso espanto), o que abre um leque enorme no mercado (ABIPET, 2012).

<sup>94</sup> Encontra-se justificada na metodologia a ausência de considerações acerca dessa empresa.

a separação, prensagem, possuem alto nível de responsabilidade com o trabalho. A exemplo, organizam-se para não parar a 'produção' durante as visitas recebidas. O propósito é do quanto mais melhor, pois que facilita a renda. Isso dá a eles um grande diferencial (C.1).

Na cadeia produtiva da reciclagem, o catador é fundamental: coletar, separar, triar. Na Cooperativa, com o suporte de estrutura, há a possibilidade de diminuição do volume para o aterro - Município paga menos por isso, e ainda recebe incentivo e beneficiamento. As empresas geradoras de resíduos, e com responsabilidade social, agregam valor ao produto para que, no processo de reciclagem, possa haver crescimento de renda e das cooperativas, mais pessoas para trabalhar (C.1).

Outra categoria que podemos destacar como justificativa do mercado, é a da valorização da força produtiva dos trabalhadores cooperados como capacidade inclusiva do trabalho colaborativo, assim como, a facilitação de acesso a essa forma de trabalho.

É aquilo que eu estou te falando... é valorizar a mão-de-obra delas. Não é só o lado de tirar o lixo da rua não, mas valorizar o ser humano... (C.2).

Primeiramente inclusão aí de mulheres, inclusão delas no mercado de trabalho, uma ajuda, uma renda, que às vezes a pessoa não tem condição de sair para trabalhar, por causa dos filhos, e também ecologicamente, a retirada de material para fazer a reciclagem, colaborando com a natureza, não é? (C.2).

Veja como é fácil participar da Coleta Seletiva (...) com essa atitude economizamos muitos recursos, aumentamos a vida útil dos aterros sanitários e geramos emprego (não trabalho), destaque nosso e grifos nossos) e renda para os participantes das Cooperativas e das indústrias recicladoras. Conheça o processo de reciclar a embalagem e como a sua participação é muito importante (C.1).

Seguindo tais concepções, surge a responsabilização do trabalhador pelo seu processo de produção:

Eu acho que eles atuam nem tanto pelo lado mais ecologicamente correto e tal, eu acho que eles veem a necessidade do grupo, mais por um lado econômico, porque está perto de casa, dependente deles melhorar e crescer, depende só deles, depende só deles, quero dizer não é só deles, mas depende mais deles. E sorte que eles têm a liderança aí, eu tenho que elogiar, porque ela se interessa, vai a fundo, que procura as pessoas para fornecer material e tudo, e eles têm essa pessoa, e fica mais fácil deles melhorarem, atingirem uma meta (C.2).

Os desafios e dificuldades vencidas por eles, do início até o momento, com certeza trata da melhora da seleção do material (C.2).

Valorizar o material, não só elas aprenderam, como eu também [...], e eu estou aprendendo com outras pessoas. Então é valorizar realmente o processo da reciclagem, separar o lixo, e que as pessoas que estão trabalhando não são obrigadas a meter a mão na comida, você pode separar o lixo, separar papelão, separar o plástico, separar os vidros. Você não quer vender, então, separa o lixo melhor, é uma forma de você ajudar as pessoas no trabalho delas, você não precisa conhecer as pessoas para ajudar (C.2).

Assim, como o apontamento para a isenção do mercado nesse processo, como se este fosse um mero colaborador, apoiador e incentivador do trabalho cooperado.

O que conta é a demanda, e também a honestidade. O interesse de não só você querer ganhar, você vai ganhar 50%, e a COOPCARMO não ganha; o meu interesse não é ver só o meu lado, a mão-de-obra é mais difícil. Eu sou um intermediário, mas um intermediário que tem uma ligação com as empresas, eles não têm os compradores e eu compro com o meu recurso próprio e vendo para eles. Então é diferente, eu acho que é diferente; não desvalorizei o trabalho delas aqui. Eu sei que dá para ganhar dando mais garantias honestamente, sem você escravizar as pessoas, você valorizando realmente a mão-de-obra deles (C.2).

Eu acho que cada cooperativa tem um sistema de trabalho que é diferenciado. A confiança também sofre variações de uma cooperativa para a outra. Eu já falei várias vezes com a liderança aqui, e ela sabe o preço do material real, ela sabe, ela deve saber mais ou menos por quanto que eu vendo, mas ela sabe também que pode contar comigo, não é de agora que eu falo para ela: se precisar de alguma coisa... é uma relação já até de amizade mesmo, não é só comercial (C.2).

O ponto da proposta encadeada pelos compradores é chegar ao máximo da produção. A estratégia utilizada para a manutenção do uso da força de trabalho (Quadro 3) se alinha a das empresas doadoras, pois, em suas justificativas para o ato e o incentivo da reciclagem, reside a tríade benefícios ambientais, sociais e econômicos: “Pois juntos nessa empreitada, vai ficar bom para todo mundo” (referindo-se à divisão equânime na cooperativa), “Quanto mais tempo de trabalho, mais vendas” (C.1).

Quadro 4 - Das relações de produção como o mercado.

Dos benefícios ambientais	Qual o pano de fundo em que está assentada a economia ecológica da reciclagem? Quais são os retornos socioambientais efetivos dados à sociedade num sentido de universalidade de justiça socioambiental?
Dos benefícios sociais	Sendo o catador elemento fundamental na cadeia produtiva, quais têm sido as mudanças estruturais, de valorização, apropriação dos meios de produzir a própria existência, de autonomia desses homens e dessas mulheres trabalhadoras?
Dos benefícios econômicos	Tanto indústria quanto catadores agregam valor aos materiais. Mais oportunidades de trabalho, mais geração de renda, para quem? Valorização da força de trabalho, dada apenas no plano ideológico de valorização humana, inclusão, oportunidade? Só depende, ou é unicamente da responsabilidade do catador o sucesso ou não de seu empreendimento? Qual o lugar ocupado por esses trabalhadores no <i>ranking</i> da reciclagem em termos de produção de mais-valia e de divisas para o país, incluindo as exportações?

Destacam-se aqui aspectos inerentes ao mercado da reciclagem e sua 'necessária' articulação e nutrição, através das cooperativas de trabalho associado. Recorremos aqui a retomar a conceituação da categoria da totalidade dentro da compreensão dialética. Reportando Neto (2011), a sociabilidade humana resulta do trabalho como *práxis*, como movimento que dá dinâmica as contradições. Assim também, Marx (1983) e Kosik (2010), a consideram como dinâmica e socialmente construída. Nesse sentido, dois aspectos nas relações de produção da COOPCARMO são de importância ímpar para a compreensão de algumas sínteses da realidade aqui discutida: a de ocupação do mesmo nicho de mercado - o mercado da ambiental, que historicamente cresce e avança, alimentando-se da crise socioambiental, mas que, entretanto, busca orientar-se por diferentes lógicas - familiar, de sobrevivência, de colaboração entre pares, para além do modo de produção capitalista - o empresarial, e o de considerar que simultaneamente, essas diferentes lógicas, como estratégia de sobrevivência, contribuem, 'involuntariamente' para a base de sustentação do discurso da eficiência de mercado, como aquele único e capaz de promover a superação da degradação ambiental e social.

## 6.2 PARA ALÉM DA COOPCARMO - AS RELAÇÕES DE (RE) PRODUÇÃO ASSOCIADAS AO MUNICÍPIO VIA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

*Dizer que os trabalhadores querem estabelecer condições de produção coletiva em toda a sociedade e, para começar, no seu país, em escala nacional, significa somente que eles trabalham para derrubar condições de produção atuais; e isso não tem nada a ver com a criação de sociedades cooperativas subvencionadas pelo Estado. E quanto às sociedades cooperativas atuais, elas só têm valor à medida que forem criadas pelos próprios trabalhadores, forem independentes e não protegidas nem pelos governos, nem pelos burgueses (MARX, 2004c, p.117)*

Dada a importância da relação estabelecida pela COOPCARMO dentro do município, por intermédio da comunidade e do poder público, a caracterização de prestação de serviços e de utilidade pública daquela municipalidade acabou por se consolidar, e

[...] contribuiu de forma significativa na mudança de comportamento da população e no perfil do município de Mesquita. Iniciantes nesse movimento de 'coleta seletiva' na cidade, tiveram um início muito difícil, enfrentando todos os preconceitos em torno da temática do 'lixo'. A princípio, acredito que a maior motivação de iniciar esse processo foi a busca de recursos para que tivessem as condições mínimas de subsistência, mas com o passar do tempo, perceberam com o conhecimento da vida que era a oportunidade de alcançar outros objetivos, com a *expertise* do processo de Coleta Seletiva, elas se tornaram empreendedoras. Aliam ainda o social-ambiental, de forma interespecífica, harmônica e de mutualismo (Técnica SEMUAM, PMM, 2011).

O encontro “produtivo” desse grupo com o espectro de demandas e de necessidades sociais do seu município extrapolou seu papel inicial de provedor de subsistência aos homens, às mulheres e a suas respectivas famílias, e de saída da 'miserabilidade'. Passou do cooperar entre si para o cooperar para além de si, em todos os sentidos que o ‘além de si’ possa conter.

A COOPCARMO tem quase dez anos de existência, e também que serve de modelo o trabalho dela para nós, nós nos inspiramos nela para organizar o trabalho dos catadores na minha equipe (pois que coordenador da coleta seletiva no município), então é muito interessante esse relacionamento porque a cada dia a gente aprende um pouco mais, pela experiência deles, pela situação que a COOPCARMO tem de organização atualmente, ela tem toda essa consciência, ela está inclusive implantando a nota fiscal eletrônica, então a direção dela é uma direção para frente, uma direção progressista, então isso serve até de balizamento para o trabalho dos demais grupos de catadores do município (Técnico SEMUAM, PMM, 2011).

Sendo uma “ilha de trabalho” cooperado, não possui características de isolamento, mas, contrariamente, trata do campo das relações de produção para além do mercado, e não apenas do sentido das forças de produção (BERNARDO, 2009). Isto ocorre apesar da imperativa força de adequação aos processos exigidos pela legalidade, necessários a sua aceitação nas negociações com o mercado e com o próprio Estado, a exemplo das exigências de editais de projetos e de outras modalidades.

Eu me refiro à COOPCARMO hoje, e vou batizar no futuro de centro de referência e formação política e profissional dos catadores de Mesquita (Secretaria de Meio Ambiente, PMM, 2011).

A COOPCARMO ela tem uma experiência, mas também foi fruto do trabalho da SEMUAM. A própria liderança da Cooperativa fala que a credibilidade que a Secretaria deu para eles, de estar colocando-as nessa parceria com a PMM, faz o povo ter mais credibilidade com a gente, então é uma questão de troca. Acho que esse trabalho todo vai legitimando tanto o trabalho da Cooperativa, quanto o da Prefeitura. Não se trata do saber técnico, tido como superior que vai treinar os catadores, não é esse o espírito, o espírito é que eles se formem no cotidiano do trabalho, e para isso, a gente vem contando com essa ideia de que a COOPCARMO faça a formação de catador para catador, por serem elas uma referência, por estar no município há dezoito anos, porque tudo começou com aquela experiência lá, e valorizar essa experiência, em pegar essa experiência e replicar. Por que não treinar os catadores lá? Por que não contar com a ajuda da experiência da Cooperativa para os demais grupos? Acho que isso é um aprendizado, assim, fantástico (Secretaria de Meio Ambiente, PMM, 2011).

É um sonho a gente querer que todas as outras cooperativas que se formem, se formem 'COOPCARMOS', pois ela tem um protagonismo muito grande nessa vontade de organizar os grupos, de organizar o trabalho em cooperativa, e a trabalhar com a sustentabilidade deles, para autogestão do grupo, é isso que a gente quer, quando eu falo aqui que o nosso sonho é que cada cooperativa seja uma COOPCARMO, é no sentido da autogestão, da responsabilidade que ela assume enquanto ator, enquanto dono do negócio responsável, assim: o meu trabalho é dependente da Prefeitura, eu preciso da ajuda da prefeitura, mas eu sou eu, eu sou a

cooperativa de catadores de reciclável, não sou a Prefeitura, entendeu? Essa autonomia do grupo (Secretaria de Meio Ambiente, PMM, 2011).

Conheço o projeto desde o início, fui levado lá pelo Padre que na época foi o grande incentivador da formação do grupo. Me dei numa manhã com pessoas que tinham uma origem social bastante humilde, pessoas que eu diria que algumas delas estavam abaixo da linha da pobreza, e que não tinham nenhuma perspectiva de absorção pelo mercado de trabalho, nenhuma mesmo, pessoas superantes em todos os aspectos, mas que convergiam naquela atividade, e gradativamente você percebia que havia já ali, assim, bem no início, a possibilidade de você ter uma auto-estima daquelas pessoas erguida, levantada, em função delas passarem a compor um processo produtivo, remunerado, e ao mesmo tempo com um outro corte, que é o corte da importância daquele trabalho, trabalho que aparentemente, mal visto, discriminado. Entrou ainda o componente ambiental como acompanhante importante de que aquelas pessoas eram, digamos, pessoas que estavam contribuindo também para a preservação do planeta, enfim, e isso em uma época em que elas eram vanguarda, aquelas pessoas lascadas, sem renda, sem nada, em um determinado aspecto elas estavam na vanguarda de uma sociedade ainda retrógrada e sem uma percepção, sem uma compreensão sobre a importância da preservação da atividade do meio ambiente (Prefeito, PMM, 2011).

Elas foram gradativamente ganhando uma organicidade, uma organização, depois a igreja acabou reconhecendo, a autonomia, em função da vitalidade que o grupo... E ao mesmo tempo foi também interessante porque você tinha nas paróquias várias famílias que levavam o seu lixo reciclado para as igrejas, e elas pegavam depois, então aquele envolvimento foi um envolvimento... Foram aquelas mulheres que formaram a COOPCARMO, mas também de um outro grande número de pessoas, de lideranças das comunidades que motivavam para o recolhimento, para que as pessoas fizessem a seleção em casa daquilo que poderia ser reciclado (Prefeito, PMM, 2011).

Os indicadores resultantes desse encontro – COOPCARMO-Poder Público-Sociedade mais ampliada – se localizam no patamar de uma dada qualidade, à medida que há trocas de experiência, formação para a reciclagem e para a coleta, resgate de auto-estima e perspectivas de melhoras na geração de renda dos catadores ainda em organização. Também há a busca por uma EA porta a porta, e isso inclui as escolas à procura da constituição do envolvimento catadores-moradores do município, com vistas à compreensão da tríade: trabalho como geração de renda, contribuição ambiental e percepção socioambiental (percebendo-se como parte integrante do processo). Nesse sentido, o nível do alcance está no campo qualitativo, o que é apenas a meta inicial, e não última: o quantitativo é fundamental para a manutenção e para a viabilidade da cidade.

O nosso projeto<sup>95</sup>, ele é muito inspirado no trabalho que foi desenvolvido lá pelas mulheres da COOPCARMO, tinha todo um lastro teórico também, prático e teórico, eu me lembro que na época do início do projeto, eles não queriam inventar a roda, eles iam para participar de seminários, foram para o Rio Grande do Sul, foram para Niterói, onde tinha o trabalho de um professor lá de Icarai, e foram também para o Rio Grande do Sul ver outras experiências, e nós quando começamos aqui, a

---

<sup>95</sup> No Anexo E, encontra-se o histórico da coleta seletiva no município.

COOPCARMO foi desde o primeiro momento buscado por nós, por estar no município, mas também por nós conhecermos a experiência, mas também por aquilo que eles já tinham acumulado de trabalho, quando Mesquita começou esse trabalho, a COOPCARMO na época tinha quase 10 anos de coleta (Prefeito, PMM, 2011).

A organização do município, desde sua constituição, possui caracterizações, as quais tramitam sob a esfera socioambiental e com ela se relacionam acompanhadas de uma tradição participativa. Nesse sentido, a organização da cidade, desde sua constituição como tal, apresenta o encaminhamento de planejamentos que vêm se consolidando - Plano Diretor, Abairramento por Micro-Bacias, entre outros.

Eu tenho um carinho muito grande com o trabalho da reciclagem, no formato que eu acho que é ético. Digo, não só em Mesquita, mas em todos os lugares, que é essa lógica de você ter o trabalho associado para fazer a coleta, e ao mesmo tempo possibilitando uma autogestão, que é um trabalho difícil, não é? As próprias pessoas gerenciem, mas conhecendo todo o processo de armazenamento das coisas, a separação daquilo, do plástico leitoso, o plástico transparente, enfim, eu acho que esse processo é um processo riquíssimo, e ao mesmo tempo também componente social, ele surge também quando a gente faz o link com dois outros aspectos, o aspecto ambiental, da contribuição ao meio ambiente, e da percepção sobre essa contribuição, que é o catador, e que as pessoas das cooperativas conseguem ter, e ao mesmo tempo no outro lado as famílias que fazem a separação, digamos assim, fazem a reciclagem do seu lixo para que o catador possa pegar, então para mim esse formato é o melhor formato, embora isso tudo tenha aí talvez um revestimento, uma redoma de uma chamada economia social, agora chega um momento em que isso se perde, e passa a ser a economia de mercado, tal qual, porque, por exemplo, vender para quem, e a que preço? (Prefeito, PMM, 2011).

Desde o diagnóstico participativo realizado pela Agenda 21 local durante os anos de 2008-2009, paralelamente à realização do Plano Diretor Participativo, a questão da situação dos catadores se encontrava no nível dois, nível médio de importância daquele plano municipal. Depois, passou ao nível de prioridade, inicialmente ao alinhar-se aos programas de Educação Ambiental, via Centro de Educação e Justiça Ambiental. Este era o espaço para planejamento e promoção da Educação Ambiental no âmbito do Município, dentre outras ações, o que, pelo foco desta tese, não é passível de ser aqui tratado, embora as questões apontadas se inter-relacionem e se influenciem mutuamente.

Podemos observar que a relação com o nicho de mercado, destacando o potencial da reciclagem e dos catadores do município, como negócio, e não meramente como trabalho social, ou socioambiental.

Como disputar nesse mercado? Que a gente não pode deixar de considerar que hoje reciclar é feito por um número cada vez maior de pessoas, é um negócio, então você tem vizinho, bairro, pessoas que autonomamente, como um negócio, que eu tenha vazio, e também compram coisas dos catadores, e revendem em quantidade para determinadas empresas, então não é um trabalho social, sobre certos aspectos, mas é

o trabalho, então a reciclagem hoje, é algo que a gente não pode ver como um aspecto apenas social, é um negócio, é um negócio como diversos outros (Prefeito, PMM, 2011).

Eu vejo nos catadores, o domínio, não de uma produção, eles têm o domínio da cadeia produtiva, mas percebem concretamente, olham para uma coisa, que a gente olharia apenas como um objeto que pode ser reciclado, mas para o catador ele tem uma importância maior, ele consegue ver, além disso, ele consegue ver que ele pode ser reciclado, mas que ele tem que ficar com tal condição, ele tem que ser apresentado para o comprador no atacado de tal maneira, então eu acho que essa percepção do seu negócio, da sua atividade com tamanha riqueza de propriedades que não é uma coisa exclusiva de um e outro, acaba que aquilo ganha um sentido de prática socializada, então eu acho que isso é um elemento importante (Prefeito, PMM, 2011).

Nesse sentido, os encaminhamentos relativos às questões socioambientais passaram a ser realizados, na busca de enquadramentos legislativos, por leis e por decretos<sup>96</sup>, por meio de políticas públicas – e aqui mais especificamente nos referimos àquelas direcionadas à coleta seletiva solidária no município<sup>97</sup>.

A gente conseguiu construir a Lei nº 1.225 de 31/10/2002 que institui o Programa de coleta alternativa de recicláveis e resíduos de Mesquita baseado nessa experiência<sup>98</sup>.

---

<sup>96</sup> Relacionamos, aqui, a legislação mais específica sobre as questões socioambientais que tratam de forma mais pontual do apoio à organização de catadores, via reciclagens cooperativadas, e de sua relação direta com a questão da administração de resíduos sólidos nas esferas nacional e estadual. **NACIONAL:** 1) A **Política Nacional de Saneamento, Lei nº 11.445 de 2007, permite a contratação direta por parte das Prefeituras Municipais de Cooperativas de Catadores para realizar serviços de Coleta Seletiva.** A Política Nacional de Saneamento altera a **Lei nº 8.666, de 1993, de licitações e contratos da Administração Pública, dispensando a licitação** art. 24; 2) **DECRETO nº 7.405, de 2010 - Pró-Catador, institui o Programa Pró-Catador,** denomina o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis e o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências; 3) Lei nº 12.375, de 30 de dezembro de 2010 - **Redução do IPI sobre Recicláveis.** Alterações na Legislação Tributária **para indústria que comparem matéria-prima diretamente das cooperativas de catadores; ESTADUAL:** 1) Lei Estadual nº 3.755 (Laprovita), de 7 de janeiro de 2002 - **Autoriza o Poder Executivo a financiar a formação de cooperativas;** 2) Lei nº 4.191, de 30 de setembro 2003 - Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá Outras Providências. **Princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Rio de Janeiro,** visando ao controle da poluição e da contaminação e à minimização de seus impactos ambientais.

<sup>97</sup> Encontram-se no Anexo F as políticas municipais de apoio e incentivo à coleta Seletiva do Município. Também, em 29 de dezembro de 2009, foi promulgada a Lei Municipal nº 601 - Política Municipal de Educação Ambiental, fruto de discussão coletiva, a partir da formação de uma Comissão de Consulta Pública - CCP, e por ela constituída, sob a coordenação do GEPEADS - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Desenvolvimento e Sustentabilidade, da UFRRJ, do qual esta pesquisadora faz parte. Em seu **art. 6º**, prevê sua implementação por meio do **Programa Municipal de Educação Ambiental**, também construído e constituído na continuidade do trabalho da referida CCP. O lançamento do Programa ocorreu em dezembro de 2010.

<sup>98</sup> Encontram-se no Anexo F as políticas municipais de apoio e incentivo à coleta Seletiva do Município. Também, em 29 de dezembro de 2009, foi promulgada a Lei Municipal nº 601 - Política Municipal de Educação Ambiental, fruto de discussão coletiva, a partir da formação de uma Comissão de Consulta Pública - CCP, e por ela constituída, sob a coordenação do GEPEADS - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Desenvolvimento e Sustentabilidade, da UFRRJ, do qual esta pesquisadora faz parte. Em seu **art. 6º**, prevê sua

A Lei já traz os avanços de como a gente vai ceder também os galpões para os catadores, como que é a metodologia que a gente construiu. Quando você faz uma Lei que é fruto da experiência, ela não foi uma lei lá do gabinete que inventaram, entendeu? Então a gente está mudando essa Lei, então a gente já levou para o conselho analisar, a gente está aperfeiçoando, então isso eu acho que é bem legal (Secretaria de Meio Ambiente, PMM, 2011).

Nós vamos vendo uma coisa aqui e ali, e vamos transformando em um decreto, transformando em uma legislação, e agora a gente está, aperfeiçoando a Lei da coleta seletiva, colocando a questão do rateio das cooperativas, dessa questão territorial, a gente está olhando no município como um todo, vamos avançar para fazer o plano da coleta seletiva, o plano de resíduos, isso também vai ser um exercício (Secretaria de Meio Ambiente, PMM, 2011).

Desde o ano de 2005, foram implementados os seguintes Decretos:

Decreto nº 272, de 21 de junho de 2005, que institui o Programa Socioambiental de Apoio às Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis; Decreto nº 472, de 6 de dezembro de 2006 que institui a Separação dos Resíduos Recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública municipal; Decreto nº 533, de 13 de junho de 2007, que cria os critérios para apoio a catadores e cooperativas de materiais recicláveis do Programa Coleta Seletiva Solidária. Início da construção do estatuto da Associação da Rede Popular de Catadores de Recicláveis do Município de Mesquita formada por representante da Associação Esperança, da COOPCARMO e COOMUB com o apoio do SEBRAE, em 2008 (Técnica SEMUAM, PMM, 2011).

No que tange aos resíduos sólidos, recicláveis e reutilizáveis, como bens econômicos e de valor social, o processo de cooperação entre a população de catadores, o poder público e os demais segmentos sociais (dentre eles, o mercado) trata de ocupar um campo de lutas e interesses muito diferenciados<sup>99</sup>.

A realidade do município de Mesquita apresenta cerca de, estimamos, uns 500 catadores que trabalham cada um por sua conta e risco nas ruas, coletando diariamente, dia e noite, e desse grande contingente nós temos aí, apenas, nesse momento, 50, 70 catadores somando a COOPCARMO, a Cooperativa Esperança, que estão apoiados pelo programa da prefeitura (Técnico SEMUAM, PMM, 2011).

---

implementação por meio do **Programa Municipal de Educação Ambiental**, também construído e constituído na continuidade do trabalho da referida CCP. O lançamento do Programa ocorreu em dezembro de 2010.

<sup>99</sup> Hoje, o Programa conta com a parceria da PETROBRAS, do SEBRAE e de empresários locais, e é apontado como referência no Estado do Rio de Janeiro. Em 2007, foi contemplado com o 1º lugar como o melhor trabalho desenvolvido no Brasil, na categoria Administração Pública, na 3ª edição do Prêmio CEBDS de Desenvolvimento Sustentável, promovido pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, quando concorreu com trezentos projetos. Em 2008, foi detentor do Prêmio Melhores Práticas da Gestão do Dinheiro Público, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, e do Troféu Atitude Sustentável da Câmara de Comércio e Indústria do Estado do Rio de Janeiro. E, no ano seguinte, 2009, conquistou o prêmio Melhores Práticas, da Caixa Econômica Federal. Os atuais Galpões de Coleta Seletiva Solidária, são 04: Galpão Chico Mendes – Avenida Coelho da Rocha, 2500 – Rocha Sobrinho; Galpão Zilda Arns – Rua Bráulio com a Rua Cesário – Santo Elias; Galpão Secretária Cássia Valéria - Rua Mercúrio com a Rua Cordura – Centro; e Galpão Dorothy Stang - Rua Magno de Carvalho - Chatuba.(Técnica SEMUAM, PMM, 2011).

No processo de recolha total do município, tem-se um número aproximado de 60 a 70 toneladas/mês. No Anexo D, podem ser encontradas estatísticas do período 2007-2012 da recolha da Prefeitura via galpões e catadores. Nele, não constam os números da COOPCARMO em específico, pois apenas estão computados os números apresentados acima. A capacidade de organização e de recolha da COOPCARMO, em 2005, foi de 367.198 tonelada/ano e, em 2011, de 662.542 tonelada/ano, o que, respectivamente, representa, para o ano de 2005, uma média de 30 mil toneladas/mês e, para 2011, 55 mil toneladas/mês. Deve-se aqui considerar que essa recolha não é proveniente apenas do município. Mesmo assim, a COOPCARMO vem sendo responsável por quase cinquenta por cento de recolha/mês/município.

Na COOPCARMO, o comprador vem buscar, nos galpões e demais cooperativas, são eles que têm que levar. É, eles fazem praticamente sozinhos, a prefeitura ajuda, coloca um caminhão à disposição, com motorista, a infraestrutura para que as coisas aconteçam, e essa venda com entrega na empresa do comprador ela faz com que o preço seja um pouco melhor do que o preço que é pago pelos compradores à COOPCARMO indo buscar nas dependências delas (Técnico SEMUAM, PMM, 2011).

As cooperativas e associação, as três apoiadas pelo programa de coleta seletiva da prefeitura, têm uma melhor condição de venda porque o material é triado, é guardado então ele é vendido para compradores que já conhecemos há algum tempo, desde o início das atividades da COOPCARMO e também das outras cooperativas e esse material tem um preço maior justamente por ter uma qualidade melhor. Os catadores independentes, que o fazem por sua conta e risco eles, não têm prensa, não têm balança, não têm uma forma de triar esse material então eles vendem no ferro velho no estado bruto que encontram nas ruas.(Técnico SEMUAM, PMM, 2011).

Dadas as concretudes, quem coopera com quem?

Os municípios têm que se responsabilizar e eles têm metas, não é? Até 2014 não pode mais ter material reciclável para o aterro, e eu acho que é impossível, mas, assim, toda concepção da Lei, e essa Lei foi construída muito fruto do movimento, dos catadores, coloca muito clara a questão da inclusão social dos catadores no processo da reciclagem, mesmo porque a gente sabe que nos outros países não tem catador, a realidade é diferente. Mesquita consegue em termos de quantidade, porque coleta seletiva se mede em quantidade, e não tem outros critérios qualitativos, que é o que a gente usa para trabalhar no nosso programa, eu posso te dizer mil indicadores qualitativos, agora, quantitativo a gente só faz 1.5% de coleta seletiva, e só retiro, contando o trabalho que a gente tem de seis anos, com a experiência da COOPCARMO, eu só deixo de enviar para o aterro sanitário 1.5% (Secretária de Meio Ambiente, PMM, 2011).

Se considerarmos a responsabilidade da relação produção-consumo empreendida pelo mercado, ficam claramente identificados os devedores sociais desse ônus. A compensação é por responsabilidade social, seja via licenciamento, seja via amortização de programas de

beneficiamento por meio da redução de impostos, como é o caso do IPI e da assistência às populações mais precarizadas. O poder público, ao anuir o mercado, assume em si e para si a administração de dívidas que terminam repartidas com a população e, por princípio, com aquelas pessoas que menos podem arcar com elas, marcado mais uma vez, o princípio da contradição.

No que concerne ao papel da COOPCARMO, dentro de um plano de Educação Ambiental para o município, destaca a secretária de Meio Ambiente, diferenciando a cooperativa, dos demais focos de operação com reciclagem existentes na localidade:

Até 2014, a legislação prevê, a meta é lixo zero, é 100% de reciclagem, que é uma meta que todo país fala. Todas as experiências bem sucedidas têm 10% de rejeito, não têm como, aterro sanitário sempre vai ter que ter, agora, a meta do município é 100%, mas a gente não consegue, entendeu? Temos um processo de educação ambiental fortíssimo, tem gente batendo de casa em casa, todas as escolas da rede tem coleta seletiva, muitas escolas particulares, todos os departamentos da prefeitura tem a coleta seletiva, muitas empresas, muito empresário que ajuda, quase sete mil casas porta a porta, mas o material é muito leve, mas, assim, a coleta seletiva é cara para o município (Secretária de Meio Ambiente, PMM, 2011).

As relações de produção, das relações de trabalho e a COOPCARMO têm um alto grau de sustentabilidade, as outras baixo, médio, e a gente está caminhando para chegar ao nível delas. São um auto-exemplo, ela é o sonho, entendeu? A divisão do trabalho, como eles se organizam ali dentro, mas é um processo difícil, eu acho que a coleta seletiva com a inclusão dos catadores que é grande desafio, que se o município fizer coleta seletiva com empresa é mole, todo mundo faz, bota um caminhão, a empresa recolhe, mas organizando o catador, ele está ali no galpão, eu acho que esse é que é o desafio, eu acho que o grande problema da coleta seletiva é a organização das cooperativas, claro que tem um processo de educação ambiental que tem que andar aí, mas não é mole você colocar vinte pessoas que não se conhecem em um galpão para trabalhar, para produzir, então tem que ter todo, e tem que ter uma capacitação constante, permanente, não é? (Secretaria de Meio Ambiente, PMM, 2011).

O apelo à sustentabilidade vem sendo a marca do Estado para os termos de cooperação entre governos e empresas públicas e privadas. A problematização disso é a possibilidade de uma formação mais política para o trabalhador-catador e, em meio a essas contradições, o papel da COOPCARMO é o de apoiar esses trabalhadores em seu processo de organização, o que não lhe exclui o contexto de exigências em que isso ocorre, neste momento, em nosso país.

Ontem tivemos reunião, são quatro mulheres, que estão à frente das novas cooperativas. São mulheres, e elas estão assumindo mesmo, então é muito legal ver a liderança da COOPCARMO, ali no meio, entre as quatro, elas conversando, dando ideias, e eles organizando junto a rota do catador. No começo o objetivo era implantar a coleta seletiva no município, mas isso se alargou, não é só coleta seletiva, é um programa municipal de coleta seletiva que tem várias vertentes, entendeu? (Secretaria de Meio Ambiente, PMM, 2011).

É uma política pública, então tem a vertente do empresário amigo do catador, tem a vertente da própria que a gente organiza aqui na repartição pública, que agenda ambiental é administração pública, que é trabalhar a sensibilização dos funcionários das escolas, levar também as pessoas, os funcionários, no galpão, para ver o que eles fazem, o que muda na vida, então, assim, é para além da coleta seletiva, tem todo um processo de educação ambiental, de conversa nas casas, palestra em empresa, então é um jogo, tem a coleta seletiva e tem muito uma mobilização de educação ambiental na questão dos resíduos, que a gente pretende, se continuar, avançar. Enquanto política pública, o programa, essa política pública foi construída com norte do governo, mas a gente conseguiu agregar vários parceiros, no processo, então a gente também tem responsabilidade para cumprir com os parceiros (Secretaria de Meio Ambiente, PMM, 2011).

Temos apenas três caminhões, Para a gente fazer 80% do município, precisamos de oito caminhões, para a meta de 10% de coleta seletiva no município todo. É a meta que todo mundo vem alcançando em média em doze municípios que têm o mesmo perfil de Mesquita, 176 mil habitantes. Eu precisava de cinco galpões fazendo cem toneladas cada um, entendeu? (Secretaria de Meio Ambiente, PMM, 2011).

O apelo à produtividade dá conta do derrame de produtos no mercado e, com ele, do lixo que sobra ou que por ele é essencialmente constituído. A COOPCARMO, com toda a experiência e com o número de catadores que tem, faz 25 toneladas por dia 500 t./mês, lembrando que agora o 'lixo' da COOPACARMO não vem apenas do próprio município.

No sentido de suporte material aos grupos de catadores em formação no município, o reconhecimento dos limites é factual. A força de trabalho ainda não se encontra contemplada nessa parceria - não há remuneração. Segundo a SEMUAM, a prefeitura paga a luz e a água dos galpões e o combustível do caminhão e deveria também pagar pelo serviço, mas ainda não tem suporte para fazê-lo. Então, trabalha no limiar da troca, oferecendo suporte material de funcionamento dos galpões, e, com isso, os catadores entram com a força de trabalho. Além disso:

Os materiais são de responsabilidade de cada grupo, mas, assim, a autonomia deles, é claro que tem que ser uma autonomia do grupo, mas tem que ser uma questão partilhada, porque a questão de resíduos a Prefeitura nunca vai poder largar de mão, porque é responsabilidade da Prefeitura também, então é um trabalho o tempo todo de parceria, de diálogo, de conversar junto, mas respeitando a individualidade dos grupos, falar dos grupos, e até no futuro chegar e pagar pelo serviço do grupo em algum momento (Secretaria de Meio Ambiente, PMM, 2011).

Eu acho que esse é o objetivo que a gente tem aqui, na nossa visão, se eles são grupos autônomos, empresários, são cooperativas de empresários e tal, eles têm que se bancar e têm que receber pelo serviço que eles fazem, a gente não paga pelo lixo, que vai para o aterro. Então esse dinheiro que paga no aterro seria da Cooperativa, pois ela prestou serviço à municipalidade. A primeira Cooperativa se formou em 2007, a COMURB, mas se tornou um caso à parte, será descredenciada do programa. Não cumpre as regras e as metas que o coletivo acordou para o programa. A liderança de lá é uma administradora de catador, é um negócio completamente diferente (Secretaria de Meio Ambiente, PMM, 2011).

Segundo a concepção da SEMUAM, as Cooperativas de materiais reciclados possuem um papel significativo na cadeia da reciclagem, já que são o agente que vai atuar entre os geradores de resíduos (população, empresas etc.) e as empresas recicladoras. Com isso, as Cooperativas desempenham um papel de agente mitigador dos impactos gerados pelos resíduos sólidos urbanos, os quais, ao invés de irem para os lixões; nos galpões, são separados por suas especificidades e encaminhados para as recicladoras a fim de dar um destino correto para esses materiais. Entretanto, salta-nos a ausência de dado reconhecimento acerca desse 'circuito' aberto, a começar pelos processos tanto de intermediação entre trabalhadores-catadores e indústria da reciclagem quanto de distribuição de fato da remuneração pelo tempo e pela força de trabalho empregada por esses trabalhadores (as), e destinada ao benefício público do município, e ao lucro do mercado.

Depois, a economia que a prefeitura vai fazer; porque agora a prefeitura de Mesquita envia os seus resíduos que a Locanty (empresa terceirizada) coleta para aterro sanitário de Nova Iguaçu, e isso paga-se por tonelada. Se eu não me engano eu acho que é quarenta reais por tonelada, mas como a Prefeitura de Mesquita já tem esse trabalho, tem o apoio também do governo estadual, que ajuda a pagar também essas toneladas que Mesquita joga lá em Nova Iguaçu. Eu acho que é o único município da Baixada Fluminense que promove coleta seletiva (Vitória, 2011).

Do projeto articulado com a coleta seletiva solidária com a PMM, a capacitação realizada por meio da COOPCARMO, no sentido de abrir espaço para as demais legalizações que serão necessárias, trata de um retorno à práxis daquele grupo e de sua socialização. As resistências ao aparato 'técnico-formal' talvez possam sinalizar algum tipo de defesa desses catadores-trabalhadores, mesmo que no nível individual e um tanto passiva, mas que se encontra em movimento. Aqui podemos retomar as questões já anteriormente levantadas pelas trabalhadoras (es), cooperados, quando se referiram ao recebimento de apoio técnico e para sua auto-afirmação como trabalhadoras (es) que se auto-gestionam e necessitam tomar para si o processo produtivo.

Dentro do projeto da prefeitura para a coleta seletiva, tem a Petrobras, que apoia o processo de implantação. Antigamente tinha a figura do... Como é que se fala? - técnico. Eu faço parte de vários encontros de catadores aí, e figura do técnico era muito discutida com os catadores, que não queriam a presença do técnico, nem de serem técnicos, para nada, mas a gente sabe que precisa do técnico, também. No nosso texto escrito para o SEBRAE eu falo isso, não é? Aqui uniu-se a técnica com a sabedoria popular (Vitória, 2011).

Então, em Mesquita, vários dos catadores não queriam saber de técnico no meio deles, aí a Prefeitura de Mesquita teve uma visão bem melhor do negócio: é melhor o catador capacitar o próprio catador, porque o catador fala a linguagem do catador, se expressa melhor, esse negócio da luta, do cansaço do trabalho, então talvez assim, quem sabe... (Vitória, 2011).

A Prefeitura vem lutando, não é? Com os técnicos da Prefeitura, para ensinar, capacitar os catadores, mas o apoio está difícil, então hoje contrata uma catadora para fazer esse papel, e quando esta catadora chega nos galpões, tem que ver a alegria dos catadores, que está chegando gente do mesmo nível da gente, que fala a nossa língua [...]. Mas é legal, quando a gente chega, nossa, tem que ver a alegria deles, que bom, a senhora chegou, não sei o quê. Atualmente essa capacitação está ocorrendo três vezes na semana, nos próprios galpões deles (Vitória, 2011).

Lá, o que eu gosto de frisar bem para os catadores, é que eles estão bem à nossa frente, que a COOPCARMO quando iniciou, que não tinha posto, não tinha caminhão, não tinha nada, só tinha a força de vontade, a vontade de lutar, de trabalhar de ganhar seu pão de cada dia. Lá não, lá já começaram com galpão, caminhão, material, entendeu? E aí já viu, então tem um contraste aí, e aí agora até os catadores compreenderem que ali é uma atividade deles, o galpão é para eles trabalharem, isso tudo aí é deles, não é da Prefeitura, está assim, um pouco difícil, e é por isso que me chamaram para eu entrar em cena, não é? (Vitória, 2011).

Não sinto os companheiros como concorrência, porque a COOPCARMO já escreveu a sua história, e essa história nunca vai ser apagada, isso eu sempre falo lá com os catadores, cada um vai ter que escrever a sua história, já temos nossa rota (Vitória, 2011).

Quanto a relação entre a cooperativa e o governo municipal e outras esferas - estadual e federal, destacam-se questões que atingem aspectos de 'benefícios' ambientais, sociais e econômicos.

#### Quadro 5 - Das relações de produção com a municipalidade

Dos benefícios ambientais	Alcance de mudanças comportamentais; inspiração para implantação da coleta seletiva solidária? Redução dos resíduos no aterro? Qualidade de vida para a cidade? A legislação imputa, mas o município sofre com os limites do cumprimento de metas? Acaba por sofrer enredamentos no processo? Políticas públicas exequíveis e com foco na práxis social?
Dos benefícios sociais	Alinhamento socioambiental de que ordem, uma vez que se estabelece a economia social e mercadológica? Práticas sociais importantes/processo de apropriação via mercado-Estado e formação política e técnica-saber popular de que ordem, em que vertente? Justiça socioambiental ou de mercado? Economia de recursos públicos?
Dos benefícios econômicos	Consciência da reciclagem como negócio? Parcerias estabelecidas com empresas e na venda, com o mercado? Como se darão as relações de produção no binômio catadores-geração de emprego para o objetivo: coleta seletiva? Cooperativas precisam prover o apoio material para além do recebido do município? Como? Entrada das parcerias?

	Como exercer a autogestão e a sustentabilidade sem os meios necessários e sob tutela das leis e do mercado?
--	---

Compreendemos que as três esferas de beneficiamento destacados, confluem para as outras três esferas das relações de produção: trabalhadoras (es)-cooperadas (os), mercado e as instâncias de governo, todos em relação com o Estado. Nessa direção, o alinhamento socioambiental resvala para uma apropriação da formação política e técnica, via força de trabalho dessas mulheres e homens, catadores-trabalhadores. A economia de recurso públicos, ainda não reverte para a inclusão do trabalho social dos catadores, e para o beneficiamento da cidade em termos de justiça socioambiental, mas de tentativa de cumprimento de metas. A tutela da legislação e do mercado, alinhadas, impedem o avanço da autogestão como economia viável, tendendo a vincular as relações de produção da cooperativa às parcerias público-privadas.

Remontamos à nossa consideração de que a 'nova' sociabilidade do trabalho cooperado, e aqui o que atua diretamente com o universo da reciclagem e com suas relações de produção com a sociedade de forma geral, destaca-se, profundamente, como movimento contraditório. Nesse sentido, recorreremos novamente à Marx (1982) para afirmar que, ao propor estudar o objeto por suas particularidades e seus aspectos que o conformam, é mister manter a noção de que a realidade muda, evolui, e, para conhecê-la, será preciso sempre retornar-lhe, percebendo as novas determinações que assume.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS, PROVISÓRIAS E EM TORNO DE CONTRADIÇÕES

Pensamos que as categorias trabalhadas nesta tese, em especial, o trabalho cooperado, e sua gênese "contraditória" das relações de produção, foram ao longo desta, apresentadas, discutidas e sustentadas pelos vários protagonismos nela presentes: nossos referenciais teórico-metodológicos, nossos trabalhadores cooperadores, os sujeitos dos entrepostos, o mercado, o poder local e ampliado, e por esta pesquisadora.

Durante muitos momentos da realização desta tese e, em especial, em seu período de sistematização e escrita, dúvidas relativas a vários aspectos se fizeram presentes. Elas oscilaram entre a confirmação das escolhas teórico-metodológicas, a continuidade e a permanência no campo de pesquisa, mas o que se apresentou, de forma mais contundente, a esta pesquisadora foi a questão da obviedade que residiu por aqui até este momento.

Nesse sentido, a estruturação político-ideológica que sustenta o projeto neoliberal mantém por base a premissa hegeliana de que o real é apenas a manifestação externa do processo do pensamento humano (MARX, 1996) e, nesse sentido, possui o poder do "encantador de serpentes" – já nos desculpando aqui pela metáfora. Tal poder, de controle e de disciplina (BERNARDO, 2009), encaminha-se para a naturalização das condições sociais postas e, logo, caminha também para a ausência de perspectivas, já que tudo é tão óbvio que os fenômenos sociais se encerram em si mesmos, em seu primeiro nível de compreensão: a aparência (NETO, 2011).

Tudo é óbvio, também, no sentido de que a realidade concreta, que buscamos aqui apresentar e dela apreender compreensões, possui existência objetiva e dinamicidade histórica. Dessa maneira, a compreensão da 'obviedade' do objeto-fenômeno passa a carecer de uma concepção que o assegure em sua forma real e efetiva, em essência (NETO, 2011), sendo esta a tarefa mister da teoria.

Nesse ínterim, a obviedade, como sombra, foi se amenizando nesta pesquisadora e, por conseguinte, na apreensão da dialética dessa realidade a que me propus pesquisar. A "contradição" dessa relação se tornou mais límpida, à medida que compreendi que a militância, a admiração e o respeito que sentimos pelas lutas sociais empreendidas pelas trabalhadoras (es) da realidade pesquisada, assim como pelo esforço da administração pública local, não poderiam se antecipar idealmente como reprodução do pensamento, mas, antes, precisavam ser apreendidos como movimento real-contraditório da maneira mais fiel possível (NETO, 2011). Assim, esses fatores seriam reproduzidos por esta pesquisadora como

elementos de conhecimento propriamente constituídos a partir de uma dada totalidade concreta daquela realidade (KOSIK, 2010).

Nesta tese, então, propôs-se apresentar as contradições presentes no processo de trabalho cooperativo em torno da reciclagem, por meio da dialética marxista, a partir de um estudo de caso – a COOPCARMO – em suas relações de produção ampliadas para com Estado-Sociedade Civil-Mercado. Esta foi uma forma de explicitar a base em que esse trabalho se encontra assentado, via projeto neoliberal – na expropriação de mais-valia e no projeto permanente de manutenção do modo de produção capitalista –, com a anuência do Estado, e que engendra as resistências cultivadas pelas lutas populares e pela classe trabalhadora e, em especial aqui, pelas (os) trabalhadoras (es) catadoras (es).

Nesse sentido, a pesquisa buscou primeiramente priorizar o protagonismo dos trabalhadores e suas relações como elemento central da sociedade civil, como instrumento fundante do Estado e sob a determinação de protagonismo não coadjuvante. É necessário considerar esses sujeitos a partir da origem de sua base material como seres ontológico-sociais (MARX, 2004a).

Se, em dado momento (SANTOS, 2005), compreendi o processo associativo popular como gerador de trabalho e renda, apresentando-o como contraponto à crise do mundo do trabalho e à crise socioambiental, o fiz a partir da teoria crítica, não obstante muito focalmente sob o fazer coletivo como resistência e reinvenção de uma outra forma de produzir, o que me fez, de certa forma, caminhar até aqui.

A compreensão de que as relações de produção que norteiam a organização de nossa sociedade são marcadas pelo campo da "contradição", dada a gama de interesses que nela coabitam e que, portanto, dispensa a adoção de qualquer compreensão que se trave como harmônica e homogênea, ajudou-nos nesta pesquisa a delinear um outro caminho.

Buscamos aprofundar a discussão da dialética do trabalho e de seu sentido na produção capitalista e, especificamente, no trabalho autogestionado, localizado aí o cooperativismo popular ou o periférico. Também, pude discutir os processos de hegemonia e contra-hegemonia no campo da economia do trabalho no tocante ao Estado, às Classes e aos Movimentos Sociais, tomando estes últimos como sociedade civil organizada e como popular/povo. Realizada a crítica à economia associada como alternativa de produção e, com isso, descrevemos a economia da reciclagem em sua forma de cooperativismo em torno da economia popular ou social. Por fim, mas reiniciando todo o trajeto, procuramos identificar, por meio das relações de produção da COOPCARMO, as contradições, os sentidos e as concretudes inerentes ao cooperativismo da reciclagem como economia social e de mercado.

Para tanto, consideramos o leque de relações de produção apreendido no município e para além dele, consideradas ainda as inerentes questões socioambientais presentes.

O caminho teórico-metodológico pôde, desse modo, ser delimitado. Em Marx e Engels, delinearam-se: a ontologia do ser social e a dialética do trabalho; os processos de valorização e de trabalho no sistema capitalista; e aquilo que concerne ao trabalho nas relações do Estado e da Sociedade Civil sob o viés neoliberal.

Permanecendo em Marx e Engels, no tocante a Estado e Sociedade Civil e às valiosas contribuições de Gramsci sobre sociedade civil como Estado ampliado, buscamos, diante da intrincada realidade do Estado neoliberal atual, compreender a temática em seu jogo de interferências acerca da organização da esfera econômica como determinante na (re)produção da superestrutura. Nessa direção, mantivemos Marx e encontramos como eixo condutor Montañó e Duriguetto, que dialogou com outros autores de área, como Fontes (2006), Neves (2004; 2010) e Wood (2005), e da Política Econômica, como Netto e Braz (2007). Recorreu-se a tais autores para contextualizar a crítica às (contra) reformas do Estado e o papel da Sociedade Civil, considerando a crítica aos (Novos) Movimentos Sociais no que se refere aos avanços neoliberais (sobre)trabalho e, especificamente, aos empreendidos sobre o trabalho cooperado e o mercado da reciclagem. Considerou-se, para isso, a perspectiva da autogestão como condução social, econômica e política, em seus conflitos, resistência e contradições.

Reconhecemos e afirmamos que, dessa forma, residem, na teoria crítica, dada sua compreensão e organização como luta política, elementos capazes de desvelar, denunciar e propor alterações às bases sociais hegemônicas vigentes, em suas condições objetivas, estruturais, conjunturais e subjetivas. Retornamos aqui a citação de Montañó, buscando consolidá-la como reafirmação do que assumi nesta pesquisa:

Resulta tão equivocado pensar que apenas as contradições imanentes à dinâmica do capital e suas crises irão derivar, como que naturalmente, no desmoronamento do sistema capitalista, como é errado pensar que só a intencionalidade de indivíduos e grupos subalternizados transformará a sociedade. (...) a estrutura e dinâmica sistêmica, hegemônica pelo grande capital (sujeito também presente na sociedade civil), armar-se-á de mecanismos (muitas vezes extraeconômicos, extralegais) de defesa, de sistemas homeostáticos; ignora habermasianamente que a classe hegemônica também está em luta, para manipular (inclusive o mundo da vida), refuncionalizar ou impedir os processos de transformação (MONTAÑO, 2002, p. 20).

Assim compreendido, o ponto de vista sobre a concepção da exploração do homem como ser e natureza propriamente dita, e não apenas como ser da natureza, já contém em si o princípio da "contradição" em que se estabeleceu a sociedade. Trata-se da "contradição"

inerente às formas de produzir a vida, em níveis diferenciados de organização, de trabalho e de expropriação do homem pelo homem. Portanto, fazemos menção à expropriação da natureza pela própria natureza e, logo, às classes que passaram a manter outras sob seu domínio, na expropriação de bens comuns tidos como privados. Feito esse caminho, apresentamos algumas compreensões depreendidas desta tese.

Observado o processo histórico de organização dos trabalhadores, o cooperativismo no Brasil se estabeleceu pelo processo de tutoria do Estado, com propostas e legislações por ele oferecidas como cardápio. Logo, ainda se guarda a mão forte do Estado e o direcionamento empresarial. Entretanto, nesse mesmo processo, encontramos organizações de trabalhadores que buscam fazer resistência ao se constituir como centros de referência política contra-hegemônicos, plenos ou não. Entre eles, a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, pequenos agricultores, caiçaras e a própria COOPCARMO, ousamos aqui dizer. Além deles, vários outros podem ser identificados e reconhecidos em toda a América Latina.

Aqui, detendo-nos especificamente ao objeto, o processo de organização de trabalhadores em torno de cooperativas de recicláveis vem sofrendo processo de captação pelo mercado e, diríamos, processo de cooptação do Estado, à serviço próprio e do mercado, numa união 'sem formalismo', e que eclode diretamente na precarização de direitos do trabalhador.

A legitimação dos processos de 'inclusão' social pela geração de trabalho e renda e 'cidadania' passou a compor a pauta dada pela legalidade do Estado, por intermédio de seus governos. Cumpre à legislação fazer esse arremate pelo viés da economia social e solidária, tornando-se parte do impeditivo do gozo de autonomia de fato por parte desses trabalhadores. Entretanto, essa economia se apresenta como política pública que apoia a oportunidade de trabalho e renda a milhares de trabalhadoras (es) catadoras (es), “garantindo-lhes” a dada “inclusão” social. Se dissermos a esses trabalhadores que tais políticas são meros desvios do cerne real da questão, eles mesmos, rapidamente, nos dirão: “Loucura! Não está vendo os benefícios que poderemos ter? Pelo menos, podemos manter o sustento mínimo de nossas famílias”.

A questão socioambiental que orbita em torno no “lixo”<sup>100</sup> se apresenta como negócio e tanto o mercado quanto as (os) trabalhadoras (es) catadoras (es) sabem disso. Estas (estes),

---

<sup>100</sup> Utilizo aqui a palavra 'lixo' entre aspas tanto para diferenciá-la do sentido pejorativo de resto, insignificância, quanto em reconhecimento e respeito às (aos) trabalhadoras (es) catadoras (es) que nele colocam suas mãos

ao menos, assumem sua necessidade de trabalho como subsistência e não como nicho de 'solução' dos problemas ambientais do planeta.

Se, por um lado, as (os) trabalhadoras (es) catadoras (es) organizadas (os) e mesmo aqueles que não o são<sup>101</sup> trabalham como funcionais à indústria e ao mercado, por outro lado, empreendem, embora de forma modesta, a auto-organização.

A forma modesta se dá pela ausência das condições mínimas dos meios de produção, pelo tutoramento do Estado – que apresenta a proposta como oferta de autonomia – e pelo monopólio do mercado. Diante de tantas adversidades, diante do esgotamento das forças de trabalho empreendidas, organizar-se é tarefa árdua.

Porém, as lutas políticas existem, mesmo que minimizadas, e, com elas, existe a possibilidade do contato, ou seja, do relacionamento entre pares, questões fundamentais para se assumir a compreensão das relações de produção como um processo de luta e de resistência e como uma possível convivência 'por dentro' do sistema que os expropria e os oprime. Possíveis "brechas" ao blindado modo de produção capitalista.

Nesse sentido, as trocas empreendidas entre cooperativas e associações, como movimento nacional, mesmo em disputa, podem apoiar avanços nos processos de luta e de resistência, não obstante guardadas as ideologias políticas que as determinam.

O cenário formado nessa realidade é totalmente pautado pela "contradição" e suas derivadas incongruências. De um lado, catadores já organizados ou em organização; de outro, os catadores de própria 'conta e risco', em busca de prover, pelo trabalho, seu sustento. Sobre eles, isto é, sobre sua força de trabalho, lança-se o olhar interesseiro, um discurso sedutor, e atento do mercado.

Assim, como se sub-categorizam as (os) trabalhadoras (es) catadoras (es), o mesmo ocorre no mercado. A indústria que produz e gera o 'lixo' é aquela que possui valor econômico e social. Essa indústria captura esse produto econômico - o "lixo" - e lhe acrescenta ainda mais valor do que já o fez o catador ao recolhê-lo, organizá-lo, em processo inicial, braçal e muito desgastante, reciclando tais materiais (produtos) e transformando-os em materiais vendáveis, com alto valor agregado, ao mercado. Tal mercado, como no início, produzirá novas mercadorias e as colocará novamente em circulação, alimentando a cadeia "produtiva" da reciclagem. Nesse processo, a mais-valia é retirada da expropriação da força de trabalho

---

todos os dias a fim de tirar dele a própria subsistência. Lembro aqui as palavras de uma das cooperadas: "Porque a gente faz qualquer coisa, menos matar e roubar" (Anne, 2011).

<sup>101</sup> Aqui se trata de catadores por 'conta e risco' que agregam menor valor aos produtos do lixo, pois, diferente dos organizados, possuem menores (ou nenhum) meios de produção. Logo, não são significativos, literalmente, para a cadeia produtiva da reciclagem.

das (dos) trabalhadoras (es) catadoras (es) e, depois, sequencialmente, dos (das) trabalhadores (as) das indústrias. Nesse ínterim, algumas figuras atravessadoras ainda se apropriam da expropriação que fica pelo caminho.

A não remuneração do tempo de trabalho, a exploração os aspectos do trabalho autônomo, por conta, risco e responsabilidade única do trabalhador e cooperado, dificuldade de acesso à direito aos serviços básicos de saúde e educação pública, além da ausência dos direitos trabalhistas, tais como, férias remuneradas, 13º salário, fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS e uma aposentadoria para além do assalariamento mínimo, compõe a lógica da precarização desses trabalhadores (as), e, infelizmente, não única e especificamente a eles.

[...] o trabalho consome produtos para criar produtos ou gastar produtos como meio de produção de produtos. [...] é a apropriação do natural para satisfazer necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza. [...] independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2004a, p. 37-38).

Fez-se um retorno à consideração de Marx sobre o fazer e o sentido do trabalho humano a fim de afirmar que a questão apresentada trata do modo como essa produção vem sendo empreendida.

O Estado, então, imprime o 'resgate' de suas populações, não por meio da devolução dos bens e dos direitos aos meios de produção da própria existência, mas por meio do projeto que trata a 'inclusão' dentro de um plano de organicidade e funcionalidade das demandas ditadas pelo mercado, anuindo, assim, o acirramento dos processos de expropriação. A tentativa de dar mobilidade, autogestão e organização às (aos) trabalhadoras (es) catadoras (es), alinhando-as (os) a projetos sociais, acaba destacada como pura "contradição" e enredada por ela.

Alia-se a esses fatos a apresentação da imagem da recuperação socioambiental do planeta, a qual, pela ação cidadã-consciente de separação, provoca o recolhimento do lixo e o consumo de produtos sustentáveis, assim como instiga a solução pela coleta e destino do lixo. É como se, desse modo, essa problemática ambiental em torno do 'lixo' estivesse resolvida. Os dados, contra projetos ideológicos, apresentam uma realidade muito diferenciada. No município de Mesquita, de médio porte, que já possui trabalho de coleta há quase dezoito anos, quando ainda era um bairro do Município de Nova Iguaçu, via COOPCARMO vem intensificando esse trabalho e instituindo o processo de coleta há quase dez. Hoje, consegue atingir apenas a marca de 1,5% de retirada de recicláveis dos despejos do aterro sanitário, embora a Lei instituída preveja cumprimento de 100% para 2014.

Afirmamos, e assumimos junto a Loureiro (2000, 2006), que sem uma precisa articulação das lutas socioambientais às lutas que se contraponham à expropriação da força de trabalho que produz a vida, mas que vem produzindo mais-valia para o capital, não é possível a busca de superação por justiça social e ambiental.

A permanência funcional a que as economias sociais e solidárias vêm sendo submetidas, sob a égide da idealização, necessita de maiores debates e explicitação da concretude de seus projetos. Detectar e denunciar as contradições aí presentes se faz urgente e necessário, em especial para o interesse desta tese no que tange às propostas do cooperativismo e do cooperativismo em torno da reciclagem. Este cooperativismo é aqui encarado meramente como economia social ou popular-solidária de conciliação e consolidação da busca de “uma outra forma” de produzir, completamente independente das contradições do modo de produzir capitalista, como as compreendem Gadotti (1992; 2001) e Singer (1998; 2000; 2003; 2011). Nesse sentido, tanto Marx (1894) quanto Lênin (1980) já haviam sinalizado, pois guardados os contextos que os fizeram, sobre uma dada ufanização e até certo grau de romantismo, destinados às formas de organização cooperativas, uma vez que descontextualizadas das relações de (re)produção enquanto práxis.

Inversamente a essa concepção, afirmamos que o deslocamento isolado das lutas sociais para o campo das lutas por identidade desconsidera a "contradição" em seu processos contraditórios e de caráter funcional às políticas econômicas hegemônicas, as quais usurpam os espaços e as brechas dos movimentos sociais de base trabalhadora, espaços estes que garantiriam o exercício e o estabelecimento de suas lutas políticas.

Retornar as inquietudes iniciais e permanentes desta pesquisadora, talvez possa soar como mais um sinal de 'obviedade', porém, retomá-las, nos ajuda nesse momento, a fazer o caminho de volta à questões como a funcionabilidade dos processos contraditórios aos interesses econômicos hegemônicos. Como sobrevivem os grupos sociais mais expropriados deste país, como estes, à margem da escolarização e das exigências do mundo do trabalho, e em condições precárias de todas as ordens, constituem-se como pessoas? Como se organizam em torno do trabalho, constituem-no e por ele são constituídos? Como a COOPCARMO tem apropriado do trabalho e em que condições, e quem se beneficia e como se beneficia dele? são questionamentos que esperamos estejam contemplados e discutidos ao logo da tese.

Não nos resta dúvida em afirmar que o cerne da produção da miserabilidade humana e da natureza se encontra fundado em torno da manutenção da hegemonia estabelecida pelo capitalismo e por seu modo de produzir e de se apropriar da vida: *tout pour le mieux dans le meilleur des mundo possibles* (VOLTAIRE, 1759).

## REFERÊNCIAS

ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ACSELRAD, H.; LEROY, J.-P.. **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 1999.

ALVES, G; ANTUNES, R. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ALVES-MAZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2000.

ANTOLOGIA POÉTICA DE BERTOLT BRECHT. Disponível em:  
<<http://www.culturabrasil.org/brechtantologia.htm#Perguntas De Um Operário Que Lê>>.  
Acesso em: 10 dez. 2010.

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. Eliminar o desemprego no capitalismo é uma ficção – entrevista. **Cadernos IHU em Formação**. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

\_\_\_\_\_. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011b.

BAIXADA VERDE. Movimentos sociais em foco - era uma vez o lixo. **Informativo**, Nova Iguaçu, n. 3, nov. 2006.

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARRETO, M. I. As organizações sociais na reforma do Estado Brasileiro. In: PEREIRA, L. C. B.; GRAU, N. C. **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 107-146.

BENICÁ, D. **Reciclando a desordem do progresso, ARCAN: uma alternativa socioambiental**. Passo Fundo: IFBE, 2006.

BERNARDO, J. **Economia dos conflitos sociais**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BIRH, A. **Da grande noite a alternativa**. O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BORON, A. Aula inaugural: pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo. In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales; CLACSO, 2006a. Páginas, 33-50.

\_\_\_\_\_. Teoria política marxista ou teoria marxista da política. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales (CLACSO), 2006b. p. 167-181.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. BOTTOMORE, T. (Ed.). LAURENCR HARRIS, V. G.; KIERNAN, R. M. (Co-Eds.). Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em:

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.504, de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1964/4504.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 60.957, de 6 de julho de 1967. **Aplica o disposto no Decreto-lei nº 299, de 28 de fevereiro de 1967, aos cargos de Assistente de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem do Ministério da Indústria e do Comércio**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=192292>>. Acesso em: 17 jul. 2010.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm)>. Acesso em: 9 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990. **Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8025.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1993/8666.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.949, de 9 de dezembro de 1994. Acrescenta parágrafo ao art. 422 da consolidação das Leis do Trabalho - CLT para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 12 dez. 1994. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1994/8949.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)>. Acesso em: 19 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998. Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 4 set. 1998. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/45/1998/1715.htm>>. Acesso em: 12 maio 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999. **Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3017.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. CONAMA. Resolução 275, de 25 de abril de 2001. Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 19 jun. 2001. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res01/res27501.html>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Mapa da Evolução do Cooperativismo no Brasil: DENACOOOP em ação**. Brasília: MAPA, 2006.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12305.htm)>. Acesso em: 12 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. **Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.375, de 30 de dezembro de 2010. **Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; transforma Funções Comissionadas Técnicas em cargos em comissão, criadas pela Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 8.460, de 17 de setembro de 1992, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.941, de 27 de maio de 2009, 8.685, de 20 de julho de 1993, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 10.848, de 15 de março de 2004, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivo da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Lei/L12375.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12375.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Em busca de um pacto político liberal-popular. Ele será possível? **Jornal da Tarde**, São Paulo, 9 nov. 1985. Caderno de Programas e Leituras. Páginas 1-7. Disponível em: <[www.bresserpereira.org.br/papers/1985/85-PactoPoliticoLiberalPopular-ensaioJTarde.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/1985/85-PactoPoliticoLiberalPopular-ensaioJTarde.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2012.

BUARQUE, C. **Admirável mundo atual**: dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

**CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**, 2012. Disponível em: <[www.lixo.com](http://www.lixo.com)>. Acesso em: 19 fev. 2012.

**CARTILHA DE RECICLAGEM**. 1. ed. Rio de Janeiro: Base Software, s/d.

CECEÑA, A. E. 20,10 e a história infinita das utopias em construção. In: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005. Páginas 295-304.

CEMPRE. **CEMPRE Informa**, n.120, nov./ dez. 2011.

**CENSO ESCOLAR**, Prefeitura Municipal de Mesquita, PMM, 2011

CHALIER, S. Lutte contre la pauvreté, indispensable approche de genre. **Economie & Humanisme**, Belgium, n. 378, oct. 2006.

CONCEIÇÃO, M. M. **Os empresários do lixo**: um paradoxo da modernidade. Campinas: Átomo, 2003.

CORAGGIO, J.L. **Sobrevivencia y otras estrategias en LAC: la perspectiva desde lo local** Presentación realizada en el Encuentro del Regional Management Team (RMT) de TACRO, UNICEF, en el Hotel Parque Central de La Habana, Cuba, del 10 de abril del 2003.

COSTA, F. Thornton, Tooke, Mill: postulados de Teoria Alternativa da Moeda. **Texto para Discussão**. São Paulo, IE/UNICAMP, n. 163, maio 2009.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 6. ed. São Paulo: Gaia, 1995.

DIONÍSIO, M. L. Introdução. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho, Braga, Portugal, v. 22, n. 2, 2009.

ENGLES, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do homem. In: ANTUNES, R. (Comp.). **A dialética do trabalho** – escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 11-28.

FIORI, J. L. **O consenso de Washington**. 1996. Palestra proferida no Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 1996.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2001.

FONTES, V. Sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e lutas teóricas na década de 1980. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. **Fundamento da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. Páginas, 109-132.

FRANÇA, Bárbara. H. et al. **Guia de economia solidária ou porque não organizar cooperativas para populações carentes**. Niterói: Editora EdUFF, 2008.

FRANCO, W. **Coração Tranquilo**. Epic/CBS, 1978. 1 disco sonoro.

FRANCO, E. **Estrutura e forma de gestão de uma cooperativa no Rio de Janeiro**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Administração de Empresas. Universidade Veiga de Almeida, 2005.

FREDERICO, C. **O jovem Marx** - 1843-1844: as origens da ontologia do ser social. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FREITAS, C. A. L. L. de; TAVARES, J. C.; DEUS, J. B. de. A economia da reciclagem: instrumento para o desenvolvimento sustentável ou garantia de novos negócios baseados na miserabilidade do trabalhador catador? **Conjuntura Econômica Goiana**, v. 15, p. 65-72, 2010.

GADOTTI, M. **Escola viva, escola projetada**. Campinas: Papyrus, 1992.

\_\_\_\_\_. Educação comunitária e economia popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 2001 p. 11-24

GAIGER, L. (Org.) **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GRAMSCI, A. **Cuaderno de la cárcere**. Compilação de A. Bonner. Buenos Aires, Argentina: Departamento de Ciências Políticas de Buenos Aires, s/d.

\_\_\_\_\_. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere: Maquiavel – notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

GUTIÉRREZ, F. Educação comunitária e desenvolvimento sócio-político. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Páginas 23-33.

HARVEY, D. O "novo" imperialismo: acumulação por espoliação. In: **Margem Esquerda**, n. 5. São Paulo: Boitempo, 2005.

HAYEK, F. A. Os princípios de uma ordem social liberal. In: CRESPLGNY, A.; CRONIN, J. **Ideologias políticas**. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1981. p. 47-63.

IANNI, O. Nota de Octávio Ianni. In: ANTUNES, R. (Org.). **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 2011. p. 15.

IBGE. **CENSO 2010**. Disponível em:  
<[http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados\\_do\\_censo2010.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php)>. Acesso em: 9 nov. 2011.

ICAZA, A.M.S. ; TIRIBA, L. Economia popular. In CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

**INFORMATIVO RECICOLETA 28**. Rio de Janeiro: Recicoleta, jan./mar. 2004 (Relatório).

INEP. Listagem de Creches Municipalizadas. Disponível em:  
<[http://portal.inep.gov.br/rss\\_censo-escolar/-/asset\\_publisher/oV0H/content/id/198472011](http://portal.inep.gov.br/rss_censo-escolar/-/asset_publisher/oV0H/content/id/198472011)>. Acesso em: 12, Jan. 2012.

IPEA. **Comunicado do IPEA Nr.135**: considerações sobre o Pleno Emprego. Disponível em:  
< <http://www.ipea.gov.br/portal/2012>>

\_\_\_\_\_. **Situação social nos estados**: Rio de Janeiro. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/2012>>

JOSSA, B. Marx, marxism and the cooperative movement. **Cambridge Journal of Economics**, v. 29, p. 3-18, 2005.

KAPLAN, L. **Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a Política de Educação Ambiental no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LAMOSA, R. **A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital**: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ). 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. (Org.). **Verde cotidiano**: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999. p. 131-148.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6, 2011, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: USP, 2011. v. 0, p. 01-15.

LAYRARGUES, P. P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. de S. (Orgs.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p. 179-219.

LEHER, R. **Educação e tempos desiguais**: reconstrução da problemática trabalho-educação. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/educacao\\_tempos\\_desiguais.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/educacao_tempos_desiguais.asp)>. Acesso em: 27 fev.

LEHER, R. **Notas de aula**. Rio de Janeiro: DPGE, UFRJ, mar./jul. 2008.

LÊNIN, V. I. Sobre a cooperação. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1980. p. 467-475; 657-662.

\_\_\_\_\_. O estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o estado e as tarefas do proletariado na revolução. In: **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante; Ed. Progresso, 1961. v. 2

LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LOSURDO, D. **Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. Marx, a tradição liberal e a construção histórica do conceito universal de homem. **Educação e Sociedade**, v. 17, n. 57, especial, dez. 1996.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA/DEA, 2004.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

\_\_\_\_\_. O primeiro ano do GT Educação Ambiental da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED): um convite à reflexão. **Educação e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, jan./jul., 2006.

\_\_\_\_\_. Teoria social e questão ambiental: pressupostos par uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F.B; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. SP: Cortez, 2000.

LOUREIRO, C. F. B., BARBOSA, G. B., ZBOROWSKI, M. B. Os vários "ecologismos dos pobres" e as relações de dominação no campo ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.). **Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

LOWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2003

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elfos, Ed. Porto; Portugal: Publicações Escorpão, 1989.

MARINGONI, G. **A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

MARTINS, J. de S. M. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, K.; ENGELS, V. **A ideologia alemã**, 1984. Disponível em: <www.dominiopublico>. Acesso em: 19 jan. 2012.

MARX, K. **Teses sobre Feurbach**. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/marx/1845>. Acesso em: 5 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. **A questão judaica**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: DIFEL Difusão Editorial S.A, 1985. v. 4.

\_\_\_\_\_. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, R. (Comp.). **A dialética do trabalho** – escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004a. p. 29-56.

\_\_\_\_\_. Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, R. (Comp.). **A dialética do trabalho** – escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004b. p. 57-99.

\_\_\_\_\_. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: ANTUNES, R. (Comp.). **A dialética do trabalho** – escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004c. p. 141-159.

\_\_\_\_\_. Crítica ao Programa de Gotha: observações sobre o Programa do Partido Operário Alemão. In: ANTUNES, R. (Comp.). **A dialética do trabalho** – escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004d. p. 101-123.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção: José Arthur Giannotti. Tradução José Carlos Bruni et al. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. **O dezoito brumário**. 2. ed. Tradução José Barata Moura. São Paulo: De Paulo Editora, Ltda, 1984

MENEZES, M. T. C. G. de. **Economia solidária**: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MERENDINO, E. **Coleta seletiva**: desafios e oportunidades, experiências e estratégias para coleta e reciclagem de embalagens longa vida. Disponível em: <www.tetrapak.com>. Acesso em: 10 jan. 2012.

MESCHKAT, K. Una crítica a la ideología de la sociedad civil': In:HENGSTENBERG, K. K; MAIHOLD, G. (Eds.). **Sociedad civil en América Latina**: representación de intereses y gobernabilidad. Caracas: Ed. Nueva Sociedad, 1999.

MESQUITA. Lei nº. 1. 225, de 31 de outubro de 2002. **Institui o Programa de Coleta Seletiva Municipal.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 601, de 29 de dezembro de 2009. **Política Municipal de Educação Ambiental do Município.**

MILL, J. **Elements of pol. econ.** London: Donnelley cochrane gráfica e **Editora** Brasil Ltda, 1821. p. 74.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec; Abrasco, 1993.

MONTAÑO. C. Políticas sociais para quem? Conceituação do "popular". In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE TRABALHADORES SOCIAIS, 11, 1992. Buenos Aires. **Anais**: Cuadernos de Trabajo Social... Buenos Aires: Universidad de la República, Montevidéo, 1992. 1.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e a questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, A. Do lixo à cidadania. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n. 27, jun./jul. 2005.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Histórico do MNCR.** Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

NASCIUTTI, J. C. R. Participação comunitária para melhor qualidade de vida. **Série Documenta**, Eicos/Cátedra da UNESCO de Desenvolvimento Durável, UFRJ, Rio de Janeiro, n. 11, ano VIII, 2001.

NEGRÃO, J. J. **Para conhecer o neoliberalismo.** Publisher Brasil, 1998. p. 41-43.

NERI, M. **Levantamento sobre índices de pobreza no Brasil**, do Instituto de Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 2010

\_\_\_\_\_. **O mapa do fim da pobreza no Brasil: conjuntura econômica.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, 2001.

NETO, J. P. **Democracia e transição socialista.** Belo Horizonte: Oficina dos Livros 1990.

\_\_\_\_\_. **Introdução do estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica.** 3. ed. São Paulo: Corte, 2007.

NETO, V. B. **Brasil, campeão mundial de reciclagem de latas de alumínio 2012.** Disponível em: <<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/cidades1/noticia=729717>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

NEVES, L. M. W. Educação: um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, I. **O desmonte da nação - balanço do governo Fernando Henrique Cardoso.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2004.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil.** São Paulo: Xamã, 2010.

NOVAES, J. T. **A relação universidade-movimentos sociais na América Latina: habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas.** 2010. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

NOVAES, H. T. **As fábricas recuperadas na América do Sul.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. A autogestão como magnífica escola: uma revisão bibliográfica das teses e dissertações que abordam a educação no trabalho associado. **Revista E-Currículo**, São Paulo, v. 5, n. 1, 2009.

OCB. **Sobre o cooperativismo,** 2012. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/classificacao.asp>, acesso 20/02/2012>. Acesso em: 19 nov. 2011.

PEREIRA, Isabel. B. et al. Introdução. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz, v.7, n. 2, jun./out. 2009.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. & GUTIERREZ, F. (Orgs.) **Educação comunitária e economia popular**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RECICOLETA. **A rota da reciclagem**. Disponível em:  
<<http://www.recicoleta.com.br/popup.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

REIS, A. L. N. et al. Perfil do trabalhador da COOPCARMO - Cooperativa mista de coleta e reaproveitamento de Mesquita, RJ. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS. 4, 2008. **Anais...** Niterói, RJ: EdUFF?, 2008.

RODRIGUES, R. Uma via para a justiça social. In: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **MAPA: evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOOP em ação/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Brasília: MAPA, 2006.

SANTANDER. COM. **ESPAÇOS DE PRÁTICAS E SUSTENTABILIDADE**. Mesquita, Folder, 2010.

SANTOS, A. M. M. **Práticas educativas do projeto Lixo é Vida: por uma sustentabilidade da inclusão**. Rio de Janeiro: ISEP, jul. 2003.

\_\_\_\_\_. Ações socioambientais em uma comunidade cooperada: trabalho e conflito como categorias centrais na práxis educativa. In: REUNIÃO ANUAL DE ANPED, 33, Caxambu. **Anais...** Caxambu, MG: Hotel Glória, 2010.

\_\_\_\_\_. Um caso de participação popular na construção de uma política pública: a PME e o ProMEA Mesquita/RJ. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5, 2010, São Luiz. **Anais...** São Luiz, MA: UFMA, 2011.

\_\_\_\_\_. Ações socioambientais em uma comunidade cooperada: trabalho e conflito como categorias centrais na práxis educativa. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33, 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu, MG: Hotel Glória, 2010b.

\_\_\_\_\_. **As relações de trabalho, meio ambiente e educação na COOPCARMO - Projeto Lixo É Vida: por uma sustentabilidade democrática da inclusão.** 2005. 203 páginas. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNESA, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, A. M. M.; DELUIZ, N. Economia popular e educação: percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no rio de janeiro. **Revista Trabalho, Educação e Saúde.** Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz, v. 7, n. 2, p. 329-354, jun./out. 2009.

SANTOS, A. M. M.; DELUIZ, N. Economia popular e educação: a experiência de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro. **Revista Portuguesa de Educação - RPE.** Braga, Portugal, Universidade do Minho, v. 22, n. 2, p.159-190, 2009.

SANTOS, A. M. M.; BEZERRA, C. A. M. Política e Programa de Educação Ambiental no Município de Mesquita/RJ: um caso de participação popular na construção de uma política pública. In: REUNIÃO ANUAL DE ANPED, 34, Natal. **Anais...** Natal, RN: Centro de Convenções de Natal, 2011.

SANTOS, A. M. M.; LOUREIRO, C. F. B. Participação popular como disputa teórica, prática e política nas questões socioambientais: caminhos da ideologia e da utopia. In: ENANPPAS, 5, 2010, Florianópolis. **Anais do V ENANPPAS.** Florianópolis, SC: UFSC, 2010a.

SANTOS, A. M. M.; LOUREIRO, C. F. B. Políticas e práticas educacionais na configuração do campo da educação ambiental crítica - o escolar e o não-escolar em caminho. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO - ENDIPE, 2009, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2009<sup>a</sup>.

SANTOS, A. M. M.; LOUREIRO, C. F. B. O conflito como possibilidade das ações socioambientais no âmbito democrático - das relações entre sociedade civil, estado e mercado. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 5, 2009, São Carlos. **Anais...** São Carlos, SP: UFSC, 2009.

SANTOS, A. M. M.; BEZERRA, C. A. M.; LOUREIRO, C. F. B. Política e Programa de Educação Ambiental no município de Mesquita/RJ: um caso de participação popular na construção de uma política pública. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6, 2011, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto, SP: USP, 2011.

SEMERARO, G. Intelectuais ‘orgânicos’: atualidade e contraponto. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23, 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu, MG: Hotel Glória, 2000.

HISTÓRICO. **Economia solidária**: Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/historico.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2012.

SILVA, F. P. **Marx e Engels**: aspectos da vida e da obra dos fundadores do marxismo. Salvador, BA: Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas da Faculdade de Educação, 2012. Disponível em: <[www.lemarx.faced.ufba.br](http://www.lemarx.faced.ufba.br)>. Acesso em: 4 fev. 2012.

SILVA, M. O. da; YAZBEK, M. C. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2.ed. São Paulo: Cortez; São Luiz do Maranhão, MA: FAPEMA, 2008.

SINGER, P. "Prefácio". In: MAGERA, M. **Os empresários do lixo**: um paradoxo da modernidade. Campinas, SP: Átomo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Uma utopia militante**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, H. (Betinho). Opção pela Sociedade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 ago. 1994.

TIRIBA, L. V. **Economia popular e a cultura do trabalho** – pedagogia (s) da produção associada. Ijuí, RS: Editora Injuí, 2001.

TREIN, E. A contribuição do pensamento marxista à educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.). **A questão ambiental no pensamento crítico**: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

PRECARIEDADES. Produção e direção de Noni Ostrower. Rio de Janeiro: CECIP; TV Maxambomba, 2006. 1 cd.

VOLTARIE, F. M. A. **Candide, ou l'Optimisme**, França, 1759.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

\_\_\_\_\_. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2005.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ABORDAGEM PARA A PESQUISA DE CAMPO:  
ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS COOPERADOS, COM AS  
LIDERANÇAS E COM APRESIDENTE DA COOPERATIVA NO PERÍODO

Relações de Produção no Trabalho da COOPCARMO (2003-2011) e Implicações  
Socioambientais: **Cooperados**

**Categorias:** Cooperados, lideranças e presidente da Cooperativa no período.

**Organização e relações de produção da COOPCARMO:**

- a) Qual é a importância/o significado do trabalho realizado pelas Cooperativas de resíduos sólidos, mais especificamente, aqui pela COOPCARMO?
- b) Qual é a importância da relação estabelecida entre vocês e a COOPCARMO? Como essa relação se deu e desde quando? Qual o motivo da escolha da COOPCARMO como 'opção de trabalho'? Vocês identificam contribuições socioambientais?
- c) Quais são os avanços, os limites e os desafios atuais do trabalho na Cooperativa (central)?
- d) A COOPCARMO tem algum diferencial em relação às demais cooperativas e a outras formas de coletar seletivos? Qual?
- e) Que material vem sendo destinado à Cooperativa por meio da coleta nos entrepostos – com que frequência e em que quantidade?
- f) Qual é o lugar e o papel que a COOPCARMO ocupa nas questões sociais e ambientais, para com a sociedade em geral e para com o município de Mesquita?
- g) Faça demais considerações e/ou observações sobre o trabalho aqui desenvolvido.
- h) Gostaria de fazer alguma consideração final?

Agradecemos desde já sua disponibilidade e sua colaboração com a realização desta tese.

**Obs. Optamos pela preservação das identificações, tendo em vista que se trata de questões para além do trabalho interno da Cooperativa.**

## APÊNDICE B - ROTEIRO DE ABORDAGEM PARA A PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM AS EMPRESAS E COM OS COMPRADORES PARTICULARES

Relações de Produção no Trabalho da COOPCARMO (2003-2011) e Implicações Socioambientais: **Mercado**

**Categorias:** Empresas e compradores particulares.

### **Organização e relações de produção da COOPCARMO:**

a) Qual é a importância/o significado do trabalho realizado pelas Cooperativas de resíduos sólidos, mais especificamente, pela COOPCARMO?

b) Qual é a importância da relação estabelecida entre vocês e a COOPCARMO? Como essa relação se deu e desde quando? Qual o motivo da escolha da COOPCARMO para o destino dos materiais? Vocês identificam contribuições socioambientais?

c) Quais são os avanços, os limites e os desafios atuais dessa relação?

d) Sendo um entreposto (como as cooperadas o chamam), que se diferencia dos demais por levar os resíduos diretamente à Cooperativa:

- O processo de separação é uma política da empresa?

- Foram necessárias mudanças ou foram observadas mudanças no tocante à separação de materiais dentro da Empresa?

- Como ocorre a separação do material que se destina à Cooperativa?

- Qual é o material destinado à Cooperativa, com que frequência e em que quantidade?

Existem outras destinações? Existem outros espaços parceiros de destinação de resíduos?

h) Qual é o lugar e o papel que a COOPCARMO ocupa nas questões sociais e ambientais, para com a REDUC/Petrobrás e para além dela? Como vocês veem as ações de governo local (no caso, do Município de Mesquita) quanto à questão do trabalho com resíduos sólidos e quanto a seu destino?

i) Faça demais considerações e/ou observações que sejam julgadas pertinentes para a relação entre esta Empresa e a COOPCARMO.

j) Gostaria de fazer alguma outra consideração sobre o trabalho realizado pela COOPCARMO?

Agradecemos desde já sua disponibilidade e sua colaboração com a realização desta tese.

**Obs. Todas as identificações serão preservadas.**

## APÊNDICE C - ROTEIRO DE ABORDAGEM PARA A PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS GESTORES MUNICIPAIS

Relações de Produção no Trabalho da COOPCARMO (2003-2011) e Implicações Socioambientais: **Perspectiva da gestão municipal**

**Categorias:** Gestão Municipal a partir das entrevistas com o Prefeito do Município de Mesquita; com a Secretária de Meio Ambiente; com a Coordenadora de Educação Ambiental da SEMUAM; e com o Coordenador da Coleta Seletiva da SEMUAM.

### **Organização e relações de produção (período 2001 a 2011):**

- a) Qual é a sua visão sobre o papel social da reciclagem de resíduos sólidos, em especial, para os municípios e, logo, para Mesquita?
- b) Mesquita vem sendo vanguarda nesse sentido. Possui legislação para catadores, instalação de galpões, cooperativas de reciclagem, licenciamento ambiental e legislação em EA. Dentro desse contexto, fale da **importância e do significado do trabalho realizado por trabalhadoras e trabalhadores desse segmento.**
- c) Mais especificamente, fale **do significado do trabalho** realizado pela COOPCARMO e o papel dessa Cooperativa, desde sua criação em 2001, para o Município de Mesquita.
- d) Qual é o lugar e o papel que a COOPCARMO ocupa nas questões sociais e ambientais para com este Município e para além dele?
- e) Quanto à questão do trabalho com resíduos sólidos e seu destino, poderíamos falar de algum tipo de relação entre as ações de governo local (incluindo as políticas públicas), e o trabalho iniciado pela COOPCARMO em 1993 no município?

f) Nesse âmbito, puderam ser observadas mudanças no decorrer desses anos? Que contribuições, avanços e dificuldades podem ser registrados (entre o nascimento do município, o desenvolvimento da Cooperativa e, depois, os demais trabalhos Cooperados)?

g) Para finalizar, como você percebe a relação dos trabalhadores desse segmento em sua relação com o mercado (comercialização de produtos) e com o mercado de trabalho?

h) Gostaria de fazer alguma outra consideração sobre o trabalho realizado pela COOPCARMO?

Agradecemos desde já sua disponibilidade e sua colaboração com a realização desta tese.

**Entrevistas autorizadas para a publicação de identificações.**

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ABORDAGEM PARA A PESQUISA DE CAMPO:  
ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - ENTREPOSTOS DE COLETA, COM AS  
EMPRESAS (PÚBLICAS E PRIVADAS), COM OS MORADORES E COM OUTRAS  
MODALIDADES

**PARTE 1**

Relações de Produção no Trabalho da COOPCARMO (2003-2011) e Implicações  
Socioambientais: **Entrepósitos de separação e coleta**

**Categorias:** Empresas (públicas e privadas); residências e outras modalidades.

**Organização e relações de produção da COOPCARMO:**

- a) Qual é a importância/o significado do trabalho realizado pelas cooperativas de resíduos sólidos, mais especificamente, pela COOPCARMO?
- b) Qual é a importância da relação estabelecida entre vocês e a COOPCARMO? Como essa relação se deu e desde quando? Qual é o motivo da escolha da COOPCARMO para o destino dos materiais? Vocês identificam contribuições socioambientais?
- c) Quais são os avanços, os limites e os desafios atuais dessa relação?
- d) Sendo um entreposto (como as cooperadas o chamam), que se diferencia dos demais por levar os resíduos diretamente à Cooperativa:
  - O processo de separação é uma política da empresa?
  - Foram necessárias mudanças ou foram observadas mudanças no tocante à separação de materiais dentro da Empresa?

- Como ocorre a separação do material que se destina à Cooperativa?
- Qual é o material destinado à Cooperativa, com que frequência e em que quantidade? Existem outras destinações? Existem outros espaços parceiros de destinação de resíduos?

h) Qual é o lugar e o papel que a COOPCARMO ocupa nas questões sociais e ambientais para com esta instituição e para além dela? Como vocês veem as ações de governo local (no caso, do Município de Mesquita) quanto à questão do trabalho com resíduos sólidos e com seu destino?

i) Faça demais considerações e/ou observações que sejam julgadas pertinentes para a relação entre esta Empresa e a COOPCARMO.

j) Gostaria de fazer alguma outra consideração sobre o trabalho realizado pela COOPCARMO?

Agradecemos desde já sua disponibilidade e sua colaboração com a realização desta tese.

**Obs. Todas as identificações serão preservadas.**

## PARTE 2

Relações de Produção no Trabalho da COOPCARMO (2003-2011) e Implicações Socioambientais: **Entrepósitos de separação e coleta**

**Categorias:** Empresas (públicas e privadas), residências e outras modalidades.

### **Organização e relações de produção da COOPCARMO:**

a) Qual é a importância/o significado do trabalho realizado pelas cooperativas de resíduos sólidos, mais especificamente, pela COOPCARMO?

b) Qual é a importância da relação estabelecida entre vocês e a COOPCARMO? Como essa relação se deu e desde quando? Qual é o motivo da escolha da COOPCARMO para o destino dos materiais? Vocês identificam contribuições socioambientais?

c) Quais são os avanços, os limites e os desafios atuais dessa relação?

d) Sendo um entreposto (como as cooperadas o chamam), que se diferencia dos demais por levar os resíduos diretamente à Cooperativa:

- O processo de separação é uma política da empresa?

- Foram necessárias mudanças ou foram observadas mudanças no tocante à separação de materiais dentro da Empresa?

- Como ocorre a separação do material que se destina à Cooperativa?

- Qual é o material destinado à Cooperativa, com que frequência e em que quantidade?

Existem outras destinações? Existem outros espaços parceiros de destinação de resíduos?

h) Qual é o lugar e o papel que a COOPCARMO ocupa nas questões sociais e ambientais para com esta empresa e para além dela? Se vocês tiverem conhecimento, como veem as ações de governo local (no caso, do Município de Mesquita) quanto à questão do trabalho com resíduos sólidos e com seu destino?

i) Faça demais considerações e/ou observações que sejam julgadas pertinentes para a relação estabelecida entre esta Empresa e a COOPCARMO.

j) Gostaria de fazer alguma outra consideração sobre o trabalho realizado pela COOPCARMO?

Agradecemos desde já sua disponibilidade e sua colaboração com a realização desta tese.

**Obs. Todas as identificações serão preservadas.**

### PARTE 3

Relações de Produção no Trabalho da COOPCARMO (2003-2011) e Implicações Socioambientais: **Entrepósitos de separação e coleta**

**Categorias:** Empresas (públicas e privadas); **residências** e outras modalidades.

#### **Organização e relações de produção da COOPCARMO:**

- a) Qual é a importância/o significado do trabalho realizado pelas cooperativas de resíduos sólidos, mais especificamente, pela COOPCARMO?
- b) Qual é a importância da relação estabelecida entre vocês e a COOPCARMO? Como essa relação se deu e desde quando? Qual é o motivo da escolha da COOPCARMO para o destino dos materiais? Vocês identificam contribuições socioambientais?
- c) Quais são os avanços, os limites e os desafios atuais da relação COOPCARMO-sociedade?
- d) Sendo você um entreposto (como as cooperadas o chamam), que "fornece" resíduos diretamente à Cooperativa:
  - Foram necessárias mudanças ou foram observadas mudanças no tocante à separação de materiais no cotidiano de vocês?
  - Como ocorre a separação do material que se destina à Cooperativa?
  - Qual é o material destinado à Cooperativa, com que frequência e em que quantidade? Existem outras destinações? Existem outros espaços parceiros de destinação de resíduos?

h) Qual é o lugar e o papel que a COOPCARMO ocupa nas questões sociais e ambientais para com a sociedade em geral? Se vocês tiverem conhecimento, como veem as ações de governo local (no caso, do Município de Mesquita) quanto à questão do trabalho com resíduos sólidos e com seu destino?

i) Faça demais considerações e/ou observações que sejam julgadas pertinentes para a relação Entrepostos-COOPCARMO.

j) Gostaria de fazer alguma outra consideração sobre o trabalho realizado pela COOPCARMO?

Agradecemos desde já sua disponibilidade e sua colaboração com a realização desta tese.

**Obs. Todas as identificações serão preservadas.**

## APÊNDICE E - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA PRELIMINAR E ESPECÍFICA

### Parte I - Preliminar

ADAMETES, C. M. **Catadores (as) de lixo em trajetória: busca do lugar social.** 2006. Tese de Doutorado - Universidade do Estado de São Paulo, SP, 2006.

ALANIZ, E. P. **Concepções e práticas educacionais de qualificação profissional em empresa autogerida.** 2003. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado de São Paulo, SP, 2003.

AMARAL JUNIOR, J. **Economia solidária: a proposta da CUT ao desemprego estrutural e as transformações no mundo do trabalho.** 2003. Dissertação de Mestrado: Centro Universitário Nove de Julho, São Paulo, 2003.

ANTAS, E. S. **O caráter educativo dos professores de participação das organizações econômicas populares: a experiência de Shangri-lá.** 2000. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

BARROS, J. F. **Rede universitária de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: projeto societário e projeto educativo.** 2003. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

BENINCA, D. **Reciclando a (des)ordem do progresso: Arcan – uma alternativa socioambiental.** 2006. Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2006.

BENZAQUEN, J. F. **A socialização para a cooperação: uma análise de práticas de educação não formal.** 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

BOMFIM, A. M. **Economia solidária e o “fim” das utopias: estudo sobre os empreendimentos autogestados pelos trabalhadores na atual configuração capitalista.** 2001. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

BONAMIGO, C. A. **O trabalho cooperativo como princípio educativo: a trajetória de uma cooperativa de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** 2001. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

**BORTOLUZZI, J. Experiências associativas de trabalho em Chapecó: resistência ao desemprego ou produção social alternativa?.** 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

**CULTI, M. N. O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários.** 2006. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

**DALTOE, C. J. Concepções sobre economia solidária na perspectiva dos associados de cooperativas populares.** 2003. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

**DA ROCHA, V. B. A vida e o trabalho dos recicladores urbanos: uma proposta de educação e inclusão para além da geração de renda.** 2001. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

**LANGE, C. M. A construção de conhecimentos em espaços de Economia Popular Solidária.** 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Panambi, 2006.

**LEANDRO, J. B. Curso técnico em administração de cooperativas do MST: a concepção de educação e a influência no assentamento Fazenda Reunidas de Promissão-SP.** 2003. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

**LIMA, G. S. O processo de sobrevivência e resistência política dos catadores do lixão de João Pessoa.** 2001. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

**LIMA, J. S. C. A solidariedade como princípio pedagógico: um estudo de caso na Usina Catende Harmonia – PE.** 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

**MARIANA, F. B. Autonomia, cooperativismo e Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): contribuições educativas para autogestão e pedagogias de levante.** 2003. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

**NASCIMENTO, U. J. A. Práticas Educativas a Serviço de Trabalhadores em Cooperativa.** 2005. Dissertação de Mestrado - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2005.

OLIVEIRA, R. A. **A feira agroecológica da várzea paraibana: práticas educativas para uma economia popular solidária.** 2004. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

POLI, O. L. **Economia solidária e formação humana: experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no oeste catarinense.** 2006. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SANTOS, A. M. M, **As relações de trabalho, meio ambiente e educação na COOPCARMO - Projeto Lixo É Vida: por uma sustentabilidade democrática da inclusão.** 2005. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Estácio de Sá - UNESA, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, A. R. **Conhecimento e educação em experiência de associativismo e cooperativismo no meio rural – o caso de Santo Cristo/RS.** 2005. Dissertação de Mestrado - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Panambi, 2005.

SILVA, N. B. **Educação popular e subjetividade na Feira Agroecológica.** 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

TAVARES, J. M. **Em grupo é mais fácil – associativismo rural e educação em Horizonta-  
GO.** 2002. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

UMBELINO, V. J. **Socioeconomia solidária e educação popular: contradições e perspectivas.** 2000. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

## **Parte II – Específicas**

ADAMETES, C. M. **Catadores (as) de lixo em trajetória: busca do lugar social.** 2006. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2006.

BENINCA, D. **Reciclando a (des)ordem do progresso: Arcan – uma alternativa socioambiental.** 2006. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOMFIM, A. M. **Economia solidária e o “fim” das utopias: estudo sobre os empreendimentos auto-gestados pelos trabalhadores na atual configuração capitalista.** 2001. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

**BORTOLUZZI, J. Experiências associativas de trabalho em Chapecó: resistência ao desemprego ou produção social alternativa?** 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

**DA ROCHA, V. B. A vida e o trabalho dos recicladores urbanos: uma proposta de educação e inclusão para além da geração de renda.** 2001. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

**LIMA, G. S. O processo de sobrevivência e resistência política dos catadores do lixão de João Pessoa.** 2001. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

**SANTOS, A. M. M, As relações de trabalho, meio ambiente e educação na COOPCARMO - Projeto Lixo É Vida: por uma sustentabilidade democrática da inclusão.** 2005. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Estácio de Sá - UNESA, Rio de Janeiro, 2005.

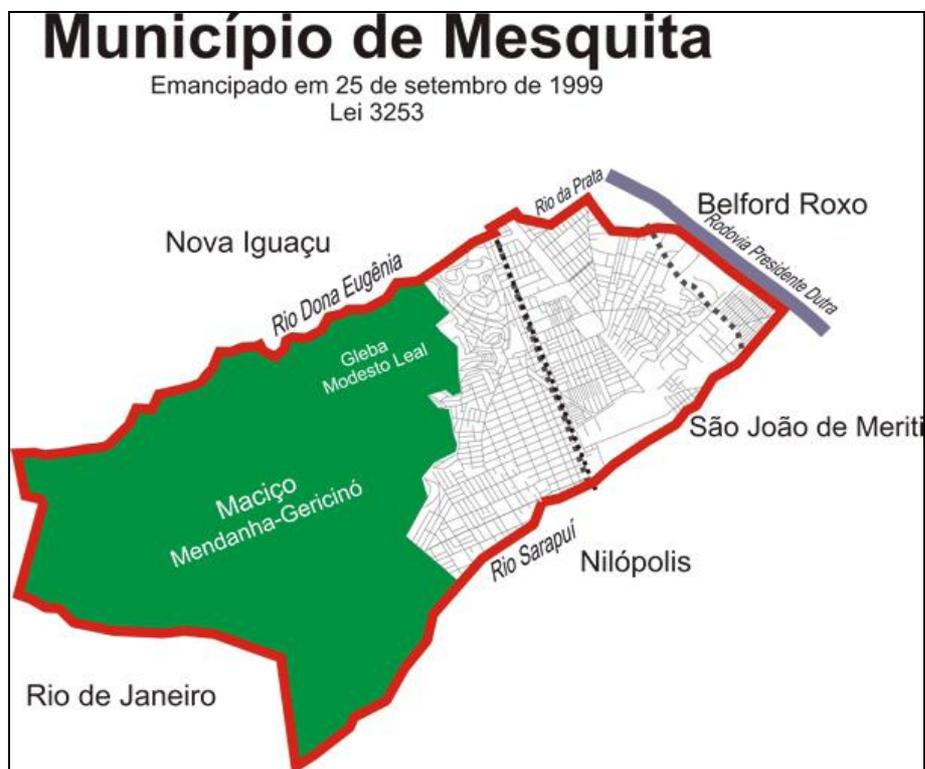
## APÊNDICE F – QUADRO DE COOPERADOS ATUAIS – ANO 2012

<b>COOPERADOS</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>TEMPO DE COOPERATIVA</b>	<b>PROFISSÃO ANTERIOR A CATADOR</b>
1 João*	65/F	Fundamental Incompleto	17 anos	Comerciário
2 Tereza	42/F	Fundamental Incompleto	11 anos	Do lar
3 Olga	37/F	Fundamental Incompleto	09 anos	Do Lar
4 Vitória	58/F	Ensino médio incompleto	17 anos Fundadora	Do Lar
5 Josefa	56/F	Fundamental Incompleto	01 ano	Diarista
6 Nise	32/F	Ensino médio completo	5 anos	Auxiliar de laboratório
7 Giovana	56/F	Fundamental Incompleto	04 anos	Artesã
8 Joana	47/F	Fundamental Incompleto	07 anos	Do Lar
9 Mercedes	42/F	6ª série/fundamental incompleto	10 anos	Fábrica, Mercado Doméstica
10 Francisca	56/F	Fundamental Incompleto	02 anos	Do Lar
11 Hilda	26/F	Fundamental Incompleto	10 anos	Serviços Gerais Doméstica
12 José	43/M	Fundamental Incompleto	02 anos	Séricos Gerais
13 Anne	56/F	Fundamental Incompleto	14 anos	Do Lar
14 Madalena**	38/F	Fundamental Incompleto	02 meses	Comerciária
15 Inge**	33/F	Fundamental Incompleto	02 meses	Catadora

\*Atual vigia e aposentado da Cooperativa

\*\*Cooperadas muito recentes, ano de 2012.

ANEXO A - MAPA DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, DE LOCALIZAÇÃO ECONÔMICA E RELATIVO AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO





## ANEXO B - GRÁFICOS E TABELAS SOBRE O COOPERATIVISMO NO BRASIL

### NÚMEROS DO COOPERATIVISMO POR RAMO DE ATIVIDADE (31/DEZ/2010)

Ramo de Atividade	Cooperativas	Associados	Empregados
Agropecuário	1.548	943.054	146.011
Consumo	123	2.297.218	9.892
Crédito	1.064	4.019.528	56.178
Educacional	302	57.547	3.349
Especial	12	397	14
Habitacional	242	101.071	1.676
Infra-estrutura	141	778.813	5.775
Mineral	63	20.792	144
Produção	235	11.454	3.669
Saúde	852	246.265	56.776
Trabalho	1.024	217.127	3.879
Transporte	1.015	321.893	10.787
Turismo e Lazer	31	1.368	32
<b>T O T A I S</b>	<b>6.652</b>	<b>9.016.527</b>	<b>298.182</b>

Fonte: Organizações estaduais e OCB

Elaboração: OCB/Gemerc

### CRESCIMENTO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO EM 2010

Ramo	Número de Cooperativas			Número de Associados			Número de		
	Posição 2010	Posição 2009	%	Posição 2010	Posição 2009	%	Posição	Posição	%
Agropecuário	1.548	1.615	-4,1%	943.054	942.147	0,1%	146.011	138.82	5,2%
Consumo	123	128	-3,9%	2.297.218	2.304.830	-	9.892	9.70	2,0%
Crédito	1.064	1.100	-3,3%	4.019.528	3.497.735	-	56.178	42.80	31,3%
Educacional	302	304	-0,7%	57.547	55.838	0,3%	3.349	2	-9,9%
Especial	12	15	-20,0%	397	469	14,9%	14	2	55,6%
Habitacional	242	253	-4,3%	101.071	108.695	14,9%	1.676	3,71	19,2%
Infra-estrutura	141	154	-8,4%	778.813	715.800	3,1%	5.775	6	-4,5%
Mineral	63	58	8,6%	20.792	20.031	14,9%	144	1,40	39,8%
Produção	235	226	4,0%	11.454	11.396	-	3.669	6	25,0%
Saúde	852	871	-2,2%	246.265	225.980	15,4%	56.776	6,04	1,9%
Trabalho	1.024	1.408	-27,3%	217.127	260.891	-	3.879	5	-8,6%
Transporte	1.015	1.100	-7,7%	321.893	107.109	7,0%	10.787	10	24,6%
Turismo e Lazer	31	29	6,9%	1.368	1.489	7,0%	32	3	6,7%
<b>T O T A L</b>	<b>6.652</b>	<b>7.261</b>	<b>-8,4%</b>	<b>9.016.527</b>	<b>8.252.410</b>	<b>9,3%</b>	<b>298.182</b>	<b>274.19</b>	<b>8,8%</b>

Fonte: Organizações estaduais e OCB

Elaboração: OCB/Gemerc

## NÚMEROS DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO POR ESTADO (31/DEZ/2010)

<b>Unidade Federação</b>	<b>Cooperativas</b>	<b>Associados</b>	<b>Empregados</b>
Acre	51	8.370	222
Alagoas	101	20.086	3.358
Amazonas	131	12.203	1.523
Amapá	61	4.617	547
Bahia	659	422.470	6.109
Ceará	158	78.019	5.654
Distrito Federal	169	142.654	1.828
Espírito Santo	141	151.347	5.959
Goiás	221	126.407	6.404
Maranhão	244	12.636	676
Minas Gerais	781	925.701	29.829
Mato Grosso do Sul	106	92.906	3.445
Mato Grosso	154	221.894	6.238
Pará	276	45.959	1.694
Paraíba	121	45.365	2.631
Pernambuco	212	105.949	3.172
Piauí	54	6.623	482
Paraná	237	534.232	57.526
Rio de Janeiro	452	229.895	7.693
Rio Grande do Norte	108	66.636	1.746
Rondônia	129	38.656	1.831
Roraima	70	4.298	336
Rio Grande Do Sul	728	1.924.384	49.072
Santa Catarina	262	1.007.496	31.886
Sergipe	61	11.542	617
São Paulo	911	2.765.614	66.803
Tocantins	54	10.568	901
<b>T O T A I S</b>	<b>6.652</b>	<b>9.016.527</b>	<b>298.182</b>

Fonte: Organizações estaduais e OCB

Elaboração: OCB/Gemerc

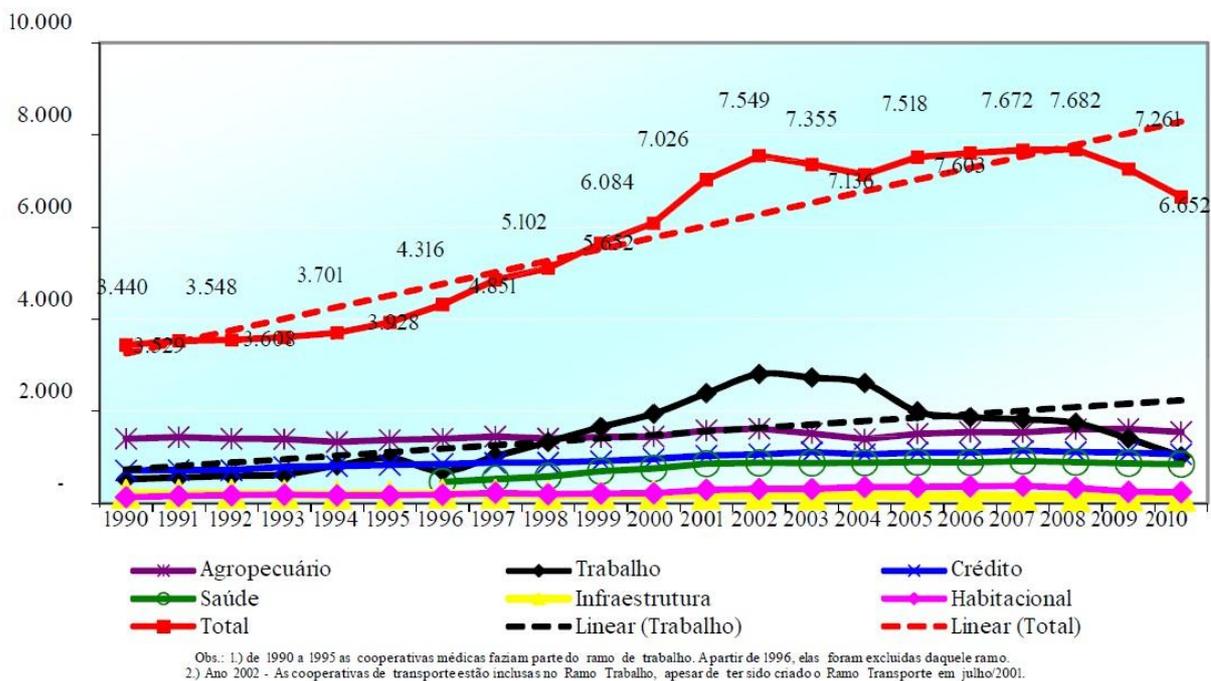
## NÚMEROS DE REGISTROS CONCEDIDOS PARA COOPERATIVAS EM 2010

<b>T O T A L</b>	<b>284</b>
------------------	------------

Fonte: Organizações estaduais e OCB

Elaboração: OCB/Gemerc

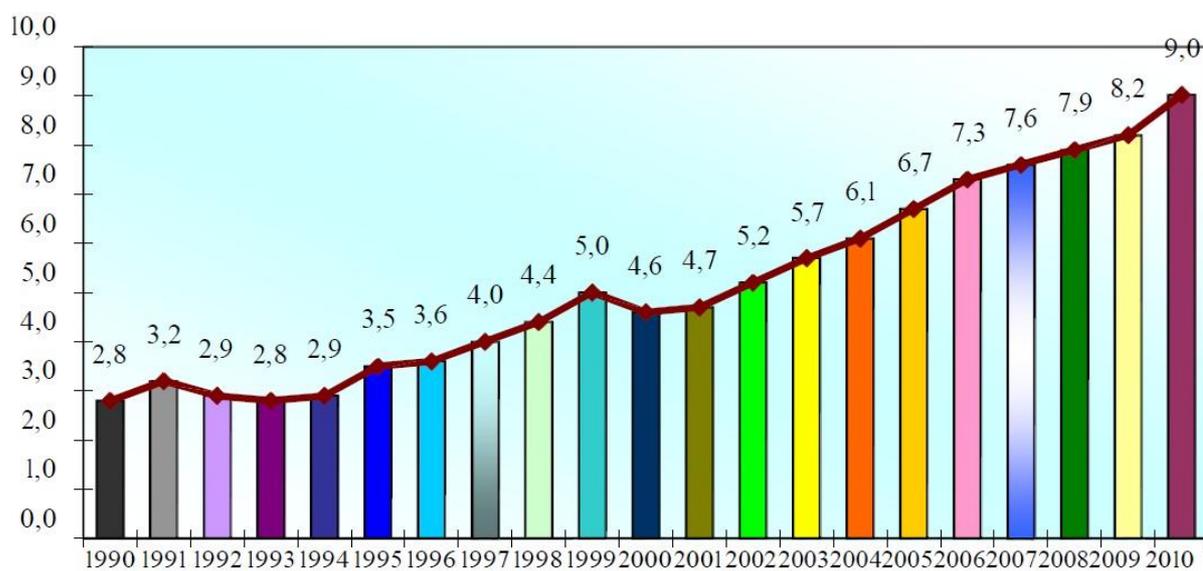
## EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS RAMOS DESDE 1990



Fonte: Organizações Estaduais e OCB

Elaboração: OCB/Gemerc

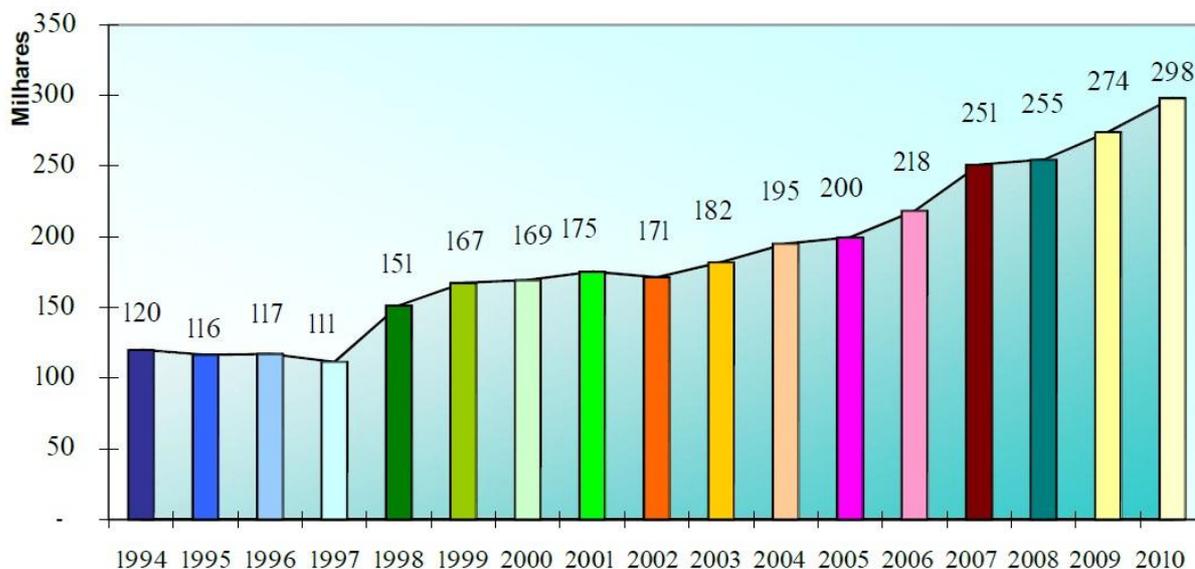
## EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ASSOCIADOS



Fonte: Organizações Estaduais e OCB

Elaboração: OCB/Gemerc

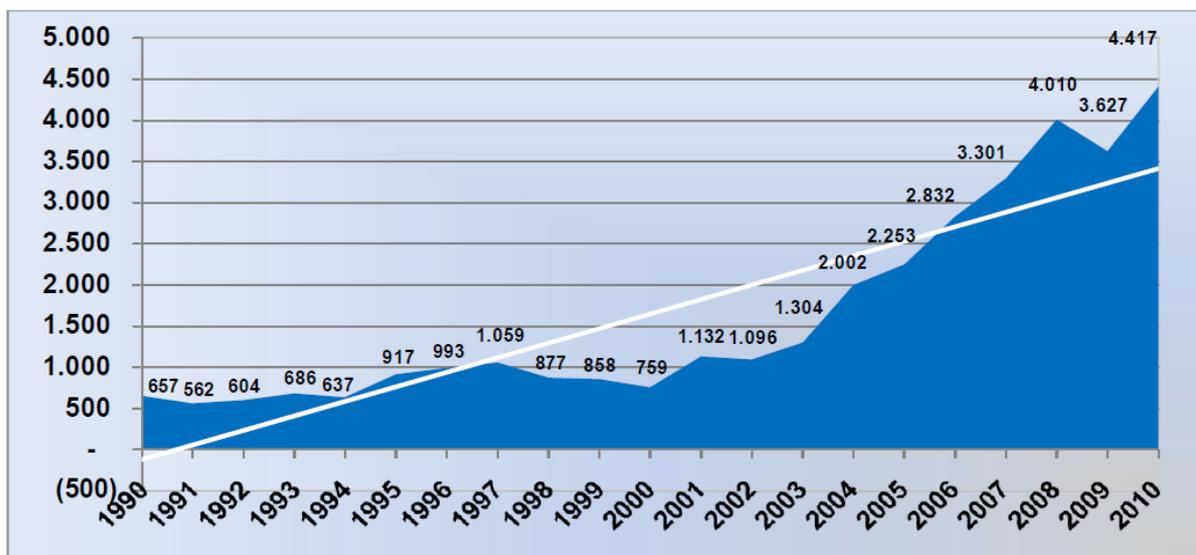
## EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGADOS



Fonte: Organizações Estaduais e OCB

Elaboração: OCB/Gemerc

## EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DAS COOPERATIVAS



Fonte: MDIC/Secex – Dez/2010

Elaboração: OCB/Gemerc

ANEXO C - RELAÇÃO DE COOPERATIVAS VOLTADAS À RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS QUE CONSTAM DO SITE DO COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM - CEMPRE

Destacamos, inicialmente, as cooperativas registradas no Estado do Rio de Janeiro e, a seguir, encontram-se listadas as demais, de todos os estados brasileiros.

**RIO DE JANEIRO (29 cooperativas registradas)**

**Aspergilus**

Endereço: Av. Nilo Peçanha, 384  
Bairro: Centro  
Cidade: Araruama  
CEP: 28.970-000  
Materiais: papel.

**Associação de Catadores de Nova Friburgo**

Endereço: Av. Alberto Braune, 113  
Bairro: Centro  
Cidade: Nova Friburgo  
CEP: 28.613-001  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Associação dos Catadores das Pedras Brancas**

Endereço: Rua Waldomiro de Souza, 27  
Bairro: Pedras Brancas  
Cidade: São José do Vale do Rio Preto  
CEP: 25.780-000  
Materiais: plástico, metal, pneu, papel, pilha, vidro, longa vida, lâmpadas, matéria orgânica, borracha.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 49  
MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO  
MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Barracope**

Endereço: Av. Min. Ivan Lins, s/n  
Bairro: Barra da Tijuca  
Cidade: Rio de Janeiro  
CEP: 22.620-110  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Coare-qm Cooperativa de Coleta Seletiva Aproveitamento de Resíduos Sólidos**

Endereço: Av. Plínio Giosa, 300  
Bairro: Vila Camarim  
Cidade: Queimados  
CEP: 26.385-020

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, vidro, longa vida, tubo dental, óleo, madeira, matéria orgânica, borracha.

**Comunidade Esperança Sociedade e Reciclagem**

Endereço: Rua Casimiro de Abreu, 272

Bairro: Centro

Cidade: Petrópolis

CEP: 25.615-002

Materiais: plástico, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**COOPCARMO - Reciclagem Comunitária Nossa Senhora do Carmo**

Endereço: Rua Guarani, 405

Bairro: Jacutinga

Cidade: Mesquita

CEP: 26.230-180

Materiais: plástico, metal, papel, longa vida.

**Cooperativa - Coopama**

Endereço: Rua Ares de Caral, 98/100

Bairro: Jacaré

Cidade: Rio de Janeiro

CEP: 22.471-330

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa Ambiental**

Endereço: Av. Homero Leite, 254

Bairro: Saudade

Cidade: Barra Mansa

CEP: 25.050-510

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa Beija Flor**

Endereço: Rua da Batata, 990

Bairro: Penha Circular

Cidade: Rio de Janeiro

CEP: 21.011-020

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 50*

*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Cooperativa Compromisso Ambiental**

Endereço: Rua Vitor Civita, 66

Bairro: Barra da Tijuca

Cidade: Rio de Janeiro

CEP: 22.280-005

Materiais: plástico, metal, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa coopguanabara**

Endereço: Rua Flavio Farnezio, 168

Bairro: Bonsucesso  
Cidade: Rio de Janeiro  
CEP: 20.931-001  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa de Reciclagem Rezende**

Endereço: Rua Prof. Darcy Ribeiro, s/n  
Bairro: Morada da Colina  
Cidade: Resende  
CEP: 27.523-000  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**COOTRACOM - Cooperativa de Trabalho Comunitário**

Endereço: Estrada do Guando, 1122  
Bairro: Campo Grande  
Cidade: Rio de Janeiro  
CEP: 23.097-200  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa Mista de Coleta Seletiva Aproveitamento de Resíduos Sólidos**

Endereço: Rua Coronel Francisco Soares, 872  
Bairro: Centro  
Cidade: Nova Iguaçu  
CEP: 26.220-030  
Materiais: plástico, metal, papel.

**Cooperativa Projeto ATOS**

Endereço: Rua Ivan Pessoa, 341  
Bairro: Santíssimo  
Cidade: Rio de Janeiro  
CEP: 23.097-200  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, tubo dental, tecido.

**Cooperativa Recicla Três Rios**

Endereço: Rua Prof. Walter Franklin, 13, loja 1  
Bairro: Centro  
Cidade: Três Rios  
CEP: 25.803-010  
Materiais: plástico, metal, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.

**Cooperativa Vale da Safira**

Endereço: Av. do Corretor, 23  
Bairro: Vila Aliança  
Cidade: Rio de Janeiro  
CEP: 21.842-340  
Materiais: plástico, metal, papel, longa vida.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA No 99/07 51*

*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO  
MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Coopercentro**

Endereço: Estrada do Mato Alto, 4792  
Bairro: Guaratiba  
Cidade: Rio de Janeiro  
CEP: 23.030-320  
Materiais: papel.

**Coopergramacho**

Endereço: Av. Tocantins s/n  
Bairro: Monte Castelo  
Cidade: Rio de Janeiro  
CEP: 21.660-355  
Materiais: plástico, metal, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.

**Coopernorte - Sampaio**

Endereço: Av. Marechal Rondon, 2204  
Bairro: Sampaio  
Cidade: Rio de Janeiro  
CEP: 20.950-004  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Coopersul - Botafogo**

Endereço: Rua Prof. Álvaro Rodrigues, 420  
Bairro: Botafogo  
Cidade: Rio de Janeiro  
CEP: 22.280-040  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Coopersul - Copacabana**

Endereço: Rua Sá Ferreira, s/n  
Bairro: Copacabana  
Cidade: Rio de Janeiro  
CEP: 22.071-100  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Coopersul - Humaitá**

Endereço: Rua Frei Veloso, s/n  
Bairro: Humaitá  
Cidade: Rio de Janeiro  
CEP: 22.471-330  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Coopevape - Irajá**

Endereço: Av. Monsenhor Félix, 512  
Bairro: Irajá  
Cidade: Rio de Janeiro  
CEP: 21.235-110  
Materiais: plástico, metal, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA No 99/07 52*

*MPF / 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL***Cooptramaré Cooperativa dos Trabalhadores do Complexo da Maré**

Endereço: Av. Rio Branco, 43, 18° andar

Bairro: Centro

Cidade: Rio de Janeiro

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Cootracom - Cooperativa de Trabalhos Comunitários do Rio de Janeiro**

Endereço: Estrada do Guandu, 1122

Bairro: Mendanha

Cidade: Rio de Janeiro

CEP: 23.097-200

Materiais: plástico, papel, vidro, longa vida.

**Primaplast Plásticos Ltda**

Endereço: Av. Monte Castelo, 1339 A

Bairro: Jardim Gramacho

Cidade: Duque de Caxias

CEP: 25.055-120

Materiais: plástico, metal.

**Riocoop - Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem de Materiais Plásticos**

Endereço: Rua Dezesete de Fevereiro, 408

Bairro: Bonsucesso

Cidade: Rio de Janeiro

CEP: 21.402-760

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**ALAGOAS****Cooperativa São Vicente**

Endereço: Rua Santa Isabel, s/n

Bairro: Canafistura

Cidade: Arapiraca

CEP: 57.300-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, tecido.

**Unimed Arapiraca**

Endereço: Rua Nossa Senhora de Fátima, 209

Bairro: Alto do Cruzeiro

Cidade: Arapiraca

CEP: 57.313-040

Material: Papel.

**AMAZONAS****Ascorpim (Asseguração dos Coletores de Resíduos de Parintins)**

Endereço: Av. Nações Unidas, s/n

Bairro: Centro

Cidade: Parintins

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Associação dos Trabalhadores Desempregados e Excluídos do Estado do AM**

Endereço: R. Barão do Rio Branco, 2

Bairro: Pq. das Laranjeiras - III Etapa

Cidade: Manaus

CEP: 69.058-581

Materiais: Papel, bateria, vidro, longa vida, eletrônicos.

**Fundação Reflobosques**

Endereço: Av. Quintino Bocaiuva, 938-B

Bairro: Centro

Cidade: Manacapuru

CEP: 69.400-000

Materiais: Plástico, metal, pneu, papel, vidro, longa vida, tubo dental, lâmpadas, tecido, óleo, madeira, matéria orgânica, borracha.

**Sacopel**

Endereço: Av. André Araújo, 453

Bairro: São Francisco

Cidade: Manaus

CEP: 69.060-000

Materiais: Plástico.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 31*

*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**BAHIA**

**Ascompita - Associação Comunitária SOS Mont Serrat da Península Itapagip**

Endereço: Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, 4

Bairro: Massaranduba

Cidade: Salvador

CEP: 40.435-570

Materiais: Plástico, metal, pneu, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida, tubo dental, tinta, lâmpadas, tecido, óleo, madeira, matéria orgânica, eletrônicos, borracha.

**Associação Comunitária Tenda de Olorum**

Endereço: Rua Lopes Trovão, 111 c

Bairro: Massaranduba

Cidade: Salvador

CEP: 40.035-070

Materiais: plástico, papel.

**Caec - Lauro de Freitas**

Endereço: Rua Dr. Gerino de Souza Filho, s/n

Bairro: Cají

Cidade: Lauro de Freitas

CEP: 42.700-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Caec- Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos de Canabrava**

Endereço: Rua da Mauritânia, s/n

Cidade: Salvador / BA

CEP: 41.253-070

Materiais: plástico, metal, papel.

**Centro de Apoio Social aos Adolescentes e Idosos da Bahia**

Endereço: Avenida Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, 1049

Bairro: Santo Inácio – Mata Escura

Cidade: Salvador

CEP: 41.219-600

Materiais: plástico, pneu, papel, longa vida, borracha.

**Coop. Catadores de Material Reciclável de Barreiras e Região Oeste**

Endereço: Rua das Varzeas, 497

Bairro: Centro

Cidade: Barreiras

CEP: 47.805-250

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Coop. de Reciclagem e Serviços do Subúrbio Ferroviário**

Endereço: Rua Boa Esperança de Ilha Amarela, 84

Bairro: Ilha Amarela

Cidade: Salvador

CEP: 40.715-290

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 32*

*MPF / 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Cooperativa de Catadores Itairó**

Endereço: Av.Itabuna, 33

Bairro: Centro

Cidade: Itabuna

CEP: 45.700-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental, tecido.

**Cooperativa de Catadores Recicla Conquista**

Endereço: Av. Juracy Magalhães, 2790

Bairro: Morada dos Passos II

Cidade: Vitória da Conquista

CEP: 45.000-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Cooperativa Recicla Jaguaquara**

Endereço: Aterro Sanitário Mun. de Jaguaquara, s/n

Bairro: Fazenda Toca da Onça

Cidade: Jaguaquara

CEP: 45.345-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro.

**Cooperje - Cooperativa de Catadores Recicla Jequié**

Endereço: BR 116, km 6

Bairro: Vila Suíça

Cidade: Jequié

CEP: 45.206-120

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, pilha, vidro, longa vida, tubo dental, lâmpadas, eletrônicos, borracha.

**Cooperssf - Cooperativa de reciclagem e serviços do subúrbio ferroviário**

Endereço: Rua Boa Esperança de Ilha Amarela, 84

Bairro: Ilha Amarela

Cidade: Salvador

CEP: 40.715-290

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, vidro, longa vida, tecido, matéria orgânica.

**Coopmarc- Cooperativa de Materiais Recicláveis de Camaçari e Prestação**

Endereço: Rua Princesa Isabel, s/n

Bairro: Espaço Alfa

Cidade: Camaçari

CEP: 42.800-970

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**CORAL- Cooperativa de Catadores e Recicladores de Alagoinhas**

Endereço: J. J. Seabra, s/n

Bairro: Centro

Cidade: Alagoinhas

CEP: 48.010-140

Materiais: plástico, metal, papel.

**Kilolixo**

Endereço: Alameda Anturias, 148/1202

Bairro: Candeal

Cidade: Salvador

CEP: 41.830-130

Materiais: plástico, metal, papel, vidro.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 33**MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL***Marau Limpo Reciclagem**

Endereço: Loteamento Barra dos Três Coqueiros, Lote 1,n. 5

Bairro: Barra Grande

Cidade: Maraú

CEP: 45.520-000

Materiais: plástico, papel, vidro, longa vida.

**CEARÁ****Aarno- Associação dos Agentes Ambientais Recicladores de Nova Olinda**

Endereço: Rua Vicente Pereira, 141

Bairro: Nova Olinda  
Cidade: Nova Olinda  
CEP: 63.165-000  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Coopremarce - Cooperativa de Pré-Beneficiamento e Material Reciclados do Ceará**

Endereço: Rua Bartolomeu de Gusmão, 1041  
Bairro: Centro  
Cidade: Ceará  
CEP: 60.415-170  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Del Monte Brasil**

Endereço: Baixa do Félix, s/n  
Bairro: Zona Rural  
Cidade: Quixeré  
CEP: 62.920-000  
Materiais: plástico, metal, pneu, papel, óleo, madeira.

**Sociedade Recicladora Pirambu**

Endereço: Rua Serafim, 8A  
Bairro: Pirambu  
Cidade: Fortaleza  
CEP: 60.310-690  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**DISTRITO FEDERAL**

**Ambiente-Associação dos Ambientalistas da Vila Estrutural**

Endereço: Chácara, 258, Lixão da Estrutural  
Bairro: Vila Estrutural  
Cidade: Brasília  
CEP: 71.095-001  
Materiais: plástico, metal, pneu, papel, vidro, lâmpadas, madeira.

**Associação dos Artesãos do Meio Ambiente**

Endereço: SCLN 302, bloco E, loja 3  
Bairro: Asa Norte  
Cidade: Brasília  
CEP: 71.680-370  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 34*  
*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*  
*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Astradasm - Associação de Trabalho dos Recicladores, Desenvolvimento Agrícola e Ambientalista de Santa Maria**

Endereço: Av. Alagados, CL 114  
Bairro: Chácara 2  
Cidade: Santa Maria

CEP: 71.000-000

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, vidro.

**Cortrap - Cooperativa de Reciclagem Trabalho e Produção**

Endereço: QN 14-D, (terreno GDF)

Bairro: Vila Estrutural

Cidade: Brasília

CEP: 71.771-140

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Fundamental- Cooperativa dos Coletores de Resíduos Sólidos Recicláveis**

Endereço: SRL, Quadra 26, conj J, It 05

Bairro: Buritis IV

Cidade: Planaltina

CEP: 73.300-000

Materiais: plástico, metal, papel.

**Superação Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem de Resíduos Sólidos**

Endereço: Quadra 406, conj J, It 14

Bairro: Centro

Cidade: Recanto das Emas

CEP: 72.631-210

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, tecido, madeira.

**GOIÁS**

**Acop - (Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Ordem e Progresso)**

Endereço: Rua 250, s/n

Bairro: Setor Nova Vila

Cidade: Goiânia

CEP: 74.653-200

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida, tubo dental, lâmpadas, óleo.

**Cooprec -Cooperativa de Reciclagem**

Endereço: Travessa Xingu, s/n

Bairro: Centro

Cidade: Goiânia

CEP: 74.001-970

Materiais: plástico, papel, vidro, longa vida, tubo dental, madeira.

**Reciclar reciclagem de materiais**

Endereço: BR 153, Q5, km 11, It 1/2

Bairro: Jd Transbrasiliana

Cidade: Aparecida de Goiânia

CEP: 74.919-416

Materiais: plástico.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 35*

*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**MARANHÃO****COOPRESL - Cooperativa de Reciclagem de São Luiz**

Endereço: Travessa 29, 50

Bairro: Anjo da Guarda

Cidade: São Luis

CEP: 68.058-000

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.

**MINAS GERAIS****ACAMAR - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis**

Endereço: Rua Dr. Backer, 571

Cidade: Lavras

CEP: 37.200-000

Materiais: vidro.

**Ação Reciclar Cooperativa de Trabalhadores de materiais recicláveis**

Endereço: Rua Benedita Azevedo Rodrigues, 100

Bairro: Jardim Centenário

Cidade: Poços de Caldas

CEP: 37.701-002

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Amavale - Ass. dos Catadores de Mat. Reciclável do Vale do Aço**

Endereço: Av. Londrina, 420

Bairro: Veneza II

Cidade: Ipatinga

CEP: 35.160-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, óleo.

**ASCALP - Associação de Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis**

Endereço: Rua Ceará, 597

Bairro: São Francisco

Cidade: Lagoa da Prata

CEP: 35.590-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**ASCAMARA - Associação do Catadores de Materiais Recicláveis de Araguari**

Endereço: Rua 17, 100

Bairro: Independência

Cidade: Araguari

CEP: 38.445-900

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, longa vida.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 36**MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL***ASCAP - Associação dos Catadores de Papel e Material Reciclável de Nova Lima**

Endereço: Rua Joaquim Henrique, 130

Cidade: Nova Lima  
CEP: 34.000-000  
Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

**Ascata- Associação de Materiais Recicláveis da Carlos Chagas**

Endereço: Praça São José, s/n  
Bairro: Cruzeiro  
Cidade: Carlos Chagas  
CEP: 39.864-000  
Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

**Ascavape - Associação dos Catadores de Brumadinho**

Endereço: Avenida Inhotim, 641  
Bairro: Progresso 2  
Cidade: Brumadinho  
CEP: 35.460-000  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Asmare - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitáveis**

Endereço: Av Contorno, 10.555  
Cidade: Belo Horizonte  
CEP: 30.110-140  
Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

**Associação Amigos do Córrego Bons Olhos**

Endereço: Rua dos Miosótis, 62  
Bairro: Cidade Jardim  
Cidade: Uberlândia  
CEP: 38.412-174  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental, lâmpadas.

**Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Pouso Alegre**

Endereço: Rua José Nunes Maia, 140  
Bairro: Morumbi  
Cidade: Pouso Alegre  
CEP: 37.550-000  
Materiais: plástico, pneu, papel, pilha, vidro, longa vida, lâmpadas.

**Associação de Catadores Paracatu Reciclável**

Endereço: Rua Manoel Caetano, 323  
Cidade: Paracatu - MG  
Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

**ASTEMAR - Associação de Trabalhadores em Materiais Recicláveis da Pampulha**

Endereço: Rua Beira Mar, 418  
Cidade: Belo Horizonte  
CEP: 31.360-290  
Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 37*

*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL***COORECICLA - Cooperativa dos Trabalhadores em Coleta de Material Reciclável**

Endereço: Caetano Vitor, 184

Bairro: Várzea

Cidade: Ouro Fino

CEP: 37.570-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**COOPERSOLI- Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos Produtivos**

Endereço: Rua Lacyr Maffia, 161

Bairro: Jatobá 4

Cidade: Belo Horizonte

CEP: 30.664-750

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**MLJ Reciclagens**

Endereço: Rua da Estação, s/n

Bairro: Rosário

Cidade: Barroso

CEP: 03.621-200

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

**Oliveira Comércio e Distribuição Ltda**

Endereço: Rua Antônio Araújo. 745

Bairro: Jardins do Lago

Cidade: Nova Serrana

CEP: 35.519-000

Materiais: papel.

**Papelcaf comércio de papel**

Endereço: Rua Maria Quitéria, 31

Bairro: Marta Helena

Cidade: Uberlândia

CEP: 38.402-034

Materiais: plástico, papel, longa vida.

**MATO GROSSO DO SUL****ASSOBRA- Associação Brasilandense de Agentes Ambientais**

Endereço: Av. São José, s/n

Cidade: Brasilândia

CEP: 79.670-000

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 38**MPF / 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL***PARÁ****Comercial Marcela**

Endereço: Rua TV PE Prudêncio, 56-A

Bairro: Comércio  
Cidade: Belém - CEP: 66.025-540  
Materiais: pneu.

#### **Coomtresp**

Cidade: Parauapebas  
CEP: 68.515-000  
Materiais: plástico, metal, pneu, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida, tubo dental, lâmpadas, tecido, eletrônicos, borracha.

#### **Cooperlimpa**

Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 914  
Bairro: Marajoara I  
Cidade: Xinguara  
CEP: 68.555-000  
Materiais: plástico, metal, pneu, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida, lâmpadas, tecido, madeira, eletrônicos, borracha.

### **PARANÁ**

#### **Acomarp - Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis de Paraíso**

Endereço: Avenida Tapejara, 1041  
Bairro: Centro  
Cidade: Paraíso do Norte  
CEP: 87.780-000  
Materiais: plástico, metal, pneu, papel, vidro.

#### **Alumipac**

Endereço: Seimu Oguido 379  
Cidade: Londrina  
CEP: 86.075-140  
Materiais: vidro.

#### **Apara - Associação de Apoio aos Agentes**

Endereço: Av. Rubens César Caselani, 2757  
Bairro: Centro  
Cidade: Realeza  
CEP: 85.770-000  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

#### **Arafoz - Associação de Recicladores de Foz do Iguaçu**

Endereço: Rua Muaguari, 629  
Bairro: Portal da Foz  
Cidade: Foz do Iguaçu  
CEP: 85.859-360  
Materiais: plástico, metal, papel, longa vida.

#### **Associação de Agentes Ecológicos Recicladores ECOSUL**

Endereço: Rua Padre Justino Pacionista, 569  
Bairro: Centro

Cidade: Paula Freitas

CEP: 84.630-000

Materiais: plástico, metal, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.

#### **Associação de Catadores de Materiais Recicláveis**

Endereço: Rua Dr. Murici, s/n

Bairro: Centro

Cidade: Nova Esperança

CEP: 87.600-000

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, vidro, longa vida.

#### **Associação de Materiais Recicláveis Verde Vida**

Endereço: Rua Otávio Munhorez Santiago, 295

Bairro: Estação

Cidade: Araucária

CEP: 83.705-250

Materiais: plástico, metal, papel.

#### **Associação de Reciclagem**

Endereço: Rua das Orquídeas, 110

Cidade: União da Vitória

CEP: 84.600-000

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

#### **Associação Santa Paula Cooperados**

Endereço: Rua Panamá, 193

Bairro: Bacacheri

Cidade: Curitiba

CEP: 82.510-130

Materiais: plástico, matéria orgânica.

#### **Cepeve - Central de Pesagem e Vendas das ONGs de Londrina**

Endereço: Rua Paraguai, 709

Bairro: Vila Brasil

Cidade: Londrina

CEP: 86.010-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

#### **Cocap - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Apucarana**

Endereço: Travessa Palmeiras, 111

Bairro: Barra Funda

Cidade: Apucarana

CEP: 86.8000-58

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, longa vida.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 40*

*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

#### **COOPERAGE- Cooperativa de Agentes Ecológicos**

Endereço: Rua Manaus, 1524

Bairro: Country

Cidade: Cascavel

CEP: 85.813-100

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, vidro, longa vida.

**Cooperativa dos Agentes Ambientais de Foz do Iguaçu**

Endereço: Rua Ângela Aparecida de Andrade, 3021

Bairro: Centro

Cidade: Foz do Iguaçu

CEP: 85.890-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Coopercentral**

Endereço: Rua José Bonifácio, s/n

Bairro: Jardim Independência

Cidade: Sarandi

CEP: 87.114-050

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Coopercicla - Cooperativa de Coleta Seletiva**

Endereço: Av. Guaíra, 184

Bairro: Zona 7

Cidade: Maringá

CEP: 87.020-050

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Coopreara- Cooperativa dos Recicladores de Arapongas**

Endereço: Rua Anu Coroca, 80

Bairro: Parque Industrial 4

Cidade: Arapongas

CEP: 86.706-019

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Coopzumbi - Cooperativa de Catadores Zumbi dos Palmares**

Endereço: Rua Shirlei Boeira Souto, 35 A-B

Bairro: Centro

Cidade: Colombo

Materiais: plástico, metal, papel.

**Empresa Brasileira de Logística Ltda**

Endereço: Rua Anita Ribas, 53

Bairro: Bacacheri

Cidade: Curitiba

CEP: 82.520-610

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, bateria, vidro, longa vida, tubo dental.

**Engjef Recicladora Ltda.**

Endereço: Rua Britânia, 655

Cidade: Toledo - PR

Materiais: plástico, metal, papel.

**INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 41****MPF / 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO – MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL****Millennium Comércio de Aparas Ltda**

Endereço: Rua Sociologia, 113

Bairro: Turisparque

Cidade: Cascavel

CEP: 85.819-250

Materiais: plástico, metal, papel.

**Perfileve Alumínios**

Endereço: Av. Sincler sambatti, 1.093

Bairro: Zona 39

Cidade: Maringá

CEP: 87.055-405

Materiais: metal.

**Reciclar Araucária - Associação dos Catadores de Materiais Reciclados**

Endereço: Rua Lótus, 831

Bairro: Tupi

Cidade: Araucária

Materiais: plástico, metal, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.

**Recivale - Cooperativa Industrial de Reciclagem Vale do Entre Rios Ltda**

Endereço: Rua Perobal, 4131

Bairro: Centro

Cidade: Umuarama

CEP: 87.503-460

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**PERNAMBUCO****Amape- Associação do Meio Ambiente Preservar e Educar**

Endereço: Rua Engenheiro Oscar Ferreira, 338

Bairro: Centro

Cidade: Recife

CEP: 52.061-020

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Asproma - Associação dos Protetores do Meio Ambiente**

Endereço: Rua Dom Augusto Carvalho, s/n, Vila Diocesana

Bairro: Kennedy

Cidade: Caruaru - CEP: 55.036-525

Materiais: plástico, papel, vidro, longa vida.

**Associação Meio Ambiente Preservar e Educar**

Endereço: Rua Eng. Oscar Ferreira, 338

Bairro: Poço

Cidade: Recife -CEP: 52.061-020

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

Informação técnica nº 99/07 42

Mpf / 4ª câmara de coordenação e revisão

Meio ambiente e patrimônio cultural

#### **Centro de Articulação Retome sua Vida**

Endereço: Rua dos Coelhos 317 (sede)

Bairro: Boa Vista

Cidade: Recife - CEP: 50.070-550

Materiais: plástico, metal, papel, vidro.

#### **Ceralpa - Cooperativa de Energia e Desenvolvimento do Alto do Pajeú**

Endereço: PE 320, s/n, km 1

Bairro: Barra

Cidade: Afogados da Ingazeira

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro.

#### **Coopma - Cooperativa de Meio Ambiente**

Endereço: Rua Napoleão Galvão, 605

Cidade: Garanhuns / PE

CEP: 55.290-000

Materiais: plástico, papel.

#### **Cooptrasgi- Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços de Igarassu**

Endereço: Rua Cautanga, 30, lote bonfim I

Bairro: Cruz de Rebouças

Cidade: Igarassu

CEP: 53.630-807

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

#### **Coores - Cooperativa de Reciclagem São Bento do Una**

Endereço: Rua Doutor João Valença, 128

Bairro: Centro

Cidade: São Bento do Una

CEP: 55.370-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

#### **Reciclapet - Associação de Agentes Ambientais dos Palmares**

Endereço: Rua Alto da Estação, s/n

Bairro: Centro

Cidade: Palmares

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

#### **Recicoop - Cooperativa de Reciclagem de Materiais Reaproveitáveis de Gravatá**

Endereço: Rua Primavera, 71

Bairro: Arruamento Jardim Jura

Cidade: Gravatá

CEP: 55.641-085

Materiais: plástico, papel.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 43*

*MPF / 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO  
MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**RIO GRANDE DO SUL**

**Acrer - Associação dos Classificadores de Resíduos Recicláveis**

Endereço: Rua Travessa Gregório, 65

Bairro: Distrito Industrial

Cidade: Cachoeirinha

CEP: 94.930-510

Materiais: plástico, metal, papel, pilha, vidro, longa vida.

**Ama - Agentes do Meio Ambiente Cooperativa**

Endereço: Av. Brasil, 1599

Cidade: Ibirubá

CEP: 98.200-000

Materiais: plástico, metal, papel.

**Arlas**

Endereço: Rua Bela Vista, 14

Bairro: Parque São José

Cidade: Canoas

CEP: 92.000-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Associação Castilhense de Seleção de Materiais**

Endereço: BR 158, km 3

Cidade: Júlio de Castilhos

CEP: 98.130-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Associação Comunitária do Campo da Tuca**

Endereço: Rua D, 200

Bairro: Partenon

Cidade: Porto Alegre

CEP: 91.793-360

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Associação Cristóvão Colombo**

Endereço: Rua Cância Gomes, 786

Bairro: Floresta

Cidade: Porto Alegre

CEP: 90.220-060

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, longa vida, lâmpadas, matéria orgânica.

**Associação de Catadores e Separadores de Lixo de Rio Grande**

Endereço: Rua Lino Neves, 790

Bairro: Centro

Cidade: Rio Grande

CEP: 96.202-600

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental, madeira.

**Associação de Mulheres Papeleiras**

Endereço: Rua Coronel Vicente, 444, 30

Cidade: Porto Alegre

CEP: 90.030-040

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 44*

*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Associação de Recicladores Arca**

Endereço: Rua Valter Carlos Afonso, 591

Bairro: Consolação

Cidade: Caxias do Sul

CEP: 95.095-440

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Associação de Recicladores Chico Mendes**

Endereço: Rua José Pozzamai, 34

Cidade: Bento Gonçalves

CEP: 95.700-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro.

**Associação de Recicladores Consolação**

Endereço: Rua Ernesto Schimit, 251

Bairro: Consolação

Cidade: Caxias do Sul

CEP: 95.095-440

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Associação de Recicladores Jardim Glória**

Endereço: Rua José de Gaspari, 90

Bairro: Glória

Cidade: Bento Gonçalves

CEP: 95.700-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Associação de Recicladores Nova Manhã**

Endereço: Rua das Rosas, 1485

Bairro: Desvio Rizzo

Cidade: Caxias do Sul

CEP: 95.110-440

Materiais: metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental, madeira.

**Associação de Recicladores Reolon**

Endereço: Travessão Thompsom Flores, 330

Bairro: Reolon

Cidade: Caxias do Sul

CEP: 95.032-300

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Associação de Recicladores Serrano**

Endereço: Travessão Leopoldina, 1303

Bairro: Serrano

Cidade: Caxias do Sul

CEP: 95.041-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 45*

*MPF / 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta**

Endereço: Estrada Antônio Severino, 1317

Bairro: Rubem Berta

Cidade: Porto Alegre

CEP: 91.250-330

Materiais: plástico, papel, vidro, longa vida.

**Associação dos Carroceiros e Catadores de Material Reciclável**

Endereço: Rua Pedro Vaz de Caminha, 125

Bairro: Estrada Henrique Closs

Cidade: Gravataí

CEP: 94.710-070

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, tubo dental.

**Associação dos Catadores Recicladores de Porto Xavier**

Endereço: Linha Divisa Porto Xavier

Cidade: Porto Xavier

CEP: 98.995-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Associação dos Moradores do Bairro Assunção**

Endereço: Av Eurípedes Brasil Milano, 3060, Bloco 266B, apt, 301

Bairro: Assunção

Cidade: Alegrete

CEP: 97.542-900

Materiais: matéria orgânica.

**Associação Ecológica Passo Dorneles**

Endereço: Rua Osvaldo de Godoy Gomes, 436

Bairro: Vila Augusta Maneguini

Cidade: Viamão

CEP: 94.510-020

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Associação MDM**

Endereço: Rua Padre Cacique, 1391

Bairro: Centro

Cidade: Porto Alegre

CEP: 90.810-240

Materiais: plástico, metal, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida, tubo dental, lâmpadas, tecido, madeira, eletrônicos.

**Associação São Pedro Cidadão**

Endereço: Rua Bento Gonçalves, 2440

Bairro: Partenon

Cidade: Porto Alegre

CEP: 90.650-001

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Associação Vida Nova**

Endereço: Rua Giacomo Zatti, 1738

Bairro: Fátima

Cidade: Caxias do Sul

CEP: 95.043-290

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 46*

*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Brasmerko**

Endereço: Rua Bage, 103

Bairro: Dihel

Cidade: Sapucaia do Sul

CEP: 93.214-030

Materiais: metal.

**Cat Global**

Endereço: Acesso dos Gerânios, 35

Bairro: Santa Teresa

Cidade: Porto Alegre

CEP: 90.843-150

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, madeira.

**Cooperativa Coottrul Ltda**

Endereço: Av. João Luiz Pozzobon, 2145, 304

Bairro: São José

Cidade: Santa Maria

CEP: 97.095-000

Materiais: plástico, metal, papel, pilha, vidro, longa vida.

**Cooperativa de Reciclagem Tramandaí**

Endereço: Rua da Fazenda Teixeira, s/n

Cidade: Tramandaí

CEP: 95.590-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa de Trabalhadores Tapejara**

Endereço: Av. 7 de Setembro, 1130

Bairro: Centro

Cidade: Tapejara

CEP: 95.600-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa Ecos do Verde - RS**

Endereço: Rua São João, 764

Bairro: Oliveira

Cidade: Santo Ângelo

CEP: 98.801-240

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Cooperativa Mista de Produção e Trabalho dos Empreendedores Populares**

Endereço: Av. Domingos Gomes, s/n

Bairro: Donária

Cidade: Passo Fundo

CEP: 99.036-070

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida, tubo dental, eletrônicos.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA N° 99/07 47*

*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Cooperesíduos**

Endereço: Rua Dois, 80

Bairro: Vila Santa Marta

Cidade: São Leopoldo

CEP: 93.046-680

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, longa vida.

**Coopers Ltda**

Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 628

Bairro: Centro

Cidade: Santiago

CEP: 97.700-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooreciclo**

Endereço: Rua Uruguai, 2070

Bairro: Centro

Cidade: Pelotas

CEP: 96.010-630

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida, lâmpadas, madeira.

**Coper Recycle**

Endereço: Rua Ferrabraz, 418

Bairro: Campina

Cidade: São Leopoldo

CEP: 93.130-370

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

**Correciclo - Cooperativa de Reciclagem**

Endereço: Rua Clovis Bevilaqua, 107

Bairro: Fragata

Cidade: Pelotas -CEP: 96.025-060

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Grupo Atuante de Mulheres de Itapuã**

Endereço: Rua dos Pescadores, 360

Cidade: Viamão - RS

CEP: 94.750-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Maria Janar da Silva Santos (cooperativa)**

Endereço: Rua Gildo de Freitas, 180

Bairro: Distrito Industrial

Cidade: Cachoeirinha

CEP: 94.930-590

Materiais: plástico, papel.

**Novo Tempo Coleta de Materiais para Reciclagem Ltda**

Endereço: Avenida Presidente Vargas, 2089

Bairro: São Cristóvão

Cidade: Nova Prata

CEP: 95.320-000

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida, tubo dental, tinta, lâmpadas, tecido, óleo, madeira, eletrônicos, borracha.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 48**MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL***Recivap Reciclagem de Plásticos**

Endereço: Senador Salgado Filho, 662

Bairro: Centro

Cidade: São Leopoldo

CEP: 93.000-000

Materiais: plástico.

**Socrebe**

Endereço: Av João Catapan, 1297

Cidade: Passo Fundo - RS

materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

**RIO GRANDE DO NORTE****Acrevi- Associação Comunitária Reciclando para Vida**

Endereço: Rua Dalton Cunha, 478

Cidade: Mossoró

CEP: 59.600-970

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa de Reciclagem de Lixo e derivados do Seridó**

Endereço: Praça Monsenhor Walfredo Gurgel, 67

Bairro: Centro

Cidade: Caicó

CEP: 59.300-000

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, vidro, longa vida, tubo dental, matéria orgânica, borracha.

## **SANTA CATARINA**

### **APAE- Xaxim**

Endereço: Rua Avelino Lenardi, 247

Cidade: Xaxim

CEP: 89.825-000

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

### **AREsp - Associação de Recicladores Esperança**

Endereço: Rodovia SC404, s/n

Bairro: Itacorubi

Cidade: Florianópolis

CEP: 88.034-900

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, eletrônicos.

### **ASMAR - Associação de Seleccionadores de Materiais Recicláveis**

Endereço: Rua Israel Seligman, s/n

Bairro: Nossa Senhora de Lourdes

Cidade: Itapiranga

CEP: 97.050-320

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, madeira.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 53*

*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

### **Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis**

Endereço: Rua Antonio Pereira Oliveira Neto, s/n

Bairro: Centro

Cidade: Florianópolis

CEP: 88.010-280

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, eletrônicos.

### **Associação Ecológica dos Catadores e Recicladores de Joinville**

Endereço: Avenida Miguel Alves Castanha, 359

Bairro: Aventureiro

Cidade: Joinville

CEP: 89.225-795

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

### **Cooperaliança**

Endereço: Rua Ipiranga, 333

Bairro: Centro

Cidade: Içara

CEP: 88.820-000

Materiais: plástico, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperar - Cooperativa de Trabalho e Produção dos Recicladores de Arar**

Endereço: Rodovia Municipal ARA 234, 515

Bairro: Lagoão

Cidade: Araranguá

CEP: 88.900-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, lâmpadas, eletrônicos.

**Cooperativa de Reciclagem Planalto Serrano**

Endereço: Rua Bruno Luersen, 550

Cidade: Lages

CEP: 88.525-440

Materiais: plástico, metal, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.

**Cooperativa Multi-Trabalhos Colibri**

Endereço: Linha Vitória, s/n

Cidade: Concórdia

CEP: 89.700-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Cooperfoz - Cooperativa dos Coletores de Material Reciclável da Foz do Itajaí**

Endereço: Av. Doutor Reinaldo Schmithausen, 239

Bairro: Bombeiros

Cidade: Itajaí

CEP: 88.301-240

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

**Coopervit- Cooperativa de Reciclagem do Vale do Itapocu**

Endereço: Giardini Luiz Lenzi, 96

Bairro: Água Verde

Cidade: Jaraguá do Sul

CEP: 89.254-630

Materiais: plástico, metal, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida, tubo dental, lâmpadas, tecido, eletrônicos.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 54**MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL***Cotraeco - Cooperativa de Trabalho dos Agentes Ecológicos de Araquari**

Endereço: Rod. BR 280, km 29, Caixa Postal 13

Bairro: Porto Grande

Cidade: Araquari

CEP: 89.245-000

Materiais: plástico, metal, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.

**Prefeitura Municipal**

Endereço: R. Arariba 94

Bairro: Itapema do Norte

Cidade: Itapoã

CEP: 89.249-000

Materiais: plástico, metal, papel, pilha, vidro, longa vida.

**Programa Verde Vida**

Endereço: R Mal Floriano Peixoto, 2151L  
Bairro: Maria Goreti  
Cidade: Chapecó  
CEP: 89.807-201  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.  
**SÃO PAULO**

**Açãoaridade**

Endereço: R Conselheiro Furtado, 324, cj 1103  
Bairro: Liberdade  
Cidade: São Paulo  
CEP: 01.511-000  
Materiais: plástico, metal, papel.

**Acipal - Associação dos catadores de materiais recicláveis de palmital**

Endereço: Rua José Paulino, 13  
Bairro: Paraná  
Cidade: Palmital  
CEP: 19.970-000  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tecido.

**Acrepom- Associação dos Catadores e Recicladores de Papel e Outros Materiais**

Endereço: Rua Rangel Pesta, 512  
Bairro: Centro  
Cidade: Araçatuba  
CEP: 16.050-270  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Apae - Centro de Reciclagem Santa Cecília**

Endereço: Av. Manoel César Ribeiro, 1305  
Bairro: Santa Cecília  
Cidade: Pindamonhangaba  
CEP: 12.400-000  
Materiais: plástico, metal, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 55*  
*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*  
*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Arqui- Associação da Reciclagem de Quitana**

Endereço: Av. Santa Helena, s/n  
Bairro: Salão Branco  
Cidade: Quitana  
CEP: 17.670-000  
Materiais: plástico, metal, pneu, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.

**Arte3logística e Transporte Ltda**

Endereço: R. Fábria, 615  
Bairro: Lapa - Cidade: São Paulo -nCEP: 07.142-030  
Materiais: madeira.

**Associação de Carrinheiros de Santos**

Endereço: Rua Amador Bueno, 4466

Bairro: Paquetá

Cidade: Santos

CEP: 11.013-152

Materiais: metal, papel, vidro.

**Associação de Transformação Social Cristo Jesus**

Endereço: Rua Rubens Galvão de França, 345

Bairro: Ermelino Matarazzo

Cidade: São Paulo

CEP: 03.804-010

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, vidro, longa vida, eletrônicos.

**Associação Raio de Luz**

Endereço: Rua Guilherme de Almeida, 150

Bairro: Vivaldi

Cidade: São Bernardo do Campo

CEP: 09.632-050

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

**Associação Verdade e Luz**

Endereço: Rua Francisco Vicentiner, 438

Bairro: Assunção

Cidade: São Bernardo do Campo

CEP: 09.831-650

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, bateria, vidro, longa vida.

**Associação Vira Lata**

Endereço: Rua Sumidouro, 580

Bairro: Pinheiros

Cidade: São Paulo

CEP: 05.428-010

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Avemare - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Vila Esperança**

Endereço: Rua João Santana Leite, 417

Cidade: Santana do Parnaíba

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 56*

*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Bazardastintas Ltda**

Endereço: Av. Prestes Maia, 635

Bairro: Centro

Cidade: São Paulo

CEP: 01.031-001

Materiais: plástico, papel.

**Boa Esperança**

Endereço: Rua João Cristiniano Soares, 20

Bairro: São Mateus

Cidade: São Paulo

CEP: 05.400-000

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

**Bortolândia**

Endereço: Rua Vicente Luiz de Brito, 151

Bairro: Bortolândia

Cidade: São Paulo

CEP: 02.352-140

Materiais: plástico, metal, papel, bateria.

**C P C T B de Materiais Recicláveis Miguel Yunes**

Endereço: Av. Miguel Yunes, 347

Bairro: Distrito Usina Piratininga

Cidade: São Paulo

Materiais: plástico, metal, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida, tubo dental, eletrônicos.

**Central de Triagem Nova Conquista**

Endereço: Rua Cembira, 1100

Bairro: Itaim Paulista

Cidade: São Paulo

CEP: 08.032-010

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental, matéria orgânica.

**Centro Comunitário Beneficente e Cultura N. Sra. Aparecida**

Endereço: Av. Álvaro Alvim, 615

Cidade: São Bernardo do Campo

CEP: 09.693-200

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Collis - Cooperativa do Lixo Limpo Santista**

Endereço: Av. Álvaro Guimarães, 83

Bairro: Jardim

Cidade: Santos

CEP: 11.080-680

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 57*

*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Comarei - Cooperativa de Materiais Recicláveis de Itu**

Endereço: Rua Astro Sintra, 80

Cidade: Itu / SP

CEP: 13.300-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Cooletiva - Cooperativa Mista de Serviços de Construção Civil e Coleta Seletiva de São Carlos**

Endereço: Rua Jucelino Kubitschek, s/n  
Bairro: Centro  
Cidade: São Carlos  
CEP: 13.572-000  
Materiais: plástico, metal, papel.

**Coop - Reciclável**

Endereço: Rua Benfica, 15, casa 2  
Bairro: Jardim Novo Portugal  
Cidade: Guarulhos  
CEP: 07.160-670  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Coop. Nossa Sra. Aparecida - Projeto Reciclar**

Endereço: Rua Serra Dourada, 165  
Bairro: Jardim Boroneza  
Cidade: Campinas  
CEP: 13.082-000  
Materiais: plástico, metal, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.

**Coopamare**

Endereço: Rua Galeno de Almeida, 659  
Bairro: Pinheiros  
Cidade: São Paulo  
CEP: 05.410-030  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Coopcicla Cooperativa de Reciclagem de Santo André**

Endereço: Rua Fernando Costa, s/n  
Cidade: Santo André  
CEP: 09.111-660  
Materiais: plástico, metal, papel, longa vida, tubo dental.

**Coopcolre - Cooperativa de Trabalho de Profissionais de Serviços de Coleta de Lixo Reciclável do Estado de São Paulo**

Endereço: Rua Fernando Costa, s/n  
Bairro: Vila Couto  
Cidade: Cubatão  
CEP: 11.500-310  
Materiais: plástico, papel, bateria, vidro, longa vida.

**Cooperação**

Endereço: Av. Embaixador Macedo Soares, 6000  
Bairro: Vila Leopoldina  
Cidade: São Paulo - CEP: 05.400-000  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro.  
*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 58*  
*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*  
*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Cooperar - Cooperativa de Reciclagem Unidos Para Vender**

Endereço: Rua João Faras, 31

Bairro: Jardim Santiago

Cidade: Hortolândia

CEP: 13.185-793

Materiais: plástico, metal, papel, longa vida.

**Cooperativa Aliança de Coleta e Manuseio de Recicláveis São Judas Tadeu**

Endereço: Rua São Simão, 536, Matão

Bairro: Cond. Coronel

Cidade: Sumaré

CEP: 13.180-370

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Cooperativa Amantes da Natureza e Recicla Sampa**

Endereço: Rua Uschikik Kamyá, 1055

Bairro: Furnas

Cidade: São Paulo

CEP: 02.352-000

Materiais: plástico, papel, vidro, longa vida.

**Cooperativa Amiga dos Catadores de Materiais Recicláveis**

Endereço: Rua Francisco Barreto, 1364

Bairro: Guanabara

Cidade: Capão Bonito

CEP: 18.300-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Cooperativa Amigos do Lixo Guaratinguetá**

Endereço: Rua Afonso Giannico, 700

Bairro: Pedregulho

Cidade: Guaratinguetá

CEP: 12.515-160

Materiais: plástico, metal, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.

**Cooperativa Anjos da Limpeza**

Endereço: Rua Clementina de Castro, 01

Bairro: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Cidade: Nossa Senhora Aparecida

CEP: 12.570-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa Antônio da Costa Santos**

Endereço: Av. Dois, s/n

Bairro: Centro

Cidade: Campinas

CEP: 13.150-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 59*

*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Cooperativa Caminho Certo**

Endereço: Rua Jequirana de Goiás, 103

Bairro: Vila Nova Curuça

Cidade: São Paulo

CEP: 02.001-000

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro.

**Cooperativa Central Tietê**

Endereço: Av. Salin Farah Maluf, 179

Bairro: Tatuapé

Cidade: São Paulo

CEP: 03.160-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental, óleo.

**Cooperativa Cooper Catatudo**

Endereço: Rua 3, 121

Bairro: Caputera

Cidade: Caraguatatuba

CEP: 11.662-630

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa Coopercycle**

Endereço: Rua Ademar Moreira Barbosa, s/n

Bairro: Eldorado

Cidade: Caçapava - CEP: 12.280-000

Materiais: plástico, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa Coopertiva Força União**

Endereço: Rua Sidney Corsi, 560

Bairro: Centro

Cidade: Amparo

CEP: 13.905-509

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa Coopervila Vila Maria**

Endereço: Av. Enersto Augusto Lopes, 100 a

Bairro: Parque Vila Maria

Cidade: São Paulo

CEP: 02.169-030

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, óleo.

**Cooperativa da Capela do Socorro**

Endereço: Av. João Paulo da Silva, 48

Bairro: Vila da Paz - Interlagos

Cidade: São Paulo

CEP: 08.142-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa de Itapira**

Endereço: Rua Hermes Osório de Oliveira, 249

Bairro: Penha do Rio do Peixe

Cidade: Itapira  
CEP: 13.971-035  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.  
*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 60*  
*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*  
*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Cooperativa de Materiais Recicláveis de Franca**

Endereço: Av. Champagnat, 1750  
Bairro: Centro  
Cidade: Franca  
CEP: 14.401-000  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Cooperativa de Materiais Recicláveis de Itapeva**

Endereço: Rua Francisco Lima, n 180  
Bairro: Barracão  
Cidade: Itapeva  
CEP: 18.401-050  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa de Produção Coleta Triagem**

Endereço: Rua São Félix do Piauí, 1221  
Bairro: Itaquera  
Cidade: São Paulo - CEP: 08.295-030  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, óleo.

**Cooperativa de Produção dos Trabalhadores em Materiais de São Paulo**

Bairro: Pinheiros  
Cidade: São Paulo  
CEP: 05.428-010  
Materiais: plástico, metal, pneu, papel, vidro, longa vida, óleo, eletrônicos

**Cooperativa de Reciclagem Barão Legal**

Endereço: Rua Rodrigo Ribeiro de Melo, 121  
Cidade: Campinas  
CEP: 13.085-101  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Cooperativa de Reciclagem de Limeira**

Endereço: Rua Antônio Luna, 1323  
Bairro: Jardim Aeroporto  
Cidade: Limeira  
CEP: 13.484-000  
Materiais: plástico, papel, vidro, longa vida.

**Cooperativa de Reciclagem de Lixo Amigos do Meio Ambiente**

Endereço: Rua Padre Vicente Mellilo, 918  
Bairro: Jardim Oriental  
Cidade: Osasco - CEP: 06.000-000  
Materiais: plástico, metal, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.

**Cooperativa de Reciclagem de Vila Leopoldina**

Endereço: Av. Bem. M Soares, 6000

Bairro: Leopoldina - Lapa

Cidade: São Paulo

CEP: 05.035-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 61*

*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Cooperativa de Reciclagem Jardim Aeroporto**

Endereço: Rua Alsásia, 410

Bairro: Aeroporto

Cidade: São Paulo

CEP: 04.001-300

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa de Trabalho Coletivo Lixo São José**

Endereço: Av. Gerônimo de Camargo, s/n

Bairro: Caetetuba

Cidade: Atibaia

CEP: 12.940-514

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida, madeira.

**Cooperativa de Trabalho dos Recicladores de Lixo de Orlândia**

Endereço: Avenida H, 348

Bairro: Centro

Cidade: Orlândia

CEP: 14.620-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Cooperativa de Triagem Itaim Paulista**

Endereço: Rua Cembira, 1100

Bairro: Vila Cruça

Cidade: São Paulo

CEP: 08.032-010

Materiais: plástico, metal, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.

**Cooperativa de Triagem São Mateus**

Endereço: Rua Estrada da Fazenda do Carmo, 450

Bairro: 9 de Julho

Cidade: São Paulo

CEP: 08.300-000

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

**Cooperativa dos Trabalhadores da Deposição Coleta e Reciclagem de Lixo**

Endereço: Av. Armando Sales de Oliveira, 420

Bairro: Vila Xavier

Cidade: Assis - CEP: 19.802-081

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.

**Cooperativa dos Trabalhadores de Birigui**

Endereço: Av. Antônio da Silva Nunes, 2726

Bairro: Recanto Verde

Cidade: Birigui

CEP: 16.200-000

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

**Cooperativa Futura de São José dos Campos**

Endereço: Rua Julio Baranov, 110

Bairro: Jardim Imperial

Cidade: São José dos Campos

CEP: 12.000-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 62**MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL***Cooperativa Granja Julieta**

Endereço: Avenida Professor Alceu Maynard de Araújo, 292

Bairro: Vila Cruzeiro

Cidade: São Paulo - CEP: 04.504-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa Lixo Porquê**

Endereço: Av. Robert Kennedy, 6050

Bairro: Vila Maria

Cidade: São Paulo

CEP: 04.777-020

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro.

**Cooperativa Luxo do Lixo**

Endereço: Rua São Paulo, 777

Bairro: Vila Nova

Cidade: Catanduva

CEP: 15.800-000

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

**Cooperativa Mundo Novo**

Endereço: Av. São João, 50

Bairro: Centro

Cidade: Guarujá

CEP: 11.461-090

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.

**Cooperativa Reciclador Solidário**

Endereço: Rua Eugênio Losso, 955

Bairro: Distrito Indústria Unileste

Cidade: Piracicaba

CEP: 19.290-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Cooperativa Recicloplástica**

Endereço: Av. Amadeu Tortelli, 359  
Cidade: Santa Bárbara d'Oeste  
CEP: 13.453-520  
Materiais: plástico, papel.

**Cooperativa Santo Amaro**

Endereço: Rua Alceu Maynara de Araújo, 292  
Cidade: São Paulo  
Materiais: plástico, metal, papel, longa vida.  
*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 63*  
*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*  
*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Cooperativa Sem Fronteiras**

Endereço: Rua General Jerônimo Furtado, 572  
Bairro: Jardim Modelo  
Cidade: São Paulo  
CEP: 02.237-000  
Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro.

**Cooperben**

Endereço: Rua Santo Antônio, 136  
Bairro: Vila São Miguel  
Cidade: Guarujá  
CEP: 11.400-000  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Coopercaps**

Endereço: Av. João Paulo da Silva, 48  
Bairro: Vila da Paz  
Cidade: São Paulo  
CEP: 04.777-000  
Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro.

**Coopercial- Cooperativa de Trabalho Cidade Alta**

Endereço: Av. Sambaiatu, 116  
Bairro: Joquei Club  
Cidade: São Vicente  
CEP: 11.365-140  
Materiais: plástico, metal, pneu, papel, vidro, longa vida.

**Coopercicla**

Endereço: Rua João Batista Dias, 97  
Bairro: Jardim Marilu  
Cidade: São Paulo  
CEP: 02.989-100  
Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Coopercos- Cooperativa Peruense de Reciclagem e Coleta Seletiva**

Endereço: Rua Mojero, 1795

Bairro: Perus

Cidade: São Paulo

CEP: 03.000-000

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

**Coopere**

Endereço: Av. do Estado, 300

Bairro: Bom Retiro

Cidade: São Paulo

CEP: 01.108-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Cooperleste**

Endereço: Av Oito, 1, conj 5, bloco A, apt. 44a

Bairro: Itaim Paulista

Cidade: São Paulo

Materiais: plástico, metal, papel.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 64**MPF / 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL***Cooperlândia Ambiental do Brasil**

Endereço: Rua Maria das Dores Leal de Queiroz, 398, Fundos

Bairro: Jardim Calegari

Cidade: Paulínia

CEP: 13.140-00

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, madeira.

**Cooperma - Cooperativa Autônoma de Mauá**

Endereço: Rua Edson Erasmo da Silva, 45

Bairro: Vila Carlina, Polo Industrial de Sertãozinho

Cidade: Mauá

CEP: 19.370-826

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Coopernaia Cooperativa de Materiais Recicláveis do Estão de São Paulo**

Endereço: Rua Ribeiro do Vale

Bairro: Brooklin

Cidade: São Paulo

CEP: 04.568-000

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, vidro, longa vida, óleo, eletrônicos.

**Cooperunião**

Endereço: Rua São Félix do Piauí, 1221

Bairro: Vila Carmosina

Cidade: São Paulo

CEP: 02.000-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro.

**Coopervida**

Endereço: Rua El Salvador, 65  
 Bairro: Nova Estância  
 Cidade: São Carlos  
 CEP: 13.572-000  
 Materiais: plástico, metal, papel.

**Coopervida - Cooperativa de Trabalho Vida Nova de Mogi Mirim**

Endereço: Praça Itapira, 125  
 Bairro: Mirante  
 Cidade: Mogi Mirim  
 CEP: 13.800-165  
 Materiais: plástico, metal, papel

**Cooperyara**

Endereço: Estrada Cícero Borges de Moraes, s/n  
 Cidade: Barueri  
 CEP: 06.453-034  
 Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Coopreciclável - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Guarulhos**

Endereço: Rua Estrela d'Oeste, 700  
 Bairro: Taboão  
 Cidade: Guarulhos  
 CEP: 07.231-000  
 Materiais: plástico, metal, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida.  
*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 65*  
*MPF / 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*  
*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Cooprelp - Cooperativa de Reciclagem de Lençóis Paulista**

Endereço: Rodovia Juliano Lorenzetti, km 8,6  
 Bairro: Distrito Industrial II  
 Cidade: Lençóis Paulista  
 CEP: 18.682-970  
 Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida, óleo, madeira, matéria orgânica, eletrônicos.

**Coopel**

Endereço: Rua 25 de Janeiro, 170  
 Bairro: Luz  
 Cidade: São Paulo  
 CEP: 01.130-000  
 Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro.

**Coreso - Cooperativa de Reciclagem de Sorocaba**

Endereço: Rua São Bento, 190, sala 64  
 Cidade: Sorocaba  
 Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Cotracil - Cooperativa de Trabalho Cidade Limpa**

Endereço: Rua Arlindo Jota, s/n

Bairro: Monsenhor Toffoli

Cidade: Marília

CEP: 17.522-140

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Cruma - Cooperativa de Reciclagem Unidos pelo Meio Ambiente**

Endereço: Rua Osvaldo Teixeira, 151

Bairro: Vila Varela

Cidade: Poá

CEP: 08.558-210

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Eccoplas**

Endereço: Rua Visconde de Parnaíba, 1591, cj. 181-B

Bairro: Mooca

Cidade: São Paulo

CEP: 03.164-300

Materiais: plástico.

**Ecoativa**

Endereço: Rua Peru, 375

Bairro: Vila São José

Cidade: São Carlos

CEP: 13.572-000

Materiais: plástico, metal, papel.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 66*

*MPF / 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Ecobarra - Cooperativa dos Catadores de Barra Bonita**

Endereço: Avenida Arthur Balsi, 716

Bairro: Centro

Cidade: Barra Bonita

CEP: 17.340-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Esperança**

Endereço: Rua Itamogi, 358

Bairro: Pirituba

Cidade: São Paulo

CEP: 05.400-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro.

**Fundação de Apoio a Pesquisa e Ensino**

Endereço: Avenida Oswaldo Aranha, 1481

Bairro: Vila Zélia

Cidade: Lorena

CEP: 12.606-001

Materiais: plástico, metal, pneu, papel, pilha, bateria, vidro, longa vida, tubo dental, lâmpadas, óleo.

**Intermédios**

Endereço: Rua Loureiro, s/n

Bairro: Jardim Santa Maria

Cidade: São Paulo

CEP: 03.576-040

Materiais: plástico.

**Jovan Comércio Embalagens**

Endereço: Rua Irineu Franco de Godoy, 196

Bairro: Jardim Jacyra

Cidade: Mogi Guaçu

CEP: 13.840-125

Materiais: plástico.

**JS Recicle Plásticos Ltda**

Endereço: Rua Adelina Simões Signoretti, 99

Bairro: Vila Leila

Cidade: Mogi Guaçu

CEP: 13.840-000

Materiais: plástico.

**Miscelania Sucatas**

Endereço: Rua Capitão Pacheco Chaves, 710

Bairro: Vila Prudente

Cidade: São Paulo

CEP: 03.126-001

Materiais: plástico, metal, papel, vidro.

**Nova Era**

Endereço: Av. Alexil, 48

Bairro: Jaraguá

Cidade: São Paulo

CEP: 05.400-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA N° 99/07 67*

*MPF / 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO  
MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Oportunidade Solidária**

Endereço: Rua Prata, 16

Bairro: Jardim Felicidade

Cidade: São Paulo

CEP: 02.000-000

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro.

**Plast Sul Indústria e Comércio de Artefatos Plásticos Ltda**

Endereço: Rua Giuseppe Arcimboldo, 57

Bairro: V. Liviero

Cidade: São Paulo

CEP: 04.185-000

Materiais: plástico.

**Projeto Boracea**

Endereço: Rua Norma Picucini Gianotti, 77

Bairro: Bom Retiro

Cidade: São Paulo

CEP: 01.137-010

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, tubo dental.

**Projeto Cara Limpa**

Endereço: Travessa Maestro Massaino, 112

Bairro: Santo Amaro

Cidade: São Paulo

CEP: 03.664-040

Materiais: plástico, papel, vidro, longa vida, tubo dental, tecido.

**Projeto Vitória**

Endereço: Rua Candiruaçu, s/n

Bairro: Parque Vitória

Cidade: São Paulo

CEP: 02.269-050

Materiais: plástico, metal, papel, vidro.

**Recibrasil Reciclagem Comercial**

Endereço: Rua Fort George, 244

Bairro: Interlagos

Cidade: São Paulo

CEP: 04.803-090

Materiais: papel.

**Recicla Vida**

Endereço: R. Coriolano, 287

Bairro: Vl. Romano

Cidade: São Paulo

CEP: 05.400-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro.

**Reciclação**

Endereço: Rua Capitão José Aguirre de Camargo, 400

Bairro: Tremembé

Cidade: São Paulo

CEP: 02.357-120

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 68*

*MPF / 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Reciclando Esperança**

Endereço: Rua Custódio Cardoso, 19

Bairro: Jardim Elba

Cidade: São Paulo

CEP: 03.077-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro.

**Reciclázaró**

Endereço: Praça Cornélio, 101

Bairro: Asa Branca

Cidade: São Paulo

CEP: 05.043-030

Materiais: plástico, metal, papel, vidro.

**Recifran - Serviço Franciscano de Apoio a Reciclagem**

Endereço: Rua Teixeira Leite, 140

Bairro: Glicério

Cidade: São Paulo

CEP: 01.507-020

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida.

**Recifran II**

Endereço: Rua Junqueira Freire, 176

Bairro: Glicério

Cidade: São Paulo

Materiais: plástico, metal, papel, vidro.

**Reciplast Indústria e Comércio de Plásticos Ltda**

Endereço: Rua dos Lilases, 38

Bairro: Cidade Jardim

Cidade: Americana

CEP: 13.465-000

Materiais: plástico.

**São Francisco**

Endereço: Rua Cândido Xavier, s/n

Bairro: Jardim Vila Carrão

Cidade: São Paulo

CEP: 08.340-000

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro.

**Sociedade Amigos do Bairro da Maré Mansa**

Endereço: Rua 11, 79, Maré Mansa

Bairro: Pr. Pernambuco

Cidade: Guarujá

CEP: 11.444-540

Materiais: plástico, metal, papel, vidro, longa vida, óleo, borracha.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07 69*

*MPF/4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO*

*MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL*

**Tiquatira**

Endereço: Av. Elizabete Condessa Rubiana, 2002

Cidade: São Paulo

CEP: 03.077-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro.

**Unicop - Cooperativa de Lixo Reciclável de Avaré SP**

Endereço: Av. Presidente Kenedy, 840

Cidade: Avaré

Materiais: plástico, metal, papel.

**Websoluções Informática Ltda**

Endereço: Rua do Rocio, 220, cj.132

Bairro: Vila Olímpia

Cidade: São Paulo

CEP: 04.552-000

Materiais: plástico, papel, pilha, bateria, vidro, tubo dental, lâmpadas, eletrônicos, borracha.

**SERGIPE****Care - Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju**

Endereço: Rua A5, n 150

Bairro: Santa Maria

Cidade: Aracaju

CEP: 49.037-000

Materiais: plástico, metal, papel, vidro.

**TOCANTINS****Rainha da Sucata**

Endereço: Rua 1, quadra 4, lote 09

Bairro: Nova Araguaína

Cidade: Araguaína

Materiais: plástico, metal, papel, bateria, vidro, longa vida.

*INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 99/07*

ANEXO D - TABELA DE RECICLÁVEIS COLETADOS E NEGOCIADOS VIA COLETA SELETIVA PMM (2007-2011)

ANO: 2007

MÊS	TOTAL	TOTAL
JANEIR	NS	NS
FEVEREI	NS	NS
MARÇ	NS	NS
ABRI	186	120
MAI	1.555	822
JUNH	975	414
JULH	2.710	1.288
AGOST	6.655	3.357
SETEMBR	1.345	468
OUTUBR	4.543	1.926
NOVEMBR	5.728	2.287
DEZEMBR	4.567	2.010

ANO: 2008

MÊS	TOTAL	TOTAL
JANEIR	6.504	4.813
FEVEREI	2.740	2.927
MARÇ	4.621	3.420
ABRI	7.212	5.323
MAI	4.742	3.500
JUNH	4.742	3.509
JULH	9.155	6.774
AGOST	7.393	5.470
SETEMBR	5.015	2.249
OUTUBR	4.984	1.961
NOVEMBR	5.313	2.630
DEZEMBR	8.267	3.444

ANO: 2009

MÊS	TOTAL	TOTAL
JANEIR	6.583	2.648
FEVEREI	12.727	3.218
MARÇ	*	*
ABRI	7.689	2.423
MAI	9.529	2.836
JUNH	4.500	1.870
JULH	*	*
AGOST	10.309	3.708
SETEMBR	6.204	2.510
OUTUBR	2.282	1.240
NOVEMBR	8.556	3.902
DEZEMBR	1.509	R\$ 864.65

ANO: 2010

MÊS	TOTAL	TOTAL
JANEIR	7.223	3.770
FEVEREI	1.528	443
MARÇ	*	*
ABRI	7.268	4.126
MAI	*	*
JUNH	9.270	4.606
JULH	627	144
AGOST	1.409	395
SETEMBR	8.570	4.142
OUTUBR	939	408
NOVEMBR	*	*
DEZEMBR	10.685	4.710

ANO: 2011

MÊS	TOTAL	TOTAL
JANEIR	37.890	7.700
FEVEREI	9.895	4.580
MARÇ	26.976	5.480
ABRI	13.000	5.700
MAI	10.385	5.140
JUNH	10.537	5.040
JULH	17.000	8.300
AGOST	10.400	5.130
SETEMBR	17.140	7.800
OUTUBR	21.000	10.670
NOVEMBR	19.840	8.817
DEZEMBR	31.142	13.955

ANO: 2012

MÊS	TOTAL	TOTAL
JANEIR	38.436,00	16.429,36
FEVEREI		
MARÇ		
ABRI		
MAI		
JUNH		
JULH		
AGOST		
SETEMBR		
OUTUBR		
NOVEMBR		
DEZEMBR		

<b>LEGENDAS</b>	
CH	CHICO MENDES
CV	CÁSSIA VALÉRIA
DS	DOROTY STANG
*	NÃO HOUE VENDA
n°. Vermelho	Vendas do CH e CV
n°. Azul	Vendas do CH, DS e CV
NS	NÃO SEI

## ANEXO E – HISTÓRICO COLETA SELETIVA MUNICÍPIO DE MESQUITA

### PROGRAMA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

#### Histórico 2005-2008

#### HISTÓRICO 2005

##### Janeiro

- **Encontro de Cooperativas de Catadores da Baixada Fluminense**

É realizado o primeiro Encontro de Cooperativas de Catadores da Baixada Fluminense, no município de Mesquita, com a participação de 12 Cooperativas, com o objetivo de reunir as principais reivindicações da categoria. São elas:

- a) Apoio ao desenvolvimento da Coleta Seletiva Solidária;
- b) Implantação da Coleta Seletiva nos órgãos públicos;
- c) Educação Ambiental nas escolas.

##### Fevereiro

- **Cadastramento de Catadores**

Inicia-se o cadastramento dos catadores do município.

##### Abril

- **Início da Coleta Seletiva Solidária no município de Mesquita**

Início da coleta seletiva no município com seis catadores. Foi realizado porta a porta com adesão de 470 residências, duas escolas particulares, três municipais, uma creche e uma repartição pública municipal.

- **V Encontro Comunitário de Educação Ambiental**

Participação de catadores e técnicos no V Encontro Comunitário de Educação Ambiental na Câmara Municipal organizado pela Supervia.

##### Junho

- **Assinatura do Decreto 272 de 21 de Junho de 2005**

É assinado pelo prefeito o Decreto nº 272 que institui o Programa Socioambiental de Apoio às Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis.

- **I Expo Reciclagem**

A Secretaria do Meio Ambiente realiza a I Expo Reciclagem, no tênis Clube de Mesquita. O evento é um espaço de divulgação de empresas do setor da reciclagem. Esteve presente a este evento o senador Saturnino Braga.

##### Agosto

- **Campanha de sensibilização porta a porta**

É realizada uma Campanha de sensibilização junto à população de Mesquita para a Coleta Seletiva Solidária.

##### Setembro

- **Apresentação do Programa Socioambiental de Apoio a Cooperativas e Catadores de Materiais Recicláveis**

É realizado o Encontro no Cinema Zelito Viana com SEBRAE, ITCP, Fórum Estadual Lixo e Cidadania, SESCOOP, Autre Terre, Coopcaro e secretarias municipais, para explicar-lhes o Programa Socioambiental de apoio a Cooperativas e Catadores de Materiais Recicláveis.

- **Coleta Seletiva Solidária nas Escolas Municipais**

Tem início o Programa “Aqui tem Coleta Seletiva Solidária”, nas escolas municipais. O lançamento acontece na Escola Rotariano Artur Silva.

## **Outubro**

- **Capacitação sobre Cooperativismo**

Aproximadamente 68 catadores participam de capacitação sobre cooperativismo no município de Mesquita.

## **Novembro**

- **Editais Petrobras Fome Zero**

Mesquita ganha o Edital Petrobras Fome Zero.

## **HISTÓRICO 2006**

### **Janeiro**

- **1ª Reunião com os Catadores**

É realizada a primeira reunião com os catadores formados no Curso de Cooperativismo.

### **Março**

- **Apresentação do Projeto de Coleta Seletiva Solidária na SEMAS (Secretaria Municipal de Ação Social)**

É feita a apresentação do Programa Coleta Seletiva Solidária para as assistentes sociais da SEMAS.

- **Seleção de “Fixadores de Ideia”**

É realizada a seleção dos profissionais que participaram do Curso de Cooperativismo que irão atuar como “Fixadores de Ideias” junto à população de Mesquita.

### **Abril**

- **Treinamento dos “Fixadores de Ideias”**

É iniciado o treinamento dos “fixadores de Ideias” que foram selecionados.

- **Reunião com “Fixadores de Ideias”**

Início das reuniões com os “Fixadores de Ideias” na Sala Verde.

### **Maio**

- **Feira Rio Ambiente**

Participação de catadores na Feira Rio Ambiente no Cais do Porto do Rio de Janeiro.

### **Junho**

- **Reunião com Catadores**

Início das reuniões semanais com os Catadores na Sala Verde.

### **Julho**

- **Recursos Petrobras**

É feita a liberação da 1ª parcela dos recursos do Petrobras Fome Zero.

- **Fórum na Secretaria de Educação**

É realizado o Fórum na Secretaria de Educação com as diretoras, coordenadoras pedagógicas, professores e equipes – 150 pessoas.

### **Agosto**

- **Início da Sensibilização da População de Mesquita**

Início do trabalho dos “Fixadores de Ideias” e os Catadores nas Ruas Emilio Guadagny e Marquesa de Grizelta.

- **Mostra de Meio Ambiente e Responsabilidade Empresarial**

Catadores e técnicos participam da Mostra de Meio Ambiente e Responsabilidade Empresarial, organizada pela FIRJAN e SEBRAE no SESC em Duque de Caxias.

### **Setembro**

- **6º Festival Lixo e Cidadania**

Catadores e técnicos participam do 6º Festival Lixo e Cidadania em Belo Horizonte.

## **Outubro**

- **Palestras na Secretaria Municipal de Educação**

Início das palestras de sensibilização para Coleta Seletiva Solidária nas Escolas municipais.

## **Novembro**

- **Palestras nas repartições municipais**

Início das palestras de sensibilização para a Coleta Seletiva Solidária nas repartições públicas.

- **Aquisição da 1ª prensa**

Programa adquire sua primeira prensa, que é colocada no Galpão Josefina.

## **Dezembro**

- **Encontro no Cinema Zelito Viana**

É realizado encontro com Catadores e População para discutir o Programa Coleta Seletiva Solidária.

- **Assinatura do decreto 472 de 6 de Dezembro de 2006**

É assinado pelo prefeito o Decreto nº 472 que institui a Separação dos Resíduos Recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública municipal.

- **Aquisição de Kombi**

É feita a aquisição de uma kombi para o Programa Coleta Seletiva Solidária.

## **HISTÓRICO 2007**

### **Janeiro**

- **1º Galpão da Coleta Seletiva Solidária**

Prefeitura aluga o 1º galpão da Coleta Seletiva Solidária no bairro Santo Elias, que recebe o nome de Galpão Josefina, escolhido pelos catadores.

### **Fevereiro**

- **Coleta com carrinhos**

A ONG Autre Terre doa para o programa 12 carrinhos para os catadores iniciarem o trabalho de coleta seletiva nos bairros do município.

### **Março**

- **Início das atividades no Galpão Josefina**

Os catadores iniciam suas atividades no galpão Josefina levando material para triar e prensar.

- **Divulgação do Programa da Coleta Seletiva Solidária**

É produzido o material de divulgação do programa e começa a ser distribuído (Filipetas, Folder e cartazes).

### **Abril**

- **Início das vendas de forma conjunta no galpão Josefina**

Os catadores começam a levar os materiais para o galpão Josefina e se realiza a 1ª venda de forma conjunta, por produção.

- **Aquisição do caminhão da Coleta Seletiva**

É feita a aquisição do caminhão do programa e sua inauguração é realizada na Praça Elizabete Paixão, no centro de Mesquita, com a presença do Prefeito, de secretários, catadores, técnicos e da gestora do Projeto da Petrobras, Sra. Carmem.

- **Aquisição dos uniformes para os Catadores**

Catadores recebem os uniformes do Programa Coleta Seletiva Solidária.

### **Junho**

- **Festa Junina**

É realizada a Festa Junina da Secretaria de Meio Ambiente, com a participação dos técnicos e dos catadores, no Tênis Clube de Mesquita.

- **Assinatura do Decreto nº 533 de 13 de Junho de 2007**

É assinado pelo prefeito o Decreto nº 533 que cria os critérios para apoio a catadores e cooperativas de materiais recicláveis do Programa Coleta Seletiva Solidária.

- **Placas nas residências**

É colocada a primeira placa que indica que a residência faz a Coleta Seletiva Solidária “Aqui tem Coleta Seletiva Solidária”.

- **II Encontro do Empresário Amigo do Catador**

Realização do encontro para a entrega do selo Empresário Amigo do Catador aos empresários que apoiam o programa, em parceria com o SEBRAE. Foi realizado no Cinema Zelito – Mesquita.

### **Julho**

- **Fórum Estadual Lixo e Cidadania**

Participação dos catadores no Fórum Lixo e Cidadania no Centro Cultural do Banco do Brasil.

- **Encontro da Annama (Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente)**  
Secretaria do Meio Ambiente, Kátia Perobelli, apresenta a experiência do Programa Coleta Seletiva no Encontro da Annama, em Recife.

- **Visita a Fábrica de Refrigerantes Paquera**

Catadores e técnicos visitam a fábrica dos Refrigerantes PaKera, em Magé.

- **Aquisição de EPI**

Catadores recebem seus primeiros Equipamentos de Proteção Individual, para a realização de sua atividade com segurança.

### **Agosto**

- **Seminário do Conselho da Cidade de Seropédica**

É apresentada a experiência do programa neste encontro.

- **Assalto no Galpão Josefina**

Catadores são assaltados no galpão Josefina, perdendo todo o capital das vendas.

### **Setembro**

- **Participação no 6º Festival Lixo e Cidadania**

Catadores participam do encontro em Belo Horizonte

- **Jantar da Solidariedade**

Técnicos e catadores organizam jantar da solidariedade para recuperar o capital que foi roubado no assalto ao Galpão Josefina.

### **Outubro**

- **Prêmio CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável)**

Programa Coleta Seletiva Solidária é o primeiro lugar no Brasil do Prêmio CEBDS, na categoria Administração Pública.

- **Abertura de conta na Caixa Econômica Federal**

Catadores abrem conta corrente na CEF para depósito de seus rendimentos.

### **Novembro**

- **II Expo Reciclagem**

A Secretaria do Meio Ambiente realiza a II Expo Reciclagem, no Tênis Clube de Mesquita, em parceria com o SEBRAE. O evento é um espaço de divulgação de empresas do setor da reciclagem. Os catadores participam com stand e com a coleta de todo material reciclável do evento.

## Dezembro

- **Planejamento Estratégico**

Através da parceria com o Sebrae, dois consultores realizaram juntamente com os catadores e técnicos do programa o planejamento estratégico para que se pudesse pensar no programa para os próximos anos, fazendo uma avaliação dos pontos fortes e fracos.

- **Festa de Natal**

Foi realizada a festa de Natal no Centro de Educação e Cidadania, com a presença de Papai Noel, distribuição de presentes para os filhos dos catadores e sorteio de brindes fornecidos pela empresa Bioderm.

## HISTÓRICO 2008

### Janeiro

- **Estatuto da Associação Esperança**

Início da construção do estatuto da Associação Esperança de Trabalhadores Coletores de Recicláveis de Mesquita com o apoio do SEBRAE.

### Fevereiro

- **Intercâmbio ao Município de Três Rios**

Visita ao Projeto Recicla Três Rios para troca de experiências.

- **Mãos Dadas**

Participação com stand e coleta seletiva no evento do município.

- **Inauguração do Ecoponto**

Realização da inauguração do Ecoponto na Rua Mercúrio, Centro.

- **Saída da Ong Autre Terre**

A ONG Autre Terre deixa de apoiar os projetos no Brasil.

- **Intercâmbio à Cooperativa Vira-Lata, em São Paulo**

Catadores visitam a Cooperativa Vira Lata para trocar experiência sobre o processo de coleta seletiva e para conhecer a fábrica de telhas ecológicas.

### Março

- **Prêmio “Melhores Práticas da Administração do Dinheiro Público”**

O Programa recebe o Prêmio “Melhores Práticas da Administração do Dinheiro Público” do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

- **Inauguração do Galpão Chico Mendes**

Início das atividades do galpão com a ida de catadores dos bairros Chatuba, BNH e Rocha Sobrinho.

- **Fórum Mundial de Educação**

Participação de catadores e técnicos com palestra relatando a experiência do município.

- **Coleta de Pilhas**

Prefeitura faz parceria com o Banco Real para recolhimento de pilhas. São instalados dois papa-pilhas, sendo um na sede e outro na dinâmica, para o recebimento de pilhas.

- **Estatuto da Rede Coleta Mesquita**

Início da construção do estatuto da Associação da Rede Popular de Catadores de Recicláveis do Município de Mesquita formada por representante da Associação Esperança, da Coopcarmo e Coomub com o apoio do SEBRAE.

### Abril

- **Assembleia de Constituição da Associação Esperança**

Catadores se reuniram para constituírem a Associação Esperança de Trabalhadores Coletores de Recicláveis de Mesquita por meio de consultoria do SEBRAE.

- **Intercâmbio ao Município de Três Rios**

Visita ao Projeto Recicla Três Rios para troca de experiências.

- **Agenda 21**

Participação de catadores na construção da Agenda 21 do município.

- **Visita dos catadores de Cooperativas/Associações de vários municípios de São Paulo, ao Programa Coleta Seletiva Solidária, em Mesquita**

Encontro realizado no galpão Chico Mendes, para troca de experiências entre catadores e técnicos.

- **Parceria com a empresa Bioderm**

Empresa Bioderm fecha parceria para fornecimento de protetor solar para os catadores.

- **Início do trabalho coletivo nos galpões**

Após visita a Três Rios, o grupo decidiu por atuar de forma coletiva nos dois galpões; modelo utilizado em Três Rios.

- **Implantação dos controles de produção e vendas**

Com apoio de consultoria do Sebrae são desenvolvidas planilhas para controle de produção e venda.

### **Maio**

- **Encontro Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) na Baixada Fluminense- Nova Iguaçu e Duque de Caxias**

Participação dos catadores proferindo palestras sobre a experiência do programa. Técnicos realizam oficina “Como Implantar a Coleta Seletiva nas Escolas” e participação com stand.

### **Junho**

- **Oficinas no Cras (Centro de Referência em Assistência Social)**

Técnicos realizam oficina de coleta seletiva para os participantes do programa bolsa alimentação.

### **Julho**

- **Oficinas no Cras (Centro de Referência em Assistência Social)**

Técnicos realizam oficina de coleta seletiva para os participantes do programa bolsa alimentação.

### **Agosto**

- **Encontro Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil**

Catadores participam do encontro com stand do programa.

- **2ª Mostra de Meio Ambiente e Responsabilidade Social e Empresarial da Baixada – Duque de Caxias.**

Participação com grupo de teatro da coleta e com stand.

- **Gincana de pilhas**

É realizada a primeira gincana de pilhas nas escolas municipais, com arrecadação de mais de uma tonelada de pilhas.

- **Gincana de Pet**

A escola particular Prof. Anselmo realiza gincana de pet e doa material para o programa. Catadores participam do evento e recolhem todo o material.

### **Setembro**

- **Prêmio Atitude Sustentável**

Programa recebe troféu do Prêmio Atitude Sustentável da Câmara do Comércio do Estado do Rio de Janeiro, na Caixa Cultural, no Teatro Nelson Rodrigues, no centro do Rio de Janeiro. Mesquita foi a única prefeitura do Brasil premiada, graças ao projeto de Coleta Seletiva Solidária desenvolvido desde 2005. O prêmio foi concedido a empresas, entidades governamentais, ONGs, personalidades, veículos de comunicação e demais corporações que mais se destacaram em Programas de Responsabilidade Social e Ambiental no Brasil.

- **Seminário “Os Rumos da Coleta Seletiva – Boas Práticas e Indicadores de Sustentabilidade”**

A secretária de Meio Ambiente, Kátia Perobelli, apresentou a experiência do programa Coleta Seletiva e os catadores participaram do seminário.

- **1ª Expo Solidariedade da Baixada**

Os catadores participaram com stand e foram realizadas palestras, na Praça João Luiz do Nascimento, em Mesquita.

- **Parceria com o Prove (Programa de Óleo Vegetal)**

Parceria para participação da Associação Esperança no Programa de Óleo Vegetal da UFRJ, para a coleta de óleo no município.

- **Fórum Estadual Lixo e Cidadania**

Participação dos catadores e apresentação da experiência do programa.

- **Catadores participam do festival em Belo Horizonte**

- **1º Encontro da Saúde do Trabalhador**

Catadores e técnicos participam do encontro em Mesquita.

### **Outubro**

- **Visita de Marcos Cruz, consultor do MEC, da Coordenadoria Geral de Educação Ambiental**

Coordenador visita o Galpão Chico Mendes e conhece o programa coleta seletiva.

- **Coleta Seletiva na Receita Federal em Nova Iguaçu**

Associação Esperança vence a licitação para retirar material reciclável da Receita Federal – Decreto nº 5.940.

### **Novembro**

- **Apresentação do Programa no IV Recycle Cempre em São Paulo**

A prefeitura de Mesquita é escolhida para representar o Estado do Rio de Janeiro e apresentar a experiência do Programa Coleta Seletiva Solidária no painel “Experiências em Coleta Seletiva” de prefeituras, no IV Recycle Cempre, em São Paulo.

- **Prêmio Cidade Cidadã**

Mesquita foi classificada em 4º lugar com o Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária e concorreu com outros 60 projetos de cidades do Brasil. Este prêmio é promovido pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, da Câmara Federal.

### **Dezembro**

- **Festa de Natal**

É realizada a Festa de Natal dos catadores com distribuição de brinquedos para os filhos dos catadores, no Galpão Chico Mendes.

- **Revista do Meio Ambiente**

O Programa recebe a visita do Escritor Vilmar Sidnei Denamam Berna, editor da Revista Meio Ambiente, para conhecer a experiência e fazer uma matéria em sua revista sobre o Programa Coleta Seletiva Solidária

## **HISTÓRICO 2009/2010**

Consolidação; novas implantações de Galpões de Coleta Seletiva Solidária; e conquista do prêmio “Melhores Práticas”, da Caixa Econômica Federal.

### **Galpões de Coleta Seletiva Solidária**

1- Galpão Chico Mendes

Avenida Coelho da Rocha, 2500. Bairro Rocha Sobrinho.

2- Galpão Zilda Arns

Rua Bráulio com a Rua Cesário. Bairro Santo Elias.

3- Galpão Secretária Cássia Valéria

Rua Mercúrio com a Rua Cordura. Bairro Centro.

4- Galpão Dorothy Stang

Rua Magno de Carvalho. Bairro Chatuba.

## ANEXO F - POLITICAS MUNICIPAIS DE APOIO E INCENTIVO À COLETA SELETIVA E ÀS COOPERATIVAS POPULARES, E A POLÍTICA E O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAIS, PME A

Marco Legal e Histórico da Coleta Seletiva no Município de Mesquita

### **Assinatura do Decreto nº 272, de 21 de Junho de 2005**

É assinado pelo prefeito o Decreto nº 272, que institui o Programa Socioambiental de Apoio às Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis.

### **Assinatura do Decreto nº 472, de 6 de Dezembro de 2006**

É assinado pelo prefeito o Decreto nº 472, que institui a Separação dos Resíduos Recicláveis descartados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública municipal.

### **Assinatura do Decreto nº 533, de 13 de Junho de 2007**

É assinado pelo prefeito o Decreto nº 533, que cria os critérios para apoio a catadores e cooperativas de materiais recicláveis do Programa Coleta Seletiva Solidária.

.....

### **Programa Coleta Seletiva Solidária**

Em janeiro de 2005, é realizado o primeiro **Encontro de Cooperativas de Catadores da Baixada Fluminense**, no município de Mesquita, com a participação de 12 Cooperativas, com o objetivo de reunir as principais reivindicações da categoria. São elas: a) Apoio ao desenvolvimento da Coleta Seletiva Solidaria; b) Implantação da Coleta Seletiva nos órgãos públicos; c) Educação Ambiental nas escolas.

.....

### **Institui o Programa Socioambiental de Apoio às Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis e dá outras providências**

O Prefeito do Município de Mesquita, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei.

Considerando que, atualmente, uma parte significativa do lixo gerado no Município de Mesquita e constituído de material passível de reciclagem;

Considerando a importância da segregação do lixo para proteger o meio ambiente, combater a poluição, a promoção e a prevenção em saúde;

Considerando que a coleta seletiva propicia o efetivo reaproveitamento do lixo pela indústria e, em consequência, a diminuição do uso de recursos naturais;

Considerando a importância de formalizar a atuação, hoje informal, dos catadores de resíduos recicláveis do Programa de Coleta Seletiva do Município;

Considerando ser relevante a geração de renda para essa parcela excluída da população, como garantia da cidadania plena;

Considerando a necessidade de que atividade de catação não seja insalubre e danosa à saúde dos catadores;

Considerando a importância de apoiar as organizações autogestionárias, nos princípios da economia solidaria;

Considerando a necessidade de atualização dos conceitos socioambientais da Lei nº 125, de 31 de outubro de 2002, que institui o Programa de Coleta Alternativa e Reciclagem de Resíduos em Mesquita;

Considerando o disposto nos itens III e IV do artigo 128 da Lei Orgânica, que prevê o estímulo à participação da comunidade e que o município deverá dar preferência aos projetos de cunho comunitário nos financiamentos públicos e incentivos fiscais;

Considerando o compromisso expresso no artigo 129 da Lei Orgânica de estabelecer normas de incentivo e de investimento estimulando formas associativas e cooperativas de trabalhadores da catação de materiais recicláveis;

Considerando que, segundo o artigo 226 da Lei Orgânica Municipal, a gestão governamental deverá adotar a coleta seletiva e a reciclagem de materiais dentro de seu território com vista à redução do impacto ambiental, faz saber.

.....

**Decreto nº 472, de 6 de dezembro de 2006**

“Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública municipal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências”.

.....

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 94, inciso II, da Lei Orgânica do Município, **DECRETA:**

**Art.1º** - A separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública municipal, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis são reguladas pelas disposições deste Decreto.

**Art.2º** - Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

**I** – coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; e

**II** – resíduos recicláveis descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

**Art. 3º** - Estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública municipal direta e indireta às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos seguintes requisitos:

**I** – estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;

**II** – não possuam fins lucrativos;

**III** – possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados; e

**IV** – apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados.

**Parágrafo Único.** A comprovação dos incisos I e II será feita mediante a apresentação do estatuto ou contrato social e dos incisos III e IV, por meio de declaração das respectivas associações e cooperativas.

**Art.4º.** As associações e cooperativas habilitadas poderão firmar acordo, perante a Secretaria Municipal de Meio Ambiente a que se refere o art. 5º, para partilha dos resíduos recicláveis descartados.

§1º. Caso não haja consenso, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente realizará sorteio, em sessão pública, entre as respectivas associações e cooperativas devidamente habilitadas, que firmarão termo de compromisso com órgão ou entidade, com o qual foi realizado o sorteio, para efetuar a coleta dos resíduos recicláveis descartados regularmente.

§2º Na hipótese do § 1º, deverão ser sorteadas até quatro associações ou cooperativas, sendo que cada uma realizará a coleta, nos termos definidos neste Decreto, por um período consecutivo de seis meses, quando outra associação ou cooperativa assumirá a responsabilidade, seguida a ordem do sorteio.

§3º Concluído o prazo de seis meses do termo de compromisso da última associação ou cooperativa sorteada, um novo processo de habilitação será aberto.

**Art. 5º.** A Secretaria Municipal de Meio Ambiente deverá implantar e supervisionar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, bem como a sua destinação para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme dispõe este Decreto.

**Art.6º** - Cada órgão da Prefeitura deverá designar no mínimo 01 servidor que acompanhara as atividades da coleta seletiva realizada na repartição a que pertence.

**Art.7** – Os órgãos e entidades da administração pública municipal deverão implantar, no prazo de sessenta dias, a contar da publicação deste Decreto, a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, destinando-os para a coleta seletiva solidária, devendo adotar as medidas necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto.

**Parágrafo Único.** Deverão ser implementadas ações de publicidade de utilidade pública, que assegurem a lisura e igualdade de participação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis do processo de habilitação e cooperativas de catadores de materiais recicláveis no processo de habilitação.

**Art.8.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mesquita, RJ, 6 de dezembro de 2006.

Artur Messias da Oliveira

Prefeito

.....

### **Decreto nº 533, de 13 de junho de 2007**

Cria critérios para apoio a catadores e cooperativas de materiais recicláveis do Programa de Coleta Seletiva Solidária de Mesquita em consonância com a Lei nº 125/2002 e dá outras providências.

.....

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, **DECRETA:**

**Art.1º-** Os catadores de materiais recicláveis, que estejam em processo de organização, atuando individualmente de forma autônoma, poderão receber o apoio do Programa de Coleta Seletiva Solidária do Município de Mesquita, se estiverem enquadrados nos critérios abaixo:

**I** – Não possuir renda familiar superior ao valor de meio salário mínimo por membro da família. Este requisito não será aplicado se os rendimentos forem adquiridos exclusivamente da atividade do catador;

**II** - Exercer a atividade de catação por seis meses no mínimo;

**III** – Cadastrar-se junto à Secretaria de Meio Ambiente – SEMUAM, com apresentação do documento de identidade, CPF/CIC e comprovante de Residência, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos filhos, se houver;

**IV** – Assinar Termo de Compromisso, se comprometendo a realizar a catação dos materiais reciclados, conforme orientação da SEMUAM;

**V** – Receber visita da assistência social do município, para caracterização do beneficiário dentro dos requisitos de apoio;

**VI** – Estar com os filhos em idade escolar, matriculados e frequentando as aulas regularmente; sólidos recicláveis, conforme definido no Termo de Compromisso.

**Parágrafo Único** – Os catadores individuais apoiados pelo Programa de Coleta Seletiva Solidária do Município de Mesquita, deverão utilizar obrigatoriamente uniforme fornecido pela SEMUAM, durante as atividades de Coleta Seletiva. O descumprimento reiterado dessa exigência acarretará o desligamento do catador do presente programa.

**Art.2º** - Os catadores de materiais recicláveis, que forem associados ou cooperativados, poderão receber o apoio do Programa de Coleta Seletiva Solidária do Município de Mesquita, se estiverem enquadrados nos critérios abaixo:

**I** – preencher obrigatoriamente os requisitos do artigo 1º, inciso “I”;

**II** – Assinar Termo de Compromisso celebrado com a Cooperativa, no qual ambos assumem o compromisso de realizar a catação dos materiais recicláveis conforme a orientação da SEMUAM.

**Art.3º** - Deverá constar no Estatuto das Cooperativas, dispositivo que garanta:

**I** – A distribuição igualitária ou proporcional da produção entre os catadores alocados nas atividades produtivas;

**II** – A eleição de diretoria com periodicidade não superior a quatro anos.

**Art.4º** - Os catadores ou cooperativas que em qualquer fase do programa não preencherem os requisitos do presente decreto, deixarão de receber o apoio do programa.

**Art.5º** - O apoio referente a esse programa poderá ser solicitado pelo catador ou cooperativa, ou, ainda, oferecido pela Prefeitura Municipal de Mesquita aos que preencham os requisitos constantes nos incisos I a VII do artigo 1º.

**Art.6º** - Os casos omissos serão resolvidos pela comissão coordenadora do projeto. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesquita, RJ, 13 de junho de 2007.

Artur Messias

Prefeito

.....

**A LEI DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL**, Lei nº 601, de 29 de dezembro de 2009, institui a Política Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MESQUITA**, por seus representantes legais aprova e eu sanciono a seguinte **LEI**:

## CAPÍTULO I DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 1º** Entende-se por Educação Ambiental os processos políticos por meio dos quais o indivíduo, a coletividade e ao poder público, por tomadas de decisões, constroem valores sociais, saberes e conhecimentos, habilidades, hábitos, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo e de todos os seres vivos, essencial à sadia qualidade de vida e à sua sustentabilidade.

**Art. 2º** A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, estadual e municipal, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter escolar e não escolar.

**Art. 3º** Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à Educação Ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, assim como dos artigos 200 e 236 da Lei Orgânica Municipal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão socioambiental, promover a Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino e promover o engajamento da sociedade na conservação, preservação, recuperação e a melhoria do meio ambiente;

II - às instituições de ensino, inserir a Educação Ambiental de forma transversal como estratégia de ação na concepção, na elaboração e na implementação do Projeto Político Pedagógico - PPP pela comunidade escolar, bem como contribuir para a qualificação, a participação da comunidade local e dos movimentos sociais, visando ao exercício da cidadania;

III - às instituições de educação superior públicas e privadas, produzir conhecimento e desenvolver tecnologias, visando à melhoria das condições do ambiente, da saúde do trabalhador e da qualidade de vida da população do Município, assim como promover o desenvolvimento de programas especiais de formação adicional dos professores e animadores culturais responsáveis por atividades de educação infantil e de ensino fundamental e médio;

IV - aos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA, responsável pela gestão ambiental municipal, e outros órgãos de competência Estadual e Federal junto ao município, promover ações de Educação Ambiental integradas aos programas de conservação, preservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

V - aos meios de comunicação de massa, colaborar voluntariamente de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas de interesse público sobre o meio ambiente e incorporar a dimensão socioambiental em sua programação;

VI - às empresas, às instituições públicas ou privadas e às entidades de classe, promover programas destinados à formação continuada dos gestores e dos trabalhadores, objetivando a melhoria e o controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente; e, nas comunidades em que estão inseridas, desenvolver e apoiar programas e projetos voltados à Educação Ambiental, em parceria com a comunidade, visando à sustentabilidade local;

VII - à Câmara Técnica de Educação Ambiental em sua composição paritária, apoiar tecnicamente o Órgão Gestor Municipal de Educação Ambiental na elaboração e na avaliação do Programa Municipal de Educação Ambiental e na consolidação de políticas públicas voltadas à Educação Ambiental;

VIII - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, para a identificação e para a solução de problemas socioambientais, bem como exercer o controle social sobre as ações da gestão pública na execução das políticas públicas ambientais;

IX - às organizações não governamentais, às organizações da sociedade civil de interesse público, às organizações sociais em rede, às instituições religiosas e culturais, aos movimentos sociais e aos educadores em geral, propor, estimular, apoiar e desenvolver programas e projetos de Educação Ambiental, inclusive com a participação da iniciativa privada, para estimular a formação crítica do cidadão voltada para a garantia de seus direitos constitucionais a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, à transparência de informações sobre a qualidade do meio ambiente e à fiscalização dos atos do Poder Público;

**Art. 4º** São princípios básicos da Educação Ambiental:

I - o enfoque humanista, sistêmico, democrático, participativo e de justiça social;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico, o político e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho, a democracia participativa e as práticas socioambientais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo a todos os indivíduos e grupos sociais;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões socioambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento, a valorização, o resgate e o respeito à pluralidade e à diversidade individual, sócio-histórica e cultural;

IX - a articulação com o princípio da gestão democrática do ensino público na educação básica, traduzido na participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e na participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

**Parágrafo Único** - A Educação Ambiental deve ser objeto da atuação direta tanto da prática pedagógica, quanto das relações família-escola, das comunitárias e dos movimentos sociais, estimulando a cooperação, a solidariedade, a igualdade, o respeito às diferenças e aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e de interação entre as culturas.

**Art. 5º** São objetivos fundamentais da Educação Ambiental:

I - desenvolver uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, históricos, científicos, culturais e éticos;

II - garantir a democratização das informações socioambientais com uso de linguagens que garantam a melhor compreensão da população como um todo;

III - estimular e fortalecer a consciência crítica sobre a problemática socioambiental;

IV - incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na conservação e na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania e da construção da identidade pelo sentimento do pertencimento pelo patrimônio local, assim como pelo fortalecimento dos princípios de respeito aos povos tradicionais e comunidades locais e de solidariedade internacional como fundamentos para o futuro da humanidade;

V - estimular a cooperação entre as diversas áreas do município, com vistas à construção de uma sociedade ecologicamente prudente, economicamente viável, culturalmente diversa, politicamente atuante e socialmente justa;

VI - fomentar e fortalecer a integração da educação com a ciência, a tecnologia e a inovação na perspectiva da sustentabilidade;

VII - fortalecer a cidadania emancipatória, a autodeterminação dos povos e a solidariedade como fundamentos para a atual e as futuras gerações;

VIII - estimular a criação das organizações sociais em redes, polos e centros de Educação Ambiental e coletivos organizados, bem como fortalecer os já existentes, facilitando-lhes a comunicação e a colaboração em níveis local, regional, estadual e interestadual, visando à integração entre as diferentes ações da Educação Ambiental.

## CAPÍTULO II

### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

#### Seção I

##### Disposições Gerais

**Art. 6º** É instituída a Política Municipal de Educação Ambiental, que será implementada por meio do Programa Municipal de Educação Ambiental a ser criado por instrumento legal

municipal e que deverá se caracterizar por linhas de ação, estratégias, critérios, instrumentos e metodologias.

**Art. 7º** A Política Municipal de Educação Ambiental, com o respectivo Programa que a implementará, envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA, as instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos do Município, da União e do Estado, atuantes no espaço municipal, e a sociedade civil organizada com atuação em Educação Ambiental.

**Art. 8º** O Programa Municipal de Educação Ambiental compreenderá as atividades vinculadas à Política Municipal de Educação Ambiental desenvolvidas na educação escolar e educação não escolar, de forma contínua, processual, permanente e contextualizada, devendo contemplar as seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

I – a formação de agentes multiplicadores em Educação Ambiental voltar-se-á para:

- a) a incorporação da dimensão socioambiental na formação, na especialização e na atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades educativas;
- b) a incorporação da dimensão socioambiental na formação, na especialização e na atualização dos profissionais de todas as áreas;
- c) a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;
- d) a formação, a especialização e a atualização de profissionais na área de meio ambiente;
- e) o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática socioambiental.

II – o desenvolvimento de estudos, pesquisas, experimentações e projetos de intervenção voltar-se-ão para:

- a) o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- b) a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão socioambiental;
- c) o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e na execução de pesquisas relacionadas à problemática socioambiental;
- d) a busca de alternativas curriculares e metodológicas de formação na área socioambiental;
- e) o apoio a iniciativas e a experiências locais, municipais e regionais, incluindo a produção de material educativo;
- f) a montagem de uma rede de banco de dados e de imagens para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V, a cargo do executivo municipal.

III – o estabelecimento de critérios para a produção, a divulgação e a aquisição de materiais didáticos, paradidáticos e educativos em geral;

IV – a definição de indicadores quali-quantitativos, o acompanhamento e a avaliação continuada;

V- a disponibilização permanente de informações;

VI – o desenvolvimento de ações de integração por meio da cultura de redes sociais;

VII – o fortalecimento da Educação Ambiental no processo de gestão ambiental;

VIII – o fortalecimento da Educação Ambiental nos planos de bacia hidrográfica;

IX – o fortalecimento dos fóruns de participação popular;

X- a orientação à realização de feiras e de eventos de Educação Ambiental;

XI – a consolidação de ações, programas e projetos de Educomunicação Ambiental;

XII – a implementação e a consolidação da Educação Ambiental nos diversos setores da sociedade civil organizada e das populações tradicionais;

XIII – o reconhecimento da pluralidade e da diversidade cultural do Município e o fortalecimento da identidade do cidadão mesquitense;

XIV – o fortalecimento dos polos e centros de Educação Ambiental;

XV – o fortalecimento da Educação Ambiental nas Áreas Protegidas e em seus entornos;

XVI – a criação e o fortalecimento da Educação Ambiental na zona rural para preservação, conservação, recuperação e manejo do território.

**Parágrafo Único-** Nas atividades vinculadas ao Programa Municipal de Educação Ambiental, serão respeitados os princípios e os objetivos fixados por esta Lei.

## Seção II

### Da Educação Ambiental escolar

**Art. 9º** A Educação Ambiental - concebida na Política Municipal de Educação Ambiental - deve ser parte integrante do Plano Municipal de Educação, e será desenvolvida no âmbito dos currículos e atividades extracurriculares das instituições de ensino públicas e privadas, englobando os níveis de educação básica (infantil, fundamental e médio) e superior, em suas diferentes modalidades de ensino.

**Art. 10.** A dimensão ambiental, em suas relações ser humano, sociedade e natureza, deve ser inscrita de forma crítica nos currículos de formação dos profissionais de educação, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

**Parágrafo Único.** Os profissionais da educação em atividade devem receber formação continuada em Educação Ambiental, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e dos objetivos da Política Municipal de Educação Ambiental.

**Art. 11.** A Educação Ambiental deve ser inserida em todos os níveis e modalidades de ensino constituindo-se em uma prática educativa contínua, permanente e integrada aos projetos educacionais e incorporada ao projeto político-pedagógico das instituições de ensino, sendo atribuição de todos os profissionais da educação:

§ 1º A Educação Ambiental deve ser contemplada de forma inter e transdisciplinar nos projetos político-pedagógicos e nos planos de desenvolvimento das instituições de ensino, de acordo com as diretrizes da educação nacional.

§ 2º A Educação Ambiental deve ser implantada de forma transversal, integrando conhecimentos e saberes no currículo de ensino na educação básica em suas diferentes modalidades.

§ 3º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da Educação Ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 4º Nos cursos de formação e de especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate de práticas ambientalmente sustentáveis e da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

**Art. 12.** As instituições de ensino da rede pública e seus respectivos conselhos e as instituições de ensino privadas devem priorizar em suas atividades práticas e teóricas:

I - a participação da comunidade na identificação dos problemas e potencialidades locais na busca de soluções sustentáveis, assim como nas práticas que objetivem sua resolução;

II - a participação e o fortalecimento dos coletivos organizados pela escola e pelos movimentos sociais;

III - a criação de espaços para a vivência, discussões e ações em Educação Ambiental.

**Art. 13.** A Educação Ambiental no âmbito das instituições de ensino deve valorizar a história, a cultura, a diversidade e o ambiente para fortalecer as culturas locais.

**Art. 14.** A autorização e o reconhecimento do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos artigos 11, 12 e 13 desta Lei.

**Parágrafo Único.** A autorização, de que trata o “caput” deste artigo, terá sua vigência estabelecida após 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei.

### Seção III

#### Da Educação Ambiental Não Escolar

**Art. 15.** Entende-se por Educação Ambiental Não Escolar as ações e as práticas educativas voltadas à sensibilização, mobilização e formação da coletividade sobre as questões socioambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do ambiente de forma integral.

**Parágrafo Único.** O Poder Público, em nível municipal, incentivará e promoverá:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa e das rádios comunitárias, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e de atividades vinculadas à Educação Ambiental não escolar;

III - o apoio e a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de Educação Ambiental em consonância com as escolas, as instituições de ensino superior, as organizações não governamentais, as organizações sociais em rede e os polos e centros de Educação Ambiental, respeitados seus programas e projetos, bem como as políticas estabelecidas;

IV - a sensibilização e a mobilização da sociedade para a importância da preservação e conservação dos biomas locais e seus ecossistemas associados, especialmente das áreas protegidas e das bacias hidrográficas;

V - a sensibilização ambiental da sociedade em geral, **incluídas as** populações dentro e em torno das Unidades de Conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores, trabalhadores rurais e feirantes para a difusão da agroecologia;

VII - a implantação de atividades ligadas ao turismo sustentável;

VIII - o trabalho contínuo de Educação Ambiental em instituições religiosas, clubes recreativos e condomínios do município;

IX - a inserção da Educação Ambiental nas:

a) atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento, de fiscalização, de gerenciamento de resíduos, de gestão de recursos hídricos, de manejo sustentável de recursos ambientais e de melhoria de qualidade ambiental;

b) políticas econômicas, sociais e culturais, de ciência e tecnologia, de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde nos projetos financiados com recursos públicos e privados e nos ditames da Agenda 21;

X - a implantação de Polos e Centros de Educação Ambiental por meio da destinação e do uso de áreas urbanas e rurais para o desenvolvimento prioritário de atividades de Educação Ambiental;

XI - a participação e o controle social na gestão dos recursos ambientais, na elaboração e na execução de políticas públicas;

XII - o apoio e a sensibilização para a estruturação dos coletivos de meio ambiente no município, bem como a formação continuada em Educação Ambiental desses grupos;

XIII - o desenvolvimento de projetos ambientais sustentáveis, elaborados por grupos e comunidades;

XIV - a formação de núcleos de estudos ambientais nas instituições públicas e privadas;

XV - o desenvolvimento de Educação Ambiental a partir de processos metodológicos, participativos, inclusivos e abrangentes, valorizando a diversidade cultural, os saberes e as especificidades de gênero e etnias;

XVI - a inserção do componente Educação Ambiental nos programas e projetos financiados por recursos públicos e oriundos da conversão de multas ambientais, de acordo com os critérios estabelecidos no Programa Municipal de Educação Ambiental;

XVII - a inserção da Educação Ambiental nos programas de extensão rural, priorizando as práticas agroecológicas;

XVIII - a formação permanente em Educação Ambiental de agentes sociais e comunitários oriundos de diversos segmentos e movimentos sociais para atuar em programas, projetos e atividades a serem desenvolvidos em comunidades, bacias hidrográficas e Unidades de Conservação.

Seção IV

#### EDUCOMUNICAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 16.** Entende-se por Educomunicação Ambiental a utilização de práticas comunicativas comprometidas com a ética da sustentabilidade na formação cidadã, visando à participação, à articulação entre gerações, setores e saberes, à integração comunitária, ao reconhecimento de direitos e à democratização dos meios de comunicação com o acesso de todos, indiscriminadamente.

**Art. 17.** São objetivos da Educomunicação:

I - promover a produção interativa de programas e campanhas educativas socioambientais;

II - apoiar e fortalecer as redes de educação e comunicação ambiental;

III - promover ações educativas, por meio da comunicação, utilizando recursos midiáticos e tecnológicos em produções dos próprios educandos para informar, mobilizar e difundir a Educação Ambiental;

IV - promover mapeamento de ações de Educomunicação Ambiental em nível municipal;

V - implantar sistema virtual interativo de intercâmbio e veiculação de produções educacionais ambientais;

VI - promover a formação dos educadores socioambientais, como parte do programa de formação de educadores ambientais;

VII - contribuir para o acesso aos meios de produção da comunicação junto a coletivos envolvidos com a Educação Ambiental, especialmente via equipamentos de radiodifusão comunitária;

VIII - contribuir com a pesquisa e com a oferta de metodologias de diagnóstico e de elaboração de planos de comunicação em projetos e programas socioambientais;

IX - garantir a democratização das informações ambientais;

X - apoiar e incentivar as experiências locais de produção educacional;

XI - apoiar e incentivar autonomia financeira e institucional dos programas de Educomunicação;

XII - incentivar a criação e manter núcleos de Educomunicação nas Secretarias de Educação e de Meio Ambiente do município.

### CAPÍTULO III

#### DA GESTÃO E DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 18.** Fica criado o Órgão Gestor responsável pela coordenação e planejamento da Política Municipal de Educação Ambiental, coordenado pelas Secretarias de Educação e do Meio Ambiente:

§1º Aos dirigentes de cada Secretaria caberá indicar seus respectivos representantes responsáveis pelas questões de Educação Ambiental.

§ 2º As Secretarias de Educação e do Meio Ambiente proverão o suporte técnico, financeiro e administrativo necessários ao desempenho das atribuições do Órgão Gestor.

§ 3º O Poder Executivo regulamentará as demais questões concernentes ao Órgão Gestor.

**Art. 19.** São atribuições do Órgão Gestor:

I - definir diretrizes para implementação da Política Municipal de Educação Ambiental em âmbito Municipal;

II - articular, coordenar e supervisionar planos, programas e projetos na área de Educação Ambiental, em âmbito Municipal, estimulando ações em parceria com a sociedade civil organizada;

III - participar na negociação de financiamentos de planos, programas e projetos na área de Educação Ambiental.

**Art. 20.** A execução da Política Municipal de Educação Ambiental, implementada por seu Programa, ficará a cargo dos órgãos municipais de meio ambiente integrantes do Sistema Municipal de Meio Ambiente, das instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, dos órgãos integrantes da Administração Pública Municipal direta e indireta, além das organizações não governamentais, instituições de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

#### CAPÍTULO IV

#### DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

**Art. 21.** A alocação de recursos financeiros para o desenvolvimento e para a implementação dos programas e projetos relativos à Política Municipal de Educação Ambiental guardará:

I - conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes da Política Municipal de Educação Ambiental;

II - prioridade dos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Meio Ambiente e do Sistema Municipal de Educação;

III – incentivo à articulação interinstitucional;

IV - economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar e o retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto;

V- equanimidade entre as diferentes áreas do município.

**Art. 22.** Caberá à SEMUAM e à SEMED, bem como as demais Secretarias, a iniciativa de incluir nos seus respectivos programas de trabalho, constantes do Plano Plurianual e do Orçamento Anual, ações de Educação Ambiental no âmbito Municipal.

**Art. 23.** A alocação de recursos para o financiamento de ações de Educação Ambiental deverá constar dos orçamentos das secretarias de educação e meio ambiente, de seus respectivos fundos e demais fontes de captação de recursos públicos e privados.

**Art. 24 -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mesquita, RJ, 29 de dezembro de 2009.

**ARTUR MESSIAS** – Prefeito

**Publicado por:** Reinaldo dos Santos

**Código Identificador:** 1C533187